



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
Consolidadas	Diretoria de Programas Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade Coordenação-Geral de Planejamento de Avaliação Coordenação-Geral de Logística e Administração Coordenação-Geral de Recursos Humanos Coordenação-Geral de Informática Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias
Agregadas	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza



Brasília - 2009

Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO	5
1.1.	Nome Completo da Unidade e Sigla	5
1.2.	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ	5
1.3.	Natureza Jurídica.....	5
1.4.	Vinculação Ministerial	5
1.5.	Endereço Completo da Sede	5
1.6.	Endereço da Página Institucional na Internet.....	5
1.7.	Normas de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional, Regimento Interno ou Estatuto da Unidade que Trata o Relatório de Gestão e Respectiva Data de Publicação no Diário Oficial da União	5
1.7.1.	Legislação Constitutiva	5
1.7.2.	Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Anexo I do Decreto Nº 5.550/05.....	6
1.7.3.	Competências Previstas no Anexo I do Decreto Nº 5.550/05.....	6
1.7.4.	Finalidade Prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS Nº 330/06, Anexo II)	8
1.7.5.	Finalidade Prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS Nº 330/06, Anexo VII)	8
1.8.	Código da UJ Titular do Relatório	9
1.9.	Códigos das UJs Abrangidas.....	9
1.10.	Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	10
1.11.	Função de Governo Predominante	10
1.12.	Tipo de Atividade.....	11
1.13.	Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI:	11
2.	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	12
2.1.	Responsabilidades Institucionais.....	12
2.1.1.	Secretaria Executiva	12
2.1.1.1.	Diretoria de Programas	12
2.1.1.2.	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA.....	13
2.1.1.3.	Coordenação Geral de Logística e Administração - CGLA	14
2.1.1.4.	Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC	14
2.1.1.5.	Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA	15
2.1.1.6.	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH	15
2.1.1.7.	Coordenação Geral de Informática - CGI.....	16
2.1.2.	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP	17

2.2.	Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	18
2.2.1.	Secretaria Executiva.....	18
2.2.1.1.	Diretoria de Programas	21
2.2.1.2.	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA.....	21
2.2.1.3.	Coordenação Geral de Logística e Administração - CGLA	23
2.2.1.4.	Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC.....	24
2.2.1.5.	Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA	27
2.2.1.6.	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH	30
2.2.1.7.	Coordenação Geral de Informática - CGI.....	34
2.2.2.	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP	35
2.3.	Programas.....	39
2.3.1.	Programa 0750 – Apoio Administrativo	39
2.3.2.	Principais Ações do Programa	39
2.3.2.1.	Ação 2000 - Administração da Unidade.....	39
2.3.2.2.	Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	44
2.3.2.3.	Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	45
2.3.2.4.	Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	46
2.3.2.5.	Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	47
2.3.3.	Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	48
2.3.4.	Principais Ações do Programa	48
2.3.4.1.	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	48
2.3.4.2.	Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	50
2.3.4.3.	Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	51
2.3.5.	Programa 1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento.....	65
2.3.6.	Principais Ações do Programa	65
2.3.6.1.	Ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva.....	65
2.4.	Desempenho Operacional	68
2.4.1.	Evolução dos Gastos Gerais.....	68
2.4.2.	Indicadores de desempenho	69
2.4.2.1.	Indicadores desempenho referentes à Secretaria Executiva	69
2.4.2.2.	Indicadores de desempenho referentes à Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias	73
3.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	74

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	74
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	75
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	77
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	77
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	98
9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	104
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	104
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	104
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	105
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	119
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	124
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	125
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	126
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	127
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	129
19. CONCLUSÃO	129
ANEXO I – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES	130
ANEXO II – CONTRATOS POR ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	141
ANEXO III – CONTRATOS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	143
ANEXO IV – CONTRATOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	150
ANEXO V – LICITAÇÕES REALIZADAS.....	156
ANEXO VI – DETALHAMENTO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	158

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Nome Completo da Unidade e Sigla**

SECRETARIA EXECUTIVA – SE

1.2. **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**

05.526.783/0001-65

1.3. **Natureza Jurídica**

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

1.4. **Vinculação Ministerial**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

1.5. **Endereço Completo da Sede**

Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 6º Andar, Sala 600

CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)

Fones: (61) 3433 1084 e 3433 1086

Fax: (61) 3433 1129

1.6. **Endereço da Página Institucional na Internet**

www.mds.gov.br

1.7. **Normas de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional, Regimento Interno ou Estatuto da Unidade que Trata o Relatório de Gestão e Respectiva Data de Publicação no Diário Oficial da União**

1.7.1. **Legislação Constitutiva**

- **LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003):** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004):** Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

- **LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004):** Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005):** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006):** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Anexo I do Decreto Nº 5.550/05

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a)
- b) Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e
- c)

II - órgãos específicos singulares:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias:
 1. Departamento de Articulação Governamental; e
 2. Departamento de Articulação e Mobilização Social.

1.7.3. Competências Previstas no Anexo I do Decreto Nº 5.550/05

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, serviços gerais, administração dos recursos de informação e informática, planejamento e de orçamento, contabilidade e administração financeira;

II - manter articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e dos sistemas mencionados no inciso I, com a finalidade de orientar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - acompanhar e promover a avaliação física, orçamentária e financeira de projetos e atividades;

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário; e

VII - planejar, coordenar, executar e controlar a utilização dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sob orientação do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 25. À Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias compete:

I - coordenar o processo de articulação das políticas do Ministério;

II - promover a articulação necessária à integração das políticas, planos, programas e projetos no Ministério;

III - promover a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de governo, setor privado e

entidades da sociedade civil, com vistas a compatibilizar políticas e otimizar a alocação de recursos;

IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional do Ministério, especialmente pela identificação de oportunidades e articulação de novas parcerias; e

V - propor e promover, de forma integrada com as Secretarias finalísticas, mecanismos de participação e controle social das ações do Ministério.

1.7.4. Finalidade Prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS Nº 330/06, Anexo II)

Art. 1º. A **Secretaria-Executiva**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a ele diretamente subordinada, tem por finalidade:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

1.7.5. Finalidade Prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS Nº 330/06, Anexo VII)

Art. 1º. À **Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP**, órgão específico e singular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem por finalidade:

I - coordenar o processo de articulação das políticas do Ministério;

II - promover a articulação necessária à integração das políticas, planos, programas e projetos no Ministério;

III - promover a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de governo, setor privado e entidades da sociedade civil, com vistas a compatibilizar políticas e otimizar a alocação de recursos;

IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional do Ministério, especialmente pela identificação de oportunidades e articulação de novas parcerias; e

V - propor e promover, de forma integrada com as secretarias finalísticas, mecanismos de participação e controle social das ações do Ministério.

1.8. **Código da UJ Titular do Relatório**

SECRETARIA EXECUTIVA :

UG: 550003 ÓRGÃO: 55000/55801 GESTÃO: Tesouro – 00001

1.9. **Códigos das UJs Abrangidas**

Agregadas	Consolidadas
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA Coord.Geral de Logística e Administração – CGLA Coord.Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC Coordenação de Contabilidade - CCONT Coord.Geral de Planejamento e Avaliação – CGPA Coord.Geral de Recursos Humanos – CGRH Coord.Geral de Informática - CGI

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SPOA

CNPJ: 05.756.246/0001-01

End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2330 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2202

Fax: 3433 2290

CÓDIGO UG: 550002 ÓRGÃO: 55000/55801 GESTÃO: Tesouro – 00001

SETORIAL DE CONTABILIDADE - CCONT

CNPJ: 05.756.246/0001-01

End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2352 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2266

Fax: 3433 2298

CÓDIGO UG: 550004 ÓRGÃO: 55000/55801 GESTÃO: Tesouro – 00001

COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA

CNPJ: 05.756.246/0004-54

End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2292 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2230 Fax: 3433 2231
CÓDIGO UG: 550005 ÓRGÃO: 55000/55801 GESTÃO: Tesouro – 00001

COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

CNPJ: 05.756.246/0003-73
End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2312 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)
CEP – 70.040-902 – Brasília – DF
Tel: 3433 2207/2206 Fax: 3433 2244
CÓDIGO UG: 550006 ÓRGÃO: 55000/55801 GESTÃO: Tesouro – 00001

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP

CNPJ: 05.526.783/0001-65
End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 442
CEP– 70054-900 – Brasília – DF
Tel: 3433 1503/1504 Fax: 3433 1650
CÓDIGO UG: 55009 ÓRGÃO: 55000 – MDSGESTÃO: Tesouro – 00001

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

CNPJ: 05.526.783/0001-65
End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 409
CEP– 70054-900 – Brasília – DF
Tel: 3433 1502 Fax: 3433 1594/1598
CÓDIGO UG: 550010 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

PROJETO DE APOIO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PROAPBF

CNPJ: 05.526.783/0001-65
End: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sala 620
CEP– 70046-900 – Brasília – DF
Tel: 3433 1303/1304 FAX: 3433 1335
CÓDIGO UG: 550012 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

PROGRAMA DE APOIO AO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL - PASPS

CNPJ: 05.526.783/0001-65
End: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sala 620
CEP– 70046-900 – Brasília – DF
Tel: 3433 1303/1304 FAX: 3433 1335
CÓDIGO UG: 550014 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.10. Situação da Unidade quanto ao Funcionamento

Em funcionamento

1.11. Função de Governo Predominante

Função 08 – Assistência Social

1.12. Tipo de Atividade

A principal atividade exercida pela Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério, bem como supervisionar e coordenar ações relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais.

No caso específico da Secretaria de Articulação e Parcerias – SAIP, que figura como consolidada da SE, foi definida originalmente como executora de atividade meio, tendo como competência a articulação de parcerias que promovessem as políticas gerenciadas por outras secretarias do MDS. No entanto, em 2008 foi deliberado que esta secretaria assumiria a função de promover a inclusão socioprodutiva de beneficiários dos programas e ações do MDS, por meio da execução da Ação 4963 do Programa 1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento. Por isto, a secretaria deve atualmente ser definida também como executora de atividade finalística.

1.13. Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI:

Nome da UG	Código UG	Situação da Unidade	Tipo de Atividade
Secretaria Executiva	550003	em funcionamento	UG Executora
Setorial de Orçamento e Finanças / MDS	550002	em funcionamento	UG Setorial Orç. e Fin. - Não Exec.
Coord.Geral de Orç., Fin. e Contábil.	-	em funcionamento	Não Constitui UG
Cood. de Contabilidade	550004	em funcionamento	UG Setorial Contábil - Não Execut.
Coord.Geral de Planej. e Avaliação	-	em funcionamento	Não Constitui UG
Coord.Geral de Logíst. e Adm.	550005	em funcionamento	UG Executora
Coord.Geral de Recursos Humanos	550006	em funcionamento	UG Executora
Coord.Geral de Informática	-	em funcionamento	Não Constitui UG
Proj. Apoio ao Prog. Bolsa Família	550012	em funcionamento	UG Executora
Prog. Apoio ao Sist. de Prot. Social	550014	em funcionamento	UG Executora
Sec. Articulação Inst. e Parcerias	550009	em funcionamento	UG Executora
Sec. Aval. e Gestão da Informação	550010	em funcionamento	UG Não Executora
Fundo de Combate e Errad. Pobreza	-	em funcionamento	Fonte de Recursos (45, 79 e 94)
Gabinete do Ministro / MDS	550001	Inativa	UG Executora

2. OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS	E	METAS	INSTITUCIONAIS	E/OU
---------------------------------------	----------	--------------	-----------------------	-------------

2.1. Responsabilidades Institucionais

2.1.1. Secretaria Executiva

À Secretaria Executiva (SE) compete assistir direta e imediatamente ao Ministro, além de auxiliar na coordenação e, especialmente, na integração das Secretarias da Pasta no sentido de potencializar ações e alcançar, com efetividade, os resultados desejados, que se traduzem na garantia do atendimento adequado das necessidades da população brasileira, especialmente da população de menor renda e maior vulnerabilidade. Neste sentido esta SE tem coordenado o intenso esforço coletivo de integração de políticas e programas nas áreas de assistência social, de renda da cidadania, de segurança alimentar e nutricional e de geração de oportunidades para inclusão produtiva, direcionadas para pessoas, famílias e comunidades pobres e vulneráveis, envolvendo os três entes da federação.

A Secretaria Executiva não atua diretamente na execução dos programas e ações finalísticos do MDS – que estão a encargo das Secretarias – nem na manutenção desses programas, cujos recursos estão alocados em cada Secretaria, mas assiste ao Ministério no sentido de prover os meios para que as Secretarias possam cumprir sua missão institucional e programática.

Consciente da relevância da proposta do governo federal para a construção conjunta de políticas transversais na área social, e visando o desenvolvimento integral e integrado do país, com a eleição de prioridades que impactam na melhoria de vida da população objeto das ações do MDS, a Secretaria Executiva buscou estreitar relações com os demais Ministérios, outras esferas de governo e entidades, objetivando aperfeiçoar a atuação do Ministério no desenvolvimento de suas políticas, em especial a continuidade e o aprimoramento das ações integrantes da Agenda Social.

Cabe reiterar que o MDS é uma Pasta nova, que acabou de completar 5 (cinco) anos, ainda carente de recursos humanos e de infra-estrutura, itens imprescindíveis para que o órgão efetivamente cumpra com suas competências institucionais. Nesse sentido a Secretaria Executiva empreendeu esforços, buscando, inclusive, melhorias constantes, graduais e criativas, atendendo demandas das Secretarias, dos parceiros do MDS, das três esferas de governo, e especialmente da sociedade. Essas demandas requerem respostas e providências imediatas.

2.1.1.1. Diretoria de Programas

Criada em 2005, a Unidade de Implementação de Projetos - UIP tem por finalidade a coordenação técnica e administrativa dos projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos e/ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismos internacionais, tarefa que antes ficava a encargo das Secretarias do MDS.

Hoje cabe à UIP coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas àqueles projetos, em conformidade com as diretrizes do Núcleo Gestor da Secretaria Executiva, criado pela Portaria MDS nº 461, de 15 de setembro de 2005.

São fontes de financiamento por meio de acordos de empréstimo: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ou Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Tesouro Nacional.

São cinco os acordos de cooperação técnica executadas por meio de três organismos internacionais: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

2.1.1.2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

A Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração é a unidade responsável pela gestão dos recursos humanos, de informática, de logística, orçamentários e financeiros necessários à execução das atividades-meio essenciais ao funcionamento administrativo do MDS.

A competência regimental da SPOA foi estabelecida pelo Decreto N.º 5.550, de 22/9/2005, que estabeleceu a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas desta Pasta, bem como da Portaria MDS N.º 330, de 11/10/2006, que aprovou o Regimento Interno do MDS.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão empreendida pelo MDS, em 2008, a SPOA deu continuidade às medidas destinadas à reestruturação do órgão e do modelo organizacional adotado, de modo a melhor readequar sua estrutura aos novos desafios institucionais que lhe tem sido impostos. Assim, buscando atuar proativamente, buscou prospectivamente ajustar-se ao novo cenário que se concretizará no curto prazo. Sob esse contexto, adotou a estratégia de especialização das áreas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa, separando-as das demais áreas da SPOA, que, em essência, caracterizam o provimento de meios às demais unidades, áreas e setores deste Ministério: Recursos Humanos, Logística, Administração e Serviços Gerais e Tecnologia da Informação e Informática.

Assim, no decorrer do exercício de 2008, a SPOA priorizou a supervisão dessas atividades, para atender as necessidades fundamentais das unidades integrantes do MDS. Essas providências estão demonstradas em campos próprios deste documento, com o intuito de subsidiar a análise da gestão relativa ao exercício de 2008, pelos órgãos de Controle Interno e Externo da União.

Durante o exercício de 2008, a SPOA deu continuidade às atividades de provimento de meios às demais unidades fim e meio do MDS, com especial atenção à correção das disfunções apontadas pelos Controles Interno e Externo da União, ao tempo em que se preparou para atuar no cenário de reestruturação organizacional prevista para o curto prazo. Com isso, buscou antecipar-se às dificuldades que poderão ocasionar risco de solução de continuidade.

Além disso, a SPOA atuou estabelecendo rotinas formais e aprimorando práticas e procedimentos de gestão dos recursos alocados à unidade. Dentre as ações desenvolvidas em 2008, destacamos especialmente: celebração e execução de contratos de prestação de serviços de Informática, que substituíram os contratos executados no decorrer dos três exercícios anteriores, a partir de contratações emergenciais, autorizadas pelo Tribunal de Contas da União; a reformulação das áreas de Compras e Licitações, pelo fortalecimento e recomposição de equipe que foi devidamente capacitada; revisão de práticas e procedimentos voltados a fortalecer a função de Planejamento e as atividades de acompanhamento das execuções de contratos celebrados pela SPOA; estudos realizados para o reordenamento de espaço físico, visando à equalização da ocupação das áreas utilizadas pelo Ministério, VISTO que a taxa de ocupação (5 m²/servidor)

apresentava-se em nível bastante abaixo do padrão considerado ideal, pela Secretaria de Patrimônio da União (9m²/servidor); implementação de sistemas de informação, gestão, acompanhamento e controle nas áreas de telefonia, serviços reprográficos, área de transporte, gestão sobre ações executadas pelas suas unidades.

Ainda quanto à deficiência de espaços físicos, destaca-se, também, dentre as realizações da SPOA, a celebração de contrato de locação de imóvel, para atender a necessidade de espaço físico para guarda e armazenamento de bens de consumo e permanente. Tal circunstância, necessário destacar, deveu-se à comprovada ausência de imóvel da União capaz de alojar todos os setores do Ministério.

2.1.1.3. Coordenação Geral de Logística e Administração - CGLA

A Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA) implementa as atividades relacionadas à gestão de contratos, compras e licitações, à gestão patrimonial, execução de obras e serviços diversos, além de protocolo, reprografia, manutenção predial, telecomunicações, transporte, vigilância, zeladoria etc, fundamentais ao perfeito funcionamento de toda a estrutura organizacional do MDS.

Para o desempenho de suas ações a CGLA está composta por 4 (quatro) Coordenações: de Contratos (CCONT), de Compras e Licitações (CCLIC); de Material e Patrimônio (COMAP) e de Engenharia e Telecomunicações (CETEL).

Dentro da perspectiva de aprimoramento contínuo da gestão orçamentário-financeira e patrimonial, buscou sistematicamente racionalizar o uso de seus insumos e reduzir custos, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados. E, ainda, relativamente aos contratos, identificar possíveis pontos de aperfeiçoamento para a compatibilidade do provimento à exata suficiência da necessidade de serviços e materiais, e comparação de preços praticados aos de mercado e a outros órgãos públicos, com o objetivo fundamental de maximizar os recursos alocados ao Ministério. Todas essas medidas poderão ser avaliadas durante os trabalhos de avaliação da Auditoria de Gestão – Exercício 2008, pelos órgãos de Controle Interno e Externo da União.

2.1.1.4. Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC

Compete à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC a coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao Orçamento de Seguridade Social, no âmbito do Ministério.

Dessa forma, a CGOFC está encarregada de participar, acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério e em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da elaboração da Lei de Orçamento Anual e dos procedimentos necessários para o acompanhamento de sua execução.

A CGOFC não constitui Unidade Gestora, portanto não executa diretamente nenhuma ação orçamentária. Neste sentido a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA (Unidade Gestora 550002 – Setorial de Orçamento e Finanças / MDS), é responsável pela descentralização orçamentária e financeira para as unidades gestoras executoras as dotações

alocadas pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e os recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Compete ainda, à CGOFC, o acompanhamento contábil das atividades da Pasta e a formalização e encaminhamento das Tomadas de Contas Especiais das unidades gestoras do MDS.

Além do seu papel regimental, a CGOFC auxilia a Secretaria-Executiva em atividades que requeiram articulação com as demais unidades do MDS em matéria de execução orçamentária. Nessa atividade destacam os procedimentos de atendimento e elaboração dos processos de tomada de contas anual e suas diligências.

2.1.1.5. Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA

A Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA) possui três campos de atuação que auxiliam a Secretaria Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS: (a) Planejamento Estratégico e Orçamento; (b) Avaliação e Monitoramento; e (c) Desenvolvimento Institucional.

Como unidade setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, à CGPA compete as atividades de planejamento definidas na Lei nº 10.180/2001 para todas as unidades do Sistema. Assim, o espaço político-institucional da CGPA envolve o apoio à elaboração e supervisão da execução de planos e programas setoriais de desenvolvimento social; coordenação e elaboração dos projetos de lei do PPA setorialmente e o item metas e prioridades do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como de suas alterações; acompanhamento físico e financeiro dos planos e programas, bem como sua avaliação, quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos e a coordenação das ações; apoio às unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação, como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do PPA; consolidação de informações relacionadas a indicadores sociais; e, realização de estudos técnicos de análises do financiamento das políticas públicas de assistência social em estados e municípios.

Também como unidade setorial de Desenvolvimento Institucional, a CGPA possui como atribuição assessorar na construção de todo o sistema de gestão do MDS, considerado como o conjunto de sete funções integradas e interatuantes que concorrem para o sucesso da organização no cumprimento de sua missão institucional: Liderança, Estratégias e Planos, Cidadãos e Sociedade, Informação e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados; conforme “Manual de orientação para arranjo institucional de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal”, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse sentido, além do fomento à Gestão por Processos no MDS, a CGPA também concorre para a implantação da Gestão por Competências na área de Desenvolvimento de Pessoas e na construção das atribuições regimentais dos diversos órgãos do Ministério.

2.1.1.6. Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH é o órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, responsável pela proposição de diretrizes gerais para a preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos; gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento e

desenvolvimento de recursos humanos; planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades de recrutamento, de seleção, de administração e pagamento de pessoal e de legislação; planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades de desenvolvimento de recursos humanos; propor normas complementares e procedimentos relativos à área de recursos humanos, no âmbito do Ministério; subsidiar a elaboração dos planos anual e plurianual e proposta orçamentária no que se refere aos recursos humanos; promover ações que visem a valorização do servidor; promover a orientação e uniformização de procedimentos decorrentes da avaliação de desempenho individual dos servidores de acordo com a norma legal.

As atividades desenvolvidas no âmbito desta Coordenação-Geral observam as diretrizes da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e buscam, com o fito de colaborar com as atividades precípuas do MDS no que lhe diz respeito, dar o necessário suporte funcional com os trabalhos das duas coordenações que a compõem: Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP.

A COGEP exerce a competência específica da administração de Pessoal, por destacar-se com atribuições precípuas de gestão de pessoas, notadamente quanto às atividades e procedimentos administrativos que lhe são pertinentes.

Desse modo, a CODEP implementa estratégias de qualificação da força de trabalho do órgão, mediante capacitações de seus profissionais, consoante as necessidades e perfis da força de trabalho de cada unidade fim e meio. Nesse sentido, busca produzir melhorias qualitativas nos processos de trabalho que geram os aperfeiçoamentos constantes na execução dos programas e projetos nas unidades deste Ministério.

No exercício de 2008, o trabalho realizado de desenvolvimento de pessoas, possibilitou 359 (trezentas e cinquenta e nove) oportunidades de capacitação, em 81 (oitenta e um) eventos que contaram com a participação de 257 (duzentos e cinquenta e sete) servidores.

2.1.1.7. Coordenação Geral de Informática - CGI

A Coordenação Geral de Informática - CGI divide-se em 06 (seis) áreas de atuação que tratam da realização de ações necessárias ao atendimento das demandas de informática e tecnologia da informação deste Ministério, quais sejam:

Desenvolvimento de Sistemas: desenvolve e mantém os sistemas de informação do Ministério, tendo um grande envolvimento com as áreas finalísticas, provendo sistemas para a automação das políticas públicas sob a responsabilidade do MDS.

Sustentação e Segurança: atua na administração dos equipamentos servidores, comunicação de dados e segurança de acesso à rede de computadores do Ministério;

Atendimento e Articulação Estratégica: realiza o atendimento aos usuários de microinformática e aos usuários dos sistemas do Ministério, registrando e coordenando o atendimento das demandas provenientes das diversas áreas do MDS;

Testes e Homologação: realiza testes dos sistemas de informação, garantindo que os sistemas em produção funcionem como o especificado;

Dados e Banco de Dados: realiza os trabalhos que envolvem a definição, construção e manutenção das bases de dados que sustentam os sistemas do MDS;

Escritório de Projetos e Processos: efetua o controle, auditoria e gestão dos projetos e processos existentes na CGI de forma a cumprir os prazos acordados com os usuários dos sistemas;

Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas: a tecnologia da informação tem papel importante enquanto ferramenta de apoio a execução das políticas públicas, visto que a gestão dos programas e a comunicação com os agentes executores da Política (Estados e Municípios) são feitas, em sua maior parte, por meio de ferramentas tecnológicas, mantidas pela CGI.

Os serviços prestados pela Coordenação-Geral de Informática estão centrados em 02 (dois) grandes grupos: **Projetos e Processos**.

Projetos: atividades com duração definida, representados geralmente pelo desenvolvimento de sistemas. Os sistemas desenvolvidos são mantidos e evoluídos por meio de processos.

Processos contínuos: de caráter permanente, como manutenção e evolução dos sistemas em produção, sustentação dos sistemas e bases de dados, envolvendo: importação e exportação de dados, migração e administração das bases de dados; testes e implantação de sistemas; produção de documentação, incluindo manuais de usuário; atendimento técnico dos usuários

2.1.2. Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP

A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - Saip atua na ampliação, qualificação e implementação de ações integradas com outros órgãos do governo federal, governos estaduais e municipais, bem como junto ao setor empresarial e a organizações da sociedade civil visando ao fortalecimento das políticas de desenvolvimento social e de combate à fome. Deve-se atentar para o fato de que até 2008 a Saip não era responsável pela execução de programas e ações do governo federal. Sua missão, conforme expresso no Regimento interno do MDS, era a de coordenar as políticas do MDS e promover parcerias com o poder público e a iniciativa privada visando otimizar a alocação de recursos. Em 2007 houve um grande debate no MDS sobre a necessidade de criação de uma nova estrutura institucional que, entre outras medidas, atuaria na área de criação de oportunidades de inclusão produtiva para o público beneficiário dos programas e ações do ministério.

A partir de 2008 foi estabelecida como prioridade para a atuação da SAIP a promoção da inclusão socioprodutiva para o público beneficiário das políticas do MDS. Para tanto, a Saip passou a atuar na inclusão socioprodutiva do público beneficiário dos programas e ações do MDS, e assumiu as seguintes atividades: formular, em consonância com as políticas do Ministério, programas e ações que promovam a inserção socioeconômica; – fomento a projetos de geração de trabalho e renda promovendo o protagonismo e cooperação das famílias e de suas organizações sociais; formulação de projetos e ações de inserção socioprodutiva; planejamento, juntamente com governos estaduais, do Distrito Federal, municipais, entidades da sociedade civil e da iniciativa privada da implementação de ações que promovam oportunidades de trabalho e renda;– fomento e integração de ações de responsabilidade social das empresas e do terceiro setor visando à superação da pobreza e da desigualdade social; implementação de projetos de inserção socioprodutiva executados com recursos do MDS; e estabelecimento de diretrizes para a destinação dos recursos financeiros, bens e serviços recebidos em doação.

Para atingir estes objetivos foi determinado que a Secretaria implementasse o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social instituído pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008.

2.2. Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

2.2.1. Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva realizou, ao longo de 2008, 34 (trinta e quatro) Reuniões de Secretariado, fundamentais para intensificar o processo de integração interna, as quais, além da presença dos Secretários, da Chefe de Gabinete do Ministro e do Subsecretário da SPOA, contaram também com a participação das Assessorias de Comunicação Social e de Controle Interno, bem como do Consultor Jurídico. Outrossim, e sempre que necessário, referidas reuniões contaram também com a presença de convidados especiais, nas quais foram discutidos, analisados e deliberados inúmeros temas, tais como: planejamento e orçamento das ações do MDS, execução orçamentária da Pasta, contratos de manutenção, seminários, divulgação de resultados e publicações de informações do MDS, normas para convênios, reestruturação do MDS, representação do órgão em fóruns diversos, além de temas específicos e transversais às secretarias, como por exemplo, carência de recursos humanos e espaço físico.

Realizou, também em 2008, 292 (duzentas e noventa e duas) reuniões internas, imprimindo à agenda de trabalho da Secretaria Executiva uma atuação pró-ativa, em consonância com a necessidade de ampliação da intersectorialidade dos programas e ações do Ministério.

Outrossim, a Secretaria Executiva, na sua competência de assistir ao Ministro de Estado na supervisão das atividades das Secretarias integrantes do Ministério, coordenou a instituição do Comitê de Monitoramento e Avaliação do MDS, bem como a sua reunião de instalação. Coordenou as ações de estadualização do Abrigo Cristo Redentor, imóvel da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência que passou a ser vinculado ao MDS, localizado no Rio de Janeiro, gestões essas que culminaram com a assinatura, em 14.04.2008, do convênio pertinente, firmado entre este Ministério e a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Também coordenou a reestruturação do MDS, interna e externamente, cujo Projeto de Lei já se encontra em tramitação no Congresso Federal.

Coordenou o evento de comemoração dos quatro anos do MDS, no qual importantes ajustes legais foram assinados, em especial os Termos de Cooperação com o UNICEF (contribuir para a implementação de políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes), com o Ministério da Defesa (implementação de ações conjuntas para viabilizar a execução de programas sociais do governo federal em regiões remotas e de difícil acesso), com a Caixa Econômica Federal (inclusão bancária dos beneficiários do Programa Bolsa Família), com os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário (tanques de resfriamento), com o Ministério do Trabalho e Emprego (qualificação profissional dos beneficiários do Programa Bolsa Família), bem como do Decreto nº 6.393/2008, que estabelece o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social a ser firmado entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

Consciente de sua responsabilidade quanto aos assuntos e providências para a construção de políticas integradas na área social com outras áreas governamentais, a Secretaria Executiva realizou, em 2008, 54 (cinquenta e quatro) reuniões externas, buscando a aproximação com outros órgãos governamentais, estando abaixo citadas aquelas de maior destaque.

A Secretaria Executiva empreendeu diversas articulações com a Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil da Presidência da República, objetivando a discussão da Agenda Social do governo federal, com destaque para a integração das ações voltadas à redução das desigualdades sociais, incluindo discussões sobre linha de pobreza, melhorias no Programa Bolsa

Família e a atuação do MDS no Plano Setorial de Qualificação Profissional para os Beneficiários do Bolsa Família (PlanSeQ Bolsa Família), e deu continuidade a sua participação no Comitê Executivo da Câmara de Política Social. Com o intuito de fomentar ainda mais o PlanSeQ Bolsa Família, a Secretaria Executiva participou ativamente do processo de mobilização e das capacitações dos gestores realizadas nos municípios abrangidos pela ação, sempre em consonância com aquela SAM e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Outrossim, a Secretaria Executiva coordenou ação intensiva entre as Secretarias do MDS, visando o estabelecimento, em suas políticas, de ações específicas com recorte de raça, etnia e gênero em especial nos seus programas de transferência de renda, segurança alimentar, proteção social e geração de trabalho e renda. Em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Executiva ampliou e fomentou ações integradas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos. Em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a SE trabalhou na construção de políticas públicas voltadas a povos indígenas e comunidades tradicionais. Ademais, atuou na coordenação da elaboração, recorte e acompanhamento de políticas voltadas para mulheres, em estreita parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no âmbito do Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPMM.

Ainda referente à Agenda Social, a Secretaria Executiva deu continuidade à colaboração do MDS no Programa Territórios de Cidadania, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), inserindo ações de proteção social, transferência de renda e segurança alimentar nos novos territórios identificados pelo programa, com o competente incremento de recursos financeiros.

Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Executiva deu continuidade à coordenação das ações internas do MDS para a erradicação do sub-registro de nascimento civil, tendo tido papel de destaque na Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, ocorrida no âmbito do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, além de participar do Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica. A Secretaria Executiva também ofereceu contribuições significativas para os relatórios de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e do Comitê para Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD), sob a coordenação daquela SEDH.

Em articulações realizadas com a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, a Secretaria Executiva deu continuidade às discussões e elaboração de projetos para o fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos municípios, bem como coordenou internamente a atualização da publicação Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, material muito demandado pelos gestores estaduais e municipais, e importante divulgação dos programas e ações do órgão, com destaque para as orientações pertinentes às dificuldades no acesso e na execução desses programas. A Titular da Secretaria Executiva recebeu em audiências Governadores, Prefeitos e Secretários estaduais e municipais de Assistência Social, no intuito de resolver pendências relativas a ajustes legais de repasse de recursos, bem como à ampliação de programas e ações locais.

A Secretaria Executiva reuniu-se com o Ministério da Educação (MEC) para discussão do Programa BPC na Escola, sempre no intuito de garantir a permanência dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola. Apoiou o Ministério da Previdência Social no que pertence ao concurso público realizado em 2008, objetivando a contratação de assistentes sociais para o INSS, profissionais que passaram a trabalhar, entre outros, com os beneficiários do BPC.

A Secretaria Executiva participou ativamente das discussões com a Casa Civil, o MEC, o MS e o MPS, pertinentes à finalização da minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Ressalte-se a publicação, no Diário Oficial da União de 10.11.2008, da Medida Provisória nº 446, de 07.11.2008, dispondo sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulando os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dando outras providências, diploma legal que ensejou mudanças nas atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), motivo pelo qual a Secretaria Executiva do MDS coordenou, internamente, a instituição de força-tarefa necessária à operacionalização da citada MP.

A Secretaria Executiva prosseguiu, em 2008, com a estreita parceria mantida com os Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional, sempre no entendimento de que a mesma tem sido estratégica na pactuação de ações e decisões para as políticas específicas objeto daqueles colegiados.

No intuito de divulgar as políticas e os programas sociais brasileiros, bem como seus resultados, a Secretaria Executiva recebeu, no exercício de 2008, o Deputado Oliver Letwin, Chefe do Comitê de Elaboração de Políticas Públicas da Inglaterra; a Ministra do Desenvolvimento Social da Guatemala; a delegação da Guatemala; a delegação do Governo Equatoriano. Recebeu as missões do BID e do BIRD, além do Oficial Encarregado dos Projetos no Brasil da FAO, Frank Mischler. Coordenou os temas relacionados ao Mercosul Social para a Presidência Pró Tempore brasileira.

Ainda no intuito de difundir, internacionalmente, as políticas e os programas do MDS, a Secretaria Executiva participou de missões no exterior, proferindo palestras e apresentando resultados, com destaque para a Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do MERCOSUL de Estados Associados (RMADS) em Buenos Aires/Argentina; a X Reunião Hemisférica da Rede de Pobreza e Proteção Social do Diálogo Regional de Política do BID e 1ª Reunião de Ministros e Altas Autoridades do Desenvolvimento Social da OEA em Reñaca/Chile; o Seminário “Crise Financeira e Situação Alimentar: Consequências e Desafios para a América Latina” em Nova Iorque/EUA; o Encontro Internacional de Políticas Sociais e Institucionalidade Pública – Políticas Sociais e Emergentes na América Latina em Quito/Equador; a Reunião do Comitê Coordenador da Rede Social da América Latina e Caribe em Washington/EUA; o Primeiro Foro sobre uma Dimensão Social da Integração na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em Montevideu/Uruguai; o Fórum Internacional do Direito à Alimentação em Roma/Itália; e a Missão Multidisciplinar à Palestina em Ramadã/Palestina.

No que se refere a recursos humanos, além de coordenar internamente a reestruturação do órgão, a Secretaria Executiva deu continuidade, até 19 de junho de 2008 – quando expirou o prazo legal estabelecido – a nomeação, na medida das desistências, de novos servidores do primeiro concurso público realizado pelo MDS. Ademais, empreendeu gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, objetivando a realização de novo Processo Seletivo Simplificado, obtendo a autorização para a contratação de 110 profissionais de nível superior, por tempo determinado e por força das justificativas apresentadas no sentido do excepcional incremento do volume de trabalho advindo de novos programas e ações sob a responsabilidade do MDS. Integrou, com aquela Pasta, as discussões sobre a nova carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, composta por cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior, cujo Projeto de Lei encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, ficando acordado que o MDS receberá um número significativo desses cargos.

Com relação à infra-estrutura para o MDS, o espaço físico tem sido um dos maiores desafios desta Secretaria Executiva que, mediante gestões e reuniões com a Secretaria de Patrimônio da União, o Ministério dos Transportes e o Governo do Distrito Federal/Terracap, conseguiu a ampliação de espaço físico no Bloco “C” da Esplanada dos Ministérios e do Edifício sede do DNIT.

Sob o ponto de vista geral, cabe ressaltar que, apesar das dificuldades inerentes a qualquer órgão e no caso específico deste MDS, agravadas pela exigüidade de tempo para se estruturar no tocante a recursos humanos e físicos, face ao aumento do volume de trabalho com novos programas e ações, houve uma evolução do orçamento do MDS, fato que vem comprovar a prioridade dada pelo Governo Federal às políticas voltadas à redução da pobreza e das desigualdades sociais, conforme se depreende pelo aumento do orçamento da Pasta que, no exercício de 2008, foi de R\$ 29,2 bilhões – significando o dobro do valor investido em 2004 – garantindo o atendimento a mais de R\$ 67,2 milhões de pessoas, correspondentes a 35% da população brasileira, com ações em todos os municípios do Brasil, cuja execução orçamentária atingiu a liquidação de 98,4 % do orçamento e pagamento de 97,7%, em função de restrições financeiras.

2.2.1.1. Diretoria de Programas

A Unidade de Implementação de Projetos – UIP da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva acompanha a execução de dois acordos de empréstimo e de cinco acordos de cooperação técnica executadas por meio de três organismos internacionais:

a) Acordos de empréstimo com bancos internacionais:

- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

b) Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais:

- 3 acordos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD;
- 1 acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e
- 1 acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

Estes acordos estão detalhados no item “7 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados Com Recursos Externos” deste Relatório.

2.2.1.2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

No cumprimento de sua missão organizacional, a SPOA realiza o provimento de meios necessários à execução das atividades desenvolvidas pelas unidades fim e meio deste Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Regimentalmente, responsabiliza-se pela manutenção geral dos serviços prestados ao Ministério, especialmente para atendimento das necessidades fundamentais dos diversos setores que o compõem, razão porque contrata, acompanha, executa e paga os serviços prestados pelas empresas contratadas para prestar serviços diversos, tais como: fornecimento de água, luz, telefone, serviço de transporte, apoio administrativo e materiais e equipamentos de informática etc.

Necessário destacar que o provimento desses serviços e fornecimentos não alcança serviços e materiais específicos à execução de ações finalísticas, os quais são diretamente realizados pelas respectivas secretarias-fim do órgão. Por exemplo, contratos específicos de áreas finalísticas, como o instrumento firmado entre o MDS e a CAIXA – Caixa Econômica Federal, para a realização de

pagamentos e processamento de folhas mensais do Programa Bolsa Família, que continuam ao encargo das respectivas áreas finalísticas, no caso em tela, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, executora daquele programa.

Outrossim, a SPOA utilizou, quase que exclusivamente, dentre as licitações realizadas, a modalidade de licitação Pregão Eletrônico. Tal medida objetivou garantir que as propostas contratadas refletissem a máxima vantagem para a Administração Pública, na aquisição de bens e contratação de serviços, além, de melhorar as instruções processuais, mediante a implantação check-list, que facilitam o manuseio processual.

Isso porque a SPOA tem comprovado, repetidamente, que a utilização da modalidade de pregão eletrônico, para a aquisição de bens e serviços comuns, otimiza sobremaneira os recursos públicos alocados ao órgão, além de tornar o processo mais ágil e transparente, o que vai ao encontro da política do Governo Federal pela contínua redução de custos dos bens e serviços adquiridos pela União, melhoria da qualidade e transparência dos processos de contratações públicas.

O aperfeiçoamento contínuo dos processos licitatórios realizados objetivou: fortalecer a elaboração de editais; agilizar os processos licitatórios, além de torná-los mais participativos e transparentes; e reduzir os custos na aquisição de bens e serviços.

Ao longo do exercício de 2008, a SPOA implementou, ainda, várias outras providências no sentido de aumentar os níveis de economicidade. Por exemplo, o serviço de Telecomunicação, cuja nova contratação visou a aprimorar a prestação de serviços de empresas especializadas no serviço de telefonia móvel e telefonia fixa. A realização dessas medidas resultou na unificação dos serviços de telefonia fixa de longa distância, hoje prestados pela empresa EMBRATEL, com o código (21), inclusive para o serviço de longa distância para telefonia móvel celular. Além disso, aproveitou registro de preços gerido pelo Ministério da Fazenda, cujas tarifas mostravam-se bastante vantajosas, se comparadas às anteriores.

Por outro, deu continuidade à melhoria da normatização do uso de telefonia deste Ministério, objeto da Portaria MDS n.º 19/2007, aplicando a regulamentação dos procedimentos relativos à telefonia fixa e móvel, e da sistemática de atendimento das solicitações e esclarecimento de dúvidas dos usuários de telefonia móvel e fixa.

Ainda quanto às ações desenvolvidas em 2008, a SPOA deu continuidade às atividades de melhorias nos serviços do Setor de Transporte, ampliando a sua frota de veículos próprios oficiais para garantir maior celeridade no atendimento das demandas dispensadas ao setor e economia dos recursos utilizados na terceirização desses serviços, haja vista que substituíram veículos mais antigos, com mais de dez anos de uso, onerosos pelo alto custo de manutenção e substituiu parte dos serviços que anteriormente eram executados mediante a locação de veículos terceirizados.

Realizou, ainda, intervenções voltadas à recomposição da força de trabalho, a partir do critério de necessidades e requisitos, substituindo/remanejando terceirizados por servidores concursados, em quase todas as unidades do MDS, bem como cursos de capacitação técnica, redesenho de estrutura e processos de trabalhos, investimento em soluções de tecnologia da informação e melhoria das instalações físicas, aumentando a segurança e o bem-estar dos servidores.

Por outro, concretizou a ocupação do imóvel situado ao SAAN, para atender unidades do MDS, em especial, o Almoxarifado e o Depósito Central, que não dispunham de acomodações adequadas para a guarda dos bens móveis e materiais de consumo, dentre outras ações, anteriormente distribuídos sob guarda de outros órgãos federais.

2.2.1.3. Coordenação Geral de Logística e Administração - CGLA

A Coordenação-Geral de Logística e Administração primou pelo atendimento absoluto das boas práticas de gestão dos recursos públicos que lhe foram alocados, para tanto, buscou a racionalização de seus gastos, sem prejuízos na qualidade dos serviços prestados.

Realizou levantamentos e análises de seus contratos vigentes, visando à identificação de possíveis pontos de melhoria, a efetiva adequação entre as necessidades deste MDS e os correspondentes provimentos de materiais e serviços. Além disso, atuou sistematicamente na comparação de preços entre os valores propostos e os de mercado, bem como obtidos por outros órgãos públicos. À vista dos resultados dessas atividades, adotou as providências necessárias para que a Administração Pública continuamente dispusesse das condições mais vantajosas ao Erário.

Com a perspectiva de melhorar a qualidade e maximizar sua economia, priorizou a utilização, quase exclusiva, de pregões e de adesões a Atas de Registros de Preços de outros órgãos para maior racionalização administrativa. Para tanto, atentou para a importância da compatibilidade dos objetos às necessidades que determinavam suas contratações.

Realizou, também, a ocupação efetiva do edifício situado no SAAN, locado para unificar o depósito do Ministério, bem como para alocar a equipe responsável pelo patrimônio e de Almoxarifado, além de parte da Coordenação-Geral de Informática. Além disso, ciente da falta de espaço físico, a CGLA iniciou em 2008, procedimento voltado à locação de imóvel que permitisse restabelecer as condições de ocupação atuais aos padrões estabelecidos pela Secretaria de Patrimônio da União. Tal medida se mostrou importante pelo contínuo crescimento do quadro funcional do MDS, em especial pelo ingresso de novos concursados, anistiados e cargos decorrentes da reestruturação do MDS.

Outrossim, reestruturou o Arquivo Central, totalmente modernizado, pela instalação de arquivos deslizantes que auxiliaram na organização e otimização do espaço físico ocupado pelo Setor. Seguindo a estratégia de otimização de espaço, a CGLA atuou em reformas de outras áreas, como o Gabinete Ministerial, a Assessoria de Comunicação, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Consultoria Jurídica e de unidades da SPOA.

Na área de Logística, a CGLA, em 2008, fortaleceu o planejamento de suas ações mediante análise das necessidades específicas aos serviços de manutenção de infra-estrutura. Além disso, procedeu à substituição de aparelhos condicionadores de ar e a padronização do mobiliário do MDS.

Ainda sobre a Logística, homologou Sistema de Protocolo (Sispro) criado para atender as necessidades diretas do público do Ministério. Com isso, buscou facilitar a gestão e agilizar as demandas daquela própria Coordenação. Outros sistemas foram implantados: de Controle de Contratos, BPM (Padrão Gerencial de Processos) e o Sistema de Controle do Envio das Contas Telefônicas do Ministério.

Com a finalidade de garantir que as necessidades e expectativas das áreas finalísticas sejam definitivamente cumpridas, a CGLA definiu, no início de 2008, uma nova estratégia para aquisições e contratações, mediante a qual visa a oportunizar que a área demandante participe ativamente do processo de pregão eletrônico, notadamente pela elaboração de termos de referência e/ou projetos básicos. Com isso, almeja-se reduzir a possibilidade de possíveis inadequações que comprometeriam a efetividade e eficácia dos gastos realizados.

O detalhamento das informações relativas a contratos e licitações seguem nos seguintes anexos a este relatório:

- Anexo I – Relatório dos Contratos Vigentes;

- Anexo II – Contratos por Adesão à Ata de Registro de Preços;
- Anexo III – Contratos por Dispensa de Licitação;
- Anexo IV – Contratos por Inexigibilidade de Licitação
- Anexo V – Licitações Realizadas

2.2.1.4. Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC

A atuação da CGOFC na administração dos recursos orçamentários e financeiros, objetiva adequar o orçamento às reais necessidades das políticas implementadas pelo Ministério, por intermédio de reformulações implementadas por Leis, Decretos do Poder Executivo e Portarias do MDS.

Visando o cumprimento das diretrizes e metas de política fiscal, estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007) e pelo Decreto no 6.439, de 22 de abril de 2008, e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, realizou-se no decorrer do exercício acompanhamento dos limites de empenho e pagamento das programações objeto de contingenciamento.

A tabela a seguir mostra a execução do MDS por tipo de ação, discriminando aquelas que são classificadas como obrigatórias ou prioritárias, nos termos da LDO 2008, das discricionárias e demonstra que em 2008 esta Pasta empenhou 99,0% e liquidou 98,4% de seus recursos.

MDS – Execução Orçamentária e Financeira, por Tipo de Ação - 2008

Tipo de Ação / Secretaria / Programa / Ação	Dot. Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	R\$ mil Percentuais	
				(d = b/a)	(e = c/a)
I - Ações Obrigatórias	26.218.468,3	26.191.827,1	26.142.574,7	99,9%	99,7%
<i>1 - Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS</i>	15.640.526,1	15.640.521,6	15.640.521,6	100,0%	100,0%
1384 - Proteção Social Básica	15.640.526,1	15.640.521,6	15.640.521,6	100,0%	100,0%
0561 - Renda Mensal Vitalícia por Idade	527.991,2	527.991,2	527.991,2	100,0%	100,0%
0565 - Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	1.364.731,6	1.364.731,6	1.364.731,6	100,0%	100,0%
0573 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	6.666.510,7	6.666.510,7	6.666.510,7	100,0%	100,0%
0575 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	7.081.292,5	7.081.288,1	7.081.288,1	100,0%	100,0%
<i>2 - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC</i>	10.548.462,3	10.522.086,1	10.472.865,4	99,7%	99,3%
1335 - Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família	10.548.462,3	10.522.086,1	10.472.865,4	99,7%	99,3%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	10.548.462,3	10.522.086,1	10.472.865,4	99,7%	99,3%
<i>3 - Secretaria Executiva - SE</i>	29.479,9	29.219,4	29.187,7	99,1%	99,0%
<i>3.1 - Cooodenação Geral de Recursos Humanos - CGRH</i>	29.479,9	29.219,4	29.187,7	99,1%	99,0%
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	60,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	60,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%

0750 - Apoio Administrativo	29.342,0	29.194,9	29.163,2	99,5%	99,4%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.467,0	1.320,8	1.320,8	90,0%	90,0%
2000 - Administração da Unidade (Somente Pessoal)	27.875,0	27.874,0	27.842,4	100,0%	99,9%
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	77,9	24,6	24,6	31,5%	31,5%
0716 - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	77,9	24,6	24,6	31,5%	31,5%
II - Ações Discricionárias	2.904.816,6	2.653.408,9	2.518.198,8	91,3%	86,7%
I - Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	1.528.265,1	1.308.154,9	1.256.383,8	85,6%	82,2%
I.1 - SNAS - Dotações do Fundo de Assistência Social - FNAS	1.505.131,0	1.285.232,0	1.236.454,5	85,4%	82,1%
0068 - Erradicação do Trabalho Infantil	277.927,9	241.562,4	240.986,4	86,9%	86,7%
2060 - Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	236.234,1	205.587,3	205.011,3	87,0%	86,8%
8662 - Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	41.693,8	35.975,1	35.975,1	86,3%	86,3%
0073 - Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	59.519,7	54.262,1	54.262,1	91,2%	91,2%
2383 - Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	59.519,7	54.262,1	54.262,1	91,2%	91,2%
0152 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE	13.200,0	9.244,6	9.244,6	70,0%	70,0%
8524 - Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas	13.200,0	9.244,6	9.244,6	70,0%	70,0%
1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento	23.060,0	20.664,1	16.981,1	89,6%	73,6%
4963 - Promoção da Inclusão Produtiva	23.060,0	20.664,1	16.981,1	89,6%	73,6%
1384 - Proteção Social Básica	722.524,6	635.309,4	610.461,4	87,9%	84,5%
2583 - Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia	22.185,3	20.986,1	20.931,6	94,6%	94,3%
2589 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia	8.100,0	2.148,3	1.886,2	26,5%	23,3%
2A60 - Serviços de Proteção Social Básica às Famílias	281.261,9	253.373,7	250.415,0	90,1%	89,0%
2A61 - Serviços Específicos de Proteção Social Básica	283.532,0	260.636,8	254.415,9	91,9%	89,7%
2B30 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	80.477,3	55.196,1	41.858,2	68,6%	52,0%
8664 - Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social	45.693,6	42.968,4	40.954,5	94,0%	89,6%
869L - Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Bolsa a Jovens em Situação de Vulnerabilidade	1.274,4	0,0	0,0	0,0%	0,0%
1385 - Proteção Social Especial	240.346,5	188.312,2	169.002,2	78,4%	70,3%
2A65 - Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias	5.000,0	3.810,1	3.265,8	76,2%	65,3%
2A69 - Serviços Específicos de Proteção Social Especial	133.867,2	121.950,7	121.658,2	91,1%	90,9%
2B31 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial	101.479,3	62.551,5	44.078,2	61,6%	43,4%
8034 - Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	168.552,3	135.877,3	135.516,7	80,6%	80,4%
20B8 - Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos	168.552,3	135.877,3	135.516,7	80,6%	80,4%
I.2 - SNAS - Dotações da Administração Direta do MDS	23.134,1	22.922,9	19.929,3	99,1%	86,1%
1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9.256,3	9.104,0	7.406,4	98,4%	80,0%
8249 - Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	3.359,5	3.207,2	2.935,9	95,5%	87,4%
8893 - Apoio à Organização e Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	4.581,0	4.581,0	4.470,6	100,0%	97,6%
8937 - Serviço de Vigilância Social no Território	1.315,8	1.315,8	0,0	100,0%	0,0%

8034 - Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	13.877,7	13.818,9	12.522,9	99,6%	90,2%
2272 - Gestão e Administração do Programa	12.167,1	12.108,2	10.867,1	99,5%	89,3%
86AB - Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico	700,0	700,0	645,1	100,0%	92,2%
86AD - Formação de Profissionais	1.010,7	1.010,7	1.010,7	100,0%	100,0%
2 - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC	547.795,0	540.454,4	531.678,8	98,7%	97,1%
1335 - Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família	547.795,0	540.454,4	531.678,8	98,7%	97,1%
2272 - Gestão e Administração do Programa	2.725,0	2.420,0	2.118,5	88,8%	77,7%
6414 - Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	19.800,0	19.455,7	15.419,4	98,3%	77,9%
6524 - Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	237.100,0	235.792,7	231.765,0	99,4%	97,7%
8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	288.170,0	282.785,9	282.375,9	98,1%	98,0%
3 - Secretaria de Segurança Alimentar - SESAN	698.382,5	685.584,4	618.387,9	98,2%	88,5%
1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.700,0	1.972,6	1.227,1	73,1%	45,4%
8624 - Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	2.700,0	1.972,6	1.227,1	73,1%	45,4%
1049 - Acesso à Alimentação	695.682,5	683.611,9	617.160,8	98,3%	88,7%
11V1 - Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	54.027,9	53.931,3	53.420,7	99,8%	98,9%
2784 - Educação Alimentar e Nutricional	6.000,0	5.770,7	4.976,2	96,2%	82,9%
2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	41.900,0	40.825,1	40.687,4	97,4%	97,1%
2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	462.627,2	462.471,7	435.996,6	100,0%	94,2%
2802 - Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	13.860,0	13.826,5	9.360,6	99,8%	67,5%
8457 - Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais	4.900,0	4.900,0	4.900,0	100,0%	100,0%
8458 - Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo	12.000,0	11.698,2	10.029,4	97,5%	83,6%
8506 - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	6.444,0	5.899,1	4.536,0	91,5%	70,4%
8894 - Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	30.106,6	24.235,6	19.728,4	80,5%	65,5%
8929 - Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares	34.905,0	32.165,2	9.403,5	92,2%	26,9%
8930 - Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos	6.411,8	5.389,0	2.648,0	84,0%	41,3%
8948 - Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo	22.500,0	22.499,5	21.474,1	100,0%	95,4%
4 - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	14.506,0	13.953,3	12.791,1	96,2%	88,2%
1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	14.506,0	13.953,3	12.791,1	96,2%	88,2%
4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	6.880,5	6.580,5	5.418,3	95,6%	78,7%
6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.625,5	7.372,8	7.372,8	96,7%	96,7%
5 - Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP	18.000,0	15.309,8	15.309,8	85,1%	85,1%
1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento	18.000,0	15.309,8	15.309,8	85,1%	85,1%
4963 - Promoção da Inclusão Produtiva	18.000,0	15.309,8	15.309,8	85,1%	85,1%
6 - Secretaria Executiva - SE	90.950,2	89.952,1	83.647,5	98,9%	92,0%
0681 - Gestão da Participação em Organismos	108,2	108,0	11,0	99,8%	10,2%

Internacionais					
009D - Contribuição ao Instituto Social do Mercosul - ISM	97,2	97,0	0,0	99,8%	0,0%
0B60 - Contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe - REDLAC	11,0	11,0	11,0	100,0%	100,0%
1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19.985,3	19.985,3	17.514,8	100,0%	87,6%
2272 - Gestão e Administração do Programa	1.748,0	1.748,0	0,0	100,0%	0,0%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	7.200,0	7.200,0	6.477,5	100,0%	90,0%
4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	11.037,3	11.037,3	11.037,3	100,0%	100,0%
6.1 - Coordenação Geral de Logística e Administração - CGLA	68.770,9	68.054,8	64.419,0	99,0%	93,7%
0750 - Apoio Administrativo	68.770,9	68.054,8	64.419,0	99,0%	93,7%
2000 - Administração da Unidade	68.770,9	68.054,8	64.419,0	99,0%	93,7%
6.2 - Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH	2.085,8	1.803,9	1.702,7	86,5%	81,6%
0750 - Apoio Administrativo	1.717,0	1.550,4	1.517,4	90,3%	88,4%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	349,6	227,6	194,6	65,1%	55,7%
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	908,6	876,2	876,2	96,4%	96,4%
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	410,2	408,3	408,3	99,5%	99,5%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	48,6	38,3	38,3	78,8%	78,8%
1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	368,9	253,6	185,3	68,7%	50,2%
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	368,9	253,6	185,3	68,7%	50,2%
7 - Reserva de Contingência	6.917,9	0,0	0,0	0,0%	0,0%
0999 - Reserva de Contingência	6.917,9	0,0	0,0	0,0%	0,0%
0998 - Reserva de Contingência - Adm. Direta	4.799,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
0998 - Reserva de Contingência - FNAS	2.118,9	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Total MDS	29.123.284,9	28.845.236,0	28.660.773,5	99,0%	98,4%

Fonte: SIAFI Gerencial

2.2.1.5. Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA

Na área de **Planejamento Estratégico e Orçamento**, como ocorre anualmente, a CGPA apoiou com suporte metodológico e logístico a realização do Planejamento Estratégico 2008 do MDS, ocorrido nos dias 22 e 23 de fevereiro, com a presença de sessenta dirigentes, incluindo o Sr. Ministro e a Sra. Secretária-Executiva. A partir desse encontro, um Plano de Ação foi acompanhado periodicamente pelo grupo de trabalho coordenado pela Secretária-Executiva, assessorada pela CGPA. Nesses cinco anos de MDS, a experiência tem mostrado a efetividade desses encontros de Planejamento Estratégico e sua capacidade de orientar toda a atuação da equipe dirigente em torno de diretrizes claras e resultados definidos anualmente.

Ainda no âmbito de Planejamento e Orçamento, a CGPA consolidou o resultado de todos os Planos Plurianuais estaduais e suas respectivas Leis Orçamentárias para 2008, de modo a subsidiar o debate da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) na definição de critérios de cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social e no Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS. Cabe ressaltar a falta de um sistema de informação federativo capaz de organizar todo esse volume de legislação relativo ao ciclo de planejamento (PPA, LDO, LOA) dos entes federados.

Nas atividades anuais do ciclo de planejamento e orçamento, a CGPA participou da elaboração da LDO 2009 e seu Anexo de Metas e Prioridades, verificou demandas de revisão no PPA 2008-2011¹, e efetuou a revisão do Cadastro de ações da LOA 2008. Também elaborou, pela quinta edição, o “Guia de ações para alocação de recursos no orçamento 2009”, distribuído pela Assessoria Parlamentar a todos os gabinetes de deputados e senadores com o objetivo de facilitar a apreciação da proposta orçamentária setorial e orientar a elaboração de emendas parlamentares de acordo com as políticas públicas da área social.

Quanto ao Plano Plurianual federal, atendendo ao Decreto nº 6.601, de 10/10/2008, que instituiu o modelo de gestão do PPA 2008-2011, a CGPA elaborou portaria que estabeleceu as unidades administrativas responsáveis pelos programas e ações do MDS (Portaria nº 442, 9 de dezembro de 2008). Assim, ficaram definidos todos os gerentes de programa e os seus respectivos coordenadores de ação. A partir daí, esses titulares poderão indicar gerentes-executivos de programas e coordenadores-executivos de ação para o monitoramento da execução físico-financeira, por meio do SigPlan. A Portaria também definiu a CGPA como Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) do MDS, dentro do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal. Por isso, essa unidade também exerce o papel de cadastradora setorial do SigPlan, além de ser responsável por acompanhar a execução dos programas, o monitoramento e a avaliação dos mesmos, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas sob responsabilidade do Ministério.

Entre as atividades de **Monitoramento e Avaliação** (M&A) exercidas pela CGPA, podemos ressaltar a publicação do Caderno SUAS nº 3², que trouxe uma análise comparativa dos PPA Avança Brasil (2000-2003) e Brasil de Todos (2004-2007) no que diz respeito aos Programas de Transferência de Renda (PTR). Além do avanço na universalização dessas políticas, o documento resalta a melhoria na gestão orçamentária, unificando ações e dando maior transparência aos programas federais de transferência de renda, que possuem resultados reconhecidos mundialmente.

Também no campo do M&A, a CGPA produziu e divulgou internamente o Relatório Anual do Financiamento da Assistência Social no Brasil – ano base 2007. Esse documento baseia-se nas informações dos balanços municipais e estaduais informados à Secretaria do Tesouro Nacional, por força do artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A partir dessa base de dados, é possível extrair as informações relativas aos gastos de estados e municípios na função Assistência Social (08) e compará-los aos valores repassados pelo MDS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social e pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Também é possível avaliar o percentual do gasto com essa função de governo em relação ao total de gasto do ente federativo e em relação ao seu respectivo orçamento da Seguridade Social.

Outra Nota Técnica relevante elaborada em 2008 foi uma análise da proposta de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional e seus possíveis impactos no financiamento da Seguridade Social no Brasil. Foi um subsídio à discussão com o relator da reforma para aperfeiçoamentos na proposta.

Entre as atividades anuais de M&A efetivadas pela CGPA também em 2008, ressaltamos: a Mensagem Presidencial que abre a seção legislativa no início do ano, o Balanço Geral da União relativo ao MDS, a avaliação setorial do PPA 2004-2007, a avaliação do Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Social, e o acompanhamento das metas físicas alcançadas pelas atividades orçamentárias. Além disso, a CGPA acompanhou todos os resultados de pesquisas

¹ Apesar de encaminhada proposta setorial de revisão do Plano, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão optou por não levar à apreciação legislativa com o argumento de privilegiar a Reforma Tributária e a Lei do Orçamento Anual na agenda parlamentar do segundo semestre de 2008.

² Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Evolução dos Recursos dos Programas de Transferência de Renda” in *Caderno SUAS*, ano 3, nº 3, Brasília: 2008.

relativas aos indicadores socioeconômicos brasileiros, como a Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, o RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano publicado pelo Pnud, o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio e os estudos do Ipea relativos à área social. E, finalmente, a unidade acompanhou a evolução das ações previstas na Agenda Social.

No campo do **Desenvolvimento Institucional**, mas também relativo a M&A da Gestão, a CGPA produziu mensalmente o relatório de indicadores de implantação de convênios e de serviços, com base nos indicadores desses processos da Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ainda em relação à gestão de convênios, a unidade apoiou a implantação do SICONV no MDS por meio do cadastramento dos programas implantados por convênio, e treinamento às equipes de análise técnica e redesenho de processos de convênios de acordo com a nova base legal aprovada em 2008 (Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008).

O projeto mais importante desenvolvido no âmbito do Desenvolvimento Institucional em 2008 foi a elaboração dos documentos de referência da Política de Recursos Humanos do MDS. Com o apoio de uma consultoria e o envolvimento de todas as unidades do Ministério, foram realizados os seguintes produtos:

- o diagnóstico da gestão de RH no MDS, que é um ministério recente, com poucos quadros próprios, muitos servidores cedidos, requisitados ou sem vínculo com a administração, além de servidores por contratos temporários e prestadores de serviços terceirizados;
- o Manual de Competências, com o mapeamento completo das necessidades das áreas em termos de competências distintivas, transversais e comportamentais para atender adequadamente a realização dos objetivos estratégicos setoriais;
- a Política de Recursos Humanos, com o sumário de todo o conteúdo trabalhado e as diretrizes estratégicas para a boa gestão de RH, com foco na gestão por competências;
- o manual para gestão de terceiros denominado Relações Humanas no Processo de Terceirização, que estabelece condutas éticas para a gestão de serviços de terceiros, cujo envolvimento profissional se dá com o Ministério e não com a empresa contratada; o documento também orienta o processo de transição pactuado no Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão³; e
- o Plano de Capacitação e o Procedimento Permanente de Capacitação, que atende à necessidade de orientação estratégica dos investimentos nos servidores de acordo com as competências desejadas para a obtenção de resultados organizacionais.

Nesse processo, realizou-se entrevistas com os principais dirigentes (cerca de 32), oficinas com servidores (10) e prestadores de serviços terceirizados (10), oficinas de trabalho com chefes de gabinetes e assessores de todas as secretarias (17 participantes), além de reuniões de secretariado específicas para a pactuação de uma proposta final de Política de Recursos Humanos baseada na gestão por competências. A CGPA foi a unidade facilitadora do trabalho da consultoria, que trabalhou juntamente com a SPOA e a CGRH com a meta, definida no Plano de Ação 2008, de “construir uma política vigorosa de Recursos Humanos no MDS”, cujo objetivo maior é a “institucionalização do Ministério”. Cabe informar, para fins de controle, que essa atividade foi

³ Termo de Conciliação Judicial nº 00810.2006.017.10.00.7, de 05 de novembro de 2007.

financiada por meio do Acordo de cooperação internacional, com a Unesco⁴, e que os resultados desse trabalho serão implementados no decorrer de 2009 e 2010.

Por fim, a atividade rotineira exercida no âmbito do Desenvolvimento Institucional foi a atualização permanente dos organogramas de todas as unidades administrativas e o mapeamento das estruturas informais para efeito de revisão de estrutura organizacional⁵.

2.2.1.6. Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH operacionaliza a política de Recursos Humanos – RH por meio de duas Coordenações, quais sejam, Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP, com competência específica de administração de pessoal, exercendo atividades de coordenação, orientação, supervisão e controle das atividades relativas a cadastro, pagamento, benefícios, remuneração, normas de servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão do MDS; e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP, que possui competência para gerir os planos de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos, efetuando levantamento das necessidades de desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos nas diversas unidades administrativas do Ministério, inclusive propondo e criando meios para executá-las. Propõe, também, ações que comporão o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos a ser ainda implementado.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, no exercício de 2008 atuou em várias frentes de trabalho:

Concurso Público

O concurso público do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS foi realizado conjuntamente com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE/UNB no ano de 2006, com disponibilidade para 200 (duzentas) vagas, das quais 100 (cem) para os cargos de nível superior e 100 (cem) vagas para cargos de nível médio, tendo seu resultado final homologado em 20 de junho daquele mesmo ano.

Em 2008, resultado de negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi autorizado o provimento adicional de 38 (trinta e oito) cargos de Agente Administrativo, nível médio, 14 (quatorze) cargos de Administrador, 5 (cinco) de Técnico de nível superior e 4 (quatro) de Contador, de nível superior, perfazendo um total de 61 vagas.

Com o encerramento do prazo de validade do concurso público e o término da vigência das últimas portarias de nomeação publicadas, foram nomeados para o cargo de nível médio Agente Administrativo 295 (duzentos e noventa e cinco) candidatos, dos quais 109 (cento e nove) permaneciam em exercício em 31/12/2008. Abaixo, o quadro demonstrativo revela dados sobre os quantitativos de candidatos nomeados e outros que tiveram sua portaria tornada sem efeito e de vacâncias e exonerações ocorridas.

⁴ Serviço prestado conforme contrato no âmbito do acordo 914BRA3026, firmado com a Unesco.

⁵ Atualmente, um Projeto de Lei tramita no Congresso Nacional dispondendo sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados a uma reestruturação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando adequar essa estrutura organizacional às novas demandas das políticas sociais.

NÍVEL MÉDIO					
Cargo	Vagas	Nomeados	Quadro de Pessoal 31/12/2008	Portaria Tornada Sem Efeito	Vacância/ Exonerados
Agente Administrativo	138	295	109	145	41

Sobre os cargos de nível superior, foram nomeados 209 (duzentos e nove) candidatos, dos quais 114 (cento e quatorze) continuavam em exercício, em 31/12/2008. A seguir, planilha informativa demonstra os dados específicos desses cargos.

NÍVEL SUPERIOR					
Cargo	Vagas	Nomeados	Quadro de Pessoal 31/12/2008	Portaria Tornada Sem Efeito	Vacância/ Exonerados
Administrador	42	64	40	20	4
Arquivista	2	3	2	1	0
Assistente Social	14	20	11	5	4
Bibliotecário	2	8	1	6	1
Contador	12	18	11	5	2
Economista	4	11	4	7	0
Engenheiro	6	7	6	0	1
Engenheiro Agrônomo	2	2	2	0	0
Estatístico **	1	1	0	1	0
Nutricionista	1	1	1	0	0
Pedagogo	4	6	4	1	1
Psicólogo	4	7	4	3	0
Sociólogo	4	6	4	2	0
Téc. de Nível Superior	16	32	15	15	2
Téc. Assuntos Educacionais	2	4	2	2	0
Téc. Comunicação Social	6	18	6	7	5
Tradutor	1	1	1	0	0
TOTAL	123	209	114	75	20

** Não houve mais candidatos aprovados.

Somando-se o quantitativo de candidatos nomeados para ambos os níveis de escolaridade, perfaz-se um total de 504 (quinhentos e quatro) candidatos nomeados, dos quais 223 (duzentos e vinte e três) servidores continuavam em exercício no MDS, em 31/12/2008.

Processo Seletivo Simplificado para Contratação por Tempo Determinado

O Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária do MDS, nos termos da Lei n.º 8745/1993, foi realizado conjuntamente com a FUNIVERSA, em 2006, para preenchimento de 60 (sessenta) vagas. O seu resultado final homologado em 20 de junho daquele mesmo ano, sendo prorrogado por mais 1 (um) ano.

Durante o exercício de 2008 deu-se continuidade às convocações, até o mês de junho, momento em que a seleção pública teve seu prazo expirado.

Os contratados temporários foram incluídos no SISAC e, em 31/12/2008, perfaziam 52 (cinquenta e dois) contratados que compunham força de trabalho da Pasta.

Por meio do Edital n.º 01/2008, publicado no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2008, deu-se publicidade à realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária nos termos da Lei n.º 8.745/1993, cujo resultado final foi publicado em 15/12/2008. Tais contratações dever-se-ão efetivar em 2009.

Neste certame foram oferecidas 110 (cento e dez) vagas, distribuídas conforme as necessidades e atributos exigidos, pelas secretarias que integram o MDS, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	NÍVEL e REMUNERAÇÃO			TOTAL
	III – R\$ 3.800,00	IV – R\$ 6.130,00	V – R\$ 8.300,00	
GM	2	3	0	9
ASCOM	0	1	2	
AI	0	1	0	
SE	0	0	12	12
SENARC	0	7	18	25
SNAS	12	11	7	30
SESAN	0	16	3	19
SAIP	0	0	7	7
SAGI	0	0	8	8
Total	14	39	57	110

Anistiados

Ainda em 2008, solicitou-se ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o recebimento de 92 (noventa e dois) funcionários anistiados. Em 31/12/2008, haviam sido publicados no Diário Oficial da União 42 (quarenta e duas) portarias fixando lotação no MDS de funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Ministério de Minas e Energia – MME, dos quais 21 apresentaram-se ao novo órgão de lotação (MDS), até aquela mesma data.

Solicitação Ofício n.º 183/SE/MDS	Portarias Publicadas no DOU até 31/12/2008	Apresentação no MDS até 31/12/2008
92	42	21

Quantitativo de Pessoal do Quadro Geral do MDS

Descrição	Situação em dez/08	Percentual
Ativo Permanente	218	31,91%
Cedidos para Outros Órgãos	5	0,73%
Requisitados	183	26,79%
Nomeado Cargo em Comissão	177	25,91%
Natureza Especial	1	0,14%
Exercício Descentralizado de Carreira	45	6,58%
Contrato Temporário	52	7,61%
Exercício Provisório	2	0,29%
TOTAL	683	100%

Quantitativo de Prestadores de Serviço

Prestadores de Serviço	Situação em dez/08
Patrimonial Serviços Especializados	450
Informática – Montana e Solução*	118
Cooperação Internacional	64
Estagiários	48
TOTAL	680

* A partir de 2009, os contratos de informática deixaram de ser executados por postos de trabalho, conforme prescrição contida na IN SLTI nº 04/2008.

Cargos Comissionados

O quantitativo de cargos constantes do quadro abaixo foi distribuído pelo Decreto n.º 5.550, de 22 de setembro de 2005, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Comissionadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cód.	GM	SE	SPOA	CONJUR	SENARC	SNAS	SESAN	SAGI	SAIP	CNAS	TOTAL
NE		01									01
101.6		01			01	01	01	01	01		06
101.5	01	01	01	01	03	05	03	03	02		20
102.5	05										05
101.4	05	05	06		09	11	09	06		01	52

102.4	08	03		03	01	05	01	01	06		28
101.3		01	14	01	13	05	16	04		03	57
102.3	17	05	10	04	01	15	04	03	06		65
101.2	01	03	20		10	09				01	44
102.2	13	03	06	03	02	17	11	08	04	03	70
101.1	01		07		07	01				09	25
102.1	01		05			04				01	11
TOTAL	52	22	69	12	47	73	45	26	19	18	384

2.2.1.7. Coordenação Geral de Informática - CGI

A CGI, durante o exercício de 2008, efetuou um conjunto de ações voltadas à estruturação da TI do MDS, tendo como base as recomendações efetuadas pelo Plano Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação – PETIC, elaborado pela consultoria do CPqD, e ainda as recomendações contidas nas Instruções Normativas nº. 2 e nº. 4 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Paralelamente a essas ações a CGI, ainda que com reduzidos recursos de infraestrutura, manteve todas as aplicações existentes no MDS no melhor nível possível, bem como desenvolveu um conjunto de novas aplicações, todas resultantes ou de solicitações das Secretarias finalísticas do MDS ou oriundas do PETIC. Todas as ações propostas e levadas a efeito foram validadas no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI – do MDS, considerando as atribuições institucionais do Comitê e a abrangência das ações propostas, sejam elas de desenvolvimento de novos aplicativos ou de aquisição de bens.

- Assim, as ações tomadas pela CGI no sentido de estruturação da TI do Ministério, foram:
- Transferência de equipamentos de Brasília para o Datacenter em Uberlândia;
- Licenciamento dos programas de computador utilizados pelo Ministério;
- Substituição de estações de trabalho já obsoletas por máquinas com configuração adequada à execução dos programas definidos para utilização pelos servidores do MDS;
- Aquisição de equipamentos de grande porte para processamento de bancos de dados;
- Aquisição de equipamentos adequados para os demais serviços de infraestrutura de TI, tais como serviços de Correio Eletrônico, serviços de acesso à Internet, serviços de ambiente Intranet, etc.; e
- Contratação de empresas para prestação de serviços em todas as áreas de TI, para garantir a adequada capacidade de atendimento às necessidades do MDS.

É importante ressaltar que todas as contratações, tanto a de equipamentos como a de serviços já foram feitas com regras criadas a partir das orientações das IN's nº 2 e nº 4 da SLTI. Isso levou a uma mudança estrutural na maneira de contratar, gerenciar e aferir resultados, o que deve resultar numa prestação de serviços de alta eficiência considerando a qualidade dos Acordos de Nível de Serviço propostos nos Termos de Referência. A utilização de empresas de auditoria para aferição de resultados vai garantir o efetivo cumprimento dos ANS estipulados, assim como

proporcionar novas ferramentas de gestão, permitindo uma rápida análise dos parâmetros de controle, dando ao MDS ferramentas para ações quase que imediatas de correção de eventuais desvios do previsto nos Contratos, Termos de Referência e Acordos de Nível de Serviço.

A sustentação e manutenção dos sistemas existentes, tanto corretiva como evolutiva, foi feita com os recursos do contrato celebrado com a empresa Montana Soluções Corporativas que teve dificuldades operacionais de contratação de profissionais com a qualificação necessária em função dos salários praticados, o que gerou um turn over acima da média desejada, porém, não aconteceram problemas maiores nem de desenvolvimento de novos aplicativos nem de manutenção dos existentes. Entretanto, a empresa citada não chegou a cumprir o contrato em sua totalidade, pois, por descumprimento de várias cláusulas contratuais, teve o MDS que proceder ao rompimento unilateral do referido contrato, até para proteger eventualmente os direitos dos empregados.

Os novos projetos desenvolvidos pela equipe acima citada foram:

SIGAB (Sistema de Gabinete): sistema permite o controle de todas as correspondências enviadas ao Ministério e recebidas pelo Apoio ao Gabinete do Ministro. Esse controle anteriormente era feito via planilha em excel e o que consumia recursos e tempo desnecessários;

Observatório PBF: sistema que disponibiliza a estrutura de portal para abrigar um sítio denominado Observatório dentro do Portal Bolsa Família, adicionado de funcionalidade que permita a inscrição de Boas Práticas pelos Gestores do PBF, e demais funcionalidades associadas, inclusive que permitam a premiação das melhores.

SISPROTOCOLO: sistema de protocolo que veio do Ministério da Justiça foi adequado e ajustado as necessidades do MDS e substituiu o antigo SIPPS que não mais atendia o MDS;

SISCON Web: o Sistema de Gestão de Convênios Módulo WEB – SISCON-WEB, foi implementado com o objetivo de facilitar o preenchimento das propostas de convênios firmados entre o MDS, denominado Concedente, entes federados (Estados e Municípios) e demais entidades ligadas ao ministério, denominados de Proponentes;

Questionário_PBT: foi desenvolvido um questionário eletrônico, para subsidiar a SNAS no levantamento dos serviços atendidos e valores repassados por esse Ministério através do piso básico de transição – PBT.

Compras: projeto para identificar, modelar e automatizar o processo de compras do MDS, modalidade Pregão Eletrônico Período.

MI_SAN: sistema para Controle do Recebimento de Dados de Segurança Alimentar e Nutricional da SESAN.

2.2.2. Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP

Em 2008 a SAIP foi incumbida de promover a inclusão socioprodutiva dos beneficiários dos programas do MDS. Para tanto, foi definido que a Secretaria passaria a gerenciar a Ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva relativa ao Programa 1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento. O objetivo desta ação é promover a geração de trabalho e renda em territórios caracterizados pela pobreza e pela ausência de infra-estrutura básica. No decorrer do ano foram priorizadas duas linhas de atuação: a primeira junto a governos estaduais visando fortalecer as ações já existentes de inclusão produtiva em seu território e a segunda mediante apoio a organizações sem fins lucrativos com projetos em algumas regiões metropolitanas.

Em relação à primeira linha foi concedida prioridade aos governos estaduais que aderissem ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, instituído pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008. Uma das metas desse Compromisso é a inclusão produtiva dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Deve-se registrar que as metas desse compromisso são mais amplas que a inclusão socioprodutiva, abrangendo todas as áreas de atuação do MDS.

O Compromisso visa conjugar esforços da União e dos Estados e Distrito Federal para o combate à fome e para o enfrentamento das desigualdades sociais, direcionados à inclusão social e promoção da cidadania. Seus objetivos são: 1 – a erradicação da extrema pobreza, da insegurança alimentar grave, do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes; 2 – a promoção da universalização das políticas de proteção e promoção social; 3 - a inclusão produtiva; e 4 – o fortalecimento das instituições e dos mecanismos sociais, políticos e econômicos capazes de promover a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos brasileiros. O Decreto nº 6.393, portanto, tem como uma de suas metas a inclusão produtiva e estabelece em seu artigo 3º, verbis:

“3º No âmbito do Compromisso Nacional caberá:

I – à União oferecer aos Estados e ao Distrito Federal fornecer apoio técnico e financeiro ou mecanismos de incentivo para o cumprimento das metas definidas no parágrafo único do artigo 2º, especialmente para:

...

g. implementação de políticas que promovam oportunidades de trabalho e renda nos meios urbano e rural.”

Visando ao cumprimento do Decreto nº 6.393, o MDS enviou o Ofício Circular nº 22/GM/MDS, de 27 de junho de 2008, a todos os governadores estaduais, informando-lhes sobre a intenção do Ministério de atuar conjuntamente, para os objetivos estipulados, solicitando manifestação de interesse dos respectivos estados em participar desse processo e, em caso positivo, a indicação de representante para fazer a interlocução com o Ministério.

Em 10 de outubro de 2008 foi publicado o Edital de Justificativa SAIP nº 01, no qual o MDS tornou público que até aquela data 13 (treze) estados haviam aderido ao Compromisso (Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo), delegando a diferentes Secretarias de Governo, a responsabilidade de participar das negociações, com vistas a firmar um Pacto.

Por ser uma atribuição nova, esta pactuação não estava prevista na proposta orçamentária encaminhada em 2007 e para a sua implementação foi necessária a alocação de recursos específicos do Programa 1133- Economia Solidária em Desenvolvimento no âmbito da Ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva. Com os recursos alocados para a Secretaria foram firmados quatro convênios com governos estaduais destinados a apoiar projetos de inclusão socioprodutiva.

Considerando o perfil institucional deste Ministério, cujas políticas visam favorecer os segmentos mais vulneráveis e excluídos socialmente, bem como o caráter indutivo dessas intervenções, o Edital de Justificativa SAIP nº 01 concedeu prioridade aos estados que tivessem maior vulnerabilidade social. Para tanto, usou-se como critério de seleção dos estados o percentual da população beneficiária do Programa Bolsa Família em relação à população total, segundo a contagem populacional realizada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Segundo este critério, os estados contemplados dentre os 13 que aderiram ao compromisso foram Alagoas, Ceará, Bahia e Acre, por apresentarem os maiores percentuais de pobreza, conforme pode-se constatar na tabela a seguir.

**Percentual de Pobreza dos Estados que aderiram ao
Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social
(Decreto n° 6393) até 10 de outubro de 2008**

UF	População (IBGE - Contagem 2007)	Pessoas no Programa Bolsa Família	Beneficiários PBF (2008) em relação à população (%)
1 AL	3.037.103	1.432.331	47,16
2 CE	8.185.286	3.754.814	45,87
3 BA	14.080.654	5.748.003	40,82
4 AC	655.385	266.584	40,68
5 PA	7.065.573	2.400.541	33,98
6 AP	587.311	175.943	29,96
7 MG	19.273.506	4.543.239	23,57
8 MS	2.265.274	454.986	20,09
9 MT	2.854.642	551.327	19,31
10 RJ	15.420.375	1.938.819	12,57
11 SP	39.827.570	4.078.483	10,24
12 SC	5.866.252	592.153	10,09
13 DF	2.455.903	175.537	7,15
Total	121.574.834	25.648.004	↵

Fonte: Matriz de Informações Sociais (SAGI/MDS) e Cadastro Único de Informações Sociais (Acesso em 05/09/2008 e 09/08/2008)

Apesar da inédita atribuição da Secretaria na área de formalização de acordos com governos estaduais, foram assinados convênios para execução plurianual com os quatro estados em dezembro de 2008. Ressalta-se que após o dia 10 de outubro mais 03 (três) estados enviaram ofícios manifestando-se pela adesão ao Compromisso (Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe). Portanto, em dezembro de 2008, 16 estados haviam aderido ao chamamento do MDS, e quatro deles foram contemplados com recursos federais. Os 12 estados remanescentes, bem como outras unidades da federação que aderirem ao Compromisso no futuro, poderão ser contempladas nos exercícios de 2009 e 2010, conforme disponibilidade orçamentária da Secretaria.

Cabe registrar ainda que o MDS enviou o Ofício Circular n°. 37/GM/MDS, de 24 de outubro de 2008 solicitando a adesão de Universidades Federais e Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFETs - ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social. Até dezembro, 38 entidades de 17 estados da Federação haviam respondido a este ofício (sendo 25 universidades e 13 CEFETs).

No exercício de 2009, as instituições federais de ensino localizadas nos estados conveniados serão mobilizadas para a implementação de estratégias que possibilitem a inclusão socioprodutiva do público alvo das políticas sociais. Espera-se integrar as ações dessas instituições ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, abrindo uma nova etapa na extensão universitária no Brasil. A intenção do MDS é que estas instituições atuem de maneira coordenada com os estados que tenham aderido ao Compromisso.

Quanto à segunda linha de atuação, ou seja, o apoio a projetos em regiões metropolitanas mediante organizações privadas sem fins lucrativos, a SAIP publicou, em 01 de outubro de 2008, o Chamamento Público SAIP/MDS nº 001/2008 destinado ao fomento a projetos de apoio à inclusão socioproductiva de jovens e adultos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba e Manaus. Esse Edital foi respondido por 39 entidades, das quais 19 foram habilitadas. Destas, a Câmara Técnica Temporária criada pela Portaria nº 50, de 10 de novembro de 2008, publicada no Boletim de Pessoal de Serviço Nº 11.10, em 11 de novembro de 2008, selecionou 8 propostas. A partir de 2009, as entidades selecionadas desenvolverão projetos de inclusão socioproductiva de jovens e adultos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte.

Cabe, ainda, o registro do Plano de Qualificação Setorial – Planseq–Bolsa Família, uma articulação desenvolvida entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o MDS e supervisionada pela Casa Civil da Presidência da República. O Planseq é uma das modalidades de implementação do Plano Nacional de Qualificação executado sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. O Planseq-Bolsa Família está direcionado inicialmente aos setores da construção civil e turismo e articulado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Seu público alvo é composto por membros de família beneficiária do Programa Bolsa Família, com idade acima de 18 anos e pelo menos a 4ª série do ensino fundamental completa. Visa atender à demanda de mão de obra qualificada para as vagas criadas pela expansão dos setores, realizando assim, ações complementares que ampliem as possibilidades de inclusão ocupacional dos beneficiários do Programa Bolsa Família, adequar os cursos de qualificação profissional às demandas regionais de mão-de-obra e estimular a articulação entre os setores de trabalho e assistência social, dos governos federal, estadual e municipal. O Planseq utiliza o CadÚnico como instrumento para seleção e contato com as famílias.

A atuação do Planseq em 2008 centrou-se principalmente nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Fortaleza, Belém, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Baixada Santista, Campinas e Ride-DF, além das seguintes capitais: Manaus, Palmas, São Luis, Aracaju, Maceió, Goiânia, Vitória e Campo Grande. O MDS é o responsável pela mobilização dos beneficiários do PBF para participar desse processo. Neste sentido, visando capacitar os responsáveis pelas políticas do MDS, foram realizadas oficinas de mobilização nas 12 Regiões Metropolitanas e oito capitais selecionadas, que contaram com a participação de aproximadamente 1.100 gestores do Programa Bolsa Família, Secretários de Assistência Social e Coordenadores de Centros de Referência da Assistência Social.

Em relação às dificuldades enfrentadas pela Secretaria para o cumprimento de suas competências é preciso registrar que a Saip, assim como o MDS, continuou sentindo os efeitos da deficiência de recursos humanos, em especial na área de formalização de convênios. Para saná-la, foi realizado em outubro de 2008 um Processo de Seleção Simplificada visando à contratação de pessoal. Os servidores classificados serão contratados em 2009.

Ainda em relação às dificuldades enfrentadas, cabe registrar que o espaço físico destinado à Secretaria continua diminuto, apenas 8 salas ocupando 25% do quarto Andar do Bloco A da Esplanada dos Ministérios. Ciente deste fato, a Secretaria Executiva do MDS vem se empenhando na resolução da questão da estrutura física e logística do MDS. Está prevista a contratação de mais servidores e o aumento do espaço destinado a secretaria no ano de 2009.

É preciso salientar que o ano de 2008 foi dedicado ao planejamento e início de execução das novas atividades cometidas à secretaria. O monitoramento da implementação das políticas será realizado em 2009.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de Programa	Apoio Administrativo
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivo Específico	Prover as unidades do MDS dos meios e insumos necessários a suas operações.
Gerente do Programa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Gerente Executivo	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	CGLA e CGRH
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Não disponível no Sigplan
Público Alvo (Beneficiários)	Governo

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou</p>

	de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	José Antônio Novaes Horta Barbosa , de 01/01 até 16/04/2008; Teófanos Araujo Acioli , daquela data até 07/07/2008; Maurílio Costa dos Santos , daquela data até 31/12/2008.
Unidades Executoras	550005 – CGLA 550006 – CGRH
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	CGLA e CGRH
Competências Institucionais Requeridas para Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	96.645.919,00	92.257.846,11	95,46%
Física	Não há	Não há	-

Contratos

Em 2008, foram executados 99 (noventa e nove) contratos administrativos, dos quais 39 (trinta e nove) firmados naquele exercício e 60 (sessenta) remanescentes de exercícios anteriores: 2003 a 2007.

As emissões de passagens aéreas são executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, razão porque lhe compete a gestão do contrato com a empresa de fornecimento de passagens aéreas. À vista das informações prestadas por aquela unidade, a UG 55005 realiza apenas os pagamentos à referida empresa.

Quanto ao contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra para apoio técnico-administrativo, a gestão também está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos. Isso se justifica pela circunstância de que tais serviços, na verdade, contextualizam-se às demais atividades desenvolvidas pelos servidores públicos que ocupam cargos efetivos e/ou em comissão, aos quais prestam apoio administrativo.

Para as aquisições de bens ou serviços necessários ao funcionamento deste Ministério, em 2008, foram finalizados 40 (quarenta) Pregões, 8 (oito) Adesões de Ata de Registro de Preço, 91 (noventa e um) Dispensas e 12 Inexigibilidades de licitação, cujas informações estão detalhadas nos anexos a este relatório.

Ressalte-se que alguns Pregões e Concorrências tiveram início em 2007 e finalizados em 2008, outros se iniciaram em 2009.

Dos procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão, 04 (quatro) foram revogados/cancelados. Reafirma-se que este Ministério vem dando prioridade cada vez mais à realização de licitação por meio de Pregão Eletrônico, o que vem trazendo maior agilidade, transparência, competitividade, e maior economicidade quando da aquisição de material e/ou contratação de serviços. Desses últimos devem ser destacados aqueles cujos resultados representaram uma maior economicidade para a Administração em relação às estimativas iniciais de mercado.

Despesas com Folha de Pagamento do Exercício de 2008

No decorrer do exercício de 2008, ocorreu aumento na despesa de Pessoal em razão do prosseguimento nas contratações com base da Lei n.º 8.745, de 1993 (Edital n.º 01, de 2006, publicado no Diário Oficial da União 4 de abril de 2006) e de nomeação de concursados, (Edital n.º 01, de 2006, publicado no Diário oficial da União 4 de abril de 2006 e editais de convocação de candidatos aprovados para o provimento das 61 (sessenta e uma) nomeações autorizados pela Portaria MP n.º 107, de 14 de maio de 2008.

Valor da Folha de Pagamento de Pessoal

Relativamente ao exercício anterior (2007), quando gastou montante de R\$ 22.090.933,20, o exercício de 2008 apresentou incremento de 27%, especialmente pelo ingresso dos novos servidores nos quadros do Ministério. Assim, despendeu no custeio da folha de pagamento de Pessoal o montante de R\$ 27.842.381,42 (vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 26.788.964,54 com o pagamento de servidores e R\$ 1.053.416,88 com o ressarcimento de requisitados com ônus, como segue:

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	2.029.325,63
Fevereiro	1.909.035,38
Março	1.937.965,32
Abril	1.907.870,64
Maiο	1.936.367,10
Junho	2.642.201,33
Julho	2.107.187,29
Agosto	2.070.474,18
Setembro	2.148.902,12
Outubro	2.245.889,14

Novembro	3.323.085,47
Dezembro	2.530.660,94
Total	26.788.964,54

Valor com Ressarcimento de Requisitados com Ônus para o MDS – 2008

Sobre as despesas dessa natureza, no exercício de 2007 desembolsou o total de R\$ 1.299.379,19 com requisitados com ônus o MDS. Assim, em 2008, na forma do art. 11 do Decreto n.º 4.050, com a redação dada pelo Decreto n.º 5.213, de 24/9/04, gerou custo anual de R\$1.053.416,88 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), representando economia de R\$ 245.962,31.

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	0,00
Fevereiro	0,00
Março *	184.703,73
Abril	0,00
Maio **	99.940,80
Junho	202.237,23
Julho	57.339,76
Agosto	104.895,67
Setembro	0,00
Outubro ***	124.807,24
Novembro	75.192,18
Dezembro	204.300,27
Total	1.053.416,88
*Obs: A despesa do mês de março totalizou os valores referentes aos ressarcimentos de despesas dos meses de dezembro/07, janeiro e fevereiro/2008. **Obs: A despesa do mês de maio totalizou os valores referentes aos ressarcimentos de despesas dos meses de março e abril/2008. ***Obs: A despesa do mês de outubro totaliza os valores referentes aos ressarcimentos de despesas dos meses de setembro e outubro/2008.	

Auxílio-Moradia

Igualmente, em 2007 foram gastos R\$ 940.303,43 a esse título, ao passo que no exercício de 2008 o MDS gastou R\$ 845.161,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil cento e sessenta e um reais) em reembolso de auxílio-moradia, nos termos do Decreto n.º 1.840, de 20 de março de 1996 e Ofício-Circular n.º 001/2004-SPU/MP, de 9 de janeiro de 2004 e Ofício-Circular n.º 02/2004-SPU/MP, de 19 de julho de 2004. Com isso observa-se economia de R\$ 95.142,43, equivalente a 10% das despesas realizadas no ano anterior.

Mês	Valor (R\$)
jan/08	37.501,00
fev/08	67.527,00
mar/08	78.327,00
abr/08	70.407,00
mai/08	57.607,00
jun/08	76.030,00
jul/08	77.125,00
ago/08	75.811,00
set/08	72.565,00
out/08	71.711,00
nov/08	68.973,00
dez/08	91.577,00
TOTAL	845.161,00

Ajuda de Custo

Considerando-se que, em 2007, foram gastos R\$195.308,90 a esse título, as despesas realizadas em 2008, no montante de R\$ 159.337,60 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) com ajuda de custo, nos termos do art. 53 da Lei n.º 8.112, de 1990 e legislação complementar.

Mês	Valor (R\$)
Jan/08	26.784,00
Fev/08	42.319,00
Mar/08	17.166,00
Abr/08	6.689,00
Mai/08	19.188,00
Jun/08	6.603,00
Jul/08	-
Ago/08	2.518,00
Set/08	6.599,00
Out/08	6.844,00
Nov/08	17.730,00
Dez/08	6.937,60
Total	159.377,60

Diárias

Em 2008, deu-se continuidade à implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, no âmbito do MDS, em parceria com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Tal medida objetivou aperfeiçoar o registro e formalização dos atos relativos às concessões de passagens aéreas e diárias das unidades do MDS.

Todas as secretarias da Pasta utilizam o mecanismo na emissão e controle das reservas e bilhetes de passagens utilizados pelo Órgão. Esse sistema permitiu aperfeiçoar os procedimentos de controle e registro de marcação de diárias e passagens, inclusive, com certificação digital para as autoridades com perfil de aprovação e execução financeira.

Valor gasto com Diárias – 2008

Também quanto às despesas com diárias, em 2007 foi gasto um valor total de R\$ 1.234.303,68, ao passo que, no exercício de 2008, o MDS despendeu com diárias o montante de R\$ 1.006.167,00 (um milhão, seis mil, cento e sessenta e sete reais), a servidores e colaboradores eventuais, ou seja, R\$ 151.003,68 inferior ao ano anterior, o que equivale à redução de 18% sobre 2007.

Mês	Diárias	Passagens
Janeiro	32.564	55.364
Fevereiro	91.997	121.031
Março	80.178	169.690
Abril	99.270	308.401
Maiο	116.368	356.013
Junho	99.218	235.372
Julho	80.977	438.206
Agosto	89.350	177.274
Setembro	82.856	184.976
Outubro	144.037	225.529
Novembro	129.418	5.664
Dezembro	-40.067	200.468
Total	1.006.167	2.477.987

2.3.2.2. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Andréa Maria de Marque , de 01/01 até 16/04/2008. Elizabeth Custódio , daquela data até 31/12/2008.
Unidades Executoras	550006 – CGRH
Áreas Responsáveis por	CGRH

Gerencialmente ou Execução	
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	349.586,00	194.647,78	55,67%
Física	853	505	59,20%

Em setembro de 2008, este MDS um implantou sistema de prestação de assistência à saúde, relativo ao Plano de Assistência à Saúde de servidores do MDS e seus dependentes, mediante os contratos n.º 21/2008, firmado com a empresa AMIL – Assistência Médica Internacional Ltda., e n.º 22/2008, com a empresa INTERODONTO – Sistema de Saúde Odontológica Ltda.. Desde então, foi encerrado o procedimento de ressarcimento que vigorava no Órgão.

Assim, custeou a título de ressarcimento e cota-parte patronal a servidores do MDS um montante de R\$ 194.648,78 (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos). No exercício anterior (2007), vale destacar, as despesas totalizaram quantia de R\$155.204,00.

2.3.2.3. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Andréa Maria de Marque , de 01/01 até 16/04/2008. Elizabeth Custódio , daquela data até 31/12/2008.
Unidades Executoras	550006 - CGRH
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	CGRH
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	48.580,00	38.263,73	79,76%
Física	47	37	78,72%

O benefício de assistência pré-escolar é pago diretamente no contracheque do servidor, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o art. 3º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.

Em 2007, o MDS despendeu o total de R\$ 44.590,00, enquanto em 2008 gastou, a título de assistência pré-escolar, o montante de R\$ 38.263,73 (trinta e oito mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos), pouco inferior ao anterior

2.3.2.4. Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n° 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n° 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Andréa Maria de Marque , de 01/01 até 16/04/2008. Elizabeth Custódio , daquela data até 31/12/2008.
Unidades Executoras	550006 - CGRH
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	CGRH
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto n° 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	410.159,00	408.306,85	99,55%
Física	273	271	99,27%

Trata do pagamento efetuado em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado a custear parcialmente as despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual por militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os respectivos locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/1985 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Enquanto, em 2007, o MDS gastou R\$ 297.938,77, no exercício de 2008 o gasto total alcançou R\$ 408.306,85 (quatrocentos e oito mil, trezentos e seis reais e oitenta e cinco centavos), a título de auxílio-transporte.

2.3.2.5. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Andréa Maria de Marque , de 01/01 até 16/04/2008. Elizabeth Custódio , daquela data até 31/12/2008.
Unidades Executoras	550006 – CGRH
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	CGRH
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	908.643,00	876.161,26	96,43%
Física	470	453	96,38%

A concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, de acordo com a Lei n.º 9.527, de 1997.

Em 2008, foram gastos a título de auxílio-alimentação o montante de R\$ 876,161,26 (oitocentos e setenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e vinte e seis centavos). Em 2007 foram gastos R\$ 711.904,35.

2.3.3. Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Objetivo Específico	Não há.
Gerente do Programa	Arlete Avelar Sampaio
Gerente Executivo	José Dirceu Galão Junior
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Não disponível no Sigplan
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Não disponível no Sigplan
Público Alvo (Beneficiários)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

2.3.4. Principais Ações do Programa

2.3.4.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Andréa Maria de Marque , de 01/01 até 16/04/2008. Elizabeth Custódio , daquela data até 31/12/2008.
Unidades Executoras	Não disponível no Sigplan
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	Não disponível no Sigplan
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005; e Portaria MDS n.º 176, de 11 de maio de 2006.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	368.878,00	185.165,59	50,24%
Física	250	257	102,80%

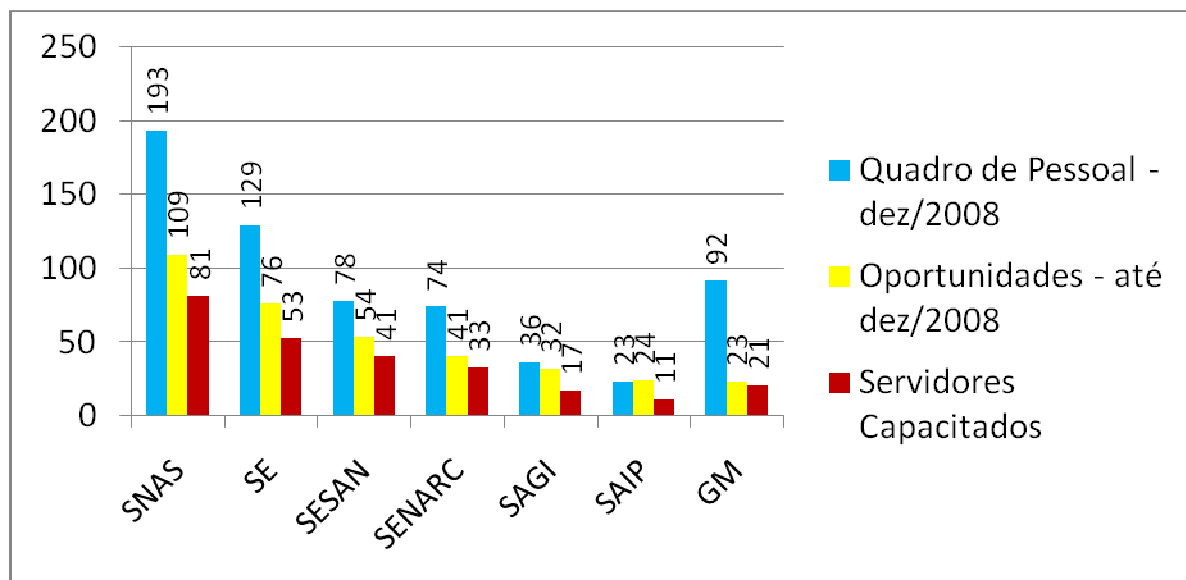
Visando a contribuir com o desenvolvimento e a melhoria da gestão pública, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP, desenvolveu programação voltada à qualificação dos servidores públicos em exercício no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com isso, buscou promover o crescimento dos profissionais lotados neste órgão, e, assim, aprimorar as atividades desenvolvidas nas unidades que o compõem.

As ações de capacitação e desenvolvimento realizadas direcionaram-se pelo Decreto n.º 5.707, de 24/2/2006, que instituiu a Política Nacional de Capacitação dos Servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e pela Portaria n.º 176, de 11/5/2006, que dispôs sobre a capacitação dos servidores públicos em exercício neste Ministério.

Dentre as modalidades realizadas destacaram-se os cursos presenciais, seminários, cursos em turmas fechadas, congressos, fóruns, cursos internacional e pós-graduação, todos em parcerias com diversas instituições públicas e privadas.

A estratégia de capacitação priorizou a realização de cursos em turmas fechadas, com o objetivo de reduzir custos totais.

No Orçamento 2008 para o MDS, disponibilizou-se às ações de capacitação valor de R\$ 368.878,00 (trezentos e sessenta e oito mil oitocentos e setenta e oito reais) para execução da meta física estipulada de 250 (duzentos e cinquenta) servidores capacitados, distribuídos pelas unidades do MDS, conforme tabela abaixo.



O detalhamento dos cursos/eventos de capacitação de servidores estão detalhados no Anexo VI deste relatório.

2.3.4.2. Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Ângela Maria Carrato Diniz
Unidades Executoras	CGLA
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	ASCOM / MDS
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	7.200.000,00	6.477.472,52	89,96%
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

A ação de Publicidade de Utilidade Pública – PUP, visa orientar e informar os beneficiários, gestores e população em geral sobre os programas do MDS por meio de campanhas de publicidade, tidas como de utilidade pública.

Em 2008, os recursos de PUP foram aplicados em duas campanhas, uma em cada semestre. A primeira campanha, intitulada Integração, teve como objetivo informar e mobilizar os beneficiários dos programas sociais do MDS, como também os gestores, que são agentes diretos da integração, além da sociedade em geral, sobre as ações e programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A campanha foi composta de dois filmes de 30 segundos, que comunicava primordialmente a integração dos programas e a articulação de um com outro, formando uma importante e eficaz cadeia.

A segunda campanha, intitulada “Brasil que dá gosto” (Arroz e Feijão), abordou o tema da educação alimentar de forma informativa e mobilizadora, chamando a atenção da população para o valor nutricional dos alimentos, para a melhoria de hábitos alimentares e para o resgate de práticas tradicionais de alimentação. O objetivo foi abordar o tema da educação alimentar e do reconhecimento do valor dos alimentos tradicionais na qualidade de vida dos brasileiros. A campanha foi composta de uma trilha sonora, filme, cartazes, folhetos informativos e porta-folheto

2.3.4.3. Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Contribuir com informações oriundas da sociedade para as correções necessárias à ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Descrição	Manutenção de canais de comunicação entre o Ministério e a população (central de atendimento telefônico, link na home-page e correio), por meio dos quais o público possa fazer reclamações, dar sugestões ou receber informações. Encaminhamento, aos titulares dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das reclamações a respeito de deficiências em suas respectivas áreas de atuação, solicitando que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir, combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhoria e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Rejane Maria de Oliveira
Unidades Executoras	Não disponível no Sigplan
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	Não disponível no Sigplan
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005.

A tabela a seguir compara a previsão orçamentária física e financeira com suas respectivas execuções. Deve-se destacar que quando da elaboração da proposta orçamentária calculou-se a meta física desta ação multiplicando-se a média de 12.000 atendimentos diários pelos 365 dias do ano. Neste sentido, a meta física enviada na proposta orçamentária foi de 4.380.000 atendimentos. Este número foi alterado no Congresso Nacional para 3.942.000 atendimentos em função de emenda supressiva efetuada nesta ação.

Cabe destacar que esta ouvidoria funciona somente nos dias úteis e não nos 365 dias do ano, também se deve considerar que a média de atendimentos verificados em 2008 foi de 13.076 (Tabela 02 – Consolidado de todas as Células – 2008), acima da meta estipulada. Portanto, considera-se que a ouvidoria do MDS recebeu em 2008 o total de 3.345.036 atendimentos.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXEC / PREVISÃO
Financeira	11.037.305,00	11.037.305,00	100%
Física	3.942.000	3.345.036	85%

A Ouvidoria-Geral, responsável pelo acolhimento e tratamento de críticas, denúncias, elogios, reclamações e sugestões, presta atendimento à sociedade em geral – beneficiários, ou não,

dos programas deste Ministério, gestores, instituições e público interno (servidores do MDS) – por meio de diversos canais, a saber: carta, e-mail, formulário eletrônico, fax, atendimento presencial e por meio do telefone 0800 707 2003 da Central de Relacionamento Fome Zero. A Central é responsável por prestar informações sobre os programas e projetos do MDS, tanto por meio desse canal (telefonia), como por meio de formulários eletrônicos e e-mails institucionais, tendo como missão prestar um atendimento de qualidade a todos os cidadãos que entrarem em contato em busca de alguma informação sobre os projetos, políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A Ouvidoria comporta, dentro de seu orçamento, um serviço de Call Center denominado Central de Relacionamento Fome Zero. Este serviço é prestado por uma empresa de call center, vencedora do processo licitatório - Contrato nº 002/2006. Essa empresa é responsável por fornecer estrutura física, tecnológica e recursos humanos para o funcionamento do call center. Nas instalações da empresa encontra-se a estrutura – posições de atendimento (PA), operadores (atendentes), e equipe de terceiro nível – para a prestação do serviço telefônico.

A Central possui 3 níveis de atendimento ao público em geral. O primeiro nível é formado por operadores da célula Generalista; o segundo nível é formado por operadores da célula Especialista; já o terceiro nível é formado por profissionais que compõem a Coordenação-Geral da Central e da Ouvidoria. Além disso, existe uma equipe técnica chamada Posto Avançado de Suporte à Tecnologia da Informação (PASTI) responsável pelo desenvolvimento e manutenção de um sistema de Customer Relationship Management (CRM).

A Central de Relacionamento Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS está localizada no Núcleo Bandeirante em Brasília/DF. Seu horário de funcionamento é de 07h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais (atendimento humano). O atendimento eletrônico é disponível 24 horas, todos os dias do ano.

Atualmente, a Central de Relacionamento Fome Zero conta com 129 posições de atendimento, divididas da seguinte forma:

- Especialistas - 9 posições para o atendimento específico de gestores e técnicos municipais;
- Ouvidoria - 5 posições para o atendimento de sugestões, críticas, elogios, reclamações ou denúncias; e
- Generalistas - 115 posições para o atendimento referente a todos os projetos, programas e políticas do MDS.

A Central de Relacionamento Fome Zero dispõe de 258 agentes de relacionamento que se revezam em dois turnos, 10 supervisores, 3 monitores, 1 gerente de monitoria, 1 agente de treinamento, 1 gerente de retaguarda e 1 gerente de operações. A equipe PASTI é formada por 6 profissionais.

Além dessa estrutura, a Central conta com uma equipe formada por 17 profissionais que compõem a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero, ou equipe de 3º nível, cujas principais atribuições seguem listadas abaixo:

- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos operadores das células Generalista e Especialista;
- Acompanhar a evolução do volume de ligações recebidas pela Central de Relacionamento Fome Zero;
- Prover o conteúdo das FAQ - Perguntas e Respostas mais Frequentes utilizadas pelos agentes para prestar atendimento telefônico aos usuários da Central;

- Prover o conteúdo das RP - Respostas-padrão utilizadas para prestar atendimento via e-mail;
- Tratar e finalizar os atendimentos registrados como pendentes, pelos operadores das células Generalista e Especialista, quais sejam: informações não encontradas;
- Propor customizações para o sistema de CRM utilizado pelos operadores para consulta da informação;
- Analisar, testar e propor melhorias no atendimento eletrônico (URA – Unidade de Resposta Audível);
- Preparar os ativos, elaborar o plano de ação e o script de abordagem, formatar o mailing fornecido pelas áreas solicitantes, treinar os agentes em conjunto com a supervisão, como também realizar um Sumário Executivo contendo os resultados obtidos com a ação;
- Responder aos e-mails recebidos pelas seguintes caixas postais:
 - ❖ FOME ZERO: e-mails oriundos do Fale Conosco do site do MDS, Fale Conosco do site do Fome Zero, Fale com o Governo do site da Presidência da República e do próprio e-mail institucional fomezero@mds.gov.br;
 - ❖ BOLSA FAMÍLIA: e-mails oriundos do Fale Conosco do site do Bolsa Família e do próprio e-mail institucional bolsa.familia@mds.gov.br;
 - ❖ SUAS WEB: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional suasweb@mds.gov.br;
 - ❖ PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional protecaosocialbasica@mds.gov.br;
 - ❖ PAIF: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional paif@mds.gov.br; e
 - ❖ PARCERIAS: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional parcerias@mds.gov.br (demandas referentes aos projetos e programas do MDS).
- Auxiliar no gerenciamento do conteúdo, bem como propor melhorias de funcionalidades para os sítios www.fomezero.gov.br e www.mds.gov.br, principalmente no que tange ao Fale Conosco, cujo conteúdo é atualizado semanalmente por esta Coordenação.

A equipe de 3º nível da Ouvidoria é composta por 13 profissionais, dos quais 6 são do contrato com o Call Center. A referida equipe tem as seguintes atribuições:

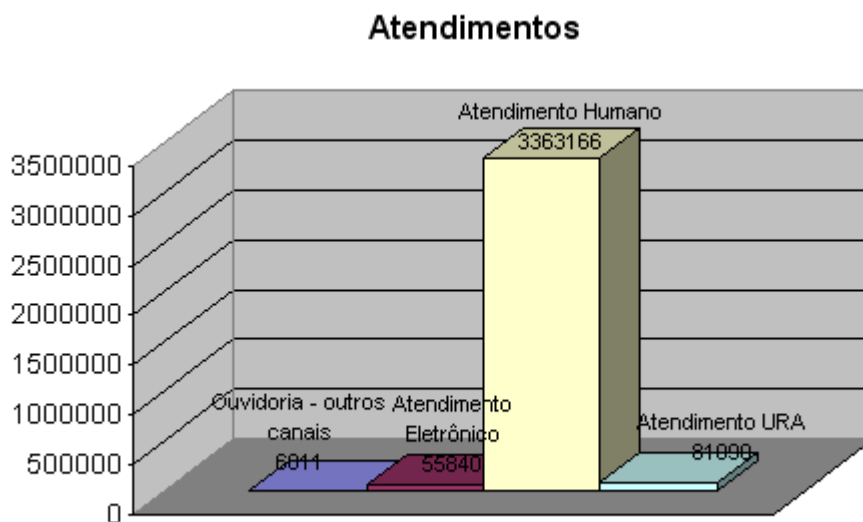
- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos operadores da célula Ouvidoria;
- Responder aos e-mails recebidos pela caixa postal:
 - ❖ OUVIDORIA: e-mails oriundos do formulário eletrônico da Ouvidoria no site do MDS e do próprio e-mail institucional ouvidoria@mds.gov.br;
- Responder às cartas endereçadas à Ouvidoria-Geral do MDS e cartas encaminhadas por outros órgãos e secretarias;
- Responder aos faxes que chegam pelo telefone 3433-1299 e encaminhados pelo Gabinete do Ministro do MDS;
- Atender presencialmente o público interno e externo que procura a Ouvidoria-Geral do MDS;
- Elaborar a Matriz de Informação utilizada para responder às demandas da Ouvidoria; e

- Tratar e finalizar os atendimentos registrados pelos operadores da célula Ouvidoria.

Demandas atendidas na Central de Relacionamento Fome Zero e Ouvidoria

Estão compreendidos neste gráfico, todos os atendimentos prestados pela Central Fome Zero e Ouvidoria em 2008, pelos seguintes canais:

- Telefonia - Atendimento Eletrônico;
- Telefonia - Atendimento Humano;
- E-mails;
- Cartas;
- Faxes;
- Atendimento Presencial.



Dados estatísticos da Central de Relacionamento Fome Zero

Ligações

A partir do segundo semestre de 2007, todas as ligações então recebidas pelo Departamento de Proteção Social Básica foram direcionadas para a Central de Relacionamento Fome Zero. Assim como ocorreu com a telefonia, a Central também absorveu o tratamento e gerenciamento dos e-mails oriundos das Caixas Postais do SUASWEB, Proteção Social Básica e PAIF, a partir dos meses de julho de 2007, setembro de 2007 e agosto de 2008, respectivamente.

Cabe informar que, para prestar um melhor atendimento na Central de Relacionamento Fome Zero, foi necessária a ampliação do número de PAs (posições de atendimento), que passou de 94 para 129, no exercício de 2008. Para tanto, foi utilizada a margem de 24,71%, dos 25% permitidos de incremento no valor original do contrato.

Vale ressaltar a notória melhoria do nível de serviço e de produtividade alcançados após o incremento de 35 posições de atendimento no início do mês de março de 2008, o que aponta para o alcance da plena eficiência e adequação dos serviços prestados, conforme demonstrado nas tabelas 01.1 e 02.1 abaixo. Uma média de abandono de ligações da célula Generalista, que vinha se mantendo na casa dos 16% durante o ano de 2007 (tabela 01.1), caiu bruscamente após o mês de março de 2008 mantendo a média deste ano em 8% (tabela 02.1). As demais células, Ouvidoria e Especialistas, normalmente, mantiveram uma taxa de abandono dentro do aceitável para uma central de atendimento. Consequentemente, caiu o número de rechamadas.

Visando garantir o efetivo atendimento das demandas, o incremento das posições de atendimento possibilitou, ainda, um reforço nas células Generalistas, bem como um redimensionamento das células Especialistas, objetivando um atendimento mais especializado por secretarias do MDS, sendo:

- Especialista SENARC - 05 posições de atendimento (10 operadores) e
- Especialista SNAS - 04 posições de atendimento (08 operadores).

O tempo médio de espera dos cidadãos-usuários para serem atendidos pela célula Generalista diminuiu para aproximadamente um terço após a expansão das 35 posições em março de 2008, conforme demonstrado na tabela 02.1, item “Tempo Médio de Espera”.

Tabela 01 – Consolidado de todas as Células -2007

CONSOLIDADO 2007													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	299.941	302.452	365.309	326.925	325.654	267.222	280.420	346.665	264.807	285.114	263.209	221.252	3.548.970
Média Diária de Ligações Recebidas	13.634	15.919	16.605	16.346	14.802	13.361	12.746	15.072	13.937	12.960	13.160	11.063	14.134

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2008 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Tabela 01.1 – Consolidado da Célula Generalista - 2007

GENERALISTA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	287.637	288.828	349.187	313.526	313.439	257.124	269.808	334.186	253.136	272.527	250.992	211.602	3.401.992
Média Diária de Ligações Recebidas	13.074	15.201	15.872	15.676	14.247	12.856	12.264	14.530	13.323	12.388	12.550	10.580	13.547
Tempo Médio de Espera (Seg.)	59	52	79	93	52	32	30	31	31	78	85	80	58
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	257	225	236	250	241	219	204	219	236	247	242	236	234
Abandono de Ligações (%)	14	13	15	17	22	19	14	21	17	13	13	11	16

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2008 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center

Tabela 01.2 – Consolidado da Célula Especialista - 2007

ESPECIALISTA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	3.318	3.479	4.250	3.814	3.790	3.203	3.649	4.437	5.670	6.197	6.136	4.496	52.439
Média Diária de Ligações Recebidas	151	183	193	191	172	160	166	193	298	282	307	225	210
Tempo Médio de Espera (Seg.)	33	47	34	40	45	36	26	33	42	92	69	43	45
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	297	206	166	163	195	204	195	180	229	255	265	223	215
Abandono de Ligações (%)	1	3	1	1	2	2	2	4	10	4	2	1	3

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2008 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Tabela 01.3 – Consolidado da Célula Ouvidoria – 2007

OUVIDORIA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	8.986	10.145	11.872	9.585	8.425	6.895	6.963	8.042	6.001	6.390	6.081	5.154	94.539
Média Diária de Ligações Recebidas	408	534	540	479	383	345	317	350	316	290	304	258	377
Tempo Médio de Espera (Seg.)	35	44	35	28	26	24	21	20	20	30	33	37	30
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	130	119	108	97	108	112	107	107	120	127	114	105	113
Abandono de Ligações (%)	3	3	1	1	2	2	2	2	2	1	1	1	2

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2008 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Tabela 02 – Consolidado de todas as Células - 2008

LIGAÇÕES - CONSOLIDADO 2008													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	283.882	227.711	231.197	264.732	243.868	249.722	352.846	276.346	325.336	327.045	286.549	275.802	3.345.036
Média Diária de Ligações Recebidas	12.904	11.386	11.560	12.606	12.193	11.892	15.341	13.159	14.788	14.219	14.327	12.536	13.076

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2009 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Tabela 02.1 – Consolidado da Célula Generalista -2008

GENERALISTA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	272.045	217.305	220.925	250.207	230.466	235.898	337.029	261.518	307.777	311.280	270.375	262.125	3.176.950
Média Diária de Ligações Recebidas	12.366	10.865	11.046	11.915	11.523	11.233	14.653	12.507	13.990	13.534	13.519	11.915	12.422
Tempo Médio de Espera (Seg.)	88	105	84	30	36	42	28	33	40	38	41	27	49
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	236	255	256	233	231	223	221	220	230	223	252	229	234
Abandono de Ligações (%)	15	18	14	2	3	4	5	5	16	5	4	9	8

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2009 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Tabela 02.2 - Consolidado da Célula Especialista - 2008

ESPECIALISTA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	5.415	4.904	4.901	7.548	6.952	7.080	7.339	7.388	9.129	8.026	9.481	7.439	85.602
Média Diária de Ligações Recebidas	246	245	245	359	348	337	319	352	415	349	474	338	336
Tempo Médio de Espera (Seg.)	49	50	78	86	66	104	67	85	62	62	110	34	71
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	235	253	294	290	269	252	234	265	269	249	271	229	259
Abandono de Ligações (%)	1	1	5	4	2	5	4	5	10	3	6	6	4

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2009 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Tabela 02.3 - Consolidado da Célula Ouvidoria - 2008

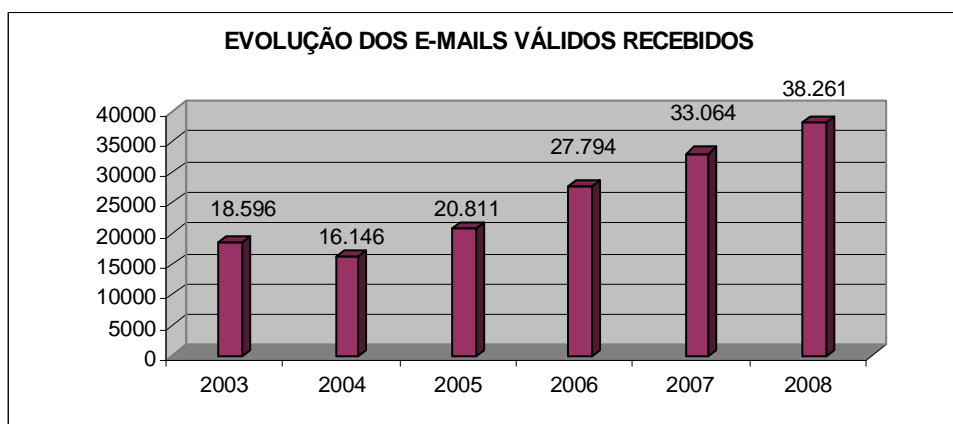
OUVIDORIA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	6.422	5.502	5.371	6.977	6.450	6.744	8.478	7.440	8.430	7.739	6.693	6.238	82.484
Média Diária de Ligações Recebidas	292	275	269	332	323	321	369	354	383	336	335	284	323
Tempo Médio de Espera (Seg.)	50	40	43	37	46	44	47	37	26	49	55	19	41
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	114	117	122	107	108	119	116	115	100	112	115	100	112
Abandono de Ligações (%)	2	1	14	1	2	2	6	6	3	3	4	3	4

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2009 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Dados estatísticos da Central de Relacionamento Fome Zero

E-mails

Cabe ressaltar que o número de e-mails tem aumentado sensivelmente, desde a criação da Central, como pode ser verificado no gráfico abaixo:



Total de e-mails válidos recebidos: 154.672

Fonte: Dados extraídos em 6 de janeiro de 2009 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero.

E-MAILS - CONSOLIDADO 2008													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
E-mails Válidos Recebidos (*)	2.678	2.514	3.055	3.840	3.984	3.724	3.252	3.256	3.191	2.857	3.059	2.851	38.261
E-mails Inválidos Recebidos (**)	804	1.285	1.290	1.132	1.277	1.560	1.274	1.301	2.925	1.450	1.357	1.753	17.408
Média Diária dos E-mails Válidos Recebidos	86	87	99	128	129	124	105	105	106	92	102	92	105
E-mails Respostados aos Demandantes Finais	2.684	2.786	2.687	4.219	4.360	4.150	3.615	3.355	3.208	2.864	2.783	3.683	40.394
(%) Atendimento Renda de Cidadania - SENARC	50	49	46	29	24	39	51	53	55	57	50	58	47
(%) Atendimento Assistência Social - SNAS	42	45	45	64	69	55	32	30	26	24	30	28	41
(%) Atendimento Segurança Alimentar - SESAN	4	4	4	3	3	4	2	2	2	2	2	1	3
(%) Outros	4	2	5	4	4	2	15	15	17	17	18	13	10

Fonte: Dados extraídos em 6 de janeiro de 2009 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero.

(*) Recebidos no Período

(**) Duplicidade, endereço inválido, mensagens indevidas.

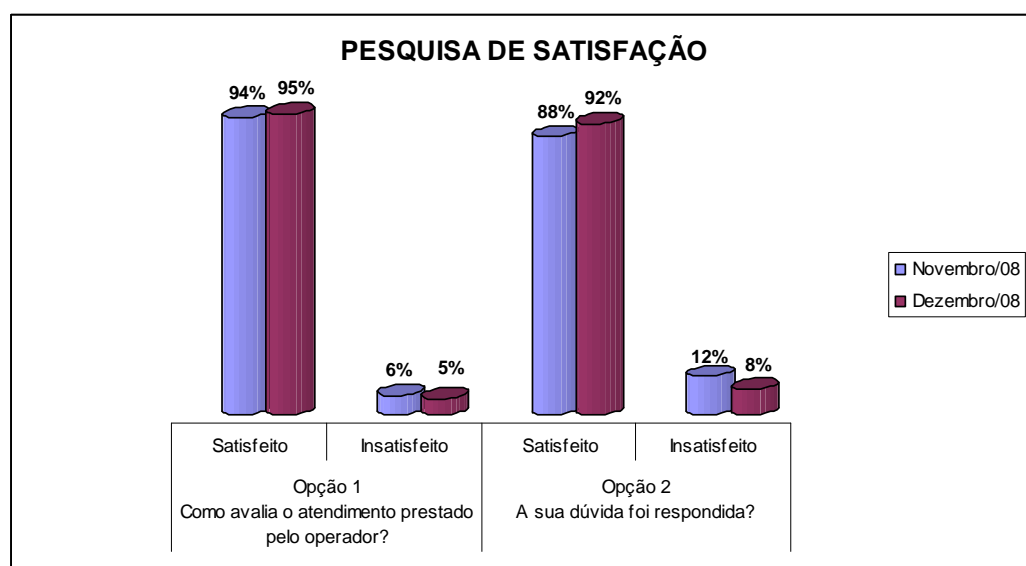
Obs.: Os e-mails são respondidos de segunda à sexta-feira, de 08:00 às 19:00 h pela Coordenação-Geral da Central Fome Zero

Pesquisa de Satisfação da Central de Relacionamento Fome Zero

Buscando sempre a melhoria da qualidade do atendimento prestado, todos os operadores da Central Fome Zero foram treinados quanto às técnicas de atendimento e ética, bem como, periodicamente, são capacitados acerca das informações sobre os programas, projetos e políticas do MDS.

Os operadores são treinados e supervisionados para prestarem um atendimento eficaz e de boa qualidade. Além das capacitações periódicas realizadas, existe uma equipe especializada em realização de monitoria (acompanhamento dos atendimentos) que atua diariamente. Por meio desse processo, os operadores são pontuados quanto aos atendimentos realizados, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Em novembro e dezembro de 2008, a Central Fome Zero realizou pesquisa de satisfação dos seus usuários, obtendo o resultado que pode ser observado nos gráficos abaixo.



Fonte: Pesquisa de Satisfação do serviço de telefonia da Central de Relacionamento FOME ZERO realizadas em novembro e dezembro de 2008 através do telefone 0800-707 2003.

Base de Conhecimento

Todas as alterações nos programas do MDS são previamente comunicadas à Central de Relacionamento Fome Zero, visando a capacitação dos agentes de relacionamento e garantindo, conseqüentemente, a melhoria no atendimento aos beneficiários e gestores dos projetos, programas e políticas do MDS.

A Central de Relacionamento Fome Zero tem catalogadas, até o momento, 120 Respostas-Padrão utilizadas para respostas aos *e-mails* e 213 FAQs – Perguntas e Respostas mais Frequentes utilizadas pelos operadores para o atendimento telefônico. A base de conhecimento utilizada pela Ouvidoria é denominada Matriz de Informação.

Trabalhos Complementares

A Central de Relacionamento Fome Zero presta assessoria às Secretarias do MDS, com a realização de serviços de *telemarketing* ativo. Nessas atividades, a Central é acionada para contatar um determinado tipo de público, com vistas à captação e disseminação de informações junto ao mesmo. No exercício de 2008, as seguintes áreas técnicas solicitaram à Central a realização de ativos de *e-mails* e/ou telefonia: Bolsa Família, BPC na Escola, Carteira do Idoso, Projovem Adolescente, Proteção Social Básica e SUAS.

A Central realiza atualmente três ativos permanentes de telefonia, sendo:

- Ativo das informações não encontradas concluídas e não informadas - a Central retorna a ligação para o gestor que registrou a pendência e que não ligou para obter a resposta, depois de expirado o tempo para retorno, que é de sete dias.
- Ativo PSB - todas as demandas pendentes da Proteção Social Básica registradas no canal 0800 707 2003 pela célula Especialista são respondidas via telefone pela Central depois de concluídas no sistema. Esse ativo ocorre semanalmente.
- Ativo BPC na Escola - todas as demandas pendentes do BPC na Escola registradas no canal 0800 707 2003 pela célula Especialista são respondidas em forma de ativo, após a inclusão das respostas no sistema. Esse ativo ocorre semanalmente ou sempre que há demandas pendentes sobre o assunto.

A Central envia mensalmente relatórios específicos sobre suas demandas para as seguintes áreas: Bolsa Família, BPC na Escola, Carteira do Idoso, Projovem Adolescente, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e SUAS. Além disso, ela produz, ao final de todo mês, informações que fazem parte da apresentação de resultados do serviço prestado, envolvendo todas as suas demandas, bem como um Sumário Executivo que é disponibilizado no Fale Conosco do site do MDS.

Criação de ferramenta “CRM” para gerenciar as demandas recebidas

Verificada a necessidade de desenvolvimento de uma solução de *software* que pudesse automatizar as funções de contatos do cidadão-usuário com o MDS, foi entregue pela empresa contratada, no decorrer deste ano, uma ferramenta de CRM (*Customer Relationship Management*) desenvolvida em módulos integrados e por canais de comunicação, quais sejam: Módulo de Telefonia, Módulo de *E-mail*, Módulo de Carta, Módulo de Fax e Módulo Presencial. O Módulo de Telefonia foi entregue em fevereiro de 2008 e os demais módulos foram entregues em janeiro de 2009.

O Sistema de CRM foi desenvolvido, exclusivamente, para atender às necessidades do MDS. Uma de suas importantes funções é utilizar-se dos recursos tecnológicos e humanos para

proporcionar às secretarias o conhecimento acerca das necessidades dos usuários e não usuários das políticas públicas e, também, dos gestores e técnicos municipais e, com isso, nortear as tomadas de decisões do MDS junto aos municípios e estados, visando o alcance do atendimento aos mais necessitados.

Os processos e sistemas de gestão de relacionamento com os cidadãos-usuários permitem que se tenha controle e conhecimento das informações de maneira integrada, principalmente através do acompanhamento e registro de todas as interações realizadas com o MDS. Essas interações podem ser consultadas e comunicadas entre os operadores, equipe que realiza a gestão da Central (Equipe 3º Nível), Ouvidoria e área técnica (Secretarias do MDS).

As demandas para as quais os operadores não dispõem de informações previamente definidas (FAQ) no Sistema de CRM são registradas como “Informações não encontradas” e, após analisadas pela equipe 3º Nível, são encaminhadas, via sistema, para tratamento das secretarias do MDS. As informações relevantes para as tomadas de decisões podem ser registradas no Sistema de CRM, e analisadas periodicamente, de forma a produzir relatórios de gestão.

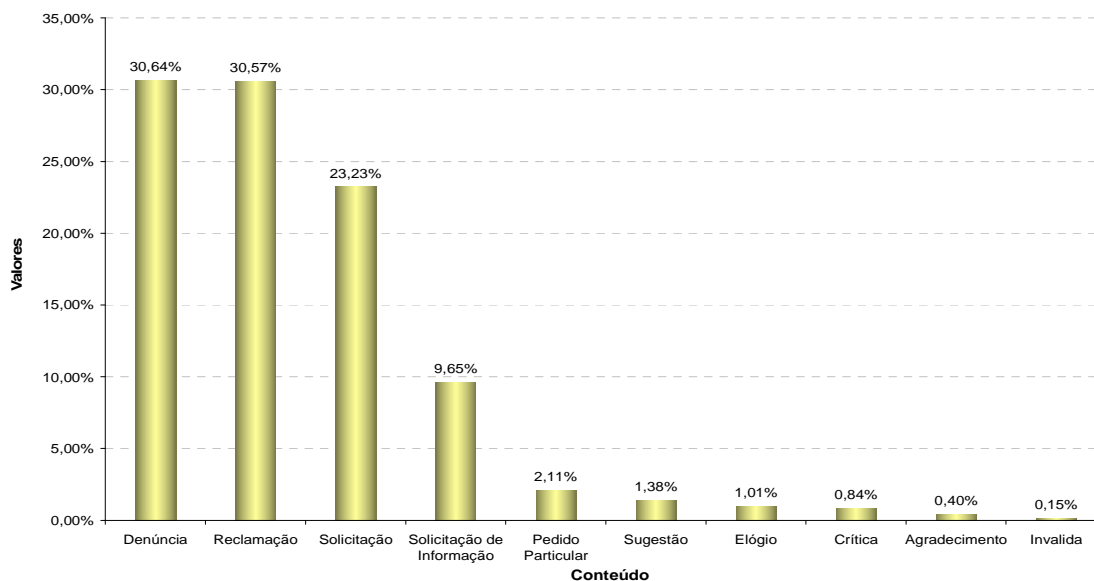
Com a implantação do sistema de CRM observaram-se melhoras significativas, tais como:

- Realinhamento e simplificação dos processos de atendimento;
- Conhecimento do perfil dos demandantes;
- Padronização dos *scripts* de procedimentos e orientações que evitam informações distorcidas;
- Inserção da FAQ (Perguntas e Respostas mais Frequentes) que contempla as informações utilizadas pelos operadores para prestar o atendimento, garantindo assim a padronização das respostas;
- Centralização em uma única base de dados de todas as informações geradas no atendimento;
- Acesso ao histórico de contatos dos demandantes disponibilizado em tempo de atendimento;
- Acompanhamento das pendências e manifestações dos cidadãos-usuários;
- Possibilidade de atendimento específico para cada tipo de público;
- Facilidade de acesso, mantendo isonomia no atendimento;
- Adaptação sistêmica por perfil de acesso conforme necessidade dos usuários;
- Agilidade e eficiência na tramitação das solicitações;
- Garantia de resposta a todas as demandas; e
- Gestão de Trâmite: monitoramento dos prazos e da qualidade dos serviços.

Dados estatísticos da Ouvidoria

A Ouvidoria, no ano de 2008, como pode ser observado nos gráficos a seguir, teve as seguintes características em seus atendimentos:

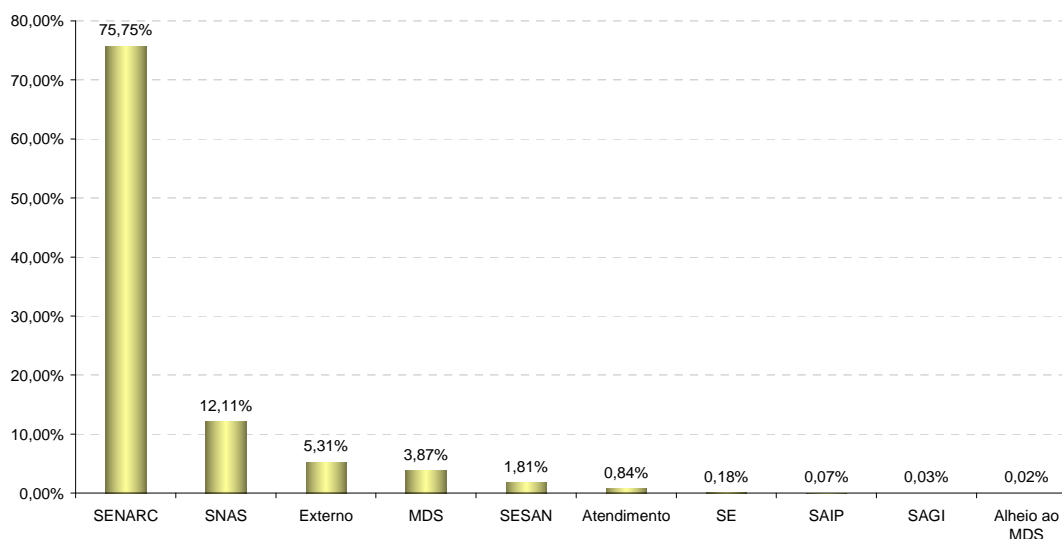
Gráfico 01 - Demandas recebidas de janeiro a dezembro de 2008, classificadas quanto ao conteúdo



O gráfico 01 apresenta o detalhamento das demandas recebidas pela Ouvidoria-Geral do MDS, no ano de 2008. Nele, são expressas as classificações das demandas durante o mencionado período.

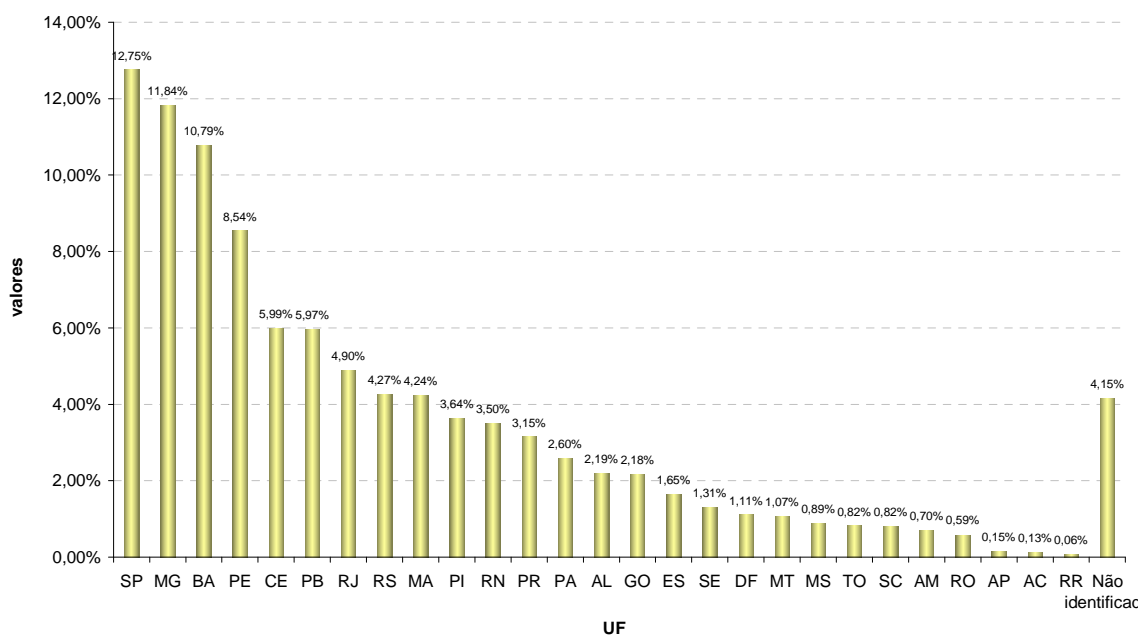
Gráfico 02

Demandas recebidas de janeiro a dezembro de 2008, classificadas quanto a Secretaria



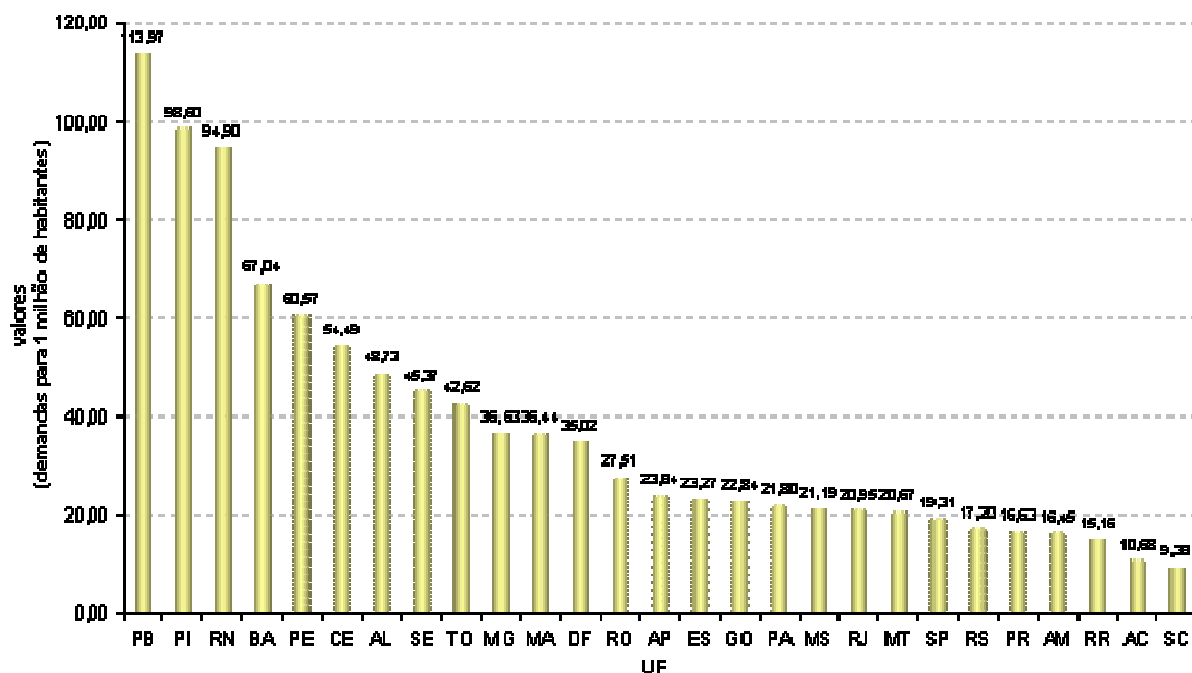
As demandas são analisadas, verificando-se a que secretarias estão relacionadas. O gráfico 02 mostra esta análise.

Gráfico 03 - Demandas recebidas pela Ouvidoria de janeiro a dezembro de 2008, classificadas quanto a UF de origem



Por meio do gráfico 03, verifica-se a ocorrência de manifestações recebidas por Unidades da Federação – UF. O Estado de São Paulo (12,75%), seguido de Minas Gerais (11,84%) e da Bahia (10,79%), são os três Estados da Federação que mais entraram em contato com a Ouvidoria no ano de 2008.

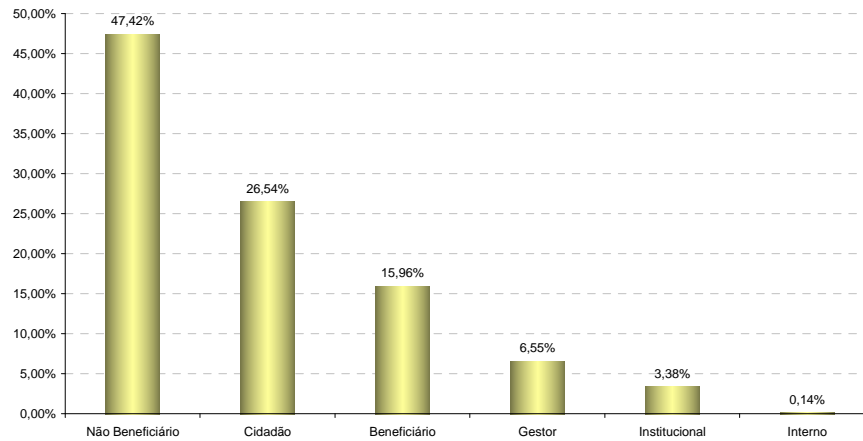
Gráfico 04 - Demandas recebidas pela Ouvidoria de janeiro a dezembro de 2008, proporcional a população, classificadas quanto a UF de origem.



No entanto, ao compararmos o número de demandas por UF com suas respectivas populações, percebe-se outra situação, exibida no gráfico 04. O gráfico acima apresenta a distribuição das demandas recebidas por UF, proporcional a sua população.

Gráfico 05

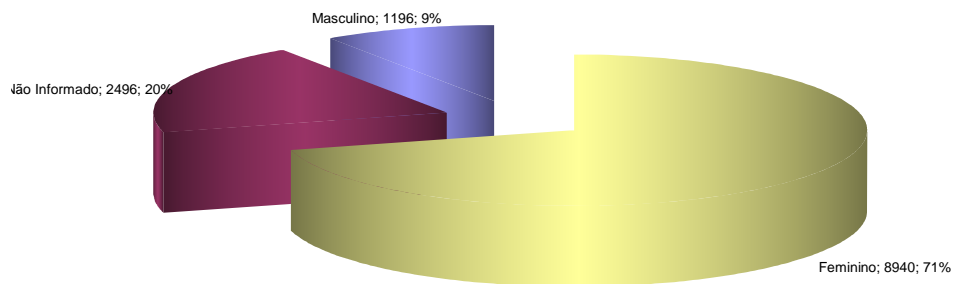
Demandas recebidas de janeiro a dezembro de 2008, classificadas quanto ao perfil do demandante



Sobre o gráfico 05, informamos que em outubro de 2008, o perfil de “Cidadão” foi se desmembrando em “Beneficiário” e “Não beneficiário”, razão pelo qual aparece ainda tal denominação.

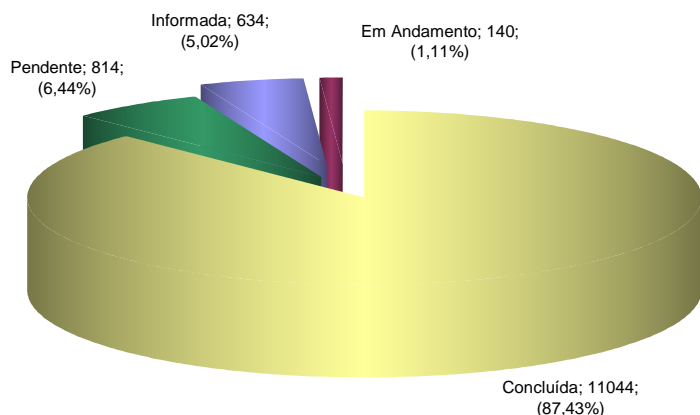
Gráfico 6

Demandas recebidas de janeiro a dezembro de 2008, classificadas quanto ao gênero demandante



O Gráfico 06 informa o gênero dos demandantes. No entanto, como pode ser observado, em 20% dos atendimentos não foi possível determinar o gênero, em razão de demandantes anônimos.

Gráfico 07 - Demandas recebidas pela Ouvidoria de janeiro a dezembro de 2008, classificadas quanto a situação.



As demandas recebidas pela Ouvidoria são classificadas quanto à sua situação, podendo ter os *status* de:

- Concluída: a demanda já possui uma resposta. Esta classificação para os canais de carta, fax, presencial, *e-mail* e telefone pago indicam que as mesmas já tiveram suas respostas enviadas para o demandante;
- Pendente: a demanda está em um dos sistemas aguardando tratamento,
- Em Andamento: demanda em tratamento, podendo, ou não, estar aguardando que a área técnica envie uma resposta à Ouvidoria, e
- Informada: este *status* é válido para o CRM. A demanda passa a ser classificada assim quando o demandante entra em contato por meio do telefone 0800 707 2003 para obter a resposta à sua demanda, ou quando é realizada uma ligação – ativo - para o demandante com o propósito de lhe passar a resposta de sua demanda.

Observa-se no gráfico 07 retrocitado que 92,45% das demandas já estão concluídas.

Conclusão

É importante destacar que, quando a Central de Relacionamento Fome Zero e a Ouvidoria assumem todos estes serviços em nome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as suas secretarias são desafogadas para tratarem dos serviços inerentes a cada uma delas. Além disso, os números e informações sobre os atendimentos prestados pela Ouvidoria-Geral do MDS e a Central de Relacionamento Fome Zero demonstram a relevância dos canais de atendimento ao cidadão. A disponibilização de um canal gratuito de fácil acesso aos cidadãos de todos os perfis, como é o caso do telefone 0800 707 2003 e dos demais canais de atendimento, tem a intenção de promover a cidadania, bem como a inclusão social, através da universalização da comunicação e do acesso à informação.

2.3.5. Programa 1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.
Objetivos Específicos	Não se aplica
Gerente do Programa	Paul Israel Singer
Gerente Executivo	Fábio José Bechara Sanchez
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Programa sob gestão de outro órgão
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	1 - Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários; 2 - Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo; 3 - Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB.
Público Alvo (Beneficiários)	Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

2.3.6. Principais Ações do Programa

2.3.6.1. Ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar e estimular iniciativas que apresentem alternativas para a geração de trabalho e renda em territórios vulnerabilizados pela pobreza e pela ausência de infraestrutura básica, na perspectiva da economia solidária.
Descrição	Co-financiamento de ações sócio-assistenciais de suporte econômico que privilegiem formas associadas de produção e auto gestão, bem como favoreça o processo de organização social numa perspectiva emancipatória, contribua para o desenvolvimento econômico sustentável e solidário, mediante articulação de políticas e ações governamentais, comunhão de esforços e capacidades institucionais de vários atores públicos.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Ronaldo Coutinho Garcia
Unidades Executoras	550009 – SAIP

Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	SAIP
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008.

Conforme registrado acima, a unidade gestora da Saip foi reativada em outubro de 2008 passando a gerenciar recursos orçamentários da Fonte 153 – Funcional Programática 08.244.1133.4963.0001, na ordem de R\$ 23.826.064,00 (vinte e três milhões oitocentos e vinte e seis mil e sessenta e quatro reais). Estes recursos tiveram origem em descentralizações de créditos realizadas pela Unidade Orçamentária 55001- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, da ordem de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) e pela Unidade Orçamentária 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS na ordem de R\$ 5.826.064,00 (cinco milhões oitocentos e vinte e seis mil e sessenta e quatro reais). As descentralizações ocorreram em duas parcelas:

1. Descentralização determinada pela Portaria nº01, de 21 de outubro de 2008 no valor de R\$ 16.401.064,00 (dezesseis milhões quatrocentos e um mil e sessenta e quatro reais), sendo que deste total R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) são originários da Unidade Orçamentária 55001 – MDS e R\$ 2.901.064,00 (dois milhões novecentos e um mil e sessenta e quatro reais) são originários da Unidade Orçamentária 55901- FNAS;
2. Descentralização determinada pelo Decreto de 12 de dezembro de 2008 publicado no DOU em 15/12/2008 no valor de R\$ 7.425.000,00 (sete milhões quatrocentos e vinte e cinco mil reais) sendo que deste total R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) são originários da Unidade Orçamentária 55001 - MDS e R\$ 2.925.000,00 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil reais) originários da Unidade Orçamentária 55901 – FNAS.

Para implementar as novas competências foram formalizados convênios para execução plurianual com os estados do Acre, Alagoas, Bahia e Ceará em dezembro de 2008, por meio da Ação 4963 - Promoção da Inclusão Produtiva. O motivo que levou a Secretaria a realizar convênios com os estados, em vez de utilizar a capacidade própria foi que na reunião de planejamento realizada em julho avaliou-se que esta unidade, com pouco mais de cinquenta funcionários, não teria condições de atuar diretamente. Ademais, julgou-se que o papel dos governos estaduais no combate à pobreza não está claro nas políticas públicas. Optou-se por realizar convênios como uma forma de desafiar e estimular estes governos a coordenarem ações em seus territórios que contribuam para a inclusão produtiva. Os estados selecionados apresentaram projetos que foram analisados pela equipe técnica e amplamente debatidos. Alguns projetos foram rejeitados por não se enquadrarem aos critérios expressos no Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social e outros tiveram de ser adaptados. As minutas de convênio foram analisadas pela Consultoria Jurídica e pela Assessoria de Controle Interno do MDS. Cabe registrar que, com estes convênios, a secretaria alcançou 86% de execução orçamentária, tendo empenhado recursos na ordem de R\$ 20.514.258,00 (vinte milhões quinhentos e catorze mil duzentos e cinquenta e oito reais). Os critérios utilizados para a seleção destes estados, conforme explicitado acima, foram:

- a) adesão ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, instituído pelo Decreto nº 6393, de 12 de março de 2008 e
- b) o percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família sobre a população do estado (segundo a Contagem da População realizada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A tabela abaixo mostra os resultados alcançados em relação à meta prevista.

Metas e resultados da ação no exercício:

Ação 4963- Unidade Orçamentária 55001 – MDS

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$18.000.000,00	R\$ 15.157.802,00	84,21
Física(pessoas)	12.000	0,00	0%

Ação 4963- Unidade Orçamentária 55901 – FNAS

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 5.826.064,00	R\$ 5.356.456,00	91,94
Física(pessoas)	3.884	0,00	%

A tabela abaixo detalha os valores destinados a estes estados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
COMPROMISSO NACIONAL PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
ACRE	5.017.085,00	1.602.050,00	6.619.135,00
ALAGOAS	248.766,00	1.388.031,00	1.636.797,00
BAHIA	2.185.577,00	3.754.406,00	5.939.983,00
CEARÁ	4.924.759,00	1.393.584,00	6.318.343,00
TOTAL	12.376.187,00	8.138.071,00	20.514.258,00

Fonte: Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

Praticamente toda a equipe da Secretaria contribuiu para a execução desta ação. Deve-se destacar, no entanto, a equipe técnica composta por aproximadamente dez funcionários que elaboraram os convênios com os governos estaduais e a equipe orçamentária-financeira, formada em outubro, composta por quatro funcionários, responsável pela adequação dos procedimentos às normas orçamentárias vigentes.

Dos R\$ 15.157.802,00 executados pela UG SAIP (empenhados e liquidados), R\$6.318.343,00, referente ao Convênio com o Estado do Ceará, foi pago. O restante dos recursos empenhados e liquidados foram inscritos em Restos a Pagar para o exercício de 2009.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		
	2006 (R\$)	2007 (R\$)	2008 (R\$)
1. PASSAGENS (GM, SE, SAIP)	1.046.949,54	602.578,99	900.583,16
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS (GM, SE, SAIP)	432.547,00	501.438,00	475.002,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	8.754.024,48	8.175.931,10	7.207.428,55
3.2. Vigilância e Limpeza	649.023,46	825.039,14	1.445.125,10
3.3. Cooperagem	1.043.079,96	1.034.292,94	1.036.701,14
3.4. Tecnologia da informação	10.709.264,87	12.188.039,69	9.735.884,37
3.5. Apoio Administrativo	23.967.404,26	24.722.609,35	26.733.479,10
3.6. Suprimento de fundos	3.859,31	9.900,66	278,50
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	Não há	Não há	Não utilizado
TOTAIS	46.606.152,88	48.059.829,87	47.534.481,92

Dos valores que totalizam o item 2, na tabela acima, R\$ 65.393,60, R\$ 3.248,04 e R\$ 9.618,88, respectivamente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, reterem-se a ressarcimento de despesas em viagem, executada pela Coordenação-Geral de Logística e Administração. As diárias, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos é a Unidade Executora.

As despesas pagas no item 3 – Serviços Terceirizados, concernente a publicação, vigilância, limpeza e conservação e outras despesas, por tratar-se de despesas operacionais e administrativas de caráter indivisível foram alocadas na Ação 2000 – Administração da Unidade.

2.4.2. Indicadores de desempenho

2.4.2.1. Indicadores desempenho referentes à Secretaria Executiva

INDICADOR 1

Indicador: Percentual de Execução do MDS.

Utilidade: Indica e demonstra a eficácia na gestão orçamentária e financeira da Secretaria-Executiva, bem como a supervisão e atendimento das necessidades administrativas das secretarias finalísticas.

Tipo: Eficácia

Método de aferição: Valor absoluto de liquidação de empenho dividido pelo valor absoluto de dotação final, de toda a dotação do MDS.

Área responsável pelo Cálculo: CGOFC/SPOA/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 98,4% DE LIQUIDAÇÃO DA DOTAÇÃO FINAL CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO MDS EM 2008

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

- mudanças na legislação que rege convênios e a implementação de novo sistema de convênios provocou sobrecarga ao final do ano, prejudicando em parte o resultado final , no montante de 0,4%.
- existência de parte da dotação orçamentária contingenciada, o que impossibilitou a execução daquela parcela correspondente no indicador, que no caso do MDS poderia melhorar em 0,4% .

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

Primeiramente, o indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta.

Para a obtenção da melhoria restante, em busca do resultado teórico ideal de 100%, algumas medidas foram tomadas:

- reuniões sucessivas com os órgãos centrais de planejamento e finanças com vistas à melhoria do fluxo orçamentário e financeiro
- reuniões com os órgãos gestores do SICONV, sistema de convênios, para otimização da ferramenta e facilitação da execução

- melhoria do fluxo dos processos administrativos internos, com vistas à melhoria da execução
- melhoria dos fluxos e acompanhamento da atividade de orçamento e planejamento

As atividades acima foram executadas pela SE, em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Orçamento.

INDICADOR 2

Indicador: Percentual de usuários da Central de Relacionamento Fome Zero/MDS satisfeitos com o atendimento do operador.

Utilidade: Indica o nível de satisfação do usuário com a qualidade do atendimento prestado. Objetiva aferir, por meio da satisfação do usuário, se os atendentes estão corretamente treinados quanto às técnicas de atendimento e ética. Os operadores são treinados e supervisionados para prestarem um atendimento de boa qualidade.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Como o atendimento é um meio, pelo qual o usuário se utiliza para obter um fim, que é ter sua dúvida/reclamação/sugestão sanada ou registrada, um bom atendimento diminui o ônus administrativo entre o objetivo do usuário e sua realização. Por isso é um indicador de eficiência. O indicador é aferido por meio de pesquisa de satisfação junto ao usuário, realizada com perguntas diretas. A pergunta efetiva desse indicador é: como avalia o atendimento prestado pelo operador? As respostas possíveis são: satisfeito ou insatisfeito.

Área responsável pelo Cálculo: OUVIDORIA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício:

94% satisfeitos e 6% insatisfeitos em novembro de 2008

95% satisfeitos e 5% insatisfeitos em dezembro de 2008

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

Não se aplicam

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

O indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta. Para intensificar a busca do resultado teórico ideal de 100% de satisfação do usuário, algumas medidas foram adotadas:

- capacitações mais frequentes dos operadores e seu conseqüente monitoramento;

- reuniões com os monitores e supervisores no sentido de melhor gerenciar esses resultados; e
- identificação, pela empresa contratada, dos operadores com nota baixa de monitoria, para as devidas correções, ou até, substituições.

As atividades foram demandadas pela Ouvidoria e gestoras do contrato pertinente, e executadas pela empresa contratada, sempre com o acompanhamento da Ouvidoria/SE/MDS.

INDICADOR 3

Indicador: Percentual de usuários da Central de Relacionamento Fome Zero/MDS satisfeitos com a resposta ou informação prestada.

Utilidade: Indica o nível de satisfação do usuário com a resposta dada à sua dúvida/sugestão/reclamação. Objetiva aferir, por meio da satisfação do usuário, se os atendentes estão corretamente treinados acerca das informações sobre os programas, projetos e políticas do MDS. Os operadores são treinados e supervisionados para efetivamente atenderem às expectativas dos usuários.

Tipo: Efetividade

Método de aferição: Como a resposta ou registro é efetivamente a finalidade pela qual o usuário procura a Central Fome Zero, ao avaliar a qualidade dessa resposta está se aferindo a efetividade da atividade. Por isso é um indicador de efetividade. O indicador é aferido por meio de pesquisa de satisfação junto ao usuário, realizada com perguntas diretas. A pergunta efetiva desse indicador é: a sua dúvida foi respondida? As respostas possíveis são: satisfeito ou insatisfeito.

Área responsável pelo Cálculo: OUVIDORIA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício:

88% satisfeitos e 12% insatisfeitos em novembro de 2008

92% satisfeitos e 8% insatisfeitos em dezembro de 2008

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

Não se aplicam

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

O indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta. Para intensificar a busca do resultado teórico ideal de 100% de satisfação do usuário, algumas medidas foram adotadas:

- capacitações mais freqüentes dos operadores e seu conseqüente monitoramento;
- reuniões com os monitores e supervisores no sentido de melhor gerenciar esses resultados; e
- identificação, pela empresa contratada, dos operadores com nota baixa de monitoria, para as devidas correções, ou até, substituições.

As atividades foram demandadas pela Ouvidoria e gestoras do contrato pertinente, e executadas pela empresa contratada, sempre com o acompanhamento da Ouvidoria/SE/MDS.

INDICADOR 4

Indicadores:

- a) Valor economizado em licitações por meio de pregão, em valores totais.
- b) % de economia em licitações por meio de pregão, em relação aos valores totais
- c) Média do % de economia em licitações por meio de pregão

Utilidade: Indica a eficiência da utilização da modalidade de pregão em relação às pesquisas de mercado diretas, na contratação de bens e serviços.

Tipo: Eficiência

Método de aferição:

- a) Somatório do valor homologado em todos os pregões realizados no MDS, menos o somatório de todos os valores de referência originais dos mesmos pregões, obtidos por meio das pesquisas de mercado previstas no processo licitatório.
- b) $(A-B)/A$, com resultado em percentual absoluto de economia, onde:
 $A=[\text{Somatório de todos os valores de referência originais dos pregões do MDS}]$
 $B=[\text{Somatório do valor homologado em todos os pregões realizados no MDS}]$
- c) média do conjunto de percentuais individuais de economia de cada pregão.

Área responsável pelo Cálculo: CGOFC/SPOA/MDS, com os dados da CGLA/SPOA/MDS

Resultado do Indicador no Exercício:

- a) R\$52.320.906,68 de economia absoluta em 40 pregões homologados
- b) 47,21% de economia absoluta nos mesmos 40 pregões homologados

c) Média de economia de 34,48%, se considerados os pregões individualmente

Obs.: A diferença do indicador “b” para o “c” é que no “b” o resultado de economia das licitações com maior valor são mais preponderantes no valor do indicador. No indicador “c” cada pregão tem o mesmo peso na média aferida pelo indicador, independentemente do valor do pregão.

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

Não se aplica

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

Não se aplica

2.4.2.2. Indicadores de desempenho referentes à Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

Até 2008 a Saip não era formalmente responsável especificamente por programas ou ações orçamentárias no MDS. No decorrer do ano definiu-se que a Secretaria seria incumbida de promover a geração de oportunidades de trabalho e renda do público beneficiário dos programas e ações do MDS ficando, por isso, responsável pela Ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva. A incerteza em relação ao novo papel institucional da Secretaria, bem como em relação aos recursos orçamentários causou dificuldades no que tange à definição de indicadores de gestão adequados para a avaliação de sua atuação.

Para sanar esta dificuldade decidiu-se que a Secretaria deveria inicialmente programar sua atuação para o ano de 2008 para, a partir disto, elaborar um indicador de gestão condizente. Em julho, foi realizada uma oficina de planejamento na qual se definiu que a Secretaria atuaria visando ao cumprimento da meta da inclusão socioproductiva, principalmente mediante transferências voluntárias na modalidade convênio com os estados que aderissem ao Compromisso. Com a ativação da unidade gestora da SAIP, em 20/10/2008, foi atribuído à Secretaria um orçamento de R\$ 23.826.064,00 (vinte e três milhões oitocentos e vinte e seis mil e sessenta e quatro reais).

Com estes recursos avaliou-se que poderiam ser apoiados quatro estados que tivessem aderido ao Compromisso Nacional, mediante a formalização de convênios que objetivassem desenvolver projetos de inclusão socioproductiva dos beneficiários dos programas do MDS. Pelas razões expressas acima, os estados selecionados foram Acre, Alagoas, Bahia e Ceará. O indicador de gestão proposto para o primeiro ano de atuação da Secretaria como área finalística, no qual as atividades se centraram principalmente no planejamento e início de execução das atividades programadas, foi o número de convênios firmados em relação aos programados. Julga-se, por isso, que a Secretaria demonstrou eficiência na sua atuação, pelo fato de, em dois meses, atingir sua meta. A Secretaria foi eficaz na alocação dos seus recursos, tendo atingido 86% de execução orçamentária, com a previsão de atendimento a 10.973 famílias. A efetividade da atuação da secretaria só poderá ser avaliada a partir de 2010, depois que os recursos forem executados pelos estados e alcançadas as metas previstas.

Com relação às entidades selecionadas no âmbito do Chamamento Público SAIP/MDS Nº 01/2008, não foi possível realizar a celebração dos convênios no exercício de 2008, ficando adiada para o exercício de 2009. Apenas 10 funcionários da Saip tinham capacidade na realização de

convênios (ainda nos moldes da Instrução Normativa STN nº 01/97) e constituíram a equipe técnica responsável pela formalização destes ajustes. O empenho desta equipe foi priorizado para a formalização dos convênios com os entes federados, que estavam programados desde julho. Ademais, a nova normatização sobre transferências voluntárias, instituída pelo Decreto nº 6.170/2007 e regulamentada pela Portaria Interministerial nº 127/08 implantou o Sistema de Gestão Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, também deu origem a dúvidas e impasses. Os processos de convênio foram formalizados em meio físico e via sistema informatizado, o que implicou um trabalho adicional para a equipe responsável. A área técnica teve que fazer pareceres simultaneamente no Siconv e em meio impresso, e posteriormente solicitar que a entidade proponente modificasse o projeto também no Siconv e enviasse essas mudanças em meio impresso. Existe a expectativa de que em 2009 o Siconv funcione plenamente o que diminuirá a quantidade de exigências para a formalização dos convênios, uma vez que toda a documentação necessária estará disponível no sistema bem como os pareceres das áreas técnicas e jurídicas.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ 1,00

Ano de Inscrição	RP Processados				RP Não-Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	8.400	0	6.600	1.800	0	0	0	457.838
2007	2.123.305	20.268	2.061.271	41.767	24.519.051	-544.071	21.931.280	2.043.699
Total	2.131.705	20.268	2.067.871	43.567	24.519.051	-544.071	21.931.280	2.501.537

Para a captação dos dados referentes aos Restos a Pagar se utilizou o SIAFI Gerencial. Neste sentido, foi selecionado o Grupo de Itens “RP PROC N PROC CCONT” e se restringiu a consulta às Unidades Gestoras Executoras 550005 – Coordenação Geral de Logística e Administração, 550006 – Coordenação Geral de Recursos Humanos, 550003 - Secretaria Executiva, 5500012 - Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família e 500014 – Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.

Cabe esclarecer que os valores de RAP A Pagar indicados na tabela acima foram cancelados.

Quanto à SAIP, por não ter sido UG executora em 2007, não houve RAP em 2008.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Quadro I – Transferências Realizadas pela CGLA

Tipo	Cód. Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor Total Recebido ou Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário	Situação da Avença
8		4º Termo Aditivo do Cont. 01/2005. Proc. 71000.005985/2005-21. Vigência: 08/09/2005 a 05/03/2009	Pagamento de Benefício do Programa PROJOVEM	08/09/2005	32.213.000,00	32.213.000,00		Caixa Econômica Federal. CNPJ: 00.360.305/0001-04	
8		Contrato nº 27/2005. Proc. 71000.000589/2005-15. Vigência: 09/08/2005 a 08/08/2009	Pagamento de Publicidade de Utilidade Pública	09/08/2005	2.000.000,00	2.000.000,00		Ogilvy & Mather Brasil. CNPJ: 61.067.492/0009-84	
2		Termo de Acordo 01/2000, celebrado em 15/02/2000	Condomínio Ministério dos Esportes Bloco "A" - espaço ocupado pelo MDS.	15/02/2000	1.443.000,00	1.443.000,00		UG: 180002	
2		Termo de Acordo S/N, celebrado em 15/07/2003	Condomínio Ministério do Planej. Bloco "C" - espaço ocupado pelo MDS.	15/07/2003	1.402.000,00	1.402.000,00		UG: 201002	

Quadro II – Transferências Realizadas pela SAIP

Tipo	Cód. Siafi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor Total Recebido ou Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário	Situação da Avença
1	702.028	71000.586632/2008-61 - Termo 006/2008 - Assinatura 26/12/2008 - Vigência 30/12/2011	Inclusão Produtiva	30/12/2008	19.784.710,00	0	2.247.022,00	Governo do Estado do Acre - CNPJ 63606479/0001-24	Não
1	701.940	71000.587425/2008-24 - Termo 005/2008 - Assinatura 26/12/2008 - Vigência 30/12/2011	Inclusão Produtiva	30/12/2008	11.819.107,50	0	1.422.640,16	Governo do Estado da Bahia - CNPJ 13937032/0001-60	Não
1	702.197	71000.588126/2008-15 - Termo 007/2008 - Assinatura 26/12/2008 - Vigência 31/12/2011	Inclusão Produtiva	31/12/2008	14.570.018,00	6.318.343,00	2.235.348,00	Governo do Estado do Ceará - CNPJ 07954480/0001-79	Não
1	701.865	71000.586631/2008-17 - Termo 004/2008 - Assinatura 26/12/2008 - Vigência 30/12/2011	Inclusão Produtiva	30/12/2008	3.252.593,00	0	362.930,00	Governo Estado de Alagoas - CNPJ 12200176/0001-76	Não

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não há.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

I – Unidade de Implementação de Projetos - UIP

A UIP acompanha a execução de dois acordos de empréstimo e de cinco acordos de cooperação técnica executadas por meio de três organismos internacionais:

a) Acordos de empréstimo com bancos internacionais:

- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

b) Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais:

- 3 acordos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD;
- 1 acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e
- 1 acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

I.I - Acordo de Empréstimo BIRD 7234-BR

O Acordo de Empréstimo no. 7234-BR foi assinado em 24 de maio de 2005, entrando em efetividade no dia 15 de junho de 2005.

No período de 01/07/2008 a 31/12/2008, da parte A (modalidade Swap) do Projeto, foi transferido aos beneficiários pelo Governo Federal o valor de R\$ 5.495.867.750,04 (cinco bilhões, quatrocentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais e quatro centavos), porém os recursos do Acordo de Empréstimo na modalidade SWAP esgotaram-se em janeiro de 2007. Com relação às partes B, C, D e E, foram apresentados os SOEs de nº 22 ao nº 28 ao Banco, totalizando um reembolso de R\$ 1.148.700,84 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, setecentos reais e oitenta e quatro centavos) no segundo semestre de 2008.

Com os repasses aos beneficiários realizados em janeiro de 2007, a execução financeira do Acordo de Empréstimo do Programa Bolsa Família alcançou 100% do total orçado para a Parte A do Projeto, ou seja, US\$ 551.478.000,00 (quinhentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e oito mil dólares).

Os recursos alocados à parte institucional do Ministério totalizam US\$ 15 milhões. Nessa modalidade do empréstimo já foram pagos até agora US\$ 4,7 milhões. Existe um saldo de contratos a pagar de US\$ 900 mil em contratações já realizadas, porém não totalmente concluídas; em licitações a contratar temos US\$ 5 milhões.

Ainda restavam US\$ 4,4 milhões a serem aplicados pelo Ministério na sua parte institucional. Por esse motivo o Ministério solicitou a prorrogação da data de encerramento do contrato ao Banco novamente, desta vez para 31 de julho de 2010. Essa nova extensão foi aprovada com um corte no orçamento de US\$ 1,5 milhões e até a data de 30 de dezembro de 2009. Assim, resta ao Ministério um saldo de US\$ 2,9 milhões a ser aplicado até a data final do contrato, ou seja, até o final de 2009.

Parte A – Transferência dos Benefícios Financeiros do Programa Bolsa Família

Já foi pago aos beneficiários do Programa o valor de R\$ 36,188 bilhões, dos quais R\$ 5,8 bilhões referem-se ao período anterior ao Acordo.

Durante o período de junho de 2004 a dezembro de 2005, foram transferidos benefícios do Programa Bolsa Família no montante de R\$ 9,593 bilhões, equivalentes a US\$ 4,171 bilhões, à taxa média de US\$ 1,00 = R\$ 2,30.

No ano de 2006, foi transferido aos beneficiários do PBF o valor de R\$ 7,367 bilhões, o que equivale a US\$ 3,395 bilhões, à taxa média de US\$ 1,00 = R\$ 2,17.

No período de janeiro a junho de 2007, foi transferido aos beneficiários do PBF o valor de R\$ 4,034 bilhões, o que equivale a US\$ 2,017 bilhões, à taxa média de US\$ 1,00 = R\$ 2,00.

No período de julho a dezembro de 2007, foi transferido aos beneficiários do PBF o valor de R\$ 4,739 bilhões, o que equivale a US\$ 2,633 bilhões, à taxa média de US\$ 1,00 = R\$ 1,80.

No período de janeiro a junho de 2008, foi transferido aos beneficiários do PBF o valor de R\$ 5,007 bilhões, o que equivale a US\$ 3,110 bilhões, à taxa média de US\$ 1,00 = R\$ 1,61.

No período de julho a dezembro de 2008, foi transferido aos beneficiários do PBF o valor de R\$ 5,495 bilhões, o que equivale a US\$ 2,818 bilhões, à taxa média de US\$ 1,00 = R\$ 1,95.

Os montantes acima somam um total de R\$ 36,188 bilhões, já desembolsados pelo Governo Federal aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os recursos do Acordo de Empréstimo dessa modalidade esgotaram-se em janeiro de 2007 alcançando sua total execução no valor de US\$ 551.478.000,00.

Partes B, C, D e E - Fortalecimento Institucional para o PBF

Para implementação das partes B, C, D e E do Projeto, foram alocados recursos no Orçamento Geral da União para o PBF no valor de R\$ 30,6 milhões na fonte 148, referente ao Acordo de Empréstimo, transferidos em 2005 ao PRODOC BRA 04/028, mantido com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Projeto entrou em efetividade na data de 15 de junho de 2005. As condições para o imediato início da implementação foram criadas: créditos orçamentários e organização interna da equipe de implementação.

Como retroatividade foi apresentada a despesa referente ao pagamento de diárias e passagens para visita de observação de programa social desenvolvido no México, na ordem de R\$ 40.126,87 (quarenta mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos). Foram reembolsados pelo Banco US\$ 18,243.63 (dezoito mil, duzentos e quarenta e três dólares e sessenta e três centavos).

Com relação às partes B, C, D e E foram apresentados ao Banco os Soe's de 2 a 7 no montante de R\$ 4.572.707,04 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e sete reais e quatro centavos) no primeiro semestre de 2006. Foram reembolsados US\$ 2.032.765,97 (dois milhões, trinta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco dólares e noventa e sete centavos).

No segundo semestre de 2006 foram apresentados os Soe's 8, 9 e 10 totalizando um valor de R\$ 707.278,50 (setecentos e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) gerando um reembolso de US\$ 324.812,17 (trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e doze dólares e dezessete centavos).

No primeiro semestre de 2007 foram apresentados os Soe's 11,12 e 13 no valor de R\$ 1.498.878,20 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte centavos) originando um reembolso de US\$ 732.231,66 (setecentos e trinta e dois mil, duzentos e trinta e um dólares e sessenta e seis centavos). Também, no mesmo período, foi solicitado outro reembolso com a apresentação dos Soe's 14, 15, 16 e 17 no valor de R\$ 487.856,04 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos) que se equivaliu a US\$ 256.233,64 (duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e três dólares e sessenta e quatro centavos). Assim, temos um total das partes B, C, D e E para o primeiro semestre de 2007 de R\$ 1.986.734,24 (um milhão, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) e um total em dólares de US\$ 988.465,30 (novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco dólares e trinta centavos).

No segundo semestre de 2007 foi apresentado o pedido de saque nº 05 – MDS com os Soe's 18,19,20 e 21 no valor de R\$ 758.613,88 (setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e treze reais e oitenta e oito centavos) que correspondeu a US\$ 418.892,26 (quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e dois dólares e vinte e seis centavos). O total das partes B,C,D e E para o ano de 2007 é de R\$ 2.745.348,12 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e doze centavos) equivalentes a US\$ 1.407.357,56 (um milhão, quatrocentos e sete mil, trezentos e cinquenta e sete dólares e cinquenta e seis centavos).

No primeiro semestre de 2008 não foram Soe's ao banco. Já no segundo semestre de 2008 foi apresentado o pedido de saque nº 06 – MDS com os Soe's 22,23,24 e 25 no valor de R\$ 571.146,20 (quinhentos e setenta e um mil, cento e quarenta e seis reais e vinte centavos) que correspondeu a US\$ 357.525,01 (trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco dólares e um centavo). Também foram enviados ao Banco, no segundo semestre de 2008, o pedido de saque nº 07-MDS com os Soe's 26,27 e 28 no valor de R\$ 577.554,64 (quinhentos e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) que correspondeu a US\$ 244.028,58 (duzentos e quarenta e quatro mil, vinte e oito dólares e cinquenta e oito centavos). O total das partes B,C,D e E para o ano de 2008 é de R\$ 1.148.700,84 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, setecentos reais e oitenta e quatro centavos) equivalentes a US\$ 601.553,59 (seiscentos e um mil, quinhentos e cinquenta e três dólares e cinquenta e nove centavos).

Em relação às despesas com o fortalecimento institucional do Projeto até agora foram gastos por categoria: R\$ 5.618.657,54 (cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) ou US\$ 2.599.202,70 (dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e dois dólares e setenta centavos) em Bens e Serviços, categoria 1. Em Consultoria, categoria 2, foram gastos R\$ 2.530.174,32 (dois milhões, quinhentos e trinta mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) ou US\$ 1.231.010,60 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, dez dólares e sessenta centavos). Com Treinamentos foram gastos R\$ 711.334,92 (setecentos e onze mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos) ou US\$ 349.828,77 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e oito dólares e setenta e sete centavos) na categoria 3. Por último, temos um gasto de R\$ 353.994,59 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos) ou US\$ 204.690,85 (duzentos e quatro mil, seiscentos e noventa dólares e oitenta e cinco centavos) com Custos Operacionais na

categoria 5. Assim, o montante total pago e reembolsado para as partes B, C, D e E até o momento foi de R\$ 9.214.161,37 (nove milhões, duzentos e quatorze mil, cento e sessenta e um reais e trinta e sete centavos) que correspondem a US\$ 4.384.732,92 (quatro milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e dois dólares e noventa e dois centavos).

A maior parte dos recursos do Componente 2 está comprometida com a licitação de 3 grandes estudos, ora em fase final de contratação:

- Desenvolvimento do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
- Impacto na família: executar pesquisa quantitativa e qualitativa e gerar base de dados
- Acompanhamento e avaliação do Plan SeQ Bolsa Família - Construção Civil

I.II - Acordo de empréstimo com o BID- nº 1609/OC-BR

Para atender aos objetivos definidos no Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social, foi assinado em 24 de outubro de 2005, o Acordo de Empréstimo 1609/OC-BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele visa reduzir a reprodução intergeracional da pobreza, através da expansão e consolidação do sistema de proteção social baseado no Programa Bolsa Família de transferências condicionadas.

Os objetivos específicos são (i) expandir o alcance do Programa Bolsa Família a todas as famílias elegíveis de uma forma eficiente e efetiva; (ii) avaliar e melhorar a qualidade dos programas complementares da rede de proteção social, em especial a do PETI; e (iii) fortalecer o MDS, bem como a estrutura descentralizada de assistência social, com particular ênfase na capacitação de seus recursos humanos.

O BID concedeu um montante de US\$ 1.000.000.000 (um bilhão de dólares) na forma de reembolso de despesas dos componentes, apresentados a seguir:

(i) Reembolsos correspondentes ao Componente 1, com base no montante total das transferências realizadas pelo pagamento dos benefícios dos programas Bolsa Família e de transferências diretas do PETI no valor de até US\$ 983.400.000; e

(ii) Reembolsos correspondentes aos Componentes 2 e 3, de despesas elegíveis relacionadas com o fortalecimento institucional do sistema de proteção social e administração do Programa, no valor de até US\$ 16.600.000.

No exercício de 2005 foram certificados gastos no valor total de R\$ 7.547.431.162,76. Parte dos gastos foi reembolsada pelo BID, no valor de US\$ 474.853.370,89.

No exercício de 2006, até novembro, foram certificados os gastos no valor total de R\$ 8.492.421.442,57. Parte dos gastos foi reembolsada pelo BID, no valor de US\$ 508.546.629,11. O montante do empréstimo relativo ao Componente 1 – Transferências de Renda Condicionadas, atingiu o percentual de 100%, do total de US\$ 983.400.00,00.

No exercício de 2007, até novembro, foram enviados à STN gastos no valor total de US\$ 1.831.259,44, o que representa uma execução de 11,03% do orçamento de US\$ 16.600.000,00. Os gastos comprovados são todos relativos ao Componente 2.

No exercício de 2008, foram enviados à STN gastos no valor total de US\$ 8.453.424,57. Os gastos comprovados são todos relativos ao Componente 2, para os quais está previsto o reembolso integral dos investimentos nas ações do Programa.

Do orçamento de US\$ 16.600.000,00 relativos ao Componente 2, foram reembolsados US\$ 10.284.684,01 que representam 61,96% do total.

No início de abril de 2008, foi realizada uma Missão de Administração do BID, integrada por especialistas do BID e gestores e técnicos do MDS, que teve como objetivos:

- proceder a revisão anual do Programa;
- conhecer a situação atual de execução das políticas de proteção social que mantém interface com o Programa;
- conhecer os principais estudos de avaliação sobre as políticas sociais realizadas pelo MDS;
- discutir e estabelecer conjuntamente estratégias de acompanhamento e avaliação do Componente de Capacitação – Sub 1 e Sub 2;
- acordar sobre os delineamentos básicos da avaliação final do Programa;
- acordar um plano integral de ações para o ano de 2008/2009, e
- elaborar o programa de trabalho para a execução da “Agenda de Conhecimento”.

ORÇAMENTO DO PROGRAMA – APÓS MISSÃO ADMINISTRATIVA 2008

Componentes	Subcomponentes	Orçamento Original (US\$)	Orçamento Após Missão de Arranque (US\$)	Orçamento Após Missão Administrativa 2008 (US\$)
1 Transferências de Renda Condicionadas	1.A – Transferências de Renda Condicionadas	983.400.000,00	983.400.000,00	983.400.000,00
	TOTAL Componente 1	983.400.000,00	983.400.000,00	983.400.000,00
2 Fortalecimento Institucional	2.A – Apoio ao CadÚnico	6.400.000,00	1.200.000,00	776.273,12
	2.B – Apoio a Políticas e Programas Complementares	3.600.000,00	3.639.180,00	3.639.180,24
	2.C – Capacitação	5.200.000,00	10.370.286,00	11.078.514,07
	2.D – Apoio à Avaliação	500.000,00	490.534,00	490.534,00
	TOTAL Componente 2	15.700.000,00	15.700.000,00	15.984.501,43
3 Administração do Programa	3.A – Administração e Supervisão	900.000,00	900.000,00	615.498,57
	TOTAL Componente 3	900.000,00	900.000,00	615.498,57
• TOTAL (Componentes 1 + 2 + 3)				1.000.000.000,00

Componente 1: Transferências de Renda Condicionadas

O Programa financiou parcialmente as transferências condicionadas de renda a beneficiários do Programa Bolsa Família e a beneficiários recadastrados do PETI.

Em dezembro de 2006, o nível de desembolso atingiu o equivalente a 100%, em forma de reembolso parcial das transferências de renda condicionadas a beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e Transferências Diretas do PETI.

Componente 2: Fortalecimento Institucional

2.A - Apoio ao CadÚnico

Tem por objetivo apoiar a melhoria e expansão do registro único que é utilizado pelos municípios para identificar potenciais beneficiários de programas de proteção social.

Foi redefinido o montante de US\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares) para o Subcomponente 2.A – Apoio ao CadÚnico, destinado a recertificação dos beneficiários do PETI, transferindo o saldo dos recursos para atividades de capacitação de gestores estaduais e municipais. Foram utilizados R\$ 1.454.592,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais), equivalentes a US\$ 673.476,73 (seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis dólares e setenta e três centavos) no cadastramento dos beneficiários PETI no CadÚnico. O reembolso dessas despesas foi realizado pelo BID em 25 de junho de 2007.

Com a realização do incentivo ao cadastramento PETI aos municípios, o saldo do Subcomponente 2.A, de US\$ 500.000,00 foi aberto para atividades de Apoio à Implementação de Sistemas.

2.B - Apoio a Políticas e Programas Complementares

Tem o objetivo de fortalecer a jornada ampliada do PETI e outros programas de assistência social que integram o sistema de proteção social tais como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Estudos qualitativos das atividades de Jornada Ampliada executadas pelos municípios, o desenvolvimento de padrões de qualidade para a prestação dessas atividades sócio-educacionais. Contrato assinado em 2008, com a empresa Herkenhoff & Prates.

Contratação de instituição especializada para realização de Estudos Quantitativos e Qualitativos sobre a implantação do PAIF, em âmbito nacional.

Contratação de instituição especializada para realização de Estudo Qualitativo para Avaliação do PETI, de abrangência nacional

Contratação de instituição especializada para realização de Estudo Quantitativo para Avaliação do PETI, de abrangência nacional, com foco na área de análise e avaliação de políticas sociais

2.C - Capacitação

Tem como objetivo melhorar a capacidade do País de formular, implementar, monitorar e avaliar programas e políticas sociais.

Subprojeto 1 - Formação de multiplicadores e de gerentes sociais que atuam na proteção social não contributiva e constituição da Rede Nacional de Capacitação Descentralizada. Com relação ao Subprojeto 1 de Capacitação, que previa a formação de Agências Coordenadoras

Estaduais, em 2007, foram selecionadas instituições para os 16 Lotes previstos. As capacitações foram iniciadas em 2008.

Lote	Municípios	Turmas	Profissionais a capacitar	Licitante vencedora	Valor do Contrato
1	50	3	122	INBRAPE/UNIDERP	792.522,61
2	17	2	63	AIUPEA (*)	442.019,22
3	14	1	44	UNITINS	370.888,97
4	43	3	110	CIEDS	541.515,00
5	33	2	92	CIEDS	423.937,00
6	16	1	45	UNIBAHIA	467.885,43
7	17	1	43	UNIBAHIA	601.891,31
8	72	4	173	UNIMONTES	697.536,30
9	56	2	92	CIEDS	662.624,00
10	55	4	152	IEE/PUC-SP	1.300.925,00
11	35	2	93	FECAMP	454.602,16
12	38	2	92	FEIT	584.254,19
13	69	4	158	INBRAPE/UNIDERP	825.304,15
14	74	5	184	FAURGS	751.901,37
15	15	1	38	UNIMONTES	212.918,10
16	25	2	59	UNIMONTES	272.043,50
Totais	629	39	1560	-	9.402.768,31

Subprojeto 2 - Capacitação Continuada a Distância para subsidiar a implementação do Programa Bolsa Família e de Programas do SUAS.

Foi idealizado para favorecer o desenvolvimento de competências para as equipes técnicas responsáveis pela implementação e administração descentralizadas do Programa Bolsa Família (PBF) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros.

Para atender os objetivos do Subprojeto 2, foi prevista a contratação de instituição especializada em educação a distância via Internet para capacitação, num período de 18 meses, de 14.059 técnicos distribuídos em todo o território nacional, no âmbito do Programa Bolsa Família e do Sistema Único de Assistência Social.

O subprojeto 2 foi executado sob a responsabilidade do Consórcio vencedor de licitação formado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM e pela Associação Núcleo Universitário de Pesquisas, Estudo e Consultoria – UniCarioca. O Consórcio IBAM – UniCarioca/NUPEC consolidou a atuação de duas instituições com destacada atuação na área de educação a distância e assessoramento aos governos, particularmente os municipais. O valor global executado foi de R\$ 4.748.463,78.

2.D - Apoio à avaliação

Com o objetivo de apoiar esforços de avaliação que estão sendo conduzidos pelo MDS, este componente financiou, especificamente, consultorias internacionais e oficinas para apoiar a preparação, acompanhamento e divulgação das análises dos resultados da avaliação que o MDS realizou em colaboração com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

Foi realizado no final de agosto de 2008, seminário nacional de avaliação das capacitações do Subprojeto 1.

Componente 3: Administração do Programa

Para esse componente, não foram utilizados recursos do BID, até o segundo semestre de 2008.

II - Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.

II.I - UNESCO (914BRA3026):

O Projeto 914BRA3026 – Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, firmado entre o Ministério e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, apresenta como macro objetivo contribuir para eliminar a insegurança alimentar e nutricional da população brasileira e enfrentar as causas estruturais da pobreza, implantando o modelo de Gestão da Política de Segurança Alimentar, Alimentação nos municípios; coordenando a implantação do Cartão-alimentação nos municípios; fortalecendo e ampliando o processo de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; ampliando ações locais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; e apoiando a implementação de projetos de Segurança Alimentar.

A vigência do projeto teve início em 28/05/2003 e será encerrada em 28/12/2009 conforme estabelecido na revisão 6.

O orçamento total do projeto é de R\$ 59.726.503,00, integralmente com recursos do Tesouro, apresentando uma execução total de R\$ 38.613.034,61 o que representa um nível de execução de 64,65%.

Objetivo 1: Implantar o Modelo de Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Foram realizadas várias ações de apoio técnico e divulgação do processo de gestão da política de assistência social ao longo do exercício.

Objetivo 2: Implantar Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Contratação de consultoria para analisar e diagnosticar os desafios e problemas relacionados à sistemática de gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).

Foi contratada empresa para a execução dos serviços gráficos e impressão da Cartilha de orientações sobre a obtenção do Registro Civil de nascimento e do Manual de Orientações sobre o Bolsa Família na Saúde 2ª Edição.

Foi realizado o Encontro de Coordenadores Estaduais e Gestores Municipais do Programa Bolsa Família. em Brasília/DF entre os dias 9 e 11 de abril de 2008 para 75 pessoas

Objetivo 3: Fortalecer e ampliar o processo de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local e Controle Social.

Dentre diversos eventos realizados em 2008 podemos citar:

- Apoio logístico ao Fórum de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - I Encontro do CONSAD Bacia do Itapaboana/RJ. Realizado entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2008 em Itaperuna/RJ para 140 pessoas.
- Apoio logístico ao seminário "Os Povos e Comunidades Tradicionais e Segurança Alimentar e Nutricional", realizado entre os dias 16 e 19 de abril de 2008 em Salvador/BA para 180 pessoas.
- Apoio logístico ao Seminário Técnico com Gestores responsáveis pela implementação dos Centros de Apoio a Agricultura Urbana em Regiões Metropolitanas do Brasil, realizado em Brasília, para 50 pessoas nos dias 6 e 7 de maio.
- Apoio logístico ao seminário "Josué de Castro: vida, obra e legado - os desafios da soberania alimentar. Em Veranópolis/RS dias 24 a 28 de novembro e 5 a 9 de dezembro para 200 pessoas.

Objetivo 4: Identificar e apoiar ações locais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

Apoio logístico à Oficina para Discussão de Ações na Atenção Básica, Vigilância e Educação em Saúde no Âmbito do Programa Cisternas realizada em Recife nos dias 23 a 25 de julho de 2008 para 55 pessoas.

Nesse objetivo foi contratada a empresa Criax Comunicação e Design Ltda para realizar a produção de projeto gráfico, diagramação e impressão de publicação impressa sobre SAN com custo de R\$ 47.883,79.

Foi realizada também a contratação de empresa para serviços gráficos de produção das cartilhas do Programa Cisternas. O custo dessa atividade foi de R\$ 29.900,00.

Também foram contratados serviços de consultoria para realização das atividades abaixo:

- Desenvolvimento de atividades de apoio ao programa de agricultura urbana e periurbana;
- Desenvolvimento de atividades de apoio ao programa de aquisição de alimentos - compra direta local da agricultura familiar;
- Desenvolvimento de atividades técnicas junto ao programa cozinhas comunitárias
- Consultor em implementação de projetos de educação alimentar e nutricional;

- Consultor em desenvolvimento e implementação de estratégias de ação voltada à fomentar parcerias que visem a disseminação de tecnologias sociais apropriadas de aproveitamento hídrico para a pequena produção familiar;
- Desenvolvimento de atividades de apoio ao programa cisternas, com ênfase na consolidação de dados de orientação e execução visando organizar os processos de divulgação, comunicação e orientação no âmbito do programa;
- Desenvolvimento de atividades de apoio ao programa cisternas, com ênfase na gestão de nova modalidade do programa voltado aos governos municipais;
- Desenvolvimento de atividades de cooperação técnica com o ministério da saúde, no âmbito do programa cisternas;
- Sistematização de dados no âmbito do programa de aquisição de alimentos (PAA);
- Avaliação e formulação de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 5: Dotar a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP com os insumos necessários para promover, de forma integrada com as secretarias finalísticas do MDS, a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de governo, setor privado e entidades da sociedade civil.

Hospedagem para os participantes do Seminário Regional sobre Cadeias de Produtos Sociobiodiversidade. Para 130 pessoas, de 19 a 21 de fevereiro de 2008 no Rio de Janeiro.

Hospedagem aos participantes do III Encontro das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, realizado em Contagem/MG, de 27 a 30 de novembro para 234 pessoas. A instituição contratada foi o Serviço Social do Comércio – SESC e o valor executado foi de R\$ 31.186,00.

Objetivo 6: Qualificar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI para o aumento da efetividade de suas ações mediante: intercâmbio com instituições acadêmicas e de fomento à pesquisa na área de políticas sociais; registro e disseminação das pesquisas produzidas utilizando-se de publicações e promoção de seminários; estímulo à pesquisa, por meio da realização de concurso de ensaios sobre avaliação e monitoramento de programas sociais e realização de pesquisas e estudos específicos de avaliação das políticas e programas implementados pelo MDS.

Acompanhamento do contrato da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE para a realização de consultoria em projetos de monitoramento e avaliação. Em dezembro de 2007 foi feita a finalização dos trabalhos de campo (coleta de dados) na pesquisa e o resultado final foi apresentado em 2008. O valor total executado foi de R\$ 531.508,80.

Objetivo 7: Aprimorar a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Dentre as ações realizadas nesse objetivo foi contratada a instituição Meta Pesquisa de Opinião para realizar a pesquisa Contagem da População em Situação de Rua por meio do Edital 932/2006. O valor total dessa contratação foi de R\$ 1.649.500,00, sendo que o contrato foi encerrado no exercício de 2008, tendo sido executado nesse exercício o valor de R\$ 715.000,00.

Contratação de empresa qualificada para a prestação de serviços especializados de consultoria no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o desenvolvimento de materiais e orientação e capacitação de gestores das três esferas de governo, com vistas à readequação de serviço socioeducativo de proteção social básica destinado a jovens de 15 a 17 anos,

compatível com a Política de Assistência Social e a Política Nacional de Juventude. A instituição contratada foi a Fundação São Paulo – IEE/PUC e o valor total da contratação foi de R\$ 54.928,00.

Foi realizada a contratação de empresa especializada para especificação e elaboração de projeto do Sistema Integrado de Gestão do Programa ProJovem Adolescente. A empresa contratada foi a Websis Tecnologia e Sistemas Ltda e o valor executado foi de R\$ 84.500,00.

A empresa Gráfica e Editora Posigraf S.A. foi contratada para prestação de serviços de criação de projeto gráfico, diagramação e impressão de publicações referentes a quatro cadernos do Ciclo I do ProJovem Adolescente. O valor executado foi de R\$ 69.450,00.

Apoio logístico ao Encontro Nacional de Formação de Multiplicadores para o ProJovem Adolescente, realizado nos dias 13 a 15 de fevereiro de 2008 em Brasília para 140 pessoas. O valor executado foi de R\$ 53.018,00.

Apoio logístico ao Seminário Estratégias de Monitoramento da SNAS e da Oficina de Apresentação da REDESUAS, entre os dias 27 e 29 de maio de 2008 em Brasília/DF para 150 pessoas.

Apoio logístico à realização da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social realizada de 16 a 19 de agosto de 2008 em Salvador/BA para 3.500 pessoas.

Apoio logístico ao Seminário "A transição da educação infantil da assistência social para a educação e os parâmetros dos serviços da proteção social básica para crianças de 0 a 6 anos e suas famílias". Realizado em Brasília nos dias 26 e 27 de agosto para 90 participantes.

Apoio logístico ao 7º Festival Lixo e Cidadania realizado em Belo Horizonte de 02 a 06 de setembro.

Apoio logístico a Oficina de construção de planos de acompanhamento, no âmbito dos estados, com vistas ao fortalecimento dos conselhos de assistência social e à implementação do serviço socioeducativo ProJovem Adolescente, como pré-condição para que os estados possam receber o incentivo previsto no NOB/SUAS. Realizado em Brasília nos dias 29, 30 e 31 de outubro para 170 pessoas.

Apoio logístico a Oficina de Apresentação do Monitoramento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Em Brasília/DF, dias 8 e 9 de outubro de 2008 para 70 pessoas.

Apoio logístico ao I Seminário Estadual de Gestão do Trabalho no SUAS - Implementação da NOB/SUAS e atuação profissional. Realizado em Curitiba dias 18 e 19 de novembro para 600 pessoas.

II.II - FAO (UTF/BRA/064/BRA)

O Projeto Apoio à Implementação e ao Alcance dos Resultados da Estratégia Fome Zero foi firmado através do termo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO, fundado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a AIEA, para implementação do Projeto de Apoio à Implementação e ao Alcance dos Resultados da Estratégia Fome Zero, tendo como instituição nacional executora o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, assinado em 2 de dezembro de 2003.

O orçamento total do projeto é de US\$ 8.715.997,00, sendo que o montante total executado representa US\$ 4.374.444,28 tendo sido executado em 2008 US\$ 712.330,28.

O Projeto de Cooperação UTF/BRA/064 tem quase cinco anos de implementação efetiva e os resultados atingidos são considerados satisfatórios. As ações programadas estão em execução ativa, registrando-se ao final do exercício de 2008, um índice de implementação de 62% de sua execução global, considerando-se o orçamento aprovado e os processos em andamento no Ministério. Salienta-se que a suplementação orçamentária de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao final de 2007 impactou o cronograma de implementação do Plano de Trabalho, e obviamente, seu percentual de execução, em relação ao orçamento total do Projeto.

As ações produzidas no âmbito do Projeto UTF/BRA/064/BRA, tanto de fomento quanto de avaliação da qualidade dos programas, impactaram positivamente o processo de fortalecimento e gestão das políticas de segurança alimentar e nutricional e mais diretamente, contribuíram para o alcance dos benefícios recebidos pelas populações contempladas nas políticas voltadas para o combate à fome e à redução da vulnerabilidade social e alimentar.

Objetivo 1: Dar suporte à implementação e gestão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Esse objetivo apresentou um grau significativo de execução.

Cita-se o avanço nas propostas para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e a contratação de consultoria para elaborar proposta de normatização dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Outra ação prioritária é a reaplicação do Curso de Capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada. O primeiro curso foi realizado em 2007, com expressiva participação e resultados relevantes. Verificou-se que ao final do período de inscrições, 5.232 pessoas de 511 das 518 microrregiões existentes pleiteavam vaga no curso representando 1.119 municípios brasileiros. Como houve uma adesão maior do que a prevista inicialmente, demonstrando a necessidade de reaplicação do curso para atingir o público não contemplado na primeira capacitação. O valor previsto com esta ação é de R\$ 351.855,00, sendo que R\$ 70.371,00 foram utilizados em 2008.

Com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, está sendo realizada pesquisa para a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional cujo escopo prevê levantamento dos custos de produção, coleta, beneficiamento, embalagem e distribuição do leite bovino pasteurizado Tipo C e leite caprino, produzido por agricultores familiares. A referida pesquisa apresenta custo total de R\$ 409.796,00, desse montante foram executados até 2008 R\$ 122.938,80.

Relativamente ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, registrou-se avanço com a realização de consultoria pelo IPES – Promoción Del Desarrollo Sostenible – visando à implantação de Centros de Agricultura Urbana e Periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. O custo previsto com essa ação é de R\$ 87.950,40, tendo sido já desembolsado até 2008 o valor de R\$ 17.590,08. O estudo em pauta deverá abranger a formulação de proposta de constituição e operação de uma Rede Nacional de Agricultura Urbana; a formação de gestores da Rede Nacional de AUP; além de promover a agroecologia, a economia solidária, o reuso e a conservação de recursos naturais e fortalecer os sistemas de cadeia produtiva.

Outra ação de destaque promovida no Objetivo Imediato I foi a realização do Curso de Formação de Gestores de Restaurantes Populares - já citado no Relatório de Progresso anterior - no

qual foram desenvolvidos conteúdos essenciais para auxiliar os responsáveis dos RP's na definição do modelo de gestão, bem como para garantir o funcionamento das unidades dentro dos padrões de boas práticas de fabricação. O custo total envolvido é de R\$ 394.928,68, tendo sido já executados R\$ 298.335,10.

Objetivo 2: Reduzir a vulnerabilidade à insegurança alimentar em áreas rurais, urbanas e periurbanas.

Este objetivo não foi diretamente implementado, mas suas ações foram contempladas no objetivo 1, por meio da contratação de consultoria para analisar a proposta de formatação jurídica e institucional do Projeto Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, em relação aos normativos existentes e que disciplinam as relações institucionais que envolvem as esferas federal, estadual e municipal, especialmente em comparativo com a legislação de Consórcios Públicos - Lei 11.107/05.

Essa avaliação é de extrema relevância, pois somente a partir dela será definido o novo formato jurídico dos CONSADS, possibilitando a realização de outras ações previstas neste objetivo para o fomento do Projeto CONSAD.

Objetivo 3: Implantar o Sistema de Avaliação da Estratégia “Fome Zero”.

No exercício de 2008, foram iniciados e/ou concluídos estudos de avaliação dos seguintes Programas de Segurança Alimentar e Nutricional:

1) Programa Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD:

Os CONSADs são um arranjo territorial institucionalmente formalizado, envolvendo um número definido de municípios, que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. São organizados em associações civis sem fins lucrativos e compõem-se de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada um dos municípios participantes. Atualmente, encontram-se implantados 40 (quarenta) CONSADs, distribuídos por 26 (vinte e seis) estados brasileiros, envolvendo 576 (quinhentos e setenta e seis) municípios e uma população de 10.500.535 (dez milhões quinhentos mil quinhentos e trinta e cinco) habitantes. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, avaliou a implementação dos Consads, sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, como estratégia de emancipação e transformação socioeconômica de famílias beneficiárias, bem como os resultados decorrentes dessas ações, e realizou uma análise prospectiva dos Consórcios, ou seja, a identificação de oportunidades, as perspectivas de continuidade e sustentabilidade dos Consórcios. O custo total da citada pesquisa é de R\$ 172.999,44, tendo sido executado até 2008 R\$ 121.099,61.

2) Programa Apoio às Comunidades Quilombolas – “Implementação de Ações Estruturantes nas Comunidades remanescentes de quilombos”:

Tem por finalidade promover a Segurança Alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes de quilombos. A pesquisa que está sendo realizada pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional de Apoio à Universidade Federal Fluminense, visa a identificação do processo de implementação do programa em oitenta e duas comunidades quilombolas que não participaram da primeira avaliação realizada em 2006. O custo envolvido importa no montante de R\$ 191.375,00, tendo sido desembolsado até 2008 R\$ 133.962,50. O estudo pretende caracterizar as modalidades de entrega e instalação de equipamentos para implantação de casas de farinha; implementos agrícolas; material para pesca artesanal e apicultura; equipamentos e ferramentas para artesanato e sistema de irrigação para pequenas lavouras;

analisando a adequação dos equipamentos às necessidades das comunidades, o grau de satisfação e o impacto nas condições sócio-econômicas e de segurança alimentar dos beneficiários, e avaliando o cumprimento de prazos e metas estabelecidos para a implementação das ações nas comunidades. Além disso, a avaliação deverá diagnosticar em que medida o acesso aos equipamentos alterou a divisão sexual do trabalho e a participação da mulher nas atividades econômicas da comunidade e, ainda, caracterizar quais modalidades de atividades de geração de renda há maior presença do trabalho feminino.

3) Projeto Cozinhas Comunitárias (Programa Acesso à Alimentação):

O Projeto Cozinhas Comunitárias tem por objetivo apoiar a implantação de pequenas unidades de produção de refeições, contemplando as áreas de grande concentração da população, inclusive em locais de ocupação subnormal, servidas em ambientes adequados, de qualidade e compatível com os requisitos para uma alimentação saudável e uma vida digna. A pesquisa de avaliação da implementação do Programa, realizada pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ/ESALQ visava o mapeamento das unidades existentes, a caracterização da modalidade de implantação, a identificação de possíveis articulações com outros Programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como Bancos de Alimentos e Hortas Comunitárias, além de avaliar o grau de adesão da comunidade e o perfil e satisfação dos usuários e sugerir recomendações para a melhoria do Programa; sendo que seu custo total é de R\$ 173.980,00, e desse montante já se encontra executado o valor de R\$ 121.786,00 até 2008.

4) Programa Restaurantes Populares:

Os Restaurantes Populares são Unidades de Alimentação e Nutrição destinadas ao preparo e comercialização de refeições saudáveis, ofertadas a preços acessíveis à população, que devem localizar-se preferencialmente em grandes centros urbanos de cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes. A pesquisa de opinião com usuários dos Restaurantes Populares foi realizada pela Fundação de Desenvolvimento da Unicamp – FUNCAMP, nas unidades localizadas nas cidades de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Manaus (AM), Recife (PE), Teresina (PI), Boa Vista (RR) e Porto Alegre (RS), para investigar o perfil dos usuários (abordando variáveis vinculadas às características dos usuários, como idade, sexo, grau de instrução, renda, frequência na utilização) e o grau de satisfação em relação aos restaurantes, como forma de subsídio à implementação do Programa. O custo para realização dessa pesquisa foi de R\$ 99.980,64, tendo já sido gastos R\$ 69.986,45 até 2008.

5) Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: “Hum Milhão de Cisternas Rurais – P1MC”:

É implementado pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro - ASA, que congrega diversas organizações da sociedade civil, mediante transferência de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar - SESAN. O programa tem como público-alvo 25.500 famílias carentes dos 25 milhões de habitantes do semi-árido brasileiro, tendo como objetivos o acesso descentralizado e livre à água potável; a continuidade do processo educativo de formação para a transformação social e o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

A pesquisa de avaliação da implementação do Programa, está sendo realizada pela Fundação de Desenvolvimento Regional – FUNDER, em parceria com a Embrapa Unidade Semi-Árido, apresentando custo total de R\$ 157.283,70 (desembolsado até 2008 R\$ 31.456,74); para analisar sua cobertura e focalização, bem como averiguar a percepção do beneficiário quanto aos efeitos do mesmo sobre as condições de vida. Deve ser avaliada também, a condição das cisternas construídas, verificando os materiais utilizados e a necessidade de reparos, assim como os reparos efetivamente realizados pela ASA. Pesquisa semelhante foi executada em 2006, e, portanto a amostra está sendo

avaliada sob a mesma perspectiva, além de selecionar algumas variáveis da primeira avaliação para se estabelecer uma comparação dos efeitos do programa ao longo destes últimos anos.

6) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, Modalidade Leite:

O Programa do Leite possui dois focos principais: o primeiro, os segmentos populacionais vulneráveis que recebem o leite gratuitamente, e o segundo, os pequenos produtores familiares. Atualmente, o Programa do Leite atende aos 09 (nove) estados do Nordeste e à região do Norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

A pesquisa de avaliação que está sendo realizada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE/UFPE, tem como objetivo avaliar a implementação do Programa, nos seguintes aspectos: a) o processo de seleção dos produtores de leite aprofundando a análise dos fatores que potencialmente dificultam a participação dos pequenos agricultores familiares no programa; b) o processo de seleção dos receptores da doação do leite; c) os efeitos do programa na estrutura produtiva das usinas e no mercado leiteiro; d) a focalização do programa; e) o controle social sobre o funcionamento do programa; f) a percepção dos participantes sobre o programa. A pesquisa ainda deverá apontar sugestões e recomendações técnicas para o aprimoramento do programa e seu custo total é de R\$ 366.050,00, sendo que foi desembolsado até 2008 R\$ 73.210,00.

II.III - PNUD BRA/04/046

O Projeto tem por objetivo apoiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para desenvolvimento de processo sistemático de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais, instituição de um sistema de informação para avaliação, monitoramento e gestão de políticas sociais, capacitação de agentes públicos e sociais em políticas e programas sociais, instituição de mecanismos de acesso público às informações referentes às políticas e programas sociais.

Este Projeto promoveu a construção de um sistema de monitoramento e avaliação inovador na administração pública federal. Além disso, foi possível contratar um grande número de pesquisas destinadas a avaliar diversos programas sociais do MDS.

O Projeto foi assinado em 22/10/04, vige até 31/03/09 e tem orçamento total de US\$ 22.969.967,00. Sua execução global corresponde a US\$ 15.579.036,91 (67,82% de execução), sendo que US\$ 8.333.926,91 foram executados no exercício de 2008.

Parte de seus recursos provém do BID e outra parte do Tesouro.

Objetivo 1: SAGI e MDS dotados de ferramentas e sistemas informacionais para o monitoramento e avaliação.

Dentre as ações realizadas neste objetivo podem ser elencadas: manutenção do portal da SAGI que reúne todas as informações institucionais e técnicas produzidas pela Secretaria; manutenção/atualização da Matriz de Informação Social para o monitoramento dos Programas do MDS; manutenção/atualização das ferramentas computacionais de acompanhamento de diversos Programas do Ministério.

Nesse objetivo foram adquiridos licenças de uso da suite de integração de dados, ETL e Qualidade, pela Secretaria Nacional de Assistência Social, com recursos da fonte BID no valor de R\$ 432.073,76.

Objetivo 2: SAGI e MDS dotados de dados relevantes para a tomada de decisão no âmbito de suas políticas e ações.

Dentre as principais ações realizadas neste objetivo destacam-se duas pesquisas a respeito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: Estudos Quantitativos e Qualitativos para Avaliação do Programa.

O PETI, criado em 1996, alia transferência de renda condicionada com a oferta direta de serviços e/ou atividades socioeducativas a crianças e adolescentes submetidos à situação de trabalho. O objetivo é de retirá-los do trabalho, com a finalidade de mantê-los nas escolas, além de propiciar a inserção social de suas famílias. O Programa tem como público-alvo as famílias com crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 16 anos, submetidas à situação de trabalho.

O Estudo PETI Quantitativo, cuja execução está a cargo da FEC/DATAUFF, caracterizará as famílias com crianças beneficiárias do PETI e os recursos físicos e humanos utilizados pelo serviço socioeducativo do programa, com vistas ao aprimoramento da sua implantação e gestão. O valor desse contrato é de R\$ 301.176,40, sendo que até o final do exercício de 2008 foram gastos R\$ 150.588,20.

O Estudo PETI Qualitativo, em execução pelo instituto Herkenhoff & Prates, realizará diagnóstico do serviço socioeducativo do PETI em municípios brasileiros, para identificação de dificuldades na implantação, bem como de melhores práticas do Programa – previsão de término março de 2009. O valor total dessa pesquisa é de R\$ 402.342,40.

Tanto o estudo quantitativo quanto o qualitativo do PETI estão sendo financiados pela fonte BID.

Outra ação de grande relevância inserida no objetivo 2 é a realização do Estudo Quali-Quantitativo para Avaliação do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF.

O PAIF possui duas atribuições: desenvolver um Programa para famílias, no território de abrangência do CRAS; e, organizar a rede local de Proteção Básica, da Assistência Social.

O estudo pretende produzir, sistematizar e analisar informações sobre as experiências de implementação e gestão do PAIF para subsidiar o aperfeiçoamento das normas, diretrizes metodológicas e operacionais do programa.

Objetivo 3: Processos de monitoramento e avaliação incluídos e assimilados na gestão das políticas sociais.

Foi contratada uma Instituição (Vox Populi) com abrangência nacional para realização de três pesquisas de opinião pública sobre o Fome Zero e os programas e políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. A fonte dos recursos para essa ação foi o Tesouro, sendo que o valor dessa contratação foi de R\$ 360.000,00, já tendo sido pago até 2008 R\$ 120.000,00.

Com o intuito de avaliar o impacto dos programas sociais administrados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – no Vale do Jequitinhonha foi contratada a empresa Datamétrica. A avaliação justifica-se considerando-se que a região é uma das áreas mais carentes do país e apresenta alta mortalidade infantil, baixa esperança de vida, forte emigração de jovens adultos, estrutura etária desigual e elevada proporção de crianças e idosos, com altos índices de analfabetismo, evasão escolar e trabalho infantil. O trabalho de campo já foi concluído e atualmente está sendo realizada análise de consistência do banco de dados. SAGI/MDS aguarda a

conclusão da etapa e elaboração/entrega do Relatório Final. Os custos dessa avaliação são de R\$ 122.000,00.

Encontra-se em fase de conclusão (fevereiro/2009) a Avaliação Diagnóstica sobre acesso das Comunidades Quilombolas aos programas do MDS. Por via licitatória contratou-se a FEC/DATAUFFE para a realização de tal avaliação. A pesquisa de campo foi realizada em 60 comunidades quilombolas e a abordagem foi qualitativa utilizando-se grupos focais e entrevistas em profundidade. Espera-se que com os resultados possa-se avançar no conhecimento e diagnósticos a respeito das condições socioeconômicas e das necessidades locais para esta população tradicional. O valor total desse contrato é de R\$ 334.794,11, sendo que os recursos são oriundos da fonte Tesouro.

Objetivo 4: Atores e gestores das políticas sociais qualificados técnica e institucionalmente.

Dentro do objetivo 4 destaca-se, com grande relevância, o denominado Subprojeto 1 – Agências Capacitadoras Estaduais (ACEs). Essa capacitação visa oferecer conhecimentos sistematizados, metodologias e ferramentas técnicas para ajudar os profissionais no desenvolvimento das atividades de implementação do Programa Bolsa Família (PBF) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É destinada a profissionais de órgãos estaduais e municipais que estão no exercício direto de funções relacionadas à implementação e ao aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família (PBF), da gestão do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Esse grande projeto de capacitação foi financiado com recursos do BID tendo sido executado um total de R\$ 9.402.768,31.

Na tabela abaixo encontram-se relacionadas as instituições envolvidas no subprojeto 1:

Lote	Instituição	Valor do Contrato em R\$
1	Consórcio INBRAPE/UNIDERP	792.522,61
2	AIUPEA	442.019,22
3	UNITINS	370.888,97
4	CIEDS	541.515,00
5	CIEDS	423.937,00
6	UNIBAHIA	467.885,43
7	UNIBAHIA	601.891,31
8	UNIMONTES	697.536,30
9	CIEDS	662.624,00
10	IEE/PUC	1.300.925,00
11	FECAMP	454.602,16
12	FEIT	584.254,19
13	Consórcio INBRAPE/UNIDERP	825.304,15
14	FAURGS	751.901,37
15	UNIMONTES	212.918,10
16	UNIMONTES	272.043,50

A outra grande ação realizada no objetivo 4, conhecida como Subprojeto 2, foi a contratação de Instituição Especializada em Educação à Distância. Foi contratado o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, especializado em educação a distância via Internet para capacitação de técnicos distribuídos em todo o território nacional, no âmbito do Programa Bolsa

Família e do Sistema Único de Assistência Social. O valor do contrato é de R\$ 4.748.463,78 e teve como fonte de recursos o BID.

Objetivo 5: Políticas sociais transparentes e com resultados divulgados.

Cadernos de Estudos n. 7 – Programa cisternas: um estudo sobre a demanda, cobertura e focalização. Oscar Arruda d’Alva e Luís Otávio Pires Farias. Aborda questões relativas à demanda por cisternas no semi-árido, à distribuição das cisternas já construídas, à cobertura e à focalização do programa, além de propor uma metodologia para definição de áreas prioritárias para a implantação de novas cisternas.

Cadernos de Estudos n. 8 – Projeto Agente Jovem: avaliação de seus impactos. Vários autores. Apresenta os resultados da avaliação do Projeto Agente Jovem, em que foram identificados os impactos do projeto em diversos aspectos da vida dos ex-beneficiários, e contribui para a discussão da reestruturação das ações socioeducativas para os jovens de 15 a 17 anos, público-alvo do Projovem Adolescente.

Research methodologies and instruments used to evaluate programs of the MDS: Bolsa Família, Social Assistance, Food and Nutrition Security. Organizadores: Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vaitsman. Apresenta as metodologias aplicadas em 18 pesquisas de avaliação dos programas e políticas do MDS coordenados pela SAGI. Versão em inglês do Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional.

Linha de base do monitoramento dos CRAS. Vários autores. Descreve o processo de monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e apresenta os resultados da primeira etapa de coleta de dados, a linha de base.

Programa Gestão Social com Qualidade: capacitação para agentes públicos e sociais. Vários autores. Apresenta reflexões sobre a importância do Programa Gestão Social com Qualidade, que tem por objetivo capacitar gestores, técnicos e agentes de controle social que atuam nas áreas de assistência social e transferência de renda, e traz informações sobre os projetos que o compõem.

Folder - Dados dos programas do MDS: 2006. Apresenta os dados de programas das políticas de Renda e Cidadania, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional com suas respectivas descrições. Esta edição aborda também, de forma especial, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Folder - Dados dos programas do MDS: evolução 2004 - 2007. Apresenta um balanço positivo da atuação do Ministério no campo das ações e políticas públicas, dando transparência à prestação de contas do trabalho desenvolvido durante esse período.

Objetivo 6: Atores envolvidos na gestão de políticas sociais articulados

Foram estabelecidas parcerias técnicas entre a SAGI e diversas Instituições, entre as quais se destaca: IBGE; IPEA; ENAP; INDES e DFID.

Iniciado um projeto de cooperação internacional com o Governo Canadense, por meio da Canadá School of Public Service (CSPS) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) que trata do tema “Desenvolvimento de Capacidade de Governança”, no qual a SAGI propôs um componente relacionado à rede de monitoramento de políticas sociais.

Cooperação do MDS com os países africanos Angola, Moçambique, Quênia e Gana, intermediada pelo DFID e IPC.

Objetivo 7: Recursos humanos da SAGI com competências desenvolvidos para a efetividade organizacional.

Cuernavaca – México – Participação na Oficina de Análise e Reflexão sobre Programas de Transferências Condicionadas

Cartagena de Indias – Colômbia – Participação no Seminário Internacional sobre Subsídios condicionados em áreas urbanas.

Buenos Aires – Argentina – Participação no Seminário Taller Latinoamericano - La ciudad y la “nueva cuestión social” em los albores del tercer milênio: um desafio pendiente. (seminário-oficina sobre os novos desafios e facetas da exclusão urbana e, mais especificamente, sobre a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua)

II.IV - PNUD BRA/04/028

O Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família apresenta como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil, por meio do fortalecimento do programa Bolsa Família; fortalecer a esfera de superação da pobreza do PBF, na medida em que viabiliza o aprimoramento do conteúdo qualitativo do Programa: a descentralização pactuada e a consequente cooperação entre os entes federados, o acesso das famílias pobres a serviços de saúde e educação, a inclusão das famílias na dinâmica sócio econômica do território, o monitoramento do PBF e sua adequada avaliação.

O Projeto tem possibilitado a contratação de serviços de treinamento, para aperfeiçoamento técnico de gestores na condução do CadÚnico, e de consultoria, para controle de desempenho e informações operacionais do PBF. Colaborou também para a revisão e aperfeiçoamento do formulário de cadastramento, bem como do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do CadÚnico de modo a facilitar o trabalho das prefeituras no cadastramento e atualização dos dados das famílias.

O orçamento total do Projeto é de US\$ 22.932.098,11, apresentando uma execução total de US\$ 6.999.672,90, sendo que destes US\$ 1.169.232,90 em 2008, sendo que seu prazo de vigência teve início em 22 de outubro de 2004 e tem data de encerramento em 30 de junho de 2010.

Resultado 1: Aperfeiçoamento e fortalecimento da legitimidade do sistema de identificação da população beneficiária do Bolsa Família.

Foi publicada a portaria que regulamenta a gestão do CadÚnico . Prt. Nº 376 de 16 de outubro de 2008.

Está em andamento o Projeto de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Coleta de Informação e Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. No âmbito deste Projeto estão sendo desenvolvidas:

- a) atividades de revisão do formulário de cadastramento;
- b) em processo de elaboração a estratégia de capacitação dos entrevistadores que irão coletar os dados das famílias para inclusão no CadÚnico por meio do novo formulário de cadastramento;
- c) reproduzido e disponibilizado a todos os municípios brasileiros o aplicativo que permite a geração de mapas com indicadores territoriais da população de baixa renda por setores censitários, desenvolvido com base nas informações do questionário básico do Censo Demográfico 2000

Foi assinado contrato de prestação de serviços entre o Projeto e a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC. Os objetivos deste contrato foram a produção de seis relatórios de pesquisas com o objetivo de: (i) avaliar o impacto do Programa Bolsa Família - PBF sobre a distribuição de renda; (ii) avaliar o grau de focalização do PBF; (iii) avaliar os componentes do grau de focalização do PBF; (iv) identificar formas alternativas para a seleção de beneficiários (indicadores sintéticos); (v) identificar alternativas para a utilização do Cadastro Único no monitoramento da seleção de beneficiários e para o atendimento individualizado das famílias /beneficiários. Esse contrato foi concluído em 2008 tendo sido executado o total de R\$ 85.000,00 sendo sua fonte de recursos o Tesouro.

Resultado 2: Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Família desenvolvido.

Inserido no objetivo 2, destaca-se, no exercício de 2008, a conclusão da avaliação de implementação do Programa Bolsa Família, cujo objeto era avaliar a implementação geral do Programa Bolsa Família, com ênfase nos seguintes pontos: i) análise do envolvimento dos gestores municipais na gerência do Programa Bolsa Família e no cumprimento das obrigações definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (ii) análise do papel das instâncias de controle social do Programa Bolsa Família no cumprimento de suas funções; (iii) análise da aplicação de instrumentos e uso de bases de dados colocados em vigência pelo MDS; (iv) avaliação da implementação, gestão, monitoramento e controle social, no âmbito local, no que se refere aos processos decisórios, coordenação, operação, responsabilidade (accountability) e autonomia, em face da descentralização e das relações intergovernamentais, levando-se em consideração a capacidade institucional municipal; e (v) análise dos efeitos do Programa Bolsa Família, considerando a heterogeneidade municipal nacional em termos sociodemográficos e de implementação e gestão do Programa. A referida avaliação foi executada pela FUNDEP/CEDEPLAR e o valor total do contrato foi de R\$ 799.000,00 financiados pela fonte BIRD.

No exercício de 2008 foram iniciados estudos de caso qualitativos a serem realizados em 12 municípios de 3 regiões (Norte, Nordeste e Sudeste) para analisar o desempenho dos gestores federais, estaduais e municipais no desempenho de suas funções relacionadas às instâncias de controle social e analisar o funcionamento das instâncias de controle social e seus possíveis efeitos em termos de incremento de capital social. A Fundação Euclides da Cunha – FEC/DATAUFF foi contratada para realizar a pesquisa cujo valor é de R\$ 293.365,50 sendo financiada com recursos do BIRD.

Durante o decorrer de 2008 foi realizado o processo licitatório para contratação de empresa para realização de pesquisa da segunda rodada de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família que por ora encontra-se em fase de contratação (IFPRI/Datamétrica), sendo que o valor previsto é de R\$ 3.389.853,00 utilizando recursos da fonte BIRD.

Resultado 3: Fortalecimento Institucional e do Grau de Publicização do Programa.

Foi concluído o contrato com o Instituto Via Pública para estudo que resultou em Subsídios sobre as implicações da Utilização de Distintos Critérios para a Desvinculação de Famílias Beneficiárias do PBF: Implicações sobre Seu Perfil Enquanto um Programa de Combate à Pobreza. O valor dessa contratação foi de R\$ 63.500,00 com recursos da fonte Tesouro.

Observatório de Boas Práticas na Gestão do Programa Bolsa Família: o sistema foi implementado em março de 2008. O sistema permite o acesso público às boas práticas de gestão e

se encontra disponível no endereço:
http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/observatorio/praticas_publicas_f.

Segunda Edição do Prêmio de Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família: o segundo prêmio foi lançado no dia 12 de março de 2008, por meio do Edital nº 1 (publicado no D.O.U, de 24 de março de 2008, seção 3, p. 86 e republicado no dia 15 de julho de 2008, seção 3, p. 86) e previa inicialmente as inscrições até o dia 15 de maio de 2008. As inscrições foram prorrogadas para 19 de setembro por demanda de vários municípios que estavam tendo dificuldades em conciliar a sistematização das práticas para o envio com os compromissos relativos à gestão do programa. O Segundo Prêmio de Práticas Inovadoras obteve 692 práticas inscritas, sendo 664 municipais e 28 estaduais. Destas, 596 foram analisadas pelos técnicos e 433 aprovadas para publicação no Observatório de Boas Práticas na Gestão do PBF, sendo 408 municipais e 25 estaduais. Nos dias 24 e 25 de novembro de 2008 foram anunciadas as 27 práticas premiadas (20 municipais e 7 estaduais), em evento com um público participante de mais de 700 pessoas.

1ª Mostra Nacional de Estudos e o 1º Prêmio Nacional de Estudos sobre o PBF: com o objetivo de identificar e premiar artigos sobre o Programa Bolsa Família, o MDS lançou ainda a 1ª Mostra Nacional de Estudos e o 1º Prêmio Nacional de Estudos sobre o PBF, cujos resultados foram anunciados no evento supracitado. A 1ª Mostra e o 1º Prêmio Nacional estão voltados para pesquisadores, acadêmicos, especialistas e demais estudiosos sobre o PBF, cujos resultados também foram anunciados no evento supracitado.

A 1ª Mostra e o 1º Prêmio Nacional foram direcionados a pesquisadores, acadêmicos, especialistas e demais estudiosos sobre o PBF, especialmente sobre artigos relacionados aos efeitos do programa sobre a redução da pobreza e da desigualdade; contribuição do PBF para as áreas de educação, saúde e segurança alimentar; geração de oportunidades e garantia de direitos (relação com emprego e trabalho, consumo e economia local, empoderamento das mulheres e das famílias pobres, redução do trabalho infantil, dentre outros); e desenvolvimento institucional federalismo, descentralização, articulação intersetorial, alternativas de gestão, dentre outros). Por meio destes eventos, o MDS contribuiu para o aprimoramento, a sistematização e a divulgação do conhecimento produzido acerca do PBF, bem como articular e integrar o debate e as reflexões entre estudos relacionados aos efeitos e resultados do PBF e as experiências de gestão implementadas pelo Governo Federal, Estados e Municípios. Como resultado, o MDS se reuniu e disseminou estes artigos em um website, a partir de base de dados com a íntegra e resumo dos artigos, bem com uma ferramenta de busca que permita a fácil pesquisa dos mesmos por palavras-chave, título, nome do autor ou da instituição. Foram recebidos cerca de 50 artigos para a 1ª Mostra Nacional de Estudos e 50 para o 1º Prêmio Nacional de Estudos.

Resultado 4: Programa Bolsa Família monitorado e auditado.

Sistema de monitoramento do Programa Bolsa Família desenvolvido e implantado.

II.V - PNUD BRA/05/028

O Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens tem como objetivo a ampliação da capacidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas de redução de pobreza.

O orçamento total do Projeto é de US\$ 5.689.158,00, apresentando uma execução total de US\$ 2.943.096,18, o que representa 48,27% de execução do Projeto. Desse total foram executados US\$ 657.719,46 no exercício de 2008.

Resultado 1: Ampliação da capacidade do MDS de monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas de redução da pobreza.

Até Junho/2008, 10(dez) Agências Implementadoras tiveram suas atividades encerradas em 12 (doze) projetos. São cerca de 1.164 (mil cento e sessenta e quatro) jovens e adultos beneficiados diretamente, com capacitações e geração de trabalho e renda por meio de criação de unidades produtivas (cooperativas, associações e outras formas de empreendimentos) e, indiretamente, cerca de 4.500 (quatro mil e quinhentos) beneficiários. O investimento perfaz o valor de R\$ 1.417.511,86, representando 24,71% do valor total destinado ao pagamento de Cartas de Acordo (R\$ 5.735.559,99). Até 31/12/08, 94,25% (R\$ 5.405.808,67) dos recursos foram efetivados, com previsão de desembolso dos 5,75% restantes (R\$ 329.751,32) até junho de 2009, quando finda o prazo para a execução de todos os projetos da primeira fase.

Embora o encerramento dos projetos estivesse previsto para dezembro/08, 18(dezoito) Agências Implementadoras solicitaram aditamento do prazo até junho/09, para conclusão de atividades em 22(vinte e dois) projetos.

No que diz respeito à execução das atividades no âmbito do projeto, o grande desafio posto foi a conclusão dos projetos no prazo proposto (junho/08) e a identificação de iniciativas exitosas, sobretudo, a extração de elementos para aprimoramento da política de Proteção Social Básica da Assistência Social no campo da inclusão sócio-produtiva, que vem atingindo satisfatoriamente as expectativas, num esforço conjunto das instituições envolvidas.

Até o momento doze projetos estão concluídos, sendo, em sua maioria, projetos de capacitação. Desses, apenas quatro implantaram unidades produtivas que estão em funcionamento, sob gestão dos beneficiários que continuam, embora encerrados os projetos, contando com o acompanhamento das equipes técnicas dos núcleos de extensão das Universidades. Dos cursos de capacitação, registram-se encaminhamentos de beneficiários ao mercado de trabalho, entretanto falta-lhes programa de acompanhamento da permanência e reencaminhamento a outras áreas do setor produtivo.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Certificação Fome Zero

A SAIP, como forma de reconhecimento e estímulo às ações de empresas e instituições não governamentais que exercem a responsabilidade social e contribuem para o combate à fome e à exclusão social, confere a essas instituições e empresas a certificação como Doador Eventual ou como Parceiro Fome Zero.

Certificação de Doador Eventual - desonera as empresas de impostos como IPI e ICMS. A norma que regulamenta este procedimento é o Convênio ICMS nº 18/03 de 04 de abril de 2003 (prorrogado até 31 de julho de 2009, pelo Convênio ICMS nº 138, de 05 de dezembro de 2008), firmado entre o MDS e o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, que trata da isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, das saídas de mercadorias, em decorrência das doações nas operações internas e interestaduais destinadas ao Fome Zero. O referido convênio é regulamentado pelo Ajuste SINIEF 14, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as condições, os mecanismos de controle e os procedimentos a serem

observados em relação às doações de mercadorias e de prestações de serviço de transportes alcançadas pela isenção de ICMS, para atendimento ao Fome Zero. Quanto à isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, as normas que regulam este procedimento são o Decreto 4.669, de 09 de abril de 2003, que altera a alíquota incidente sobre produtos doados ao Fome Zero, e a Portaria Interministerial nº 142/03, que regulamenta esse Decreto.

O fluxo das doações é o seguinte: o proponente encaminha à SAIP a proposta de doação, relacionando detalhadamente a mercadoria e/ou serviço a ser doado, podendo sugerir a entidade a ser beneficiada. Após a avaliação técnica da SAIP que verifica se a doação atende aos fins sociais almejados, é fornecido ao proponente um número distinto de Certificado de Doador Eventual, para que seja incluído na nota fiscal de destinação da mercadoria, devendo ser preenchida de acordo com a legislação aplicável às doações Fome Zero. Após a doação, o doador encaminhará à SAIP, a cópia da nota fiscal e a Declaração de Confirmação de Recebimento da Mercadoria Destinada ao Fome Zero, conforme o Ajuste SINIEF nº 14/2007, do CONFAZ, devidamente assinados pelo doador e beneficiário. Após a conferência dos instrumentos recebidos, a SAIP emitirá o Certificado de Doador Eventual e este será publicado no portal Fome Zero para controle da Secretaria da Receita Federal.

De acordo com o Ajuste SINIEF nº 14/2007, o doador terá prazo de até 120 (cento e vinte) dias da data de emissão da nota fiscal para entregar à repartição fiscal a que estiver vinculado, as informações correspondentes às operações e prestação destinadas ao Fome Zero.

O valor das doações dos diversos produtos no período relativo a 2008 é de R\$ 7.813.640,63 (sete milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e quarenta reais, sessenta e três centavos). É importante ressaltar que, de acordo com as prestações de contas recebidas, a SAIP realiza o levantamento exato dos valores das mercadorias doadas.

A Tabela abaixo especifica os diversos tipos de mercadorias doadas ao Fome Zero em 2008, seus valores, quantidades e unidades de medida.

Tipo de Mercadoria	Valor	Quantidade	Unidade de Medida
Alimentos	5.620.408,11	1.319,54	Tonelada
Sementes	900,00	1,80	Tonelada
Fertilizantes	138.761,02	119,89	Tonelada
Mudas de Frutas/Hortaliças/Legumes	561.366,25	185.699	Unidade
Insumos Agrícolas	260.426,12	20774	Unidade
Medicamentos	1.230.779,13	21.129	Unidade (Cx)
Objetos Doados ao Fome Zero destinados a Leilão	1.000,00	2	Unidade
TOTAL (R\$)	7.813.640,63	-x-	-x-

Fonte: DAMS/MDS

Certificação de Parceiro Fome Zero - em 2008 foram certificados 02 (dois) novos parceiros. Desta forma, os parceiros certificados passaram de 206 (duzentos e seis) em 2007, para 208 (duzentos e oito) em 2008. Os novos parceiros atuam respectivamente na implementação e divulgação de seus programas, projetos e atividades relacionados à inclusão social e à cidadania com vistas ao desenvolvimento social, bem como nas ações desenvolvidas em prol da geração de oportunidade de inclusão produtiva.

Segue abaixo a lista de Parceiros Fome Zero certificados:

PARCEIROS CERTIFICADOS	
1	3M DO BRASIL LTDA.
2	ABN AMRO REAL
3	ACELORMITAL TUBARÃO
4	ACUAPURA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
5	AGÊNCIA ESTADO
6	AJUDA BRASIL
7	ALL STAR RODAS – WILSON FLÁVIO (CAJU)
8	ARAGUAIA DIESEL LTDA
9	ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO – ASA
	ASSOCIAÇÃO PARA UM MILHÃO DE CISTERNAS - AP1MC
10	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA – ABIPTI
11	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES – ABRASEL
12	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIFUSÃO DO LIVRO – ABDL
13	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDUSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT
14	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA - ABRAN
15	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS – ABRAS
16	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BANTU - ACBANTU/BA
17	ASSOCIAÇÃO GRUPO GUSMÃO DOS SANTOS – AGGS
18	ASSOCIZONE CONFESERCENTE NAZIONALE
19	BANCO CENTRAL DO BRASIL
20	BANCO DA AMAZÔNIA S/A
21	BANCO DO BRASIL S/A
22	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
23	BANCO ITAÚ S/A
24	BANCO SAFRA S/A
25	BASF S/A
26	BAYER S.A
27	BIOSINTÉTICA FARMACEUTICA LTDA
28	BRASIL TELECOM S/A
29	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
30	CBIC – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO CIVIL
31	CASA DA MOEDA
32	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A - CEASA/CAMPINAS
33	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A – ELETROBRÁS
34	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A – ELETRONORTE
35	CERTIFICAÇÃO DE PARCERIA - BEMOL - BENCHIMOL, IRMÃO & CIA.
36	CIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA
37	CITIBANK S/A
38	COBRA TECNOLOGIA
39	COCA-COLA DO BRASIL
40	COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC
	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
41	COMITATO ITALIANO DELLACQUA
42	COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO – CBMM
43	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA – CODEVASF
44	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
45	COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

46	COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF
47	COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS
48	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
49	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL
50	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – CVRD
51	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT
52	CONSAD - 7 DE DEZEMBRO
53	CONSAD - AGRESTE POTIGUAR
54	CONSAD - ALTO ACRE
55	CONSAD - ALTO IRANI
56	CONSAD – ARARI
57	CONSAD - BACIA DO ITABAPOANA
58	CONSAD - BAIXADA CUIABANA
59	CONSAD - BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE
60	CONSAD – BATURITÉ
61	CONSAD - BICO DO PAPAGAIO
62	CONSAD – BRUMADO
63	CONSAD - CENTRO SUL
64	CONSAD - ENTORNO DE BRASÍLIA
65	CONSAD - ENTRE RIOS
66	CONSAD - EXTREMO OESTE
67	CONSAD – IGUATEMI
68	CONSAD - ITAMBÉ
69	CONSAD – ITAPARICA
70	CONSAD – JEQUITINHONHA
71	CONSAD – JIQUIRIÇA
72	CONSAD – JURUÁ
73	CONSAD - LENÇÓIS MARANHENSES BAIXO PARNAÍBA
74	CONSAD - LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE
75	CONSAD – MACAPÁ
76	CONSAD - MÉDIO RIO BRANCO
77	CONSAD - METROPOLITANO SUL
78	CONSAD – MISSÕES
79	CONSAD - NOROESTE PAULISTA
80	CONSAD - NORTE CAPIXABA
81	CONSAD - NORTE DE ALAGOAS
82	CONSAD - NORTE LITORAL PARAIBANO
83	CONSAD - PARANÁ CENTRO
84	CONSAD - RIO SUL
85	CONSAD - SERRA CATARINENSE
86	CONSAD - SERRA DA BODOQUENA
87	CONSAD - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
88	CONSAD - SUDOESTE PAULISTA
89	CONSAD - URUCUIA GRANDE SERTÃO
90	CONSAD - VALE DO IVINHEMA
91	CONSAD - VALE DO RIBEIRA
92	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA
93	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ MINISTERIO DA CIÊNCIA E TECNOLÓGICA
94	CTIS

95	CYCLELOGIC MÓBILE SOLUTIONS
96	DAIMLERCHRYSLER
97	DIGITAL CONSULTORIA
98	EDITORA GLOBO
99	ELETRONUCLEAR S.A – ELETRONUCLEAR
100	EMBRATEL
101	EMERGENCY
102	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS – CORREIOS
103	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO
104	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA
105	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
106	EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL S.A – ELETROSUL
107	EXÉRCITO BRASILEIRO
108	FACULDADE METROPOLITANAS UNIDAS – UNIFMU
109	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA – FEBRAFARMA
110	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS - FEBRABAN
111	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE
112	FRANCAL FEIRAS
113	FUNDAÇÃO BRADESCO
114	FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁLISE, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
115	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG
116	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM
117	FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE
118	FUNDAÇÃO GOL DE LETRA – LEONARDO E RAÍ
119	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
120	FUNDAÇÃO SÃO VICENTE - FUNDASV
121	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A – FURNAS
122	GRUPO ARCOR
123	GRUPO BRASILINVEST
124	GRUPO PÃO DE AÇÚCAR
125	GRUPO SKILL
126	GRUPO TELEFÔNICA NO BRASIL
127	GRUPO UNIPAR
128	HEWLETT PACKARD DO BRASIL - HP DO BRASIL
129	HONDA SOUTH AMÉRICA
130	HP DO BRASIL
131	IBEST S.A
132	IGIESSE TOUR OPERATOR
133	INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS – IBRAF
134	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE MINISTERIO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG
135	INSTITUTO DE TECNOLOGIA APLICADA E INOVAÇÃO
136	INSTITUTO ETHOS
137	INSTITUTO FAÇA PARTE
138	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
139	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
140	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA – INT PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL/PR
141	INSTITUTO ROBERT BOSCH

142	INSTITUTO RUMO NÁUTICO – AXEL GRAEL, TORBEN GRAEL E MARCELO FERREIRA
143	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA MERCOSUL - ISAE/FGV FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV/PR
144	INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA.
145	ITAIPIU BINACIONAL
146	JORNAL A TARDE
147	KRAFT FOODS BRASIL
148	LINK COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA
149	LITOKROMIA
150	MABEL ALIMENTOS
151	MANOEL APOLÔNIO DE CARVALHO
152	MCKINSEY & COMPANY, INC DO BRASIL
153	MICROSOFT INFORMÁTICA S/A
154	MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A
155	MODENA TERZO MONDO
156	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
157	NATURA COSMÉTICOS S.A.
158	NESTLÉ BRASIL
159	NOKIA DO BRASIL
160	NOVELIS DO BRASIL LTDA.
161	O BOTICÁRIO FRANCHISING S.A.
162	OBSERVATÓRIO DE FAVELAS
163	OF COST IND.COM.EXP DE ROUPAS
164	ONG REAÇÃO – FLÁVIO CANTO
165	OPTIMEDIA TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.
166	ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB
167	PAQUETÁ CALÇADOS
168	PASTORAL DA CRIANÇA
169	PETROLEOS DO BRASIL S.A – PETROBRÁS
170	PIRELLI PNEUS S/A
171	POLITEC
172	PROGRAMA MESA BRASIL SESC
173	PROVINCIA DI PISTOIA + RAPRESANTANTI DI 15 COMUNI
174	REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL – COEP
175	REGIONE EMILIA ROMAGNA
176	REGIONE TOSCANA
177	RENAULT DO BRASIL S/A
178	RETE RADIE RECHE
179	ROCOFARMA INDÚSTRIAS DO AMAZONAS LTDA. (COCA-COLA)
180	SCHERING DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
181	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
182	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
183	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO DO PIAUÍ
184	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
185	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
186	SECRETARIA DE JUVENTUDE DO ESTADO DO TOCANTINS
187	SECTEC - SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS
188	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE
189	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
190	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC

191	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA - AMAZON SAT
192	SHELL BRASIL
193	SLOW FOOD
194	SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
195	TAM LINHAS AÉREAS S/A
196	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A
197	TELEMAR
198	TIGER OIL
199	TNT LOGISTCS LTDA
200	UNIBANCO S/A
201	UNILEVER BRASIL
202	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
203	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
204	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
205	VOLKSWAGEN
206	VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.
207	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A
208	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
Fonte: DAMS/MDS	

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não há.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Apenas no exercício de 2008 este Ministério concedeu uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal, ao servidor José Maria de Sá Freire Sobrinho, CPF nº 663.649.907-97, que, não utilizou qualquer parcela do valor que lhe fora disponibilizado.

Banco do Brasil

Nº 4984.0999.0031.4455

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo.

No que concerne à Controladoria Geral da União, apresentamos abaixo as os apontamentos do Plano de Providências dessa Secretaria Executiva, relativos à esta SPOA, elaborado à vista dos apontamentos formulados pelo **Relatório de Auditoria de Gestão nº 208496**, em especial sobre os fatos constantes nos relatórios de auditoria nº 208499 (CGLA), 208520 (CGRH) e 208584 (SPOA), cujas regularizações foram levadas a efeito no Exercício 2008.

Sobre as providências adotadas para corrigir os apontamentos referentes ao exercício de 2008, objeto de auditorias de acompanhamento realizadas naquele exercício, constarão no Relatório de Auditoria Anual de Gestão do órgão de Controle Interno federal, a ser elaborado neste Exercício de 2009, para instruir julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos da legislação em vigor.

A) RELATÓRIO CGU Nº 208499:

Coordenação-Geral de Logística e Administração – CGLA/SPOA/SE/MDS.

SUBITEM 1.1.1.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499:

Descrição: descumprimento de providência proposta no Plano de Providências sobre Exercício 2006, especificamente quanto ao extravio de bem móvel e de 2 processos relativos à ocorrência.

Fato: extravio de máquina fotográfica digital e Processos nºs. 71000.008385/2004-33 e 71000.009558/2006-01, que tratavam do assunto.

Providência: após a realização de busca-ativa, foi localizado um dos processos citados, restando pendente a localização de outro e do equipamento. Por isso, a SPOA indicou à Secretaria Executiva, relativamente ao desaparecimento da máquina digital, marca Sony, Patrimônio 600035, a adoção das medidas seguintes:

- (a) reposição, pelo responsável, de outro equipamento novo, com especificação similar, ou efetuasse a restituição ao erário federal do valor equivalente à compra; e
- (b) instauração de sindicância para apurar o extravio de processo deste órgão.

Os resultados serão apresentados à equipe de Auditoria CGU, quando do exame anual de Gestão, de modo a que conste no Relatório de Auditoria Anual de Gestão – Exercício 2008.

Recomendação: adotar providências necessárias para regularizar a impropriedade, ou seja, a reposição do bem ou a restituição de seu valor ao erário

Unidade Responsável: Secretaria Executiva

SUBITEM 1.1.3.4 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499

Descrição Sumária: pagamentos realizados sem a verificação dos recolhimentos sociais e trabalhistas relacionados ao Contrato nº 03/2006.

Fato: no Processo nº 71000.002330/2007-62, Contrato nº 03/2006, para Elaboração do Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, além dos projetos dos sistemas de Benefícios de Prestação Continuada - BPC e do Programa de Transferência de Renda e Condições - PTRC, celebrado com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - FUNDAÇÃO CPqD, constatou-se realização de pagamento de notas fiscais à Fundação CPqD sem devida verificação da quitação das obrigações relativas ao FGTS e ao INSS de seus profissionais, referentes aos meses de março, abril, maio e junho de 2007.

Providência: a unidade responsável foi comunicada sobre a importância do integral cumprimento às disposições que tratam de atos de pagamento de contratos firmados por esta Subsecretaria. De todo modo, em que pese a falha ocorrida, o contrato respectivo foi encerrado sem qualquer pendência de obrigações acessórias de naturezas previdenciária ou trabalhista da ex-contratada, junto aos seus respectivos profissionais.

Recomendação: exigir, para cada pagamento, nos futuros contratos de execução continuada ou parcelada, os comprovantes do recolhimento do INSS e FGTS dos profissionais das contratadas, em consonância com o entendimento exarado pelo Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nºs 213/2006 - Plenário, 593/2005 - Primeira Câmara, 1.178/2005 - Plenário e 2.085/2005 - Plenário.

Unidade Responsável: CGLA/SPOA

SUBITEM 1.1.3.6 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499

Descrição Sumária: ausência de imputação de penalidades, à contratada, previstas no Contrato nº 02/2006, por atraso na assunção do objeto.

Fato: da análise do Processo nº 71000.003874/2006-61 - Contrato nº 02/2006, relativo à Operação e Gestão da Central de Relacionamento Fome Zero, celebrado com a empresa CALL Tecnologia e Serviços, foi observado atraso na execução do objeto contratual, especificamente quanto à entrega da última versão do "Sistema CRM".

Por isso, a Auditoria entendeu que esta Unidade poderia ter aplicado penalidades previstas no contrato, tal como a multa por atraso no cronograma do objeto, uma vez que o prazo máximo para execução da Fase "2" do objeto do contrato, relativa ao desenvolvimento daquele sistema, que seria de 60 dias, havia sido ultrapassado.

Em verdade, segundo constou no Ofício nº 47/CG/SE, de 20.8.2006, fora aplicada a penalidade de "advertência", que, todavia, por falha procedimental da unidade, não havia sido registrada no SICAF. Tal procedimento foi providenciado posteriormente.

Providência: em resumo, esta SPOA informou à equipe de Auditoria que:

a) Com relação ao atraso na entrega do Sistema CRM, embora tenha acontecido, não dificultou nem impossibilitou o funcionamento da Central de Relacionamento do Programa Fome Zero, uma vez que a contratada disponibilizou outro aplicativo, até a conclusão do Sistema CRM;

b) Quanto à falta de registro da ocorrência de advertência no SICAF, o gestor contratual declarou que a primeira versão do Sistema CRM (versão 1.0), assim como documentação e código fonte, foi efetivamente entregue ao MDS, em 17.1.2007 (fls. 662 do Processo nº 71000.003874/2006-61); e

c) no concerne à aplicação de multa, esta Subsecretaria cumpriu a recomendação formulada, aplicando a penalidade cabível, no valor total de R\$ 16.937,46, devidamente registrada no SIASG.

Recomendações CGU:

a) maior rigor no tocante ao acompanhamento do cumprimento, pela Contratada, de todas as cláusulas contratuais relativas ao prazo de entrega do objeto, evitando que atrasos eventuais prejudiquem a execução do contrato; e

b) aplicar a penalidade de multa prevista no item 17.2.1 do Projeto Básico e no § 4º da Cláusula Quarta do Contrato nº 02/2006, caso seja favorável o posicionamento jurídico sobre o assunto, pela Consultoria Jurídico do órgão.

Unidade Responsável: CGLA/SPOA

SUBITEM 1.1.3.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499

Descrição Sumária: desvio de função de empregada terceirizada do Contrato nº 31/2007, celebrado entre o MDS e a empresa Montana Soluções Corporativas, entre agosto e dezembro de 2007.

Fato: a equipe de Auditoria mencionou possibilidade de desvio de função relacionado às atividades desenvolvidas por terceirizada, que atuava em apoio à Coordenação de Contratos da SPOA/MDS, ocupando o cargo de "Programador Pleno", à vista de que, segundo opinião da Auditoria, poderia exercer funções diferentes do posto de trabalho que ocupava.

Tal opinião fundamentara-se no fato do currículo apresentado pela profissional haver indicado, além de atributos técnicos relacionados ao posto, razoável experiência na área de contratos, sobretudo no tocante à logística do serviço público, em especial de compras, licitações, contratos, editais de licitação e outros conhecimentos atinentes à Lei nº 8.666/93, ao invés de aprofundar destaque mais específico quanto ao objeto da principal atividade a ser exercida no MDS: Programador Pleno.

A Auditoria afirmou, ainda, que, apesar de a empregada ter trabalhado também como programadora no MTE, entre 1997 e 2001, sua experiência mais recente fora exercida no posto de "Coordenadora de Contratos e Serviços Gerais", no próprio MTE, durante Maio/2003 a Agosto/2006, fato que levou a equipe a concluir que a mesma poderia exercer funções similares àquelas, no âmbito do MDS, visto que sua admissão, neste ministério, ocorreu em 12.9.2006, ou seja, apenas um mês após a demissão no MTE.

Providência: conforme foi informado à equipe de Auditoria, esta Subsecretaria considera que o desenvolvimento de programas e sistemas voltados à Administração Pública, em especial os que se destinam a aprimorar os meios para a gestão de recursos públicos, devido às peculiaridades específicas da Administração Pública, pode ser aprimorado por profissionais que, além de atributos técnicos inerentes à função de Programador Pleno, detenham, também, conhecimentos práticos e teóricos sobre as questões de naturezas técnica e administrativa, para que possam influenciar diretamente os níveis de eficácia e eficiência dos sistemas e programas que são desenvolvidos.

De todo modo, em atenção ao apontamento formulado pela Auditoria, esta SPOA já providenciou a devolução da profissional indicada aos quadros da empresa Contratada, passando a utilizar outros profissionais com conhecimento mais profundo sobre o objeto do serviço citado (Programação).

Recomendações:

a) abster-se de desviar empregados terceirizados da área de Informática das funções principais previstas no projeto básico do edital da Concorrência nº 01/2007, para cada posto

de trabalho terceirizado, no âmbito dos Contratos nºs 01/2008, 02/2008 e 03/2008, conforme disposição do art. 66 da Lei nº 8.666/93; e

b) realocar, dentro das funções principais inerentes aos postos de trabalho disponíveis no projeto básico da Concorrência nº 01/2007, todos os empregados que, porventura, encontrem-se em situação de desvio de função, no âmbito dos Contratos nºs 01/2008, 02/2008 e 03/2008.

Unidade Responsável: CGLA e CGI/SPOA

SUBITEM 1.1.3.3 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499

Descrição Sumária: ausência de cobertura legal para a prestação de serviços de garantia técnica dos equipamentos adquiridos pelo MDS, por intermédio do Contrato nº 26/2007.

Fato: da análise do Processo nº 71000.000327/2007-12 - Adesão à Ata de Registro de Preços nº 40/2006 - Pregão nº 21/2006 TJDFT - Contrato nº. 26/2007, celebrado com a empresa STAR DO BRASIL INFORMÁTICA LTDA., para aquisição de servidores do tipo "rack" e "switches" de console, com vigência de 2.8.2007 a 31.12.2007, observou-se a ausência, nos autos, do termo ou documento similar relacionado à prestação de serviços de garantia técnica "on site" dos equipamentos de informática (servidores tipo "rack") fornecidos pela referida empresa.

O documento especificaria as obrigações relacionadas a esse serviço, além da forma, prazo e lugar de prestação da garantia. Embora a Cláusula Sexta estipule duração de três anos para a garantia "on site", o referido contrato teve sua vigência expirada em 31.12.2007, possibilitando, no entender da Auditoria, que a contratada questione suas obrigações quanto à prestação desse serviço fora da vigência do contrato.

Providência: em resposta à Solicitação de Auditoria nº 200823/06, esta SPOA ressaltou o seu entendimento de que o prazo de garantia técnica dos equipamentos adquiridos não se restringe apenas à vigência estabelecida no contrato/edital, mas, ainda, às condições relacionadas com a prestação da garantia técnica que começam a vigorar após a emissão do termo de recebimento definitivo dos bens adquiridos. De fato, a duração da garantia de 3 (três) anos para os equipamentos fornecidos seguiu as condições de mercado para aquisições dessa natureza, tendo sido prevista já no projeto básico da aquisição dos equipamentos, independentemente do tempo de vigência do instrumento contratual utilizado para o fornecimento do bem.

Ademais, cumpre ressaltar que o instrumento contratual previu na Cláusula Sétima que o valor de 5% do total do contrato prestado a título de garantia contratual somente seria liberado após o término do prazo de garantia 'on site' estabelecida, o que, entendemos, aumenta – ainda mais – a garantia obtida por este órgão, junto à Contratada.

Recomendações CGU:

a) providenciar documento de Termo de Garantia Técnica para equipamentos adquiridos da empresa em referência, com vigência de três anos contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, detalhando, de forma pormenorizada, todas as condições de garantia, tais como: forma, prazo e lugar onde será prestado o serviço; e

b) adotar esses procedimentos também nas futuras aquisições, sobretudo, de equipamentos de informática.

Unidade Responsável: CGLA/SPOA

SUBITEM 1.1.3.7 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499

Descrição Sumária: ausência de providências, pela SPOA, com relação à falha relatada no subitem 3.1.4.1, relativa à Tomada de Contas do exercício de 2006, no que tange à ausência de conferência dos valores constantes das faturas das passagens aéreas, relacionadas com o Contrato nº 34/2005.

Fato: na análise do Processo nº 71000.015719/2005-14 (original nº. 71000. 006500/ 2005-16) e Contrato nº 34/2005, vigente de 21.11.2005 a 20.11.2006, para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, em âmbito nacional e internacional, firmado com a empresa Galvão Turismo e Viagens Ltda, foi constatada a falta de verificação da fidedignidade dos valores das tarifas "básicas" ou "cheias" informadas nas notas fiscais-faturas emitidas pela contratada, em relação aos valores registrados pelas empresas aéreas, junto ao Departamento de Aviação Civil - DAC, do Ministério da Defesa.

O Contrato nº 34/2005 previu (Cláusula Quarta - Do Preço e Pagamento - item 4.2) a utilização da Portaria nº 265/2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujo art. 10 incentiva a obtenção da melhor tarifa promocional ou reduzida. Com isso, no entender da Auditoria, poder-se-ia aplicar redutor (entre 10 e 100%) sobre o desconto pactuado com a contratada, segundo o desconto obtido pela agência de viagem junto às empresas aéreas.

Destacou que o desconto seria apurado mediante a comparação entre os valores do bilhete emitido e da tarifa básica ou "cheia", informado pelas empresas aéreas ao Departamento de Aviação Civil - DAC, do Ministério da Defesa.

Assim, no entender da Auditoria, caberia à Unidade verificar a correta aplicação do desconto pactuado com a contratada (após a incidência dos redutores previstos na referida cláusula), e, ainda, a conformidade entre os valores da tarifa básica ou cheia informada na fatura e os valores registrados junto ao DAC.

Providência: em resposta à Solicitação de Auditoria nº 189298/04, esta SPOA reafirmou que se encontra dentro de cada processo de diárias e passagens arquivado na CGRH cópia do documentos/pesquisa que indica a utilização de menor preço na aquisição das passagens.

Assim, quanto à verificação para o cálculo da redução do desconto concedido pela contratada nos termos da Portaria MPO n ° 265/2001, conforme § 2º da Cláusula Quarta do contrato, a Assessoria Orçamentária e Financeira/CGLA aplicou ao ato de conferência dos valores, o item 4.2 da Cláusula Quarta, do Contrato nº 34/2005.

Ao final dos trabalhos de campo, esta Subsecretaria complementou informação à Auditoria, ratificando informação sobre a aplicação da tabela nos termos da Portaria MPO nº. 265/2001. E, ainda, que, o art. 1º da Portaria nº. 075/GM5, de 06/2/1992, do Ministro da Aeronáutica estabeleceu o regime de tarifas liberadas. De todo modo, para confirmar a regularidade de seus atos, a SPOA realizou consulta a diversos órgãos da Administração Pública Federal, em relação ao instrumento utilizado para aferir os valores, bem como consultou a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, órgão sucessor do DAC, sobre a operacionalização do fato apontado em auditoria, objetivando o recebimento da relação completa de tarifas aéreas.

Como resposta, os órgãos federais consultados informaram adotar providências de pesquisa similares às que são aplicadas por este Ministério, visando à obtenção dos menores valores de aquisição dos bilhetes de passagens aéreas, como poderá observar no processo em referência.

Recomendações CGU:

(a) verificar a conformidade dos valores referentes à tarifa básica ou "cheia" informados nas faturas emitidas pela contratada no exercício de 2006 com os valores das

citadas tarifas, registradas junto ao Departamento de Aviação Civil - DAC, no mesmo período; e

(b) incluir esta atividade no rol de procedimentos já executados pela Unidade no processo de conferência das faturas relativas ao fornecimento de passagens aéreas ao Ministério.

Unidade Responsável: CGLA/SPOA

SUBITEM 1.1.2.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499.

Descrição Sumária: ausência de providências diante de indícios de classificação de proposta inexequível relacionada com a Concorrência nº 01/2007, contratação de empresas para prestação de serviços de Tecnologia da Informação, mediante locação de postos de trabalho.

Dividida em três lotes distintos (Lote 1 - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas; Lote 2 - Sustentação de Rede e segurança e Lote 3 - Administração de Dados, de Banco de Dados e Datawarehousing), contou com a participação de cerca de 20 empresas do ramo de terceirização na área de informática.

Fato: no relatório de auditoria ressaltou-se que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.327/2006 - Plenário, assentiu que o MDS realizasse cotações de preço com vistas a firmar contratos emergenciais, com vigências limitadas a 180 dias, com fulcro no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, enquanto concluísse a contratação definitiva dos serviços terceirizados na área de Informática e Tecnologia da Informação (Concorrência nº 01/2007).

Desde 28.8.06, o MDS celebrou três contratos emergenciais com a empresa Montana Soluções Corporativas. Posteriormente, foi considerada a vencedora dos três lotes da Concorrência nº 01/2007, em razão de que os valores de suas propostas foram os mais baixos, dentre todos os participantes.

No entender da equipe de Auditoria, esta SPOA deixara de adotar medidas em virtude de que suas propostas poderiam ser inexequíveis, tendo em vista que as planilhas de custo e formação de preço apresentaram as seguintes situações:

- a) Provisão, no percentual de 0,01%, dos seguintes encargos sociais e trabalhistas: auxílio doença, licença médica, licença maternidade e paternidade, faltas legais e acidente de trabalho (Grupo B), aviso prévio indenizado e indenização adicional (Grupo C); e
- b) Atribuição de percentual considerado irrisório (0,5%) à parcela relativa ao lucro da empresa.

Segundo afirmação da equipe CGU, tais percentuais contribuíram para que a empresa vencesse o certame, e, ainda, que a Administração, relativamente aos itens cotados, poderia ter dificuldades em proceder à análise sobre futuros pedidos de repactuação e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a empresa Montana.

No que tange à questão do lucro aparentemente irrisório, a Auditoria entendeu que, nas cotações que precederam as contratações emergenciais anteriores à licitação em exame, a Montana já teria apresentado planilhas de custo contendo percentuais baixos para as parcelas de lucro, indicando-os no relatório (3%, 0,5% e 0,04%).

Providência: de fato, como bem registrou a equipe de Auditoria, o § 3º, art. 44 da Lei nº 8.666/93 determina que a Administração não deva admitir proposta que apresente preço global ou

unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com o custo dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório do certame não estabeleça limites mínimos.

Todavia, há que se considerar distinção entre os preços finais das propostas e os valores dos itens de custo que as compõem, assim como diferenciar os componentes de custo de naturezas obrigatórias daqueles que representam decisões privativas das empresas participantes dos certames licitatórios, resguardados – sempre – os interesses da Administração e a segurança da contratação, dentre outros princípios e fundamentos aplicáveis à Administração Pública.

No caso em comento, embora alguns itens de custo tenham, de fato, tenham sido bastante reduzidos por decisão própria da licitante, tal circunstância apenas refletiu o grau de competitividade e ampla participação que este órgão buscou aplicar à licitação. Tal opinião pode, inclusive, ser confirmada por comentários da equipe de auditoria, relativamente à redução das margens de lucro utilizadas nas contratações emergenciais anteriores, conforme propostas daquela mesma empresa. Assim, tendo sido executados os serviços adequadamente durante as vigências das três contratações emergenciais anteriores, das quais participaram dezenas de empresas do ramo, não há, entendemos, que se falar na possibilidade de hipótese de inexecuibilidade, a partir de apenas um ou dois itens de custo, exceto por circunstâncias imponderáveis ou desconhecidas deste Ministério, naquela ocasião.

Por isso, alinhamo-nos à opinião formulada pela equipe de Auditoria sobre entendimento do ilustre administrativista Jessé Torres Pereira Júnior, de que:

"Preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegitimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico."

Igual situação ocorre quanto à Decisão TCU nº 85/2001 - Plenário, Marçal Justen Filho, também citado pela equipe de Auditoria:

"Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto."

Neste caso, entendemos que a prova de exequibilidade deu-se, também, pela prestação adequada dos serviços contratados à mesma empresa Montana, durante os três contratos emergenciais que antecederam a Licitação em comento, conforme bem lembrou a equipe de auditoria:

"vale lembrar que a licitante vencedora, a empresa Montana Soluções Corporativas, desde 2006, tem vencido todas as cotações de preços realizadas com o intuito de se selecionar a proposta mais vantajosa para os contratos emergenciais de terceirização de mão-de-obra em Tecnologia da Informação, até que a licitação definitiva estivesse concluída, e tendo em vista que provisões

ínfimas de encargos sociais não compulsórios (0,01%) e a previsão de lucro aparentemente irrisório (0,5%) são suficientes para reduzir consideravelmente o valor da proposta comercial apresentada pelas empresas, mostra-se bastante pertinente a realização de diligências perante a empresa classificada. Assim sendo, o entendimento doutrinário e a Egrégia Corte de Contas fornecem prerrogativa para que a Administração solicite esclarecimentos e documentos que comprovem a compatibilidade dos custos apresentados na proposta da empresa classificada, no intuito de resguardar a Administração de problemas decorrentes da execução do contrato por parte da empresa terceirizada.”

Assim, manifestamos o entendimento acerca da inexistência de impropriedade nas planilhas de formação de custos e preços, apresentadas pela empresa licitante, mas, tão somente, uma decisão de natureza gerencial, adotada por força da ampla competitividade que esta Subsecretaria aplicou ao certame, em busca da proposta mais vantajosa para o MDS.

Em verdade, no caso do item 'a', os componentes apontados não são encargos sociais ou trabalhistas de recolhimento compulsório, como são os do grupo "A" da planilha. Assim, tais encargos não são automaticamente devidos ao funcionário ou a qualquer órgão federal, estadual ou municipal. Portanto, a decisão estabelecer a dimensionar da provisão para arcar com tais compromissos está no campo exclusivo de discricionariedade da empresa, que, ao seu juízo e em consonância com suas estratégias empresariais, decide como deverá atuar. Isso ocorre porque o Estado não pode interferir na empresa privada para disciplinar matéria sobre a qual não haja legislação regente que atribua ao órgão público contratante tal capacidade.

Sobre o item 'b', aplica-se o mesmo princípio. A estratégia empresarial de trabalhar com mais ou menos lucro, num determinado projeto, envolve condições de contorno que extrapolam o campo de governabilidade e conhecimento do MDS, sendo resultado da aplicação de políticas empresariais de exclusivo juízo e formulação da empresa licitante. Igualmente, o Estado não pode interferir na decisão de empresa privada para disciplinar matéria sobre a qual não há legislação de regência. Além do mais, a redução da margem de lucro, entendemos, vai ao encontro do desejo desta Administração, qual seja: reduzir os valores finais dos serviços contratados, atendidos, sempre, todos os requisitos considerados necessários e suficientes à perfeita execução.

De todo modo, a SPOA adotou as seguintes medidas: (1º) reafirmou à empresa Montana a importância de manter todas as condições de exequibilidade de sua proposta de preços, quanto aos itens de custo indicados pela Auditoria; (2º) determinou à área de Contratos CGLA/SPOA e aos gestores contratuais que fortalecessem as atividades de Controle e Acompanhamento sobre a execução dos contratos firmados com a empresa Montana, com vistas a evitar possíveis problemas na prestação dos serviços contratados; e (3º) alertou a área de Contratos desta SPOA para necessidade de garantir-se a exequibilidade da execução contratual dos instrumentos firmados por esta unidade.

Recomendação CGU: diligenciar a empresa Montana Soluções Corporativas, para que comprove os custos constantes das planilhas de custo e formação de preço da proposta classificada na Concorrência nº 1/2007, demonstrando a compatibilidade dos percentuais de 0,01% do Grupo B e C referentes aos encargos sociais e trabalhistas, e de 0,05% do item de "lucro" dos encargos sociais e trabalhistas, fazendo constar, nos autos, a documentação resultante dessa diligência, de forma a evitar prejuízos futuros para a Administração, em consonância ao que reza o § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/93, e respeitando também ao que preceitua a Decisão TCU nº 85/2001 - Plenário e Acórdão 363/2007 - Plenário.

Unidade Responsável: CGLA/SPOA

SUBITEM 1.1.2.2 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208499

Descrição Sumária: ausência, nas planilhas de custo e formação de preço da proposta apresentada pela empresa Montana Soluções Corporativas, de incidência dos encargos sociais e insumos sobre a parcela relativa à reserva técnica, no que se refere à Concorrência nº 01/2007.

Fato: no entender daquela Auditoria, as propostas da Montana Soluções Corporativas, vencedora dos lotes 1, 2 e 3 da licitação, deixara de computar, para fins de obter o valor total da remuneração, a reserva técnica. Com isso, não fez incidir os encargos previstos nos Grupos A, B, C e D da Planilha de Custo sobre o valor da Reserva Técnica, divergindo da memória de cálculo estabelecida pelo Anexo I da IN/MARE nº 18/97.

Providência: no que tange aos apontamentos formulados pela Auditoria, informamos que as medidas recomendadas, voltadas ao aperfeiçoamento da gestão, foram devidamente implementadas por esta SPOA, de modo a ofertar máxima segurança às contratações realizadas. Os resultados serão oportunamente apresentados à Auditoria CGU, para que o faça constar no relatório de auditoria a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União.

No que se refere à apuração de responsabilidades, ressaltamos que está sendo objeto de medidas por parte desta Administração.

Recomendações CGU nº 01 e 02, abaixo.

RECOMENDACÃO 001:

a) abster-se de prorrogar os Contratos nº 01/2008, 02/2008 e 03/2008, ao final do período de vigência de 12 meses, promovendo nova licitação para os serviços objeto dos referidos contratos, em prol dos Princípios da Isonomia, visto constar erros na elaboração da planilha de custos da vencedora do certame e no exame da proposta pela comissão, como forma de evitar conseqüências indesejáveis, no que se refere ao interesse público;

b) nas novas licitações recomendadas, observe as normas contidas na Lei nº 8.666/93, na IN/MPOG nº 02/2008 e no Acórdão TCU nº 1.153/2008 - Plenário, quanto aos seguintes pontos:

b1) anexar aos editais, modelo de planilha de custo e formação de preço elaborados em conformidade com o modelo proposto na IN/MPOG nº 02/1998, e anexos, como forma de fazer incidir o percentual de encargos sociais sobre o valor da remuneração adicionado ao valor da reserva técnica, desclassificando qualquer proposta elaborada em discordância com a referida instrução normativa;

b2) realizar a conferência de todos os cálculos efetuados na memória de cálculo constante das propostas das empresas licitantes, tendo em vista a responsabilidade da comissão de licitação, pela detecção de falhas procedimentais;

b3) diligenciar os licitantes, quando necessário, em qualquer fase da licitação, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo, no caso de constatados erros nas memórias de cálculo das propostas, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93;

b4) desclassificar todas as propostas que apresentem erros, e, no caso de não restarem propostas livres de vícios, que se estabeleça o prazo de oito dias úteis para a apresentação de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, sendo possível a redução deste prazo para três dias úteis, no caso de convite, conforme estabelece o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93; e

b5) realizar o devido treinamento e capacitação dos servidores que constituam as futuras comissões de licitação na área de terceirização de mão-de-obra, no que tange aos apontamentos apresentados.

RECOMENDACÃO 002: apurar responsabilidade de quem deu causa à irregularidade constatada na Concorrência nº 01/2007.

Unidade Responsável: CGLA/SPOA

B) RELATÓRIOS CGU Nº 208520 e 208584:

Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/SE/MDS.

Relativamente à falta de registro tempestivo de suporte documental pela CGRH, no sistema, consoante apontamento constante no subitem 2.1.1.1 do Relatório nº 208584, a unidade, orientada pela equipe de Auditoria, já realizou o lançamento das informações, bem como foi determinado à equipe técnica maior rigor e atenção ao cumprimento efetivo de todas as obrigações de sua competência e responsabilidade.

SUBITEM 2.1.2.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208520:

Descrição Sumária: Pagamento a maior de diária.

Fato: quando da análise da relação das diárias pagas em finais de semana, constante no Relatório de Gestão - Exercício de 2007, verificou-se o pagamento indevido de 1 diária à uma servidora, relativa à viagem de Brasília à Marinalva/PR, entre os dias 15 e 22.12.2007. Todavia, de acordo com o comprovante de embarque, constante no processo, a servidora retornara à Brasília em 21.12.2007, um dia antes.

Providência: com o objetivo de demonstrar o atendimento à recomendação, a CGRH apresentou comprovante de restituição do valor ao MDS à equipe de Auditoria CGU, pela servidora, datado de 04/06/2008, além de determinar à sua equipe técnica maior rigor e atenção.

Recomendação: cumprir as disposições constantes do Decreto nº 5.992/2006, que disciplina a concessão de diárias, principalmente quanto ao disposto no caput do Art. 7º que determina: "Serão restituídas pelo servidor, em cinco dias contados da data do retorno à sede originária de serviço, as diárias recebidas em excesso".

Unidade Responsável: CGRH/SPOA

SUBITEM 2.2.1.2 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208520:

Descrição Sumária: falta de apresentação de comprovantes de embarque e de relatórios de viagem, por servidores.

Fato: a equipe de Auditoria constatou a ausência dos comprovantes de embarque e de relatórios de viagem, contrariando o disposto no item 7 da Portaria/GM/MDS nº 535, de 08/11/2005, quanto aos seguintes servidores indicados em relatório: (1) Proc. nº 71000.000400/2007-48, referente a deslocamentos no período de 27 a 30/07/2007, trechos BSB/BHZ/BSB; (2) 71000.000387/2007-27, por deslocamentos realizados entre 12 e 19/10/2007, trechos: POA/SÃO/BSB/SLZ/BSB/POA; e (3) Proc. nº 71000.001720/2007-15, sobre deslocamentos entre 14 e 18/12/2007, trechos BHZ/BSB/SSA.

Conforme a Portaria referida, o servidor Proposto deve apresentar à CGRH, no prazo máximo de cinco dias úteis, o bilhete de viagem, cartões de embarque e o relatório da

viagem realizada em território nacional, bem como, enquanto permanecer a pendência da apresentação dos referidos documentos, ficará impedido de realizar novas viagens.

Providência: sobre esta constatação, a CGRH orientou sua equipe técnica a dispor de maior rigor e atenção à obrigatoriedade de fazer constar os documentos necessários no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.

Ademais, no que se refere aos documentos faltantes (à época), apresentou os anexos relacionados às viagens de colaboradores eventuais citados.

Recomendação: cumprir às disposições constantes do Decreto nº 5.992/06, bem como da Portaria GM/MDS nº 535/05, que regulamentam a concessão de diárias e passagens, respectivamente, bem como manter maior rigor no tocante ao recolhimento da documentação comprobatória das viagens realizadas, conferindo a devida transparência ao processo de concessão de diárias e passagem.

Unidade Responsável: CGRH/SPOA

SUBITEM 2.2.3.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208520:

Descrição Sumária: ausência do comprovante de dependência econômica no pagamento de ressarcimento de assistência à Saúde e de reconhecimento de dívida de 2005 e 2006, em despesas de exercícios anteriores.

Fato: a equipe de Auditoria constatou, na Folha de setembro/07, pagamento no valor de R\$4.745,00, na rubrica 00659 - RESSARCIMENTO ASSISTÊNCIA À SAÚDE, à servidora do MDS, destinado a ressarcimentos entre agosto/2005 a fevereiro/2006, no valor de R\$ 195,00 mensais, e ao período de setembro/2006 a setembro/2007, no valor R\$ 260,00 mensais, ocasião em que solicitou, também, ressarcimento de gastos de seus dependentes.

Ademais, a Auditoria constatou a ausência, no processo, do comprovante de dependência econômica (à época da despesa) de um dependente maior de 21 anos, conforme estabelece a Portaria nº441, de 23 de agosto de 2005.

Observou, ainda, ressarcimento das despesas de assistência à saúde, relativas aos exercícios de 2005 e 2006, na folha de pagamento de setembro/2007, contrariou o estabelecido no art. 37 da Lei 4.320/64, especialmente “as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

Providência: ciente da falha, a CGRH comunicou à servidora indicada a ausência do documento comprovante da dependência econômica do dependente maior de 21 anos, para o pagamento do ressarcimento de Assistência à Saúde, referente aos anos de 2005 e 2006, solicitando-lhe a entrega do documento. Além disso, a CGRH orientou sua equipe técnica no sentido de dispor de maior rigor e atenção quando da obrigatoriedade em exigir e apensar tais documentos nos respectivos processos, como dispõe a legislação específica.

Recomendação: providenciar junto à servidora a entrega das declarações de dependência econômica do dependente maior de 21 anos, à época da despesa. Caso contrário, proceder a reposição ao erário do valor pago indevidamente, bem como que, nos próximos processos referentes ao Ressarcimento de Assistência a Saúde, cumpra as disposições contidas na Portaria nº 441, de 23 de agosto de 2005, condicionando o devido ressarcimento à

apresentação de todos os documentos exigidos na legislação específica, e em observância ao art. 37 da Lei 4.320/64, quando se tratar de despesas de exercícios anteriores.

Unidade Responsável: CGRH/SPOA

SUBITEM 2.4.1.2 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208520:

Descrição Sumária: pendências relativas à devolução de recursos por parte de ex-servidores.

Fato: a Auditoria CGU constatou que servidores de matrículas SIAPE n.ºs. 1.554.959, 1.338.196, 6.985.429, 1.565.472, 2.496.425, 1.425.752 e 1.457.127 apresentavam saldo líquido negativo decorrente do acerto de contas de sua exoneração, no referido exercício. A CGRH informou haver encaminhado documento de cobrança, conforme determina o art. 46, Lei n.º 8.112/90. Todavia, a devolução ainda se encontrava pendente, na realização da auditoria anual de gestão.

Providência: em vista da recomendação formulada, quanto às pendências verificadas sobre o acerto de contas em virtude de exoneração, e considerando que os servidores portadores das matrículas SIAPE n.º 1.554.959, 1.338.196, 6.985.429, 1.565.472, 2.496.425, 1.425.752 e 1.457.127 não efetuaram o pagamento no prazo previsto no art. 47 da Lei n.º 8.112/90, a CGRH procedeu ao encaminhamento do Processo n.º 71000.546883/2008-11 à Consultoria Jurídica do Ministério, para a manifestação de sua competência.

Recomendação: observar o prazo concedido aos servidores para a quitação do valor devido, e, na sua ausência, aplicar o que dispõe o Parágrafo Único do art. 47 da Lei n.º 8.112/90.

Unidade Responsável: CGRH/SPOA

SUBITEM 2.1.2.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria nº 208520:

Descrição Sumária: ausência de formalização da cessão de servidor para o MDS.

Fato: quando da análise realizada sobre servidores requisitados pelo MDS, a Auditoria constatou um servidor federal pertencente aos quadros do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que fora requisitado pela Presidência da República, conforme Portaria n.º 44, publicada no DOU de 19.1.2004.

Assim, no entender da Auditoria, aquele servidor, atualmente em atividade na Secretaria Executiva do MDS, no exercício de cargo em comissão DAS 101.5, atuava no MDS sem a devida formalização da cessão do Planejamento para o MDS.

Providência: em atenção ao apontamento formulado pela equipe de Auditoria, relativamente à cessão do servidor indicado, do MPOG à Presidência da República (e desta ao MDS), a CGRH enviou ofício ao órgão cedente (Secretaria de Recursos Humanos) visando a regularizar o fato, notadamente a publicação da portaria de cessão.

Recomendação: adotar providências para regularizar a requisição do servidor para o MDS.

Unidade Responsável: CGRH/SPOA

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

1) O Relatório de Auditoria 208497, da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, relativo ao exercício de 2007 apresentou informações quanto às providências tomadas em relação às recomendações constantes no Relatório de Auditoria n.º. 189300, de 29 de junho de 2007 relativo à TC de 2006, com as seguintes constatações:

“2.1.1.1 Pagamentos realizados à conta do Convênio 002/2005, conveniente Visão Mundial, cujas notas fiscais foram emitidas em nome de terceiros.

2.1.1.2 Ausência de procedimento licitatório por parte da convenente.

2.1.1.3 Ausência de providências no tocante à devolução de valores indevidamente pagos. (Convênio n.º 001/SAIP/MDS/2005 celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º 71000.003111/2005-39)

2.1.1.4 Ausência de devolução de gastos com despesas bancária. (Convênio n.º 001/SAIP/MDS/2005 celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º 71000.003111/2005-39)

2.1.1.5 Contratação de consultores, para a execução de atividades inerentes ao convênio, de profissionais pertencentes à própria instituição conveniada. (Convênio n.º. 01/SAIP/MDS/2005 celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º. 71000.003111/2005-39)

2.1.1.6 Participação de sócios de empresas parceiras no Conselho consultivo da convenente (Convênio n.º. 001/SAIP/MDS/2004, celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º. 71000.006204/2004-34). 2.1.1.7 Utilização de pessoas físicas, incluídas na folha de pagamento do Instituto Paulo Freire, contratadas, por meio de convênio, como consultores. (Convênio n.º. 001/SAIP/MDS/2004, celebrado entre o MDS e

o Instituto Paulo Freire - Processo n.º 71000.006204/2004-34)

2.1.1.8 Ausência de comprovação de gastos efetuados pelo convenente, no valor de R\$ 72.951,00 (Convênio n.º. 001/SAIP/MDS/2004, celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º. 71000.006204/2004-34).

2.1.1.9 Falta de comprovação da devolução das despesas bancárias. (Convênio n.º. 001/SAIP/MDS/2004, celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º. 71000.006204/2004-34)

2.1.1.10 Improriedades na comprovação de despesas com relação a evento. (Convênio n.º. 001/SAIP/MDS/2004, celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire - Processo n.º. 71000.006204/2004-34)

1.1 – INFORMAÇÕES:

itens 2.1.1.1 e 2.1.1.2, a Unidade informou que foi determinado o aprofundamento no exame da prestação de contas por uma equipe formada por dois técnicos da SAIP e dois da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva. Esclareceu que se apurada materialmente a extensão das falhas relatadas pela CGU, as despesas serão objeto de glosa e devolução dos valores conforme legislação vigente, sendo a conclusão do trabalho e decisão final prevista até 10/07/08;

itens 2.1.1.3 a 2.1.1.5, a Unidade informou que notificou o Instituto Paulo Freire para proceder a devolução dos valores apurados pela CGU.

Itens 2.1.1.6 , 2.1.1.7 e 2.1.1.9, a CGU informou que a despesa foi glosada pelo MDS

Itens 2.1.1.8 e 2.1.1.10 – a CGU informou que foram verificadas impropriedades na documentação referente à prestação de contas.

1.2 – RECOMENDAÇÕES

As Providências relacionadas aos itens 2.1.1.1 a 2.1.1.5 continuam pendentes de regularização;

Com relação aos itens 2.1.1.8 e 2.1.1.10 – a CGU recomendou que a Unidade proceda nova análise dos documentos apresentados pelo convenente.

II) PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E RESULTADOS OBTIDOS

1. Constatação: itens 2.1.1.1 e 2.1.1.2

Providências: (1) A SAIP concluiu a análise da prestação de contas do Convênio 002/2005/SAIP/MDS, celebrado com a Entidade Visão Mundial, emitindo o Parecer Técnico nº 05/2008, aprovando o projeto sob o aspecto físico e encaminhou o Processo à Diretoria de Programas da Secretaria Executiva, Unidade responsável pelo acompanhamento das questões de ordem financeira, por meio do Memorando nº 248/2008/GAB/SAIP/MDS, de 26/11/08, para análise respectiva. (2) Por meio do Memorando nº 24/2009, de 13/02/09 a SAIP solicitou informações à Secretaria Executiva, com relação ao resultado da análise.

Resultados: A VISÃO MUNDIAL encaminhou a Relação de Pagamentos – RP, constante às fls. 3036 a 3042, onde demonstra despesas realizadas no total de R\$ 478.702,07 (quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e dois reais e sete centavos) dos recursos transferidos pelo MDS e o valor de R\$ 100.000,31 (cem mil reais e trinta e um centavos) a título de contrapartida. Foi verificado nesse documento que a entidade glosou unilateralmente, os gastos com a contratação da empresa Exodus Consultoria Ltda., o que sana as falhas apontadas nos questionamentos da auditoria sobre o item 2.1.1.1 - Pagamentos realizados à conta do Convênio 002/2005, convenente Visão Mundial, cujas notas fiscais foram emitidas em nome de terceiros e o item 2.1.1.2 - Ausência de procedimento licitatório por parte da convenente.

2. Constatação: Itens 2.1.1.3 a 2.1.1.5

Providências: A SAIP solicitou esclarecimentos junto à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento das questões de ordem financeira do Convênio nº 001/SAIP/MDS/2005, celebrado com o Instituto Paulo Freire, quanto às providências tomadas em relação às recomendações da CGU, por meio do MEMO/GAB/SAIP/MDS Nº 26/2009, de 13/02/09.

Resultados: O Secretário Substituto da SESAN informa pelo Memo nº 115/09-SESAN/MDS, de 03/03/09, que o processo se encontra na SPOA em fase final de avaliação, o qual será enviado à SESAN para análise conclusiva da prestação de contas final do convênio, informa ainda, que após a conclusão das análises técnica e financeira e definição dos valores a serem glosados, será solicitada a restituição dos recursos devidamente atualizados e caso não sejam efetuadas as devidas restituições serão tomadas as providências quanto à instauração da Tomada de Contas Especial. Justifica o atraso ocorrido na análise da documentação do convênio, devido ao grande volume de documentos, bem como a quantidade de convênios executados e a escassez de pessoal nas áreas de análise técnica e financeira.

3. Constatação: itens 2.1.1.8 e 2.1.1.10

Providências: A SAIP solicitou esclarecimentos junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento das questões de ordem financeira do Convênio nº 001/SAIP/MDS/2004, celebrado com o Instituto Paulo Freire, quanto às providências tomadas em relação às recomendações da CGU, por meio do MEMO/GAB/SAIP/MDS Nº 25/2009, de 13/02/09.

Resultados: O Assessor de Planejamento e Orçamento informa pelo Memo nº 12/09-SPO/SE/MDS, de 20/02/09, que solicitou esclarecimentos junto ao Instituto Paulo Freire por meio do Ofício nº 52/2008/SPOA/SE/MDS, de 03/07/08, o qual encaminhou respostas constantes do ofício datado de 25/07/08, que se encontram em análise naquela Assessoria

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo.

No que concerne aos assuntos objeto de manifestações do egrégio Tribunal de Contas da União, apresentamos abaixo acórdãos direcionados a esta Subsecretaria, no Exercício 2008, relacionados às unidades gestoras que a integram.

Necessário lembrar, por oportuno, que as matérias serão objeto de avaliação específica pela equipe de Auditoria de Gestão CGU, cujo relatório – Exercício 2008 – constitui peça fundamental no processo de Tomada de Contas Anual a ser apresentado oportunamente ao Tribunal de Contas da União, para o julgamento de sua competência.

Acórdão TCU nº 729/2008 – Plenário

Natureza: Representação

Interessado: Máquina da Notícia Comunicação Ltda

Sumário: REPRESENTAÇÃO. EMPRESA LICITANTE. QUESTIONAMENTO NA FASE DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 4/2006, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO COMBATE À FOME. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.

Aqueles autos trataram de representação formulada pela empresa Máquina da Notícia Comunicação Ltda., sobre possível irregularidade na Concorrência nº 4/2006, realizada pelo MDS, com o objetivo de contratar empresa especializada em comunicação, relações públicas e organização de eventos, para prestação de serviços de consultoria, análise, planejamento e assessoria de comunicação e de relações públicas.

Resultado: conhecimento da representação para considerá-la improcedente, determinando o arquivamento do processo.

Determinações: não se aplica.

Acórdão TCU nº 3631/2008 – 1ª Câmara

Natureza: Representação

Interessado: 4ª Secretaria de Controle externo TCU

Sumário: representação formulada sobre aquisição de licença de uso definitivo e suporte técnico de conjunto integrado de aplicativos de suporte às atividades de gabinete do Ministro do MDS, assessores, secretários e outras autoridades.

Resultado: conhecimento da representação para considerá-la improcedente, com o arquivamento do processo.

Acórdão TCU nº 4584/2008 – 2ª Câmara

Natureza: Tomada de Contas

Processo: 013.530/2005-5

Entidade: Secretaria Executiva do MDS

Sumário: TOMADA DE CONTAS. AUDIÊNCIA E CITAÇÃO. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA REJEITADAS. FATO ISOLADO. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. ALEGAÇÕES DE DEFESA REJEITADAS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO E MULTA.

1. É irregular a contratação de instituição com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, para a realização de atividades de cunho administrativo.

2. É irregular o pagamento de auxílio-moradia previsto no Decreto 1840/1996 a servidor nomeado para o cargo de direção que já reside no local em que serão desenvolvidas as atividades

Resumo do Voto do Ministro Relator:

“Em síntese, foram apontadas as seguintes irregularidades... que motivaram a realização de audiência e de citação dos possíveis responsáveis:

a) Utilização dos serviços de "roaming" nacional e internacional com base no contrato 28/2003, firmado com a Vivo Comunicações, do qual não constavam esses serviços;

- b) Utilização de serviços de telefonia móvel sem contrato, no valor de R\$ 158.538,18;
- c) Fiscalização inadequada do contrato 28/2003 que implicou na sua utilização indevida na Vivo por terceiro, servidor público, não autorizado;
- d) Contratação de fundação de apoio, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, para a prestação de serviço, sem o preenchimento dos requisitos exigidos pela norma;
- e) Pagamento de auxílio-moradia em desacordo com o previsto no art. 1º do Decreto 1.840/1996, visto que a beneficiária já residia em Brasília na data em que assumiu o cargo em comissão de DAS-4.

2. No tocante às irregularidades descritas nas alíneas a, b e c... de fato, as responsáveis pela fiscalização do contrato, tão logo tomaram ciência do problema, adotaram as providências de sua alçada para apurar as responsabilidades e os possíveis prejuízos ao erário... não seria razoável exigir dessas que tivessem ciência, antecipadamente, que a empresa Vivo entregaria celulares a pessoas não credenciadas e ao arrepio do próprio contrato. Ao adotar esse procedimento, a empresa contratada assumiu inteira responsabilidade pelos possíveis desvios na utilização dos serviços. Não cabe, assim, pelo menos pelo que consta dos autos, qualquer responsabilidade às Sras Patrícia Alexandra Társia Duarte e Maria José Ribeiro Custório.

...

4. Concordo... com a proposta do titular da unidade de não ser efetuada a determinação sugerida pela analista para a instauração de tomada de contas especial em razão das irregularidades noticiadas, visto que providências já foram adotadas no âmbito do ministério para apurá-las. Nos termos da IN/TCU 56/2007, a tomada de contas especial é medida de exceção e só deve ser instaurada caso as providências administrativas adotadas pelo próprio órgão ou entidade não sejam suficientes para sanar o problema.

...

7. Com relação à responsabilidade do Sr. Alexandre Ferreira da Silva, compreendo que a questão deve ser, também, tratada na esfera administrativa, oportunidade em que serão apuradas as irregularidades cometidas e suas conseqüências, inclusive possíveis prejuízos causados ao erário advindos de seus atos.

...

9. Com relação à contratação de fundação de apoio para a realização dos serviços, coloque-me de acordo com a unidade técnica quando defende que os serviços contratados não encontram amparo no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93. Em síntese, a contratação da Fubra teve como objetivo adquirir passagens, hospedagens e organizar os eventos. Trata-se de atividades de cunho eminentemente administrativas que deveriam ser realizadas pelas unidades da Secretaria. Não se admite que esse dispositivo legal seja utilizado para contratações meramente instrumentais, nas quais a instituição empresta seu nome para a Administração obter certas utilidades, sem necessidade de licitação.

10. Em casos dessa natureza, o TCU tem aplicado multa aos responsáveis, conforme se observa dos acórdãos 197/2007-2ª Câmara e 865/2007-2ª Câmara.

...

12. Contudo, compreendo que no caso presente o Tribunal poderá adotar encaminhamento distinto e deixar de aplicar multa aos responsáveis, pois se trata de fato isolado na gestão ora examinada. Como destaca a própria unidade técnica, o Ministério do Desenvolvimento Social ainda se encontrava em fase de estruturação, apesar de ter sido criado em 2003. Compreendo que determinação à entidade seja suficiente para evitar situação idêntica a que ora se aprecia.

13. Apesar de me colocar de acordo com a unidade técnica e do Ministério Público no tocante à caracterização da irregularidade e apesar de compreender que essa irregularidade por si só não enseja a aplicação de multa, entendo que a contratação formulada nos termos do art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 não exige inviabilidade de competição

...

6. Compreendo que a lei conferiu ao administrador poder discricionário para deliberar, ainda que diante da existência de mais de uma instituição que preencha os requisitos previstos no normativo multicitado, qual a que melhor atende as suas necessidades, seja em razão da natureza do próprio objeto ou mesmo da instituição que se pretende incentivar.

7. Quase sempre esse tipo de objeto é de difícil mensuração e delimitação de suas características básicas, o que não ocorre para grande parte dos bens, dos serviços e das obras normalmente licitadas. Trata-se, no mais das vezes, de trabalho de caráter eminentemente intelectual, de cunho científico e, na maioria das vezes, de natureza singular. Diante disso, as incertezas sempre permeiam esse tipo de contratação, pois não se pode, de antemão, afirmar que os resultados serão alcançados de forma satisfatória com o volume de investimentos realizados e no prazo pretendido.

8. Nesse sentido, a contratação envolve muito mais uma discussão e negociação com a instituição a ser contratada em torno dos objetivos pretendidos pelo contratante do que propriamente pela simples oferta de preço por um objeto discriminado de forma clara e predeterminada, como consignado em um projeto básico ou termo de referência destinados à realização de licitações. Como veremos mais adiante, a Caixa Econômica Federal (CEF) apresentou justificativas plausíveis que justificaram a contratação da Finatec. Antecipe-se, aliás, que a definição do objeto foi realizada pelo Grupo Executivo, o que propiciou as condições para que a Finatec apresentasse proposta de realização dos serviços.

9. Em síntese, o que deve ser observado é se a instituição brasileira a ser contratada preenche os requisitos constantes do art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e se o objeto possui liame com as finalidades da instituição, isto é, se possui as condições necessárias para realizar os serviços contratados. Nesse sentido, antecipo que não vislumbro impedimento para contratações dessa natureza, com a finalidade de prestar serviços de consultoria, desde que, comprovadamente, o objeto dessa consultoria, ainda que de forma indireta, faça parte de seus fins institucionais e essas instituições possuam as condições necessárias para realização, em caráter personalíssimo, dos serviços para as quais foram contratadas."

...

15. Com relação às citações dos responsáveis, coloco-me de acordo com as conclusões da unidade técnica com as considerações do Ministério Público, pois, resta comprovado que foram realizados pagamentos do auxílio moradia em desacordo com o art. 1º do Decreto nº 1.840/1996. Resta comprovado nos autos que a beneficiária da vantagem já residia em Brasília à época da sua nomeação para exercer o cargo de DAS-4.

16. Por essa razão, compreendo que as presentes contas devem ser julgadas irregulares no que se refere a essa questão, inclusive no que diz respeito à participação de Jorge de Souza, visto que o parecer por ele expedido foi decisivo para a realização do pagamento indevido.

17. Entretanto, compreendo que, por se tratar de vantagem recebida indevidamente, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90 e considerando a orientação contida na Súmula 235 deste Tribunal, o débito deve ser apenas corrigido monetariamente. Do mesmo modo, compreendo que não cabe a aplicação de multa aos responsáveis. Em verdade, a presente condenação tem como objetivo apenas constituir título executivo que facilite a cobrança do débito por parte da administração, caso não seja possível a realização do desconto nos vencimentos da favorecida.

Ante o exposto, voto para que seja adotado o acórdão que ora submeto ao colegiado.”

Resultado e Determinações:

9.1. julgar irregulares as contas da Sr^a Claudia Cybelle Freire dos Santos (401.116.281-72) e Jorge de Souza (541.525.348-34), nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso I, 209, inciso II do Regimento Interno/TCU, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância de R\$ 24.120,00 (vinte e quatro mil, cento e vinte reais), atualizada monetariamente partir 15/9/2003, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU, o recolhimento do débito aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

Providência do item 9.1: tendo em vista o objeto deste acórdão (itens 15 a 17), a SPOA deixou de dar continuidade à instauração de Tomada de Contas Especial, como tratam os Processos MDS nº 71000. 003770/2007-37, 71000.000543/2003-26, 71000.001181/2005-52 (apenso ao nº 44000. 001057/2003-52), determinando, então, o arquivamento do processo até a manifestação final do órgão de Controle Interno competente pelos exames de auditoria anual de gestão – Exercício 2008.

9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que proceda ao desconto nos vencimentos dos servidores na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não seja possível o desconto na forma indicada no item 9.2 deste Acórdão;

Providências dos itens 9.2 e 9.3: com relação à senhora Claudia Cybelle Freire dos Santos (CPF nº 401.116.281-72), a Titular da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome determinou, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, considerando que a mesma não é servidora pública e, conseqüentemente, não será possível o desconto nos vencimentos daquela. Já com relação ao servidor Jorge de Souza (CPF nº 541.525.348-34), e por se tratar de servidor público do quadro de pessoal da Advocacia Geral da União (AGU), a Titular da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome encaminhou àquele órgão, cópia de inteiro teor do Acórdão nº 4584/2008-TCU – 2ª Câmara, proferido na Sessão de 28/10/2008, do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação, objetivando ciência e adoção das providências da alçada da AGU, no sentido de regularizar as pendências apontadas.

9.4. julgar regulares com ressalvas as contas dos Sres Adriano Lima Carvalho (CPF 359.157.305-15); Eliel Ferreira Pires (CPF 646.204.091-20); Mauro Leno Rodrigues de Souza (CPF 314.692.562-15); Roridan Penido Duarte (CPF 745.563.716-00); Wieland Silberschneider (CPF 451.960.796-53); Márcia Martins Alves (CPF 296.226.891-91); Gilka Araújo Araújo (CPF 247.487.731-20); José Dirceu Galão Júnior (CPF 606.311.631-15); Constância dos Anjos Costa de Castro (CPF 666.391.311-53); Fernando Siqueira Rodrigues (CPF 261.775.871-00) Ana Maria Medeiros da Fonseca (CPF 059.894.343-91) e da Sr^a Heliana Kátia Tavares Campos (CPF 232.529.956-20), nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação (item 3 certificado de Auditoria, fls. 227-230, vol. 1);

9.5. julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados às fls. 5-16 e 111-145 dos autos principais, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação plena;

Providências dos itens 9.4 e 9.5: não se aplicam.

9.6. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que:

9.6.1. em futuras licitações, abstenha-se de exigir a apresentação de documentos de habilitação que não estejam previstos nos artigos 27 a 31 da Lei 8666/93 e justifique, de forma clara e precisa, eventuais inabilitações de licitantes ou desclassificações de propostas;

9.6.2. não proceda à contratação de instituição, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/92, para a prestação de serviços voltados às atividades típicas administrativas que devem ser exercidas pela própria administração;

Providências do Item 9.6: a SPOA reafirmou às áreas competentes a importância de que todos os atos administrativos e de gestão relacionados à matérias em exame sejam empreendidos sob a condição de regularidade absoluta, de modo a que os fatos indicados não mais se repitam.

9.7. determinar à 4ª Secex que extraia cópias das fls. 84-85 do anexo 5, bem como do subitem 3.12 (parte final) da instrução de fls. 307-324 e encaminhe à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, haja vista que o responsável Alexandre Ferreira da Silva apresenta no Siape dois nomes, com matrículas diferentes e mesmo CPF.

Providência do item 9.7: não se aplica.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Dados referentes ao Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva e Secretaria de Articulação e Parcerias

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	14	14
Desligamento	7	7
Aposentadoria	0	0
Pensão	0	0

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO

Em atendimento à Decisão Normativa, TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008, anexo II, item 15, alterada pela Decisão Normativa, TCU nº 96, de 04 de março de 2009, e Decisão Normativa, TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008, alterada pela Decisão Normativa, TCU nº 97, de 18 de março de 2009, declaro que na Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, que consolida a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, e demais unidades de sua estrutura, exceto aquelas relacionadas para apresentação de relatórios individuais, com base no inciso I a IVº do § 1º do artigo 5º da Instrução Normativa TCU nº 56, de 05 de dezembro de 2007, não houve ocorrências no exercício de 2008.

Brasília, 31 de março de 2009.

Hudson Magno de Rezende
Coordenador da Contabilidade
CRC-DF nº 008409/O-3

De acordo.

Caio Luiz Davali Brandão
Coordenador Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

R\$ 1,00

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	21	598.000	39	1.105.000	47	1.882.415
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	*	*	*	*	*	*
Total Pessoal Próprio	21	598.000	39	1.105.000	47	1.882.415

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	68	2.222.909	72	3.536.371	81	4.194.822

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	15	785.200	12	1.177.800	11	1.004.467

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	36	649.024	36	825.039	56	1.445.125
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo - Contrato nº 03/2005 - Patrimonial Serviços Especializados Ltda.	164	8.803.635	158	8.216.895	162	9.256.432
Pessoal Terceirizado Coperagem	43	1.043.080	43	1.034.293	43	1.036.701
Estagiários	18	53.358	17	57.832	12	42.756
Total Pessoal Terceirizado + Estagiários	261	10.549.097	254	10.134.059	273	11.781.015

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	6	396.474	5	725.156	4	634.923
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	81	1.791.462	75	2.015.211	88	3.096.523
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	87	2.187.937	80	2.740.366	92	3.731.446

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0

Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	0	3	57.000	1	26.000
Total Pessoal cedido pela Unidade	0	0	3	57.000	1	26.000

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	24	1.603.773
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	481	21.016.391
Total Geral	505	22.620.164

FONTE: CGRH E CGLA.

Considerou-se no quantitativo do pessoal envolvido em ações finalísticas da unidades apenas os servidores da SAIP. Os demais servidores, incluindo o Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva, foram classificados como atividade meio.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

Além das novas atribuições assumidas pela Saip em 2008, outras ações que contribuem para a inclusão socioproductiva dos beneficiários dos programas do MDS devem ser salientadas.

Outra iniciativa que merece destaque foi a atuação da secretaria junto ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), liderado pela Petrobras. Instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 4.925, de 19 de dezembro de 2003, o programa objetiva maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. O MDS estabeleceu parcerias para qualificar os beneficiários do Programa Bolsa Família com idade acima de 18 anos, que tenham cursado pelo menos até 4ª série do ensino fundamental completa. A parceria prevê um “reforço escolar”, em matemática, português e raciocínio lógico, a partir do qual, pessoas tornam-se aptas a participar do processo seletivo do Prominp para capacitação tecnológica e industrial. Em 2008, o MDS e o MEC realizaram uma ação conjunta com o governo da Bahia e o SESI, a fim de qualificar os beneficiários do PBF para concorrerem, em melhores condições, à seleção do Programa. Em 2009 o mesmo esforço será reproduzido em todos os estados que venham a ser contemplados pelo Prominp.

Uma incumbência rotineira da SAIP é o gerenciamento de doações, certificação e uso da marca Fome Zero. Periodicamente, mercadorias apreendidas pela Receita Federal são doadas à Estratégia Fome Zero. Essas mercadorias compreendem gêneros alimentícios, brinquedos, material de escritório, hospitalar, informática, tecidos, eletrônicos, veículos, vestuário, etc, que podem ser destinados para grupos em situação de vulnerabilidade social, por intermédio de entidades

assistenciais, ou para apoio a empreendimentos produtivos solidários. Além destas doações da Receita, outras entidades públicas e privadas contribuem para a Estratégia Fome Zero.

No que tange ao gerenciamento de doações, certificações e uso da marca Fome Zero, vale apresentar os números mais relevantes. Foram doados à Estratégia Fome Zero, em alimentos e sementes 1.343,00 toneladas, em mudas de frutas, legumes e insumos para lavoura 227.602 unidades, totalizando o valor de R\$ 7.581.218,00. Foram emitidos 800 Certificados de Doador Eventual Fome Zero autorizando a isenção de ICMS às empresas doadoras, à Estratégia Fome Zero. As doações em dinheiro de pessoas físicas e jurídicas a esta estratégia depositadas no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, realizadas no ano de 2008, foram da ordem de R\$ 959.321,61, destinadas à construção de cisternas no semi-árido brasileiro. Quanto aos Certificados de Parceiros Fome Zero, foi entregue 01 para a CBIC – Câmara Brasileira da Indústria e Construção Civil e 01 para o Programa Mesa Brasil SESC. Ademais, foi prorrogado o Convênio ICMS 18/2003 – Confaz, que dispõem sobre a isenção do ICMS às mercadorias doadas à Estratégia Fome Zero, até 31 de julho de 2009. Esse incentivo fiscal estimula doações de mercadorias à Estratégia.

Cabe registrar ainda a articulação entre MDS e Ministério do Meio Ambiente - MMA, com apoio da Companhia Nacional de Abastecimento, para a doação de bens e materiais apreendidos pelo IBAMA, FUNAI, Secretaria da Receita Federal, entre outros órgãos federais, à estratégia Fome Zero, para a realização de leilões. Os recursos serão destinados ao Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza. No dia 28 de julho de 2008, foram leiloadas 3.046 reses bovinas, gerando R\$ 1.25 milhões sob júdice em recursos que serão utilizados no apoio a projetos de inclusão produtiva.

Por sua relevância, cabe destacar o diálogo visando o estabelecimento de parcerias que contribuirão para a inclusão socioprodutiva de beneficiários das políticas do MDS:

- Odebrecht: implementação de ações de qualificação profissional de beneficiários dos programas do MDS com vistas à contratação prioritária nos projetos da empresa;
- Brasscom: implementação de ações de qualificação de beneficiários dos programas do MDS com vistas à inserção profissional no setor de tecnologia da informação (TI);
- Coca-Cola: desenvolver ações de trabalho e renda, visando principalmente inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Vale registrar ainda a atuação da Saip junto ao segmento dos catadores de materiais recicláveis. No âmbito da Política Nacional de Saneamento (Lei nº. 11.445/07), as ações que abrangem apoio ao desenvolvimento das organizações de catadores e de suas redes de comercialização são acompanhadas pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis. O desenvolvimento das redes de comercialização, especialmente do papel branco, permite superar os intermediários e estabelecer negócios diretamente com a indústria, agregando valor e gerando mais renda. A Coleta Seletiva Solidária, instituída pelo Decreto nº. 5.940/06 é uma iniciativa inovadora adotada pelo Governo Federal e seguida também por Estados e Municípios, cujas administrações públicas podem contratar, com dispensa de licitação, as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de Coleta Seletiva. Esse apoio às cooperativas de catadores dá visibilidade a um segmento pobre da população que promove a sustentabilidade ambiental na gestão de resíduos sólidos urbanos.

Com a instituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis, em setembro de 2003, iniciou-se a construção de uma política de emancipação social e financeira desses trabalhadores, historicamente marginalizados e invisíveis. Com isso busca-se o reconhecimento do seu trabalho, também histórico, que gera valiosas contribuições econômicas, sociais e ambientais para a sociedade. O Comitê é coordenado em

conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, do Trabalho e Emprego e do Meio Ambiente. A lei 11.445/07 – Política Nacional de Saneamento permite que as administrações públicas contratem com dispensa de licitação as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de Coleta Seletiva possibilitando dessa forma a sua remuneração.

Por fim, deve-se registrar a atuação para a inclusão de povos e comunidades tradicionais, mediante a realização de audiências em Assembléias Legislativas, para divulgar as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040) e incentivar a proposição de leis estaduais favoráveis à sua implementação. Merece também destaque o Acordo de Cooperação Técnica entre o MDS, MMA, IBAMA e Instituto Chico Mendes, com o intuito de promover o desenvolvimento social por meio de ações e projetos socioambientais, com recursos oriundos de leilão de madeira ilegal apreendida pelo IBAMA, a serem canalizados pelo Fundo Nacional de Combate à Pobreza, bem como a participação da construção da Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Governo Federal, a ser executada pelo MMA, com participação do MDS, MDA, MTe, MEC, MS, MINc, MME, MAPA, MF, Conab, SEDH, SEAP, ICMBio, SFB, INCRA, e Embrapa. Cabe também salientar as articulações do Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Cone Sul do Estado do Mato Grosso do Sul/ CGAIIMS para implementação do Plano Operacional Fundiário, visando a regularização das terras indígenas Guarani Kaiowa e Nandéva, pela FUNAI; articulação e participação em iniciativas de ATER Indígena, de reestruturação do órgão indigenista no Cone Sul do MS, de direitos humanos e segurança pública (particularmente ações voltadas às crianças e jovens indígenas), continuidade das ações de segurança alimentar e nutricional e autosustentação.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não há.

19. CONCLUSÃO

Este relatório deverá compor o Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativo ao exercício 2008.

Brasília-DF, 31 de março de 2009.

ARLETE SAMPAIO

Secretária-Executiva

ANEXO I – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES

Número do Contrato	Contratada	Objeto	Início	Término Previsto	Valor Pago em 2008
0004/2003	EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A	DISTRIBUIÇÃO DA PUBLICIDADE LEGAL DE INTERESSE DO MDS.	11/12/2003	10/12/2008	R\$ 7.163,78
0004/2004	ARMAZÉM DIGITAL COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING ELETRÔNICO DE MÍDIA IMPRESSA, COM SELEÇÃO DE MATÉRIAS COM PALAVRAS-CHAVE DE INTERESSE DO MDS.	15/03/2004	31/12/2008	R\$ 16.940,00
0008/2004	DATAPREV	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30/06/2004	30/06/2009	R\$ 381.541,80
0009/2004	CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA	CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL, MOBILIÁRIO, ETC.	18/02/2004	18/02/2009	R\$ 27.680,96
0010/2004	CHAVES E RODRIGUES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ASSISTÊNCIA MECÂNICA, FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, ÓLEO, FILTROS DE AR, ETC. EM 6 VEÍCULOS.	01/03/2004	01/03/2008	R\$ 700,00
0028/2004	D'CORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NAS DEPENDÊNCIAS DO MDS.	05/07/2004	05/07/2009	R\$ 951.857,00
0039/2004	LINK-DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DOS SOFTWARES AUTOMATION SYSTEM OF INVENTORY, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	25/11/2004	24/11/2009	R\$ 57.200,00
0040/2004	D'CORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	SERVIÇOS DE CARREGADORES	16/12/2004	15/12/2009	R\$ 167.434,80
0042/2004	D'CORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.	27/12/2004	25/12/2009	R\$ 173.957,03
0002/2005	PATRIMONIAL SEGURANÇA INTEGRADA LTDA.	SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA E DESARMADA NAS UNIDADES DO MDS.	10/01/2005	09/01/2010	R\$ 790.502,82
0003/2005	PATRIMONIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES AUXILIARES E DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.	01/03/2005	28/02/2009	R\$ 28.857.117,38

0007/2005		AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS, PRODUTO DENOMINADO MÍDIA IMPRESSA.	04/05/2005	02/05/2008	R\$ 38.475,00
0027/2005	OGILVY BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MDS: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ETC.	09/08/2005	08/08/2009	R\$ 5.755.543,78
0028/2005	COMPETENCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MDS: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ETC.	09/08/2005	08/08/2009	R\$ 5.059.672,78
0031/2005	IRMÃO SARKIS LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	08/09/2005	07/08/2010	R\$ 1.752.012,21
0035/2005	GÊNESE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 30 UND. NOTEBOOK	25/11/2005	24/11/2008	R\$ 0,00
0037/2005	MELLO SOARES E CIA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSINATURA DE UM BANCO DE DADOS, ATUALIZADO DIARIAMENTE, CONTENDO IMAGENS, SONS E TEXTOS DO INTERESSE DO MDS.	29/11/2005	29/11/2009	R\$ 113.436,66
0039/2005	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS DE COMUNIC. TELEFONICA.	14/12/2005	13/12/2009	R\$ 422.333,24
0041/2005	OLIVEIRA CARIMBOS GRÁFICA E PAPELARIA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CARIMBOS.	30/12/2005	21/12/2009	R\$ 4.424,40
0042/2005	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES-EMBRATEL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.	01/01/2006	31/12/2009	R\$ 1.004.261,39
0043/2005	BETA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO ELETRONICO LTDA	AQUISIÇÃO DE DOIS ESTABILIZADORES DE VOLTAGEM DE 60 KVA	30/12/2005	15/01/2008	R\$ 0,00
0045/2005	MICROTÉCNICA INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 03 MAQUINAS DE FOTOGRAFIAS DIGITAL.	20/12/2005	19/12/2008	R\$ 0,00
0046/2005	MICROSENS LTDA	AQUISIÇÃO DE 09 IMPRESSORAS LASER OLCROMÁTICA.	16/12/2005	15/12/2008	R\$ 0,00
0047/2005	COMPSUPRI INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 02 PROJETOES MULTIMIDIA	19/12/2005	18/12/2008	R\$ 0,00
0048/2005	GÊNESE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 96 COMPUTADORES - ESTAÇÃO DE TRABALHO.	20/12/2005	19/12/2008	R\$ 0,00

0049/2005	MAXETRON SERVIÇOS INFORMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING DE IMPRENSA	12/12/2005	13/12/2009	R\$ 6.825,00
0002/2006	CALL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO FOME ZERO, INCLUINDO SERVIÇOS DE TELEMARKETING NAS FORMAS OPERADOR ELETRÔNICO E ATIVO.	23/02/2006	22/02/2009	R\$ 8.895.182,57
0005/2006	PSN TECNOLOGIA LTDA	AQUISIÇÃO DE 1200 LICENÇAS DE SISTEMA ANTIVIRUS.	21/03/2006	21/03/2008	R\$ 0,00
0006/2006	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS POSTAIS, SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS E ADICIONAIS, NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL QUE SÃO DISPONIBILIZADOS EM UNIDADES DA ECT, P/ VENDA AVULSA NA REDE DE VAREJO.	18/05/2006	17/05/2009	R\$ 3.190.239,18
0014/2006	POLO CLIMA ENGENHARIA LTDA ME	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REMANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM APARELHOS DE CONDICIONAMENTO DE AR.	18/07/2006	17/07/2008	R\$ 0,00
0015/2006	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	AQUISIÇÃO DE 100 UND. DE MICROCOMPUTADORES	31/08/2006	31/08/2009	R\$ 0,00
0016/2006	IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES.	16/08/2006	16/08/2009	R\$ 1.203.874,23
0018/2006	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	AQUISIÇÃO DE 200 (DUZENTOS) MICROCOMPUTADORES DE GERENCIAMENTO REMOTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	31/08/2006	31/08/2011	R\$ 0,00
0019/2006	PAPELARIA E REVISTARIA SARUSKA LTDA	FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS.	05/12/2006	05/12/2009	R\$ 92.800,61
0020/2006	A. ACCREW EMILY TRADUÇÕES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DE REUNIÕES COM GRAVAÇÃO E DEGRAVAÇÃO.	09/10/2006	08/10/2009	R\$ 266.430,00
0022/2006	MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 02 IMPRESSORAS.	07/11/2006	06/11/2009	R\$ 0,00
0025/2006	PLANALTO SERVICE LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUSEIO, ETIQUETAGEM E ENVELOPAMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS NAS MODALIDADES IMPRESSO ESPECIAL, CARTA SIMPLES E CARTA REGISTRADA COM AR.	15/12/2006	14/12/2008	R\$ 205.488,56

0002/2007	RIBEIRO E ALBUQUERQUE COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO.	13/02/2007	12/02/2008	R\$ 16.368,71
0005/2007	CROMOS EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERAÇÃO E PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	09/03/2007	08/03/2008	R\$ 0,00
0007/2007	DECISION WAREHOUSE CONSULTORIA E IMPORTAÇÃO LTDA	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO PERMANENTE DE FERRAMENTA PARA GESTÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIO (BUSINESS PROCESS MANAGEMENT - BPM).	23/03/2007	22/03/2008	R\$ 0,00
0008/2007	ARFRIO COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E INSTALAÇÃO DE CONDENSADORES DE AR CONDICIONADOS TIPO SPLIT.	30/03/2007	29/03/2008	R\$ 0,00
0009/2007	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) MICROCOMPUTADORES DE GERENCIAMENTO REMOTO.	26/04/2007	25/04/2008	R\$ 0,00
0010/2007	ARFRIO COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 2 AR- CONDICIONADOS, TIPO SPLIT.	11/04/2007	10/04/2008	R\$ 0,00
0011/2007	RG PETRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE ESTAÇÕES DE TRABALHO.	14/04/2007	13/04/2008	R\$ 454.190,44
0012/2007	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO, DO TIPO "PROCESSADOR", DE SOFTWARES DENOMINADOS SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS - SGDB, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E DIREITO À ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES.	17/04/2007	16/04/2008	R\$ 0,00
0013/2007	INTEGRAL TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À ATIVIDADE DE INFORMÁTICA, DENOMINADA SUPORTE À MICROINFORMÁTICA	15/06/2007	14/06/2008	R\$ 132.514,20
0014/2007	ART-GRÁFICA E EDITORA DELVÊ LTDA	IMPRESSÃO DE 6.000 EXEMPLARES DO BALANÇO DE GESTÃO DO MDS 2004/2006 E A PUBLICAÇÃO EM MÍDIA ELETRÔNICA.	24/04/2007	24/04/2008	R\$ 0,00
0016/2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES- EMBRATEL	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), NA MODALIDADE DDG, UTILIZANDO O PREFIXO 0800, PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DA CENTRAL FOME ZERO.	30/04/2007	29/04/2009	R\$ 3.522.939,80

0018/2007	RRN COMUNICAÇÕES E MARKETING LTDA	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, MEDIANTE CONSULTORIA, ANÁLISE, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E ASSESSORAMENTO À ASCOM.	04/06/2007	04/06/2009	R\$ 3.180.979,58
0019/2007	UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA N PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA TRANSPORTE DE PESSOAL, DOCUMENTOS E PEQUENAS CARGAS, COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E SEGURO TOTAL (SEM FRANQUIA), EM ÂMBITO NACIONAL.	25/07/2007	24/07/2009	R\$ 32.661,83
0020/2007	CTIS TECNOLOGIA S/A	Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de cópia/impressão corporativa, com acesso via rede local, cessão de direito de uso de equipamentos, prestação de serviços de manutenção, fornecimento de peças e serviços de operacionalização da solução.	27/06/2007	26/06/2010	R\$ 396.102,54
0021/2007	MOTO AGRÍCOLA SLAVIEIRO S.A.	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO MARCA FORD MODELO COURIER L 1.6. FLEX.	11/06/2007	10/06/2008	R\$ 0,00
0022/2007	FIAT AUTOMÓVEIS S.A.	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) VEÍCULOS MARCA FIAT MODELO UNO MILLE FIRE FLEX 1.0.	05/07/2007	04/07/2008	R\$ 0,00
0023/2007	CONVERGÊNCIA INFORMÁTICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) SCANNERS DIGITAIS.	23/07/2007	22/07/2008	R\$ 0,00
0024/2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES-EMBRATEL	PRESTAÇÃO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL PARA CHAMADAS ORIGINADOS POR APARELHOS CELULARES DO SMP DO DF E EM ROAMING NACIONAL.	24/07/2007	23/07/2009	R\$ 270.151,59
0025/2007	POLYTEC INSTALAÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA - ME	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE 46 APARELHOS E INSTALAÇÃO DE 01 CONDICIONADOR DE AR NO ED. SEDE DO FNAS.	26/07/2007	25/07/2008	R\$ 0,00
0026/2007	STAR DO BRASIL INFORMÁTICA LTDA	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES SERVIDORES TIPO "RACK" E "SWICHTHES" DE CONSOLE.	21/08/2007	31/12/2007	R\$ 0,00
0027/2007	ODIR SANTA ROSA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO.	24/07/2007	23/07/2008	R\$ 3.410,80
0028/2007	CONNECTNET PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) EQUIPAMENTOS PROJETOES DE IMAGEM MULTIMÍDIA.	23/08/2007	22/08/2008	R\$ 0,00

0029/2007	BENGALA BRANCA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) IMPRESSORA BRAILE.	23/08/2007	22/08/2008	R\$ 0,00
0031/2007	MONTANA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA.	27/08/2007	22/02/2008	R\$ 548.896,99
0032/2007	PROL EDITORA GRÁFICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERAÇÃO E PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ATENDER A SNAS.	13/09/2007	11/12/2008	R\$ 102.094,72
0033/2007	SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE CONEXÕES À INFOVIA BRASÍLIA.	10/10/2007	09/10/2009	R\$ 507.000,01
0034/2007	CONBRAL-PAR EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO SAAN,QD.4, LOTE 916 - ASA NORTE	17/10/2007	16/10/2009	R\$ 420.000,00
0035/2007	L A VIAGENS E TURISMO LTDA	ORGANIZAÇÃO DO EVENTO ENTITULADO "VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS".	02/10/2007	01/10/2008	R\$ 552.053,20
0036/2007	VIVO S.A	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL.	19/10/2007	18/10/2009	R\$ 283.975,62
0037/2007	POLO CLIMA ENGENHARIA LTDA ME	Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção, em caráter preventivo e corretivo, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de ar-condicionados.	23/10/2007	22/10/2009	R\$ 89.705,25
0038/2007	POLO CLIMA ENGENHARIA LTDA ME	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.	19/10/2007	18/10/2009	R\$ 87.182,15
0039/2007	CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S/A	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SERVIDORES EM REGIME DE COLOCATION COM SERVIÇOS AGREGADOS EM INFRA-ESTRUTURA DE INTERNET DATA CENTER - IDC, INCLUINDO REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET	25/10/2007	24/10/2009	R\$ 1.493.399,87
0040/2007	DAVOS ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM INSTALAÇÕES CIVIS.	17/10/2007	16/10/2009	R\$ 189.895,82
0041/2007	COSTA RICA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS DO MDS.	23/10/2007	22/10/2008	R\$ 66.840,60
0042/2007	LS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	AQUISIÇÃO DE POLTRONAS, CONFECCIONADAS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT.	07/11/2007	31/12/2007	R\$ 0,00
0043/2007	STARTEL TELECOMUNICAÇÕES E	AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) APARELHOS TELEFÔNICAS ANALÓGICOS DE	19/11/2007	31/12/2007	R\$ 0,00

	INFORMÁTICA LTDA	MESA.			
0044/2007	DAVOS ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES DE REDE LÓGICA DO MDS.	27/11/2007	26/11/2009	R\$ 146.821,27
0045/2007	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SERVIDOR ARQUIVO SAN (STORAGE AREA NETWORK)	13/12/2007	12/12/2008	R\$ 401.911,55
0046/2007	NT SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA HBA FIBRE CHANNEL DE 4 GBITS.	13/12/2007	12/12/2008	R\$ 90.984,06
0047/2007	EDITORA NDJ LTDA	FORNECIMENTO DE UMA ASSINATURA DO BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO E UMA DO BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.	19/12/2007	18/12/2008	R\$ 0,00
0048/2007	GUIA FÁCIL GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA A OUVIDORIA-GERAL DO MDS.	06/12/2007	05/12/2008	R\$ 0,00
0049/2007	GIROFLEX S.A.	AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS DESLIZANTES, SISTEMAS MECÂNICOS ORGANIZACIONAIS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE DOCUMENTOS.	05/12/2007	04/12/2008	R\$ 996.894,02
0050/2007	SET DE FILMAGEM PRODUÇÕES LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE 12 (DOZE) TELECONFERÊNCIAS, AO VIVO.	08/12/2007	07/12/2008	R\$ 140.374,15
0051/2007	ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	FORNECIMENTO, POR DEMANDA, DE PAINÉIS, DIVISÓRIAS, FORROS E LUMINÁRIAS, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.	12/12/2007	11/12/2008	R\$ 282.791,00
0052/2007	AIRES TURISMO LTDA	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL.	29/12/2007	28/12/2008	R\$ 2.800.023,10
0053/2007	TECNOLOGY SISTEMAS E COMPUTADORES LTDA - ME	FORNECIMENTO DE SOFTWARES E RESPECTIVAS LICENÇAS: ADOBE ACROBAT8 PROFESSIONAL, ADOBE ACROBAT 8 STANDART, COREL DRAW 12,ETC	21/12/2007	31/12/2007	R\$ 25.587,00
0055/2007	BSB TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOFTWARES E RESPECTIVAS LICENÇAS: ADOBE ILLUSTRATOR CS2	21/12/2007	31/12/2007	R\$ 9.390,00
0056/2007	TERABYTE INTEGRADORA DE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOFTWARES E RESPECTIVAS LICENÇAS: SOFTWARE JAWS - LEITOR DE TELA	21/12/2007	31/12/2007	R\$ 2.300,00
0057/2007	B2BR-BUSINESS TO	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE DIREITO DE USO	27/12/2007	26/12/2008	R\$ 887.991,80

	BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA	DE SOFTWARES E APLICATIVOS PARA AUTOMOÇÃO DE ESCRITÓRIO.			
0058/2007	GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA	FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS COM SISTEMA DE BUSCA.	28/12/2007	27/12/2009	R\$ 4.393.235,15
0001/2008	MONTANA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.	03/01/2008	02/01/2009	R\$ 3.766.571,23
0002/2008	MONTANA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA DE REDES.	03/01/2008	02/01/2009	R\$ 1.854.482,11
0003/2008	MONTANA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS, BANCO DE DADOS E DATA "WAREHOUSE".	03/01/2008	02/01/2009	R\$ 1.218.765,23
0004/2008	EDITORA NDJ LTDA	FORNECIMENTO DE UMA ASSINATURA DO BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO E UMA DO BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.	31/01/2008	30/01/2009	R\$ 10.500,00
0005/2008	ABAJU COMERCIAL E SOLUÇÕES LTDA	FORNECIMENTO DE SOFTWARE E RESPECTIVAS LICENÇAS - ADOBE.	12/01/2008	31/12/2008	R\$ 0,00
0006/2008	EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE 19 (DEZENOVE) ASSINATURAS DE MÍDIA IMPRESSA.	04/04/2008	03/04/2009	R\$ 162.450,00
0007/2008	DIALOG COMUNICAÇÃO E EVENTOS	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2007, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS.	07/03/2008	31/12/2008	R\$ 47.268,74
0008/2008	RIBEIRO E ALBUQUERQUE COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER À FROTA DO MDS.	28/03/2008	31/12/2008	R\$ 35.305,64
0009/2008	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	AQUISIÇÃO DE 400 (QUATROCENTOS) MICROCOMPUTADORES, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DO IBGE.	15/04/2008	31/12/2008	R\$ 0,00
0010/2008	MARPRESS INFORMÁTICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SEVIÇO DE IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.	11/04/2008	10/04/2009	R\$ 1.164.999,71
0011/2008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DE INFORMÁTICA DENOMINADA SUPORTE À MICROINFORMÁTICA.	07/04/2008	16/06/2009	R\$ 457.864,26
0012/2008	D'CORLINE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR MEIO DE BRIGADA DE BOMBEIROS PARTICULAR.	09/04/2008	08/04/2009	R\$ 636.924,24

0013/2008	MELLO SOARES E CIA LTDA	SERVIÇOS DE "CLIPPING ELETRÔNICO" DE MÍDIA E "SITES", COM ENVIO DIÁRIO.	05/06/2008	04/06/2009	R\$ 50.871,06
0014/2008	FRANCAR AUTO PEÇAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MDS.	10/06/2008	09/06/2009	R\$ 25.403,93
0015/2008	CS COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS CASTRO SOUZA LTDA-ME	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA.	01/07/2008	31/12/2008	R\$ 1.999,99
0016/2008	GCS GÊMEOS COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MESA DIGITALIZADORA GRÁFICA.	01/07/2008	31/12/2008	R\$ 4.900,00
0017/2008	EVOLUÇÃO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	AQUISIÇÃO DE LICENÇA E SERVIÇO CONTÍNUO DE SUPORTE TÉCNICO PARA SUPORTE ÀS ATIVIDADES DO GABINETE DO MINISTRO.	05/07/2008	04/07/2009	R\$ 238.416,69
0018/2008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA PARA LICENÇA DO SOFTWARE GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS IBM DB2 UDB.	08/07/2008	07/07/2009	R\$ 958.416,62
0019/2008	SCROOL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) PLACAS DE REDE "WIRELESS" PCI.	29/07/2008	31/12/2008	R\$ 5.229,00
0020/2008	UNIVERSAL IMPORTADORA DE SERVIÇO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 120 (CENTO E VINTE) ANTENAS "OMNI-DIRECIONAL".	29/07/2008	31/12/2008	R\$ 0,00
0021/2008	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PAS.	29/07/2008	28/07/2009	R\$ 0,00
0022/2008	INTERODONTO SISTEMA DE SAÚDE ODONTOLÓGICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.	04/08/2008	03/08/2009	R\$ 0,00
0023/2008	POSITIVE IDIOMAS LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA CAPACITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA 60 (SESSENTA SERVIDORES).	12/08/2008	31/12/2008	R\$ 0,00
0024/2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	ORGANIZAÇÃO DO EVENTO "SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DESCENTRALIZADA PARA GERENTES SOCIAIS".	28/08/2008	27/10/2008	R\$ 40.900,00
0025/2008	LWS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA	AQUISIÇÃO DE UMA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM DISCO -30TB, MARCA SUN, MODELO STORAGE TEC 9990V.	23/09/2008	31/12/2008	R\$ 2.188.000,00
0026/2008	APLAUSO ORGANIZAÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE	25/09/2008	31/12/2008	R\$ 0,00

	DE EVENTOS	EVENTOS, PARA REALIZAÇÃO DO 2º PRÊMIO PRÁTICAS INOVADORAS DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.			
0027/2008	STAR DO BRASIL INFORMÁTICA LTDA	LÂMINAS COM PROCESSADORES TIPO BLADE COM AS RESPECTIVAS LICENÇAS DE SISTEMA OPERACIONAL E GABINATES PARA MONTAGEM EM RACK	07/10/2008	31/12/2008	R\$ 1.241.154,00
0028/2008	INSTITUTO MAZINI - TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.	REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM INFORMÁTICA DO MDS.	21/10/2008	20/08/2009	R\$ 0,00
0029/2008	ODIR SANTA ROSA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO.	16/10/2008	15/10/2009	R\$ 4.764,00
0030/2008	AMERICEL S/A.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO MÓVEL PESSOAL - SMP.	16/10/2008	15/10/2009	R\$ 0,00
0031/2008	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, POR MEIO DE DESCONTO SOBRE O VALOR ESTIMADO, DE 8,1850% SOBRE O VALOR DAS PASSAGENS NACIONAIS; E, 20% SOBRE O VALOR DAS PASSAGENS INTERNACIONAIS.	07/11/2008	06/11/2009	R\$ 623.153,86
0032/2008	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	AQUISIÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) MICROCOMPUTADORES.	16/12/2008	31/12/2008	R\$ 0,00
0033/2008	DATAMÉTRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA	INSTITUIÇÃO DE PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) PARA IDOSOS E DEFICIENTES.	19/12/2008	18/12/2009	R\$ 0,00
0034/2008	B2BR-BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA (LOTE 01).	12/12/2008	25/01/2009	R\$ 176.521,19
0035/2008	B2BR-BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA (LOTE 02)	12/12/2008	25/01/2009	R\$ 78.575,89
0036/2008	B2BR-BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA (LOTE 03).	12/12/2008	25/01/2009	R\$ 51.263,22

0037/2008	CONTROL - TELEINFORMÁTICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE REDE LÓGICA ESTRUTURADA SEM FIO (WIRELLES), ÓPTICA E ELÉTRICA.	26/12/2008	25/12/2009	R\$ 0,00
0038/2008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	AQUISIÇÃO, POR REGISTRO DE PREÇO, DE UM EQUIPAMENTO SERVIDOR COMUM E EM LINHA DE PRODUÇÃO.	19/12/2008	31/12/2008	R\$ 2.989.930,00
0039/2008	PLANALTO SERVICE LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUSEIO DE CORRESPONDÊNCIAS.	26/12/2008	25/12/2009	R\$ 2.095.735,96
0001/2009	ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	FORNECIMENTO, POR DEMANDA, DE PAINÉIS E DIVISÓRIAS, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.	17/01/2009	31/12/2009	R\$ 0,00
0002/2009	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A.	SERVIÇOS DE TIC - AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.	24/01/2009	23/01/2010	R\$ 0,00
0003/2009	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A.	SERVIÇOS DE TIC - ASSESSORIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO DE PROJETOS.	24/01/2009	23/01/2010	R\$ 0,00
0004/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - ANÁLISE DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS.	24/01/2009	23/01/2010	R\$ 0,00
0005/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - "SERVICE DESK".	24/01/2009	23/01/2010	R\$ 0,00
0006/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - ADMINISTRAÇÃO DE DADOS E DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS.	24/01/2009	23/01/2010	R\$ 0,00
0007/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - SUSTENTAÇÃO DE REDES E DE SUSTENTAÇÃO DE SERVIDORES.	24/01/2009	23/01/2010	R\$ 0,00
0008/2009	DOURADO E SOUZA LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO PUBLICAÇÕES PROJovem.	21/01/2009	31/12/2009	R\$ 0,00
0009/2009	DELTA TI INFORMÁTICA LTDA - EPP.	AQUISIÇÃO, POR SRP, DE 700 (SETECENTOS) ESTABILIZADORES.	23/01/2009	31/12/2009	R\$ 0,00
0010/2009	RIBEIRO E ALBUQUERQUE COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DA FROTA DO MDS.	22/01/2009	31/12/2009	R\$ 957,90

ANEXO II – CONTRATOS POR ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Mês	Processo	Área Solicitante	Objeto	Fase	Empresa	Valor
mar	71000.000562/2008-67	CGLA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização de eventos.	Em 07/03, na CCONT. Processo encerrado. 2008NE900171	Dialog Serviços de Comunicação e Eventos Ltda	R\$ 47.268,76
mar	71000.009194/2007-31	CGI	Aquisição de micro-computadores por meio de Adesão ao Pregão nº 00094/2007 (SRP) - IBGE	2008NE900197	Itautec S.A.	R\$ 659.596,00
mai	71000.010152/2007-43	CGI	Adesão ao Pregão nº 35/2007 (SRP) - CONAB (<i>equipamentos de infra-estrutura tecnológica de transmissão de dados</i>). Adesão ao pregão 24/2007 do Ministério da Defesa.	Em 18/01/08 processo na CONJUR. Em 08/02/08, na CGLA. Em 06/05/08, na AOF, para emissão da nota de empenho.	Nova Comércio de Tecnologias Ltda - ME	R\$ 120.750,00
ago	71000.516113/2008-36	CGI	Aquisição de equipamento servidor para armazenamento de dados - storage.	Em 27/08 na CCLIC e na mesma data os autos foram restituídos à CGLA para a continuidade dos trâmites. Adesão concretizada. 2008NE900483	LWS Comércio e Serviços em Informática Ltda	R\$ 2.188.000,00
set	71000.562514/2008-68	SENARC	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, serviços correlatos e suporte para a realização do 2º Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família, por meio de adesão à ata do Pregão Nº 008/2007 - FUNAG.	Em 11/09 na CCLIC e na mesma data encaminhado à CGLA para continuidade dos procedimentos. Em 11/09 NE emitida. 2008NE900492	Aplauso Organização de Eventos Ltda.	R\$ 81.066,69
out	71000.516108/2008-23	CGI	Aquisição de equipamentos servidores (blade) comuns e em linha de produção destinado à adequar a necessidade computacional do MDS para hospedar os serviços de rede e servidores de aplicação. (SERPRO)	2008NE900489	Star Company do Brasil	R\$ 1.241.154,00
nov	71000.573305/2008-40	CGI	Aquisição de 500 (quinhentos) microcomputadores. (<i>Adesão a Ata de Registro de Preço 132/2007 do TST</i>).	Após manifestação das áreas envolvidas, foi emitida a NE em 07/11/2008. 2008NE900639	Itautec S.A.	R\$ 1.020.000,00
dez	71000.500822/2008-08	CETEL	Contratação de serviços de rede lógica estruturada - Pregão SRP Nº 001/2008 -	Em 08/12 retornado à CCLIC e em 09/12 enviado à CCONT para	Control Teleinformática	R\$ 6.860.000,00

			CITEx.	a continuidade dos trâmites. 2008NE900731	Ltda - Lote 01	
						R\$ 12.217.835,45
Total de processos:				8		
Total do valor de adesão:				R\$ 12.217.835,45		

ANEXO III – CONTRATOS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo	Objeto	Empresa	Enquadramento Legal	Setor Solicitante	Data Divul. Dispensa	Total Geral
71000.009074/2007-34	Aquisição de um suporte de teto para projetor multimídia.	Luca Comércio de Sistema Audio CNPJ: 02.800.397/0001-21	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	SAGI	10/01/2008	280,00
71000.010155/2007-87	Conserto de um grampador elétrico.	Marcimaq Máquinas Equipamentos e Serviços CNPJ: 24.915.167/0001-40	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	30/01/2008	160,00
71000.010763/2007-91	Contratação de empresa para aquisição de 5.000 mil plaquetas	Link-Data Informatica e Serviços CNPJ: 24.936973/0001-03	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	07/02/2008	2.400,00
71000.000098/2008-17	Aquisição de 300 botons	Capitalplac comercio de Placas Ltda CNPJ: 03.384.710/0001-50	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	15/02/2008	840,00
71000.000093/2008-86	Concerto e manutenção corretiva em furadeira elétrica de papel	Realmak Serviços e Comércio Ltda. CNPJ: 03.496.338/0001-74	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	19/02/2008	396,00
71000.000648/2008-90	Contratação de empresa especializada para a realização de Oficina de Planejamento deste MDS, a realizar-se nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2008.	Nacional - Produção e Promoção de Eventos CNPJ:36.752.226/0001-71	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	SE	21/02/2008	7.941,45
71000.000570/2008-11	Aquisição de dois pares de placas de bronze com braço da República Federativa do Brasil	Fundiaplac Fundação Placas e Letreiros Ltda CNPJ 015963860001-09	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93		10/03/2008	630,00
71000.003316/2007-86	Prestação de serviços com fornecimento de 19 assinaturas diárias do clipping de jornais, mídia impressa	Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação UG: 110052/11152	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	ASCON	03/03/2008	194.940,00
71000.000563/2008-10	Confecção de 06 molduras de madeira lisa tipo mogno com fundo duraflex colado e reforço, frente de vidro.	A J R Vilaro Molduras ME CNPJ 05.492.755/0001-74	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	ASCON	18/03/2008	510,00
71000.00103/2008-74	Aquisição de 10 (dez) cabos de fibra ótica MMF (Multi Mode Fiber)	C3F - Comércio de Cabos e Conectores Ltda CNPJ: 08.929.534/0001-09	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGI	18/3/2008	1.580,30
71000.001002/2007-11	Aquisição de uma cadeira de rodas, tipo funcionamento	Cirurgica Gervasio Ltda CNPJ: 17.166.059/2001-57	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	17/04/2008	1.613,00

	manual, tamanho adulto					
710000008396/2008-66	Contratação de serviços especializados de informática, na modalidade de software de fábrica.	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdencial Social - Dataprev CNPJ: 42.422.253/0001-01	Art. 24, inciso XVI, da Lei 8.666/93	CGI	28/3/2008	6.107.060,16
71000.010154/2007-32	Serviços especializado em projeto de decoração para ambientação da recepção, sala da assessoria, sala de reunião do 5º andar do bloco "C".	Bianca Fortes Jatobá CPF: 940.754.334-04	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	01/04/2008	10.882,63
71000.008604/2006-46	Prestação de serviços de apoio a atividade de informática, denominada suporte à microinformática (manutenção), para atender às necessidades do MDS.	Solução Serviços Especializados Ltda CNPJ: 04.963.136/0001-58	Art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/93	MDS	4/4/2008	106.692,00
71000.001002/2007-12	Aquisição de uma almofada alcochoada e macia	Atlantis Comercio de Produtos de Higiene CNPJ: 09.308.770/0001-70	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	17/04/2008	2.569,32
	Um suporte para repouso, descanso e amparo para os pés					
	Um colchão de solteiro					
	Uma cama de solteiro					
71000.000689/2008-86	Aquisição de livros técnicos para atender a CGLA e suas subdivisões.	Livraria da Rodoviária CNPJ: 07.017.891/2001-38	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGLA	16/04/2008	944,40
71000.509407/2008-10	Contratação de empresa especializada no fornecimento de energia elétrica para dependências do MDS.	CEB Distribuidora S/A 07.522.669/0001-92	Art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/93	CETEL	9/5/2008	200.376,36
71000.509404/2008-76	Conserto de uma máquina perfuradora de papel	Comercial Martins de Serviços Técnicos Ltda - CNPJ:04763149/0001-83	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	09/05/2008	215,00
71000.500401/2008-79	Locação de 3 (três) salas equipadas	Instituto do Desenvolvimento da Inteligência CNPJ: 02052402/0001-65	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	20/05/08	4.144,00
71000.000692/2008-08	Aquisição de 01 (uma) máquina fotográfica digital	Electronics Magazine Virtual Ltda - EPP CNPJ: 07758052/0001-70	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	ASCON	30/05/08	3.600,00
71000.500364/2008-07	Conserto de 02 (duas) cafeteiras elétrica semi-industrial, Patrimônio nº 025.166 e 006.192	Lar Tec Assistência Técnica em Eletroeletrônica - CNPJ: 04259736/0001-30	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	26/05/08	515,00

	e 02 (dois) fornos de microondas, Patrimônio nº 014.263 e 014.259/MDS					
71000.500394/2008-13	Aquisição de 500 (quinhentos) copos de vidro e 500 (quinhentas) xícaras para café com pires.	HC Abreu - Comercio de Utensilios Domésticos - CNPJ: 07834540/0001-10	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	26/05/08	3.300,00
71000.500363/2008-54	Aquisição de 07 (sete) container's para atendimentos das necessidades de recolhimento do lixo dos prédios onde funcionam unidades do MDS	Tigre Container's & Acessórios Ltda - ME - CNPJ: 03116952/0001-63	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	26/05/08	4.896,00
71000.500378/2008-12	Aquisição de 14 (quatorze) livros juridicos	Êxito Distribuidora e Comércio de Livros Ltda - CNPJ: 08065700/0001-76	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CCONT	27/05/08	715,95
71000.000692/2008-08	Aquisição de 02 (dois) gravador	Start Up Suprimentos de Informática Ltda - CNPJ: 00708768/0001-14	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	ASCON	01/06/08	600,00
71000.001116/2004-46	01 (uma) cadeira de rodas e 01 (uma) almofada, para Suelaine Moreira da Costa	Cirurgica Gervasio Ltda CNPJ: 17.166.059/2001-57	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	05/06/08	1.661,70
71000.500406/2008-00	Serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Instituto Cultural Educacional e Profissional - CNPJ: 03333505/0001-66	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CNAS	30/05/08	987,00
71000.500373/2008-90	Aquisição de 07 (sete) baterias averatec 3700 séries 11.1V 4400 MAH para Notebook.	ITQ - Solutions do Brasil Comercio de Informt - CNPJ: 07133340/0001-30	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93		18/06/08	2.529,73
71000.515064/2008-14	Aquisição de livros jurídicos	Edições Vertice - Editora e Distribuidora - CNPJ: 07151477/0001-17	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	SNAS/FNAS	24/07/08	2.184,76
		Livraria do Advogado Editora Ltda CNPJ: 87.167.458/0001-18				589,40
71000.541952/2008-92	Contratação de Serviços Técnico especializado	Kaco Editoração Eletronica Ltda - Me - CNPJ: 7259921/0001-23	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93		04/08/08	4.704,00
71000.506397/2008-52	Aquisição de 01 (uma) máquina plastificadora de crachá e 01 (uma) máquina furadora de crachá	Drimar - Com de Equipamentos e Mats. Para Esc. - CNPJ: 00311633/0001-10	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	12/08/08	426,00
71000.544555/2008-72	Confecção e instalação de 03	Moacy dos Santos Andrade -	Art. 24, inciso II, da Lei	ASCON	13/08/2008	900,00

	(três) painéis adesivos	CNPJ: 14995724/0001-27	8.666/93			
71000.500387/2008-11	Confecção de 12 (doze) displays automontáveis	M.I.B Produtos Gráficos Ltda - CNPJ: 09391686/0001-63	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	ASCON	14/08/2008	4.347,84
71000.506413/2008-15	Aquisição de diversos materiais de consumo para salas	Ferragens Lider Comércio e Serviços Ltda EPP - CNPJ: 01649554/0001-87	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	FNAS	14/08/2008	338,34
71000.506413/2008-15	Aquisição de diversos materiais de consumo para salas	Horus Telecomunicações Ltda - CNPJ: 02677045/0001-20	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	FNAS	14/08/2008	2.432,70
71000.5063/71/2008-12	Contratação de empresa especializada para confecção de 06 (seis) molduras de cartazes.	A J R Vilaro Molduras ME CNPJ 05.492.755/0001-74	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	ASCON	14/08/2008	216,00
71000.516182/2008-40	Contratação de empresa para aquisição de 08 (oito) modulos de fibra mini GBIC	Tecno e Quality Telemática Ltda - CNPJ: 01740439/0001-13	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	CGI	18/08/2008	3.920,00
71000.536410/2008-06	Serviço de manutenção de extintores de incêndio.	Alfa sistemas Contra Incêndio Ltda - CNPJ: 33.428.566/0001-78	Art. 24, incisp II, da Lei 8.666/93	CETEL	21/8/2008	930,00
71000.542326/2008-13	Confecção de 80 prismas de acrílico, para servirem de Crachá de mesa para Identificação de participantes de reuniões.	Fernanda Sampaio Rocha Ltda - CNPJ: 09.510.510/0001-83	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	GB	11/9/2008	1.840,00
71000.553693/2008-42	Confecção de 500 (quinhentos) cartões com 500 (quinhentos) envelopes.	Gráfica e Papelaria Araguaia Ind. e Com. Ltda - CNPJ: 00.396.218/0001-07	Art. 24, Inciso II, da lei 8.666/93	Assessoria GB	17/9/2008	540,00
71000.500403/2008-68	Aquisição de livros técnicos.	Costa & Ramos Com., Importação Exportação de Livros - CNPJ: 05.356.921/0001-05	Art. 24, inciso II, da lei 8.666/93	SAGI	17/9/2008	122,80
71000.500403/2008-68	Aquisição de livros técnicos.	Best Book Comércio de Livros Ltda - ME - CNPJ: 01.978.256/0001-30	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93		18/9/2008	370,20
71000.500403/2008-68	Aquisição de Livros Técnicos	Pontes Livros Ltda - CNPJ: 03.987.228/0001-05	Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.	SAGI	18/9/2008	241,80
71000.50043/2008-68	Aquisição de Livros Técnicos	Livraria Cultura S/A - CNPJ: 62.410.352/0005-04	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	SAGI	19/9/2008	531,73
71000.542321/2008-91	Serviço de emolduramento de mapas de Minas Gerais e do Brasil	MF Vidros Ltda - ME - CNPJ: 02.371.604/0001-70	Art. 24, Inciso II, da lei 8.666/93	GM	23/9/2008	169,00
71000.506521/2008-80	Avaliação de imóvel alugado pelo MDS.	Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	23/9/2008	7.500,00
71000.5065/2008-35	Aquisição de material elétrico -	Horus Telecomunicações Ltda -	Art. 24, Inciso II, da Lei	CETEL	29/9/2008	276,00

	instalação de ar condicionado.	CNPJ: 02.677.045/0001-20	8.666/93			
71000.506520/2008-35	Aquisição de material elétrico - instalação de ar condicionado.	Ferragens Líder Comércio e Serviços Ltda - CNPJ: 01.649.554/0001-87	Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93	CETEL	29/9/2008	1.085,92
71000.552254/2008-12	Conserto de balança Filizola MJF Patrimônio nº 008.453.	Disbrel Distribuidora de Balanças e Refrigeração Ltda - CNPJ: 00.111.682/0001-00	Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93	Protocolo Central	30/9/2008	550,00
71000.556191/2008-73	Aquisição de Etiqueta de Endereçamento	Pejoma Tecnologia e Comércio de Informática Ltda CNPJ: 04.158.278/0001-42	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	9/10/2008	3.050,00
71000.549239/2008-97	Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica.	CEB Distribuição S.A. CNPJ: 07.522.669/0001-92	Art. 24, Inciso XXII, da Lei 8.666/93	MDS	9/10/2008	30.000,00
71000.562477/2008-98	Contratação de empresa para fornecimento de material e equipe para serviços de copa., cozinha e limpeza durante reunião da Comissão de Intergestores - CIT.	Capital Produção de Eventos Ltda/ME CNPJ: 06.959.870/0001-79	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	SNAS	10/10/2008	1.520,00
71000.544568/2008-41	Emolduramento de 08 (oito) cartazes impressos.	MF Vidros Ltda –ME CNPJ: 02.371604/0001-70	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	ASCOM	13/10/2008	552,00
71000.565800/2008-85	Material de consumo	Ferragens Lider Comércio e Serviços Ltda EPP - CNPJ: 01649554/0001-87	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	16/10/2008	547,00
71000.565800/2008-85	500 caixas de papelão para mudança	Bokobras Embalagens Industria e Comercio Ltda - CNPJ: 03009846/0001-80	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	16/10/2008	3.200,00
71000.535304/2008-05	Organização de eventos	Front Propaganda Ltda. - CNPJ: 019.887.42/0001-30	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	ASCOM	17/10/2008	3.477,65
71001.096967/2008-82	Aquisição de 15 carimbos numerador automático	A Oliveira Carimbos Gráficas e Papelaria Ltda - CNPJ: 03.229.207/0001-20	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	DEFNAS	20/10/2008	1.770,00
71000.516368/2008-07	Aquisição de telas de projeção elétrica tecido NATT WHITE FLEX, 110V ou 220V, velocidade minima de 34 RPM, tamanho mínimo de 120	Kanels Com. De Equipamento de Informática Ltda. - CNPJ: 09.158.427/0001-97	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93		30/10/2008	5.202,96
71000.572776/2008-61	Contratação de empresa para prestação de serviços de UTI Móvel.	Wmed UTI-Móvel Serviços de Saúde Ltda CNPJ: 07.720.240/0001-00	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	SENARC	4/11/2008	3.720,00
71000.500403/2008-68	Aquisição de Livros Técnicos	Livraria da Rodoviária Ltda	Art. 24, Inciso II, da Lei	SAGI	7/11/2008	317,89

		CNPJ: 07.017.891/0001-38	8.666/93			
71000.516344/2008-40	Aquisição de 05 (cinco) impressoras laser coloridas.	Star Up Suprimentos de Informática Ltda CNPJ:00.708.768/0001-14	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CGI	11/11/2008	6.000,00
71000.535334/2008-11	Copiagem de 1.600 DVDs, com embalagem e label	Pontoquatro Digital Comércio de Artigos - CNPJ: 04.296.700/0001-26	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	ASCOM	21/11/2008	5.424,00
71000.535339/2008-36	Impressão de 86 certificados de premiação	Plotter Graphic Prestação de Serviços Ltda Me - CNPJ: 05.328.910/0001-11	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	ASCOM	21/11/2008	111,80
71000.566868/2008-81	Confecção de 06 banners	XPRESSÃO Visual & Marketing Ltda - CNPJ: 05.026.970/0001-80	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	SNAS	24/11/2008	1.320,00
71000.548642/2008-07	Fornecimento e instalação de 01 (um) motor para portão automático deslizantes de até 800 KG para o prédio do SAAN/MDS	GCR Genivaldo Claret Rossi & CIA LTDA ME - CNPJ: 72.652.662/0001-57	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	28/11/2008	780,00
71000.573312/2008-41	Conserto de 03 NO-BREAKS	Frank de Oliveira Souza & CIA Ltda ME CNPJ: 05.791.051/0001-00	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CGI	2/12/2008	1.230,00
71000.573273/2008-82	Serviço de reparo de 01 impressora HP 5550 HDN	CGB Informática Ltda - ME - CNPJ: 04.445.780/0001-34	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CGI	3/12/2008	5.650,00
71000.577884/2008-08	Aquisição de 01 (um) gravador digital	Star Up Suprimentos de Informática Ltda CNPJ:00.708.768/0001-14	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	GM	10/12/2008	295,00
71000.003141/2007-15	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento, administração, operação e sustentação de sistema de informação para prestação de serviços especializados de informática. (Lote 01)	B2BR - Business To Business - Informática do Brasil S/A - CNPJ: 01.162.636/0001-00	Art. 24, Inciso XI, da Lei 8.666/93	MDS	12/12/2008	304.964,66
71000.003141/2007-15	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento, administração, operação e sustentação de sistema de informação para prestação de serviços	B2BR - Business To Business - Informática do Brasil S/A - CNPJ: 01.162.636/0001-00	Art. 24, Inciso XI, da Lei 8.666/93	MDS	12/12/2008	145.187,02

	especializados de informática.(Lote 02)					
71000.003141/2007-15	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento, administração, operação e sustentação de sistema de informação para prestação de serviços especializados de informática.(lote 03)	B2BR - Business To Business - Informática do Brasil S/A - CNPJ: 01.162.636/0001-00	Art. 24, Inciso XI, da Lei 8.666/93	MDS	12/12/2008	96.086,98
71000.553721/2008-21	Aquisição de 27 (vinte e sete) bandeiras de mesa, dos Estados Brasileiros.	Absoluta Forma Indústria e Comércio Ltda - ME - CNPJ: 07.123.374/0001-43	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	Assessoria GB	15/12/2008	378,00
71000.553737/2008-34	Aquisição de 78 (setenta e oito) bandeiras de mesa, dos países e organismos internacionais.	Absoluta Forma Indústria e Comércio Ltda - ME - CNPJ: 07.123.374/0001-43	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	Assessoria GB	15/12/2008	1.092,00
71000.568746/2008-20	Aquisição de 01 (uma) câmera fotográfica digital.	Start Up Suprimentos de Informática Ltda CNPJ: 00.708.768/0001-14	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CETEL	15/12/2008	730,00
71000.548657/2008-67	Aquisição de 500 copos de vidro e 500 xícaras para café com pires.	Via Copa Produtos de Limpeza e Utilidades Ltda - CNPJ: 09.271.672/0001-06	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	DISEG/ CETEL	22/12/2008	2.360,00
71000.588796/2008-23	Aquisição de televisores HDTV Widescreen.	ACME Eletroeletrônicos Ltda CNPJ: 07.837.100/0001-16	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	SAGI	30/12/2008	7.440,00
71000.588796/2008-23	Aquisição de cabos DVI/DVI para TV.	Copy Righth do Brasil Com. e Serviços Ltda CNPJ: 02.206.726/0001-00	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	SAGI	30/12/2008	195,00
70010007122/2008-11	Aquisição de protetor plástico para processo. (manuseio de processos)	Multi-Itens Com. de Artigos de Papelaria Ltda CNPJ: 02.475.844/0001-14	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CNAS	31/12/2008	3.176,80
71010007122/2008-11	Aquisição de 10 (dez) unidades de jalecos (manuseio de processos)	Serigriff Usina de Roupas e Serigrafia Ltda - EPPCNPJ: 33.496.688/0001-00	Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93	CNAS	31/12/2008	350,00

ANEXO IV – CONTRATOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo		Modalidade / Número	Objeto	Valor de Referência R\$	Valor Homologado R\$	Economicidade (%)	Situação
1	71000.009224/2007-18	Pregão 01/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de veículos.	–	–	–	Pregão Cancelado em 11/01/2008
2	71000.009154/2007-90	Pregão 02/2008	Fornecimento de Estantes de aço.	15.526,00	10.000,00	35,59	Pregão Adjudicado em 31/01/2008 e Homologado em 08/02/2008
3	71000.008395/2007-11	Pregão 03/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de prevenção e combate à incêndio, por meio de Brigada de Bombeiros Particulares	951.812,88	–	–	Pregão Revogado em 25/02/2008
4	71000.010131/2007-28	Pregão 04/2008	Prestação de serviços de impressão e distribuição de documentos.	1.425.000,00	1.165.000,00	18,25	Pregão Adjudicado em 07/03/2008 e Homologado em 11/03/2008
5	71000.010787/2007-41	Pregão 05/2008	Fornecimento de combustível – gasolina.	78.090,00	77.777,64	0,40	Pregão Adjudicado em 07/03/2008 e Homologado em 11/03/2008
6	71000.008395/2007-11	Pregão 06/2008	Prestação de serviços de combate à incêndio.	951.812,88	798.928,50	16,06	Pregão Adjudicado em 28/03/2008 e Homologado em 02/04/2008
7	71000.000004/2008-00	Pregão 07/2008	Prestação de serviços de Clipping Eletrônico.	142.500,00	77.600,00	45,54	Pregão Adjudicado em 18/04/2008 e Homologado em 25/04/2008
8	71000.010019/2007-97	Pregão 08/2008	Confecção de 5.000 (cinco mil) pastas.	37.600,00	23.300,00	38,03	Pregão Adjudicado em 29/04/2008 e Homologado em 20/05/2008
9	71000.000652/2008-58	Pregão 09/2008	Aquisição de dois Switches Fibre Channel.	185.030,26	152.000,00	17,85	Pregão Adjudicado em 12/05/2008 e Homologado em 10/06/2008.
10	71000.000125/2008-43	Pregão 10/2008	Prestação de serviços de manutenção de veículos.	70.000,00	34.695,30	50,44	Pregão Adjudicado em 13/05/2008 e Homologado em

							30/05/2008.
11	71000.010143/2007-53	Pregão 11/2008	Aquisição de Impressora multifuncional e mesa gráfica.	9.530,25	6.899,99	27,60	Pregão Adjudicado em 30/05/2008 e Homologado em 05/06/2008.
12	71000.500366/2008-98	Pregão 13/2008	Produção de 3.050 (três mil e cinquenta) bolsas.	31.001,00	26.779,00	13,62	Pregão Adjudicado em 18/06/2008 e Homologado em 26/06/2008
13	71000.506789/2008-11	Pregão 14/2008	Aquisição de uniformes para os motoristas oficiais do MDS.	10.904,53	7.820,80	28,28	Pregão Adjudicado em 09/06/2008 e Homologado em 09/06/2008
14	71000.500388/2008-58	Pregão 15/2008	Produção de envelope fronha	67.950,30	61.065,00	10,13	Pregão Adjudicado em 19/06/2008 e Homologado em 20/06/2008.
15	71000.009156/2007-89	Pregão 16/2008	Prestação de serviço médico ambulatorial, hospitalar, laboratorial, fisioterápico, psicológico e odontológico (PAS – Plano de Assistência à Saúde).	2.753.751,60	1.677.126,24	39,10	Pregão Adjudicado em 23/06/2008 e Homologado em 24/06/2008.
16	71000.500390/2008-27	Pregão 17/2008	Prestação de serviços gráficos e serigráficos na confecção de capas e cintas elásticas para processos.	88.000,00	17.220,00	80,43	Pregão Adjudicado em 25/06/2008 e Homologado em 26/06/2008.
17	71000.000581/2008-93	Pregão 12/2008	Aquisição de suprimentos de informática	151.498,10	84.590,86	44,16	Pregão Adjudicado em 07/07/2008 e Homologado em 22/07/2008.
18	71000.000561/2008-12	Pregão 18/2008	Aquisição de material de expediente	63.538,60	38.772,80	38,98	Pregão Adjudicado em 01/07/2008 e Homologado em 21/07/2008.
19	71000.516093/2008-01	Pregão 20/2008	Aquisição de solução de tecnologia para automação de tarefas do Gabinete do Ministro, seus assessores, secretários e demais autoridades.	304.499,84	263.000,00	13,63	Pregão Adjudicado em 02/07/2008 e Homologado em 02/07/2008.
20	71000.512595/2008-55	Pregão 21/2008	Contratação de instituição de ensino para ministrar cursos de língua portuguesa	52.890,00	12.399,00	76,56	Pregão Adjudicado em 17/07/2008 e Homologado em 21/07/2008.
21	71000.500369/2008-21	Pregão 22/2008	Aquisição de garantia de atualização de versões e	1.783.333,32	1.642.999,92	7,87	Pregão Adjudicado em 01/07/2008 e Homologado em

			suporte técnico para as licenças de uso, do tipo processador, do software gerenciador de banco de dados.				02/07/2008.
22	71000.500365/2008-43	Pregão 23/2008	Aquisição de placa de rede wireless e antena omni direcional	39.512,60	12.999,00	67,10	Pregão Adjudicado em 11/07/2008 e Homologado em 11/07/2008
23	71000.000649/2008-34	Pregão 19/2008	Aquisição de Material Permanente	94.792,69	53.587,25	43,47	Pregão adjudicado em 06/08/2008 e Homologado em 06/08/2008
24	71000.009264/2007-51	Pregão 24/2008	Serviços Gráficos	6.277.866,19	-	-	Pregão Cancelado na aceitação
25	71000.500390/2008-27	Pregão 27/2008	Serviços Gráficos e capas para processo.	58.200,00	9.450,00	83,76	Pregão adjudicado em 07/08/2008 e Homologado em 11/08/2008
26	71000.548356/2008-33	Pregão 28/2008	Aquisição de livros	5.549,48	5.549,48	0,00	Pregão adjudicado em 01/08/2008 e Homologado em 04/08/2008
27	71000.548356/2008-33	Pregão 29/2008	Serviço de evento	65.017,41	40.900,00	37,09	Pregão adjudicado em 22/08/2008 e Homologado em 22/08/2008
28	71000.500399/2008-38	Pregão 26/2008	Aquisição de suprimentos para informática	65.806,00	52.749,00	19,84	Pregão adjudicado em 11/09/2008 e Homologado em 15/09/2008
29	71000.533068/2008-84	Pregão 30/2008	Curso de Informática	42.649,00	15.999,97	62,48	Pregão adjudicado em 22/09/2008 e Homologado em 22/09/2008
30	71000.506378/2008-26	Pregão 34/2008	serviços de chaveiro	163.898,00	161.250,00	1,62	Pregão adjudicado em 03/10/2008 e Homologado em 10/10/2008
31	71000.524534/2008-31	Pregão 35/2008	Aquisição de umidificador	27.080,00	22.786,00	15,86	Pregão adjudicado em 20/10/2008 e Homologado em 23/10/2008
32	71000.533196/2008-28	Pregão 36/2008	prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, em âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.913.321,25	3.500.544,12	10,55	Pregão adjudicado em 23/10/2008 e Homologado em 29/10/2008

33	71000.516107/2008-89	Pregão 39/2008	Aquisição de acessórios, suprimentos e ferramentas	10887,25	9.230,00	15,22	Pregão adjudicado em 27/11/2008 para o grupo 2. O grupo 5 foi cancelado por inexistência de proposta. Os demais grupos foram cancelados na aceitação e Homologado em 28/11/2008
34	71000.008868/2007-81	Pregão 37/2008	TV por assinatura	1939,40	-	-	Pregão cancelado na aceitação em 10/11/2008.
35	71000.506394/2008-19	Pregão 38/2008	Suprimentos de informática	72103,78	61742,90	14,37	Pregão adjudicado em 19/11/2008 e Homologado em 21/11/2008
36	71000.500643/2008-62	Pregão 25/2008	Aquisição de estabilizadores	135.863,00	69.580,00	48,79	Pregão Adjudicado em 03/12/2008 e Homologado em 11/12/2008
37	71000.549410/2008-68	Pregão 40/2008	Contratação de instituição de pesquisa, empresa, fundação, associação ou consórcio das pessoas jurídicas citadas, qualificadas para realizar uma avaliação de impacto do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC), para idosos e pessoas com deficiência	1.758.889,62	681.000,00	61,28	Pregão adjudicado em 01/12/2008 e Homologado em 05/12/2008.
38	71000.000664/2008-82	Pregão 41/2008	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação sob demanda, na forma de REGISTRO DE PREÇO, de cortinas tipo painel, persiana vertical e horizontal, bem como todo material necessário ao seu perfeito funcionamento durante o prazo de garantia, para um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência	542.045,03	226.103,80	58,29	Pregão adjudicado em 02/12/2008 e homologado em 23/12/2008.

39	71000.506434/2008-22	Pregão 42/2008	Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível – gasolina –, para atender às necessidades da frota oficial de veículos automotores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, durante o exercício de 2009.	77.700,00	70.901,25	8,75	Pregão adjudicado em 10/12/2008 e Homologado em 11/12/2008.
40	71000.516095/2008-92	Pregão 43/2008	Aquisição, por registro de preço, de equipamentos servidores comuns e em linha de produção, destinados a adequar a necessidade computacional do MDS para processamento de dados.	6.200.000,00	5.979.860,00	3,55	Pregão adjudicado em 09/12/2008 e Homologado em 12/12/2008.
41	71000.541256/2008-86	Pregão 44/2008	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manuseio em geral de correspondências, referente ao envelopamento, etiquetagem, contagem, impressão, copiagem, triagem, carimbagem, dobragem, emissão de relatórios e demais trabalhos que requer o tratamento de correspondências juntamente com o fornecimento do material necessário para a execução do serviço, em atendimento a todas as modalidades de postagens oferecidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	11.496.572,68	3.093.199,81	73,09	Pregão adjudicado em 22/12/2008 e Homologado em 23/12/2008 .
42	71000.555107/2008-02	Pregão 45/2008	Contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, para prover a Coordenação-Geral	27.519.802,92	13.143.968,00	52,24	Pregão adjudicado em 29/12/2008 e Homologado em 29/12/2008.

			de Informática – CGI da capacidade organizacional para operacionalização dos serviços de TIC e atender as necessidades tecnológicas das unidades do MDS, garantindo o alinhamento das estratégias de TIC com os objetivos de negócio deste Ministério				
43	71000.555107/2008-02	Pregão 45/2008	Contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, para prover a Coordenação-Geral de Informática – CGI da capacidade organizacional para operacionalização dos serviços de TIC e atender as necessidades tecnológicas das unidades do MDS, garantindo o alinhamento das estratégias de TIC com os objetivos de negócio deste Ministério	27.519.802,92	13.143.968,00	52,24	Pregão adjudicado em 29/12/2008 e Homologado em 29/12/2008.
44	71000.516242/2008-24	Concorrência 001/2008	Contratação de uma ou mais empresas especializadas para prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, na modalidade Fábrica de Software (por ponto de função).	22.800.000,00	12.047.280,00	47,16	Licitação iniciada em 2008 e homologada em fevereiro de 2009.

OBSERVAÇÃO: ITEM 33 - PROCESSO 71000.516107/2008-89 - Para este pregão, o valor total de referência para os grupos (lotes) 1 ao 6, foi de R\$ 489.893,55.

ANEXO V – LICITAÇÕES REALIZADAS

Processo	Objeto	Empresa	Enquadramento Legal	Setor Solicitante	Data Divul. Dispensa	Total Geral
71000.008029/2007-62	Assinatura Trimenstral com Fornecimento de um exemplar diário da Seção Única do diário da Justiça	Fundo de Imprensa Nacional CNPJ: 110245/00001	Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93	Protocolo Central	02/01/2007	496,50
71000.010156/2007-21	Renovação de Assinatura de Revistas Jurídicas - Período de janeiro a dezembro/2008	Editora Forum Ltda CNPJ: 41.769803/0001-92	Art. 25, Caput, da Lei 8.666/94	CONJUR	10/01/2007	10.020,00
71000.0010743/2007-11	Publicação de Matérias no Diário Oficial da União.	Imprensa Nacional CNPJ: 04.196.645/0001-00	Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93	Protocolo Central	7/2/2008	1.920.000,00
71000.001116/2004-46	Contratação de serviços especializados para tratamento da beneficiária Suelaine Moreira da Costa.	Cliama - Clínica de Atendimento CNPJ: 01.701.673/0001-31	Art. 25, Caput da Lei 8.666/93	CGRH	28/2/2008	45.000,00
71000.000653/2008-01	Aquisição de assinatura da revista Zênite.	Zênite Informação e Consultoria S/A CNPJ: 86.781.069/0001-15	Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93	CGLA	18/3/2008	5.675,00
71000.008029/2007-62	Assinatura trimestral de jornais impressos - Diário da Justiça - Seções única	Fundo de Imprensa Nacional UG: 110245/00001	Art. 25, Caput, da Lei 8.666/94	CETEL	25/03/2008	496,50
71000.000666/2008-71	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário.	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB CNPJ: 00.082.024/000137	Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93	CETEL	8/4/2008	40.000,00
71000.556191/2008-73	Serviço de 13(treze) assinaturas do Diário Oficial da União, seção I, II e III.	Imprensa Nacional - CNPJ: 04.196.645/0001-00	Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93	MDS	7/10/2008	12.724,40

71000.568745/2008-85	Contratação da Companhia de Saneamento Ambiental do DF-CAESB para atender ao Edifício SAAN.	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB - CNPJ: 00.082.024/0001-37	Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93	CETEL	20/10/2008	20.000,00
71000.559348/2008-12	Assinatura de revistas jurídicas BDA e BLC.	Editora NDJ Ltda - CNPJ: 54.102.785/0001-32	Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93	CONJUR	23/10/2008	11.860,00
71000.576090/2008-19	Contratação de serviços de publicidade legal com a Empresa Brasil Comunicação - EBC	Empresa Brasil Comunicação S/A - CNPJ: 09.168.704/0001-42 - (UG:115406 Gestão: 20415)	Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93	Protocolo Central	23/12/2008	143.685,00
Total						2.209.957,40

ANEXO VI – DETALHAMENTO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	CARGA HORÁRIA (h/a)	EMPRESA PROMOTORA	PARTICIPANTE	QUANTIDADE	LOTAÇÃO	VALOR
Novos Procedimentos para Apropriação da Folha de Pagamento – SIAFI	Brasília/DF	15/1/2008	8	CTC – Treinamentos	Edilene Dias Cerqueira / Lucas Correia de Andrade	2	SPOA	R\$ 1.960,00
Formação de Moderadores	São Paulo/SP	16/2/08 a 22/02/08 14/04/08 a 18/04/08	100	H+K Desenvolvimento	Danielle Chalub Martins	1	SESAN	R\$ 4.500,00
Seminário Análise da Planilha de Composição de Custos de Serviços de terceirização pela Adm. Pública	Brasília/DF	25/2/08 a 27/02/08	24	Zênite Informação e Consultoria	Alexandre Magno Pinheiro	1	SPOA	R\$ 2.190,00
Proteção e a Formação: Desenho e Implementação de Redes Efetivas de Seguridade Social	Washington/EUA	25/02/08 a 07/03/08	80	Banco Mundial	Júnia Valéria Quiroga da Cunha	1	SAGI	R\$ 3.600,00
IV Contabilidade Pública Avançada Aplicada ao SIAFI (Oper.)	Brasília/DF	28/7/08 a 7/8/08	36	ABOP	Gláucio Coimbra Cardoso / Bruna Angélica Silva Ribeiro	2	SENARC	R\$ 3.000,00
Especialização em Gestão Pública	Brasília/DF	Início 2007	408	ENAP	Murilo Francelino da Silva / Verônica Pereira Gomes	2	SENARC	R\$ 14.515,32
Seminário Ordenador de Despesas, Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos	Brasília/DF	04/03/2008 a 05/03/08	16	ELO Consultoria Empresarial e Produção de Eventos	José Maurício Salgado	1	SPOA	R\$ 1.750,00
Especialização em Educação a Distância	Brasília/DF	Início 2008	420	UNB	Maria Helena Kittel Werlang	1	SNAS	R\$ 6.000,00
Terceirização de Serviços Continuados	Brasília/DF	22/7/08 a 23/07/08	16	IDEMP	Carlos Alberto M. da Silva	1	CGI	R\$ 1.422,00
46º Curso SIAFI (Operacional)	Brasília/DF	27/03/08 a 11/04/08	48	ABOP	Álvaro André S. Amorim	1	CGPA	R\$ 1.600,00
Suprimento de Fundos/Cartão de Pagamento do Governo Federal	Brasília/DF	02/04/08 a 04/04/08	24	ESAD	Carlos Alberto Narciso de Castro	1	CGLA	R\$ 1.970,00
Prestação de Contas de Convênio	Brasília/DF	7/4/2008 a 18/04/2008	40	ABOP	Juliana de Sousa Galeno / José Eduardo de Alencar	2	SESAN	R\$ 3.200,00

9º Fórum Internacional Software Livre	Porto Alegre/RS	17/04/2008 a 19/04/2008	24	Associação Software Livre	Gilvan de Barros Coelho Júnior / Eduardo Antônio Lobo Filho	2	CGI / ASCOM	R\$ 306,00
Seminário de Fundamentos sobre Licitações e Contratos Adm.	Brasília/DF	28/04/08 a 30/04/08	24	IDEMP	Raquel Xavier Correa	1	CGLA	R\$ 1.247,00
XV Curso de Contabilidade Pública	Brasília/DF	05/05/08 a 21/05/08	40	ABOP	Eliel Ferreira Pires	1	CGLA	R\$ 1.600,00
"O Papel Gerencial da Secretária"	Brasília/DF	25/3/08 a 28/03/08	16	Presidência da República/	Marize D.de Souza / Maria do S. Rocha	2	GM/SE	R\$ 0,00
XXXV Seminário Internacional de Orçamento Público	Brasília/DF	05/05/08 a 09/05/08	40	ABOP	Ronaldo Alves Nogueira / Marco André O. P. Garbelotti / Caio Luiz Davoli Brandão	3	CGPA	R\$ 908,85
Seminário Internacional de Educação Inclusiva – SEMINEDI	São Paulo/SP	24/04/08 a 25/04/08	16	Pacin Eventos S/C Ltda	Elyria Bonetti Yoshida Credidio	1	SNAS	R\$ 380,00
V Semana de Adm. Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	Brasília/DF	12/05/08 a 16/05/08	42	ESAF	Marco Massato Higa	1	SESAN	R\$ 100,00
Programação JAVA	Brasília/DF	12/05/08 a 27/05/08	44	X25 Treinamento e Consultoria	Fernando Mendes Almeida	1	CGI	R\$ 1.250,00
VI Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	Brasília/DF	15/05/08 a 16/05/08	18,5	Editora Fórum	Vera Lúcia Munechika B da Silva / Rubens Laurini Sant'Anna	2	CGLA	R\$ 2.580,00
3º Encontro Nacional de Pregoeiros e Membros de Apoio	Brasília/DF	27/05/08 a 29/05/08	24	Zênite Informação e Consultoria	Caroline Araújo F. Mizurine / Felipe Ribeiro A. Morais	2	CGLA	R\$ 4.780,00
I Congresso Brasileiro JML de Gestão Pública	Curitiba/PR	09/06/08 a 11/06/08	16	JML Consultoria e Eventos	Teófanos Araújo Acioli	1	CGLA	R\$ 1.480,00
Gerenciamento Eletrônico de Documentos	Brasília/DF	26/05/08 a 28/05/08	15	IOC – Ione Cursos	Ronald Ferreira de Souza	1	CGLA	R\$ 1.420,00
1º FPAP – Fórum em Gestão de Pessoas na Adm. Pública	Brasília/DF	03/06/08 a 05/06/08	24	ABRH	Andréa Maria de Marque	1	CGRH	R\$ 1.000,00
VII Curso de Tomada de Contas Especial	Brasília/DF	18/08/08 a 29/08/08	40	ABOP	Ana Lúcia Silva Pereira	1	SPOA	R\$ 1.600,00
Fórum Brasileiro de Direito Ambiental e Urbanístico	Brasília/DF	9/6/2008 a 10/06/08	19	Editora Fórum	Gisele Sabrina Ferreira da Silva / Fábio Domingues da Costa Júnior	2	SESAN	R\$ 2.380,00
Execução Orçamentária Contábil E Financeira no Serviço Público	Brasília/DF	11/06/08 a 13/06/08	24	ESAD	Jefferson Cerqueira dos Santos	1	SNAS	R\$ 1.970,00
XXII Curso de SIAFI Gerencial	Brasília/DF	16/06/08 a 25/06/08	24	ABOP	Murilo Rodrigues França	1	SESAN	R\$ 1.300,00

Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização, Serviços e Compras no Serviço Público	Brasília/DF	17/06/08 a 20/06/08	22	ESAFI – Escola de Adm. E Treinamento	Zenaidy de Araújo Andrade	1	CGLA	R\$ 1.390,00
Gestão de Documentos Eletrônicos e Segurança da Informação Arquivística na Adm. Pública	Brasília/DF	23/07/08 a 25/07/08	15	IOC – Ione Cursos	Ana Karyna Barros Sobral / Carolina Cersosimo de Souza	2	CGLA	R\$ 2.840,00
Aspectos Polêmicos na Execução de Convênios: Pregão Presencial, Eletrônico e o Sistema de Registro de Preços	Brasília/DF	25/06/08 a 27/06/08	24	ORZIL Consultoria	Simone Amaro dos Santos	1	SESAN	R\$ 1.540,00
Requisitos p/ Elaboração de Projetos e Orçamentos p/ Licitação de Obras e Serviços de Engenharia	São Paulo/SP	30/06/08 a 03/07/08	32	Academia de Engenharia - AEA	Mauro Henrique Sá de Carvalho	1	SESAN	R\$ 2.400,00
SPSS Statistical Package for the Social Science	Brasília/DF	23/06/08 a 27/06/08	40	Instrutoria Robson Medeiros de Araújo	Servidores do MDS	19	MDS	R\$ 7.500,00
Convênios Federais	Brasília/DF	7/8/2008	20	CTC Treinamentos	Servidores do MDS	21	MDS	R\$ 7.940,00
Seminário Gestão Descentralizada dos Programas Sociais	Lima/ Peru	07/07/08 a 11/07/08	40		Sabrina Ionata de Oliveira / Onaur Ruano / Lúcia Modesto / Ellen Cristina Bonadio Benedetti	4	SESAN / SESAN / SENARC / GM	R\$ 0,00
Contratação de Obras e Serviços de Engenharia pela Adm. Pública	Brasília/DF	28/07/08 a 31/07/08	30	Zênite Informação e Consultoria	Helton Luis Prado / Marcos de carvalho Mazzoni Filho	2	CGLA	R\$ 4.780,00
2º Congresso Ibero-Americano de Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva	Brasília/DF	27/07/08 a 01/08/08	40	Min. Ciência e Tecnologia/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT	Suzanne Augusta Marques Silva / Tatiane de Oliveira Dias	2	SAGI	R\$ 700,00
Linux – Administração de Rede	Brasília/DF	Início em 29/07/08	132	EIBSBNET	Eduardo Alves de Medeiros	1	SESAN	R\$ 1.998,00
Gestão para Resultados	Nova Lima/MG	16/07/08 a 18/07/08	24	Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG	Elen Dania Silva dos Santos / Fábio Campos Sfredo / Kleyber Oliveira da Silva	3	FNAS/SNAS	R\$ 3.870,00
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Brasília/DF	15/07/08 a 16/07/08	12	NP Eventos	Randriene Maia	1	CNAS/SNAS	R\$ 1.395,00
Elaboração e Análise de Planilhas de Custos e Formação de Preços nas Contratações e Negociações	Brasília/DF	24/07/08 a 25/07/08	16	IOC – Ione Cursos	Mauro Forlan Duarte Campos / Francisco de Assis Nascimento	2	CGLA / SPOA	R\$ 2.840,00

de Contratos de Serviços terceirização pela Adm. Pública								
Curso de Ambientação para Novos Servidores	Brasília/DF	08/07/08 a 09/07/08 10/07/08 a 11/07/08	12	MDS	Servidores do MDS	55	MDS	R\$ 0,00
Curso de Pós-Graduação Lato Sensus em Direito Constitucional	Brasília/DF	15/08/08 a 07/09	360	IDP	Marcela Almeida Martins Arruda	1	CONJUR	R\$ 3.640,00
6º Congresso Internacional: Brasil Competitivo	Brasília/DF	22/7/2008	8	MBC	Ronaldo Alves Nogueira	1	CGPA	R\$ 0,00
Curso de Português	Brasília/DF	15/09/08 a 25/09/08	35	Positive Idiomas	Servidores do MDS	38	MDS	R\$ 12.400,00
Program Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials	Washington/EUA	06/10/08 a 17/10/08	70	CGU/Institute of Brazilian Issues/ The George Washington University	Raildy Azevedo Costa Martins	1	GM (Controle Interno)	R\$ 9.187,50
Legislação Aplicada ao Portal de Convênios e Apresentação de Sistema	Brasília/DF	23/07/08 a 24/07/08	16	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Servidores do MDS	13	MDS	R\$ 0,00
Licença para realização de mestrado	Espanha	29/09/08 a 06/07/08	600	Universidade Autônoma de Madri	Marco André de O. P. Garbelotti	1	CGPA	R\$ 0,00
Curso de violência sexual intrafamiliar ontra crianças e adolescentes	Brasília/DF	08/08 a 12/08	40	Instituto Agilita de Psicologia	Kheila Cristina Ferreira Melo / Juliana Maria Fernandes Pereira	2	SNAS	R\$ 2.000,00
Legislação Aplicada ao Portal de Convênios	Brasília/DF	19/08/08 a 20/08/08	16	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Servidores do MDS	5	SENARC	R\$ 0,00
A nova regulamentação da terceirização de serviços pela Administração Pública IN nº02/08	Brasília/DF	08/09/08 a 10/09/08	24	Zênite -Consultoria Jurídica	Felipe Ribeiro Alves Morais	1	SPOA	R\$ 2.190,00
Formação de Pregoeiros	Brasília/DF	11/09/08 a 12/09/08	16	ENAP	Marcos de Carvalho Mazzoni Filho	1	SPOA	R\$ 200,00
XXI Curso de Planejamento e Orçamento Públicos	Brasília/DF	03/09/08 a 05/12/08	272	ABOP	Hudson Magno de Rezende	1	SPOA	R\$ 4.500,00
Encontro Nacional de Direito Civil e Processo Civil	Recife/PE	29/08/08 a 30/08/08	21	Jus Podivm-Centro Preparatório para Carreiras Jurídicas	Mauricyo José Andrade Correia	1	CONJUR	R\$ 360,00
19ª Conferência Mundial de Serviço Social	Salvador/BA	16/08/08 a 19/08/08	30	FITS/CFESS/CRESS- BA	Marlene de Jesus Santos / Maria José de Freitas Danielle de Oliveira / Denise Suchara / Júlia Galiza de Oliveira	5	SNAS	R\$ 0,00
Seminário Nacional SOA	São Paulo/SP	03/09/08 a 04/09/08	16	SOA-Savoir Faire Educação e Consultoria Ltda	Gilvan de Barros Coelho Júnior	1	CGI	R\$ 1.680,00

Gestão das Instalações Prediais	Brasília/DF	20/10/2008 a 24/10/08	40	NTT- Treinamento Avançado	Débora de Souza Januário	1	SPOA	R\$ 5.640,00
Curso de Gestão de Documentos e classificação de informações	Brasília/DF	17/09/08 a 19/09/08	24	ESAD	Vivian Tália de Oliveira Kugler	1	CONJUR	R\$ 1.576,00
3 ° Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional e 7º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado	Salvador/BA	24/09/08 a 26/09/08	25	Jus Podvim-EBEC	Renata Rapold Mello	1	CONJUR	R\$ 220,00
Gestão por Competências e Capacitação	Brasília/DF	27/8/2008	8	ENAP	Servidores do MDS	24	MDS	R\$ 1.700,00
Elaboração de Projetos	Brasília/DF	08/09/08 a 12/09/08	40	ENAP	Servidores do MDS	14	MDS	R\$ 6.700,00
Curso de Especialização em Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público	Brasília/DF	01/01/2008 a 01/12/2008	440	UniCEUB	Maria Manuela Pereira da Silva	2	GM	R\$ 12.100,00
					Marcus José Santiago			
1º Encontro Nacional de Contabilidade Pública com Ênfase na Gestão Governamental	Brasília/DF	26/9/2008	8,5	IT- Complementação Profissional	Ronaldo Alves Nogueira	1	CGPA/SPOA	R\$ 380,00
VII Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado	Brasília/DF	29/09/08 a 01/10/08	32	IBRE/IBDP	José Dirceu Galão Júnior	1	GM	R\$ 590,00
SIAFI OPERACIONAL	Brasília/DF	15/09/08 a 19/09/08	40	ESAF	Servidores do MDS	12	MDS	R\$ 5.246,45
SIAFI GERENCIAL	Brasília/DF	23/09/08 a 26/09/08	16	ESAF	Servidores do MDS	12	MDS	R\$ 4.025,42
VII Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado	Brasília/DF	29/09/08 a 01/10/08	16	IBRE/IBDP	José Maurício Salgado	1	SPOA	R\$ 590,00
Noções da Lei nº 8.666/93	Brasília/DF	03/11/08 a 05/11/08	16	IOC/IONE	Servidores do MDS	21	MDS	R\$ 7.850,00
XXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	Brasília/DF	08/10/08 a 10/10/08	30	IBDA/Editora Forum	Antonieta Carvalho Regis de Alencastro / Ariane de Almeida Rodrigues	2	CONJUR	R\$ 1.980,00
III Encontro de Administração Pública e Governança (ENANPAD)	Salvador/BA	12/11/2008 a 14/11/08	24	SKL Eventos e Turismo	Pedro Luiz Costa Cavalcante	1	CGPA	R\$ 690,00
SIAFI OPERACIONAL	Brasília/DF	13/10/08 a 17/10/08	40	ESAF	Servidores do MDS	12	MDS	R\$ 5.246,45
Elaboração de Editais para Aquisição no Setor Público	Brasília/DF	16/10/08 a 17/10/08	16	ENAP	Servidores do MDS	18	MDS	R\$ 2.000,00
18º ENCONTRARH	Brasília/DF	05/11/08 a 06/11/08	16	ABRH	Andréa Maria de Marque / Selma Oliveira da Silva	2	CGRH	R\$ 2.080,00
V Semana de Administração Orçamentária , Financeira e de Contratações Públicas	Brasília/DF	24/11/08 a 28/11/08	40	ESAF	Elizangela Correia Justo Pinheiro	1	SAGI	R\$ 100,00
5ª Semana de Qualidade de Vida	Brasília/DF	28/11/08 a 30/11/08	24	Ministérios			Todas as Unidades	R\$ 10.000,00

IN 480/2004 e IN 539/2005	Brasília/DF	20/11/08 a 21/11/08	16	Ione Cursos	Edilene Dias Cerqueira	1	CGRH	R\$ 1.420,00
Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	Brasília/DF	04/12/08 a 05/12/08	16	ORZIL Consultoria	Moisés Gonçalves	1	SESAN	R\$ 1.340,00
Análise de Pontos de Função	Brasília/DF	11/12/2008 a 12/12/08	16	ATP Tecnologia e Produção	Kezia Cardoso Sintra	1	CGI	R\$ 880,00
XXXVI Encontro Nacional de Economia	Brasília/DF	09/12/08 a 12/12/08	28	ANPEC	Fernando Gaiger Silveira / Jennifer Carla de Paula	2	SENARC	R\$ 840,00



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

AGREGADO I

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregada	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação



Brasília - 2009

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	167
1.1. Nome Completo da Unidade e Sigla	167
1.2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ	167
1.3. Natureza Jurídica.....	167
1.4. Vinculação Ministerial	167
1.5. Endereço Completo da Sede	167
1.6. Endereço da Página Institucional na Internet.....	167
1.7. Normas de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional, Regimento Interno ou Estatuto da Unidade que Trata o Relatório de Gestão e Respectiva Data de Publicação no Diário Oficial da União	167
1.7.1. Legislação Constitutiva	167
1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto No 5.550/05.....	168
1.7.3. Competências previstas no Decreto No 5.550/05	168
1.7.4. Finalidade prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS No 330/06, Anexo VI)	169
1.8. Nome e Código no SIAFI.....	170
1.9. Código da UJ Titular do Relatório	170
1.10. Códigos das UJs Abrangidas.....	170
1.11. Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	170
1.12. Função de Governo Predominante	170
1.13. Tipo de Atividade.....	170
1.14. Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI:	170
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	171
2.1. Responsabilidades Institucionais.....	171
2.2. Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	171
2.3. Programas.....	174
2.3.1. Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	174
2.3.1. Principais Ações do Programa	175
2.3.1.1. 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome .	175
2.3.1.2. 6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	182
2.4. Desempenho Operacional	190
2.4.1. 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	190

2.4.2. 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	195
2.5. Evolução de Gastos Gerais.....	200
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	201
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	201
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	202
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	202
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	202
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	202
9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	202
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	202
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	202
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	203
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	203
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	203
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE ETCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	204
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	205
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	206
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	206

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Nome Completo da Unidade e Sigla**

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

1.2. **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**

05.526.783/0001-65

1.3. **Natureza Jurídica**

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

1.4. **Vinculação Ministerial**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

1.5. **Endereço Completo da Sede**

Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 4º Andar, Sala 409

CEP – 70.046-906 – Brasília (DF)

Fones: (61) 3433 1502

Fax: (61) 3433 1598

1.6. **Endereço da Página Institucional na Internet**

www.mds.gov.br

1.7. **Normas de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional, Regimento Interno ou Estatuto da Unidade que Trata o Relatório de Gestão e Respectiva Data de Publicação no Diário Oficial da União**

1.7.1. **Legislação Constitutiva**

- **LEI No 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003):** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **MEDIDA PROVISÓRIA No 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei N° 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004):** Altera a Lei No 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

- **LEI No 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004):** Altera a Lei No 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **DECRETO No 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **DECRETO No 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **PORTARIA MDS No 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005):** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **PORTARIA MDS No 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006):** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto No 5.550/05

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a)
- b) Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e
- c)

II - órgãos específicos singulares:

- a)
- b)
- c)
- d) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:
 1. Departamento de Avaliação e Monitoramento;
 2. Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos; e
 3. Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais;
- e)

1.7.3. Competências previstas no Decreto No 5.550/05

Art. 21. À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação compete:

- I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome;
- II - elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:

- a) da capacidade de pensamento e formulação estratégicos, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional;
 - b) de provimento de informações adequadas à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome;
 - c) de concepções de estruturas organizacionais eficientes e modelos de gestão voltados para resultados;
 - d) de transparência, controle social, prestação de contas e conduta ética na gestão pública;
 - e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;
 - f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; e
 - g) de formação e capacitação de gestores, nos níveis federal, estadual e municipal e agentes sociais, no uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
- III - promover a gestão do conhecimento, o diálogo de políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países.

1.7.4. Finalidade prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS No 330/06, Anexo VI)

Art. 1º. À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem por finalidade:

- I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome;
- II - elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:
 - a - da capacidade de pensamento e formulação estratégicos, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional;
 - b - de provimento de informações adequadas à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome;
 - c - de concepções de estruturas organizacionais e modelos de gestão voltados para resultados;
 - d - de transparência, controle social, prestação de contas e conduta ética na gestão pública;
 - e - da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;
 - f - de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; e
 - g - de formação e capacitação de gestores nos níveis federal, estadual e municipal e agentes sociais, no uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

III - promover a gestão do conhecimento, o diálogo das políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, Poderes e esferas federativas e outros países.

1.8. Nome e Código no SIAFI

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 409

CEP- 70054-906 – Brasília – DF

Tel: 3433 1502

Fax: 3433 1594/1598

CÓDIGO UG: 550010 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.9. Código da UJ Titular do Relatório

550003 – Secretaria Executiva

1.10. Códigos das UJs Abrangidas

Não consolida outras unidades

1.11. Situação da Unidade quanto ao Funcionamento

Unidade Gestora não executora.

1.12. Função de Governo Predominante

Função 08 – Assistência Social

1.13. Tipo de Atividade

Atividade Meio, com a atribuição de avaliar e monitorar as políticas e programas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar e nutricional, de modo a aferir a sua eficiência, eficácia e efetividade.

1.14. Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI:

Nome da UG	Código UG	Situação da Unidade	Tipo de Atividade
Sec. Aval. e Gestão da Informação	550010	em funcionamento	UG Não Executora

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades Institucionais

À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) cabe implementar a Política de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais, conforme Portaria nº 329 instituída em 11/10/2006, que tem por objeto a análise dos processos, produtos e dos resultados referentes aos programas e ações executados ou financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A valorização crescente das práticas de avaliação e monitoramento como uma necessidade de aprimoramento da gestão pública contribuiu de forma efetiva para a consolidação das atividades desenvolvidas SAGI.

Para implementar a Política de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais do MDS, a Secretaria se utiliza de duas ações no Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do PPA: Ação 4923 – Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com as atividades relacionadas à avaliação, monitoramento e gestão da informação; e a Ação 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com suas atividades voltadas à capacitação, disseminação e cooperação.

No rol das ações desenvolvidas pela secretaria estão as pesquisas de avaliação, o monitoramento dos programas e políticas, a capacitação estratégica de agentes e sociais e a disseminação do conhecimento, o que possibilita melhorar a qualidade de gerência e coordenação descentralizada dos programas e políticas sociais sob a responsabilidade do MDS. Cabe ao Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM), ao Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos (DGIRT) e ao Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais (DFAPS) a execução integrada dessas ações e a interlocução com secretarias e setores para identificar e processar as demandas nas áreas de competência da SAGI.

Na consecução dessas atividades, a SAGI tem fortalecido o relacionamento com os responsáveis pelos programas no MDS, estados e municípios; agentes de auditoria, fiscalização e controle social; pesquisadores e especialistas, favorecendo a transparência da gestão e o intercâmbio de informações que possibilitem ampliar a eficiência e a efetividade das políticas e dos programas sob a responsabilidade do MDS.

2.2. Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação possui, entre as suas finalidades regimentais, a elaboração, proposição, coordenação e apoio à implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome. Estas finalidades estão voltadas à promoção de capacitação de agentes públicos e agentes sociais nos níveis federal, estadual e municipal; ao uso e desenvolvimento de sistemas de informação, de ferramentas de gestão, de

metodologias de avaliação; a avaliação e o monitoramento de programas e ações vinculadas a esta pasta.

Para executar suas atividades, a SAGI investe no fortalecimento das interações com as secretarias do MDS, encarregadas da implementação de políticas, programas e ações; com os gestores estaduais e municipais nas áreas de atuação do MDS; com outros agentes públicos e de controle social, assim como com especialistas e instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais e agências multilaterais.

No âmbito dos procedimentos internos utilizados para realização de suas atividades, a SAGI desenvolveu um ciclo gerencial subdividido nas seguintes etapas:

- definição da demanda com as secretarias do MDS
- contratação dos estudos
- gestão e acompanhamento dos contratos
- disseminação dos resultados

De modo geral, os estudos de avaliação são executados por instituições externas, uma vez que se reconhece que avaliações independentes, executadas por organizações com experiência comprovada, ampliam a credibilidade sobre a ação governamental. A seleção das instituições é realizada por meio de licitação, através da abertura de editais amplamente divulgados em todo o país, na internet e em jornais de grande circulação, seguindo o Manual de Convergência dos Organismos Internacionais e a Lei de Licitações 8.666/93.

A SAGI também se utiliza da contratação de serviços técnicos de consultoria (pessoa física) realizada por meio de processo seletivo, seguindo as orientações do Decreto nº 5.151 de 22/07/2004.

As avaliações e o monitoramento têm como objetivo fornecer informações e subsidiar a tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores dos programas para, inclusive, realizar os ajustes necessários. Dessa forma, é possível economizar tempo e recursos e, conseqüentemente, contribuir na credibilidade e na efetividade das ações públicas.

As atividades de monitoramento realizadas pela SAGI, em parceria com as secretarias finalísticas do Ministério, foram aprimoradas e situam o monitoramento como uma atividade imprescindível no processo de gestão. Além do monitoramento, desenvolvido por meio do acompanhamento dos dados físicos e financeiros dos programas do MDS, a SAGI apoiou a construção de indicadores, implantou processos permanentes de monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e iniciou o monitoramento dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, além de assessorar outras iniciativas de monitoramento das quais não é responsável por todo o processo.

As atividades de capacitação visam, prioritariamente, qualificar agentes públicos e sociais que atuam no âmbito estadual e municipal, em políticas e programas das áreas sob a responsabilidade do MDS. Essas atividades têm por objetivo a consolidação das políticas de proteção e promoção social não contributiva, segundo o novo paradigma, que requer investimentos na formação permanente dos profissionais, dos três níveis de governo. As atividades de capacitação iniciam-se com a identificação das competências necessárias ao aprimoramento de serviços e benefícios oferecidos, e ao efetivo exercício do controle e da participação social.

As ações de capacitação foram implementadas com recursos oriundos do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁶, no âmbito do Projeto Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais, executado através de parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em duas fases: Curso de Formação de Multiplicadores e Curso de Capacitação Descentralizada de Gerentes Sociais que atuam na Área de Assistência Social e Transferência Condicionada de Renda.

A ação de disseminação realizada pela SAGI compreende a produção de publicações técnicas, a produção e organização de seminários e oficinas de trabalho, bem como a participação em eventos nacionais da área social, em especial, que tratam do tema avaliação e monitoramento. Também são efetuadas ações de intercâmbio e cooperação internacional.

Os temas abordados nas publicações priorizam os resultados de pesquisas de avaliação, das ações de monitoramento e de capacitação, abrangendo as três áreas de atuação do Ministério – Renda de Cidadania, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. A distribuição dos materiais contempla órgãos de todas as esferas do governo, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica, institutos de pesquisas e organismos internacionais.

Ressalta-se como ação estratégica adotada pela SAGI, a manutenção de parcerias com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), ENAP e outras instituições de cunho acadêmico.

No caso da parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), que administra o Consórcio de Informações Sociais (CIS) regulamentou-se, através da Portaria MDS nº 255, de 29/07/2008, publicada no DOU – Seção 1 de 30/07/2008, o envio, por parte da Secretaria, de bases de dados resultantes das avaliações, para que sejam disponibilizados à comunidade acadêmica. Esse esforço se integra às estratégias de garantir a transparência das avaliações conduzidas, uma vez que, a utilização das bases de dados permite a replicação dos estudos, sua eventual contestação e a produção de análises independentes sobre os programas do Ministério.

Em 2008, os recursos utilizados para as atividades estavam vinculados a três fontes: Tesouro Nacional, empréstimos com o Banco Mundial (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Parte dos recursos foi executada diretamente pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e outra parte dos recursos do Tesouro foi executada por meio de projetos de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além da utilização de recursos disponíveis na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

⁶ O Contrato de Empréstimo nº 1609/OC-BR, em seu ANEXO A, trata do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social, tendo como componente 2, o fortalecimento institucional do MDS para desenvolver, implementar e avaliar o sistema de proteção social integrado. Este componente inclui, dentre outras ações, a capacitação dos recursos humanos do Ministério e do sistema de proteção social, com o objetivo de melhorar a capacidade para formular, implementar, monitorar e avaliar programas e políticas sociais.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Objetivo Específico	Não há.
Gerente do Programa	Arlete Avelar Sampaio
Gerente Executivo	José Dirceu Galão Junior
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Não disponível no Sigplan
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Não disponível no Sigplan
Público Alvo (Beneficiários)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome abrange outras Secretarias do MDS. Neste relatório, estão sendo abordadas somente as ações específicas da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Para cumprir com o objetivo de agregar qualidade à gerência e ao desempenho dos programas sociais, a SAGI vem desenvolvendo as atividades de avaliação, de monitoramento, de capacitação e de disseminação.

Tabela 1 – Execução orçamentária e financeira (2008)

					R\$ 1,00	
Secretaria / Programa / Ação	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenhado	Liquidado	Pago	
Sec. de Avaliação e Gestão da Informação	15.260.486	14.505.972	13.953.286	12.791.086	12.791.086	
1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	15.260.486	14.505.972	13.953.286	12.791.086	12.791.086	
4923 Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.635.000	6.880.486	6.580.486	5.418.286	5.418.286	
6877 Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.625.486	7.372.800	7.372.800	7.372.800	7.372.800	

O quadro acima demonstra a execução orçamentária e financeira referente ao exercício de 2008, por ação. Da dotação prevista de R\$ 14.505.972,00 (quatorze milhões, quinhentos e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais), foram empenhados R\$ 13.953.286,00 (treze milhões,

novecientos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais), o que representa uma execução de 96,18% do orçamento previsto. Parte desses recursos foi transferida para os Projetos PNUD Prodocs BRA/04/046 e BRA/04/028, ENAP, e outra parte foi executada diretamente pela SPOA para a contratação da Pesquisa de Avaliação de Impacto do BPC na modalidade pregão, para o pagamento de serviços de impressão de materiais gráficos, despesas com postagem de documentos e publicações (ECT) e realização de eventos

Tabela 2 – Detalhamento da Execução Orçamentária (2008)
Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ação	Credores Fonte	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade
4923	Gráfica e Editora Brasil Ltda.	945.486,00	500.000,00	Serviços gráficos
	DATAMETRICA – Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda.	293.148,26	0,00	Avaliação de Impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada – BPC (Licitação na modalidade “pregão”).
	PNUD	600.000,00	600.000,00	Transferência para o Prodoc BRA/04/046
	PNUD	4.025.000,00	4.025.000,00	Transferência para o Prodoc BRA/04/028
	ECT	716.851,74	293.285,50	Serviços de postagem de correspondências.
Total da Ação		6.580.486,00	5.418.285,50	
6877	Front Propaganda Ltda.	40.900,00	40.900,00	Realização de eventos.
	PNUD	7.206.308,30	7.206.308,30	Transferência para o Prodoc BRA/04/046
	ENAP	125.592,00	125.592,00	Curso de formação de multiplicadores e de gerentes sociais para constituição de rede descentralizada de capacitação.
Total da Ação		7.372.800,30	7.372.800,30	
Total Geral		13.953.286,30	12.791.085,80	

Fonte: SIAFI

2.3.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.1. 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar as políticas de desenvolvimento social e combate à fome em termos de eficiência, eficácia, efetividade, focalização e controle social.
Descrição	Elaboração de diretrizes e instrumentos para a avaliação e monitoramento das políticas de desenvolvimento social e

	combate à fome, visando ao desenvolvimento de um sistema integrado de planejamento e avaliação com critérios e requerimentos metodológicos definidos para medir a efetividade, eficiência e impacto das políticas públicas nesta área.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer – Diretora
Unidades Executoras	Não disponível no Sigplan
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	Não disponível no Sigplan
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005, art. 21, Inciso I.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREVISÃO
Financeira	R\$ 6.880.486,00	R\$ 6.580.486,00	95,64%
Física	03 (políticas avaliadas)	03 (políticas avaliadas)	100,00%

Em 2008, a SAGI possuía vinte e oito (28) pesquisas contratadas abrangendo as três (3) políticas sociais do MDS. Ao final do ano o balanço foi: nove (9) pesquisas concluídas e dezenove (19) em andamento, além da agenda de novas pesquisas para contratação em 2009, entre elas a MUNIC/2009 e a PNAD/2009 – Módulo de Segurança Alimentar, em parceria com o IBGE.

A execução das atividades da SAGI, em 2008, na ação de Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela primeira vez, utilizaram com sucesso a modalidade “pregão” para a redução do prazo de contratação das instituições de pesquisa.

Como parte da execução das atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação foi realizada através dos projetos de cooperação com os organismos internacionais, cujo gerenciamento está a cargo da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva, as informações financeiras desta execução encontram-se no relatório de gestão daquela diretoria.

Avaliação

A SAGI realiza diversos tipos de avaliações entre elas as de linha de base, processo/implementação, diagnóstico, impacto e resultados, além de pesquisas de opinião.

Cabe ao Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM) executar a política de Monitoramento e Avaliação, instituída através da Portaria nº 329 de 11/10/2006, que tem por objeto a análise dos processos, produtos e dos resultados referentes aos programas e ações executados ou financiados pelo MDS.

Quanto aos procedimentos internos utilizados para realização das pesquisas de avaliação de políticas e programas do MDS, investiu-se no fortalecimento dos processos intersetoriais, dentre os quais para a atividade de avaliação, destacam-se: o aperfeiçoamento dos procedimentos do ciclo de avaliação que tem as seguintes etapas: a) definição da demanda, b) contratação dos estudos e gestão dos contratos e c) disseminação dos resultados.

Para levantamentos de dados que envolvem áreas de atuação do IBGE – PNADs ou censos de informações municipais, o procedimento adotado foi à descentralização de recursos orçamentários (ocorridos em 2006/2007). O IBGE tem sido uma parceria valiosa para levantamento de dados sobre os programas sociais (um módulo incluído nas PNADs desde 2004), para pesquisar temas de interesse específico (suplemento de segurança alimentar e nutricional - 2006 e trabalho infantil - 2008) ou para realizar levantamentos sobre administrações municipais (Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC 2006) ou da rede não-governamental da Assistência Social (PEAS) - 2006. As vantagens de recorrer à parceria com o IBGE são óbvias: inquestionável especialização desta instituição governamental no levantamento da produção de estatísticas nacionais, reduz os custos de levantamentos extensivos e, ao mesmo tempo, possibilita, no caso dos suplementos, cruzamento com variáveis que compõem as PNADs.

As tabelas abaixo apresentam as avaliações contratadas em 2008, concluídas e em andamento, separadas por área do Ministério, programa avaliado, título da pesquisa, órgão de cooperação responsável pela gestão dos recursos financeiros, a instituição contratada para execução da pesquisa. Para as pesquisas em andamento têm-se a porcentagem de execução até o final de 2008, baseada na data de assinatura do contrato.

Tabela 3 – Pesquisas concluídas em 2008

Demandante	Programa	Pesquisa	Órgão de Cooperação	Executor
MDS	Geral	Construção da metodologia de monitoramento, avaliação e indicadores dos programas do MDS e validação por meio de estudo piloto em doze municípios de cinco regiões brasileiras	UNESCO	FIPE
	Geral	Pesquisa de opinião sobre Desigualdades, pobreza e políticas sociais	PNUD	Vox Populi
SAIP	Inclusão Produtiva	Avaliação do Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens – 2008	PNUD	Consultores pessoa física e equipe DAM/DGIRT/SAGI
SENARC	Bolsa Família	Avaliação de implementação do Programa Bolsa Família em nível municipal	PNUD	FUNDEP/CEDEPLAR
SESAN	Restaurantes Populares	Identificação do Perfil e Avaliação dos Usuários de Restaurantes Populares	FAO	FUNCAMP/CESOP
	Cozinhas Comunitárias	Avaliação do Programa Cozinhas Comunitárias	FAO	FEALQ
	CONSAD	Avaliação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs)	FAO	IBAM
SNAS	População em Situação de Rua	Contagem da População em Situação de Rua em 60 municípios brasileiros	UNESCO	META
	PETI	Suplemento sobre trabalho infantil da PNAD/2006	-	IBGE

Fonte: SAGI, 2009

Tabela 4 - Pesquisas em andamento* em 2008

Demandante	Programa	Pesquisa	Órgão de Cooperação	Fonte de Recursos	Executor	% execução
MDS	Chamada Nutricional – região norte	Avaliar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos em populações específicas, em situação de vulnerabilidade social da Região Norte	-	MS/SAGI	MS	95
	Geral	Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do MDS	PNUD	Tesouro	FEC/DATAUFF	95
		Avaliação do impacto dos	PNUD	Tesouro	Datamétri	95

		programas sociais administrados pelo MDS no Vale do Jequitinhonha/MG			ca	
		Pesquisas de Opinião referentes aos Programas do MDS – 2ª e 3ª rodadas	PNUD	Tesouro	Vox Populi	66
		Avaliação Externa da Capacitação de Gerentes Sociais	PNUD	BID	BID e consultores externos	50
SENARC	Bolsa Família	Estudos de Caso sobre Controle Social do Programa Bolsa Família	PNUD	BIRD	FEC/ DATAUFF	80
		Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - Segunda Rodada***	PNUD	BIRD	IFPRI/ Datamétrica	0
SNAS	PAIF	Estudos Quali-Quantitativos sobre o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF	PNUD	BID	Gesaworld/ Instituto Via Pública	10
	ProJovem	Pesquisa de Avaliação dos Centros da Juventude financiados pelo MDS	PNUD	Tesouro	Consultoria pessoa física	80
	PETI	Avaliação Quantitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Quantitativo)	PNUD	BID	FEC/ DATAUFF	95
	PETI	Avaliação Qualitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Qualitativo)	PNUD	BID	Herkenhoff & Prates	70
	BPC	Avaliação de impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Não se aplica	Tesouro	Datamétrica	20
	Geral**	MUNIC/2009 Assistência Social- Pesquisa de informações básicas municipais, na área de assistência social	Não se aplica	Tesouro	IBGE	0
SESAN	PAA	Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Modalidade Leite	FAO	Tesouro	FADE / UFPE	50
	Cisternas	Avaliação do Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC	FAO	Tesouro	FUNDER / EMBRAPA	50
	Populações Específicas	Avaliação de Implementação de Ações Estruturantes em Comunidades Quilombolas (2ª avaliação)	FAO	Tesouro	FEC/ DATAUFF	100
		Acompanhamento dos Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas	Não se aplica	Tesouro	Pref./ Assoc. Indígenas/ ONG	100
	Cestas de Alimentos	Pesquisa qualitativa para elaboração de nova composição da cesta de alimentos	FAO	SAGI/SESAN	MDS	100
	Geral**	PNAD 2009/ SAN - Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional	Não se aplica	Tesouro	IBGE	0

Fonte: SAGI, 2009

* Incluem as pesquisas em fase de contratação.

** Negociação iniciada em 2008, descentralização de recursos prevista para 2009.

*** Em fase de contratação.

Monitoramento

Em 2008 as atividades de monitoramento realizadas pela SAGI, em parceria com as secretarias finalísticas, Estados e Municípios, se aprimoraram e apontaram para a consolidação do monitoramento enquanto uma atividade imprescindível no processo de gestão dos programas e ações das políticas sob responsabilidade do MDS.

Essas atividades utilizam basicamente os recursos humanos do MDS, com contratações esporádicas de consultores individuais para apoiar a equipe interna na prospecção de aspectos específicos dos programas de recente implantação. A Matriz de Informações Sociais e o monitoramento dos CRAS e CREAS são exemplos bem sucedidos dessa abordagem. Em ambos os casos, o desenho de todo o processo, a seleção das variáveis e dimensões para serem monitoradas, a construção dos indicadores, o desenvolvimento das ferramentas e dos aplicativos para coleta e processamento dos dados, testes de consistência, análise de dados, produção de relatórios, eventos de disseminação dos resultados, são executados pelas equipes do MDS. A Secretaria tem adotado duas estratégias básicas para o monitoramento:

- Acompanhamento mensal dos dados físico-financeiros dos programas do MDS através de famílias de ferramentas desenvolvidas pela própria SAGI tais como: Matriz de Informações Sociais (MI Social), os Relatórios de Informação (RIs), o Visualizador de Convênios (Visicon) e os diferentes visualizadores que apresentam as informações em forma de mapas e gráficos (Atlas Social, MDS em Mapas, MI Vetor, entre outros).
- Implementação do processo permanente de monitoramento para os equipamentos da assistência social e segurança alimentar e nutricional que contemplam o desenho do modelo de monitoramento, a construção de questionários, a seleção de indicadores e o desenvolvimento de famílias de aplicativos para a coleta e para a visualização dos dados, a elaboração de relatórios e a realização de oficinas com técnicos de estados e municípios.

Além disso, a SAGI tem apoiado as secretarias finalísticas na construção de indicadores, e assessorado em outras iniciativas de monitoramento, das quais não é responsável por todo o processo.

Na área de assistência social, 2008 marcou a consolidação dos processos de monitoramento dos equipamentos de proteção social básica e especial. No caso dos CRAS, o monitoramento foi aprimorado, utilizando os resultados da primeira coleta de dados realizada em 2007. Além dos ajustes do questionário, também foram aprimorados os aplicativos informatizados desenvolvidos, tanto os de coleta como os de visualização. Vale destacar os avanços alcançados com as iniciativas de treinamento, disseminação e envolvimento de todas as unidades da federação nesse processo. A participação dos Estados se deu na supervisão e apoio aos municípios para os Censos do CRAS e CREAS e na validação dos dados da Expansão do CRAS. Esse processo resultou coleta de informações mais consistentes, o que possibilitou um menor volume de ajustes em relação a 2007.

No caso do monitoramento dos CREAS, a SAGI e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) seguiram as linhas gerais da estratégia adotada para os CRAS. Contudo, considerando todas as especificidades e dificuldades inerentes à organização dos serviços de proteção social especial, foi necessária adaptação da estratégia que resultou em um banco de dados contendo o cadastro de 1.454 unidades prestadoras de serviços com informações sobre vários aspectos.

Ao final de 2008, tanto para os CRAS quanto para os CREAS, os processos de monitoramento estavam na fase de testes de consistência e correções nas bases de dados para a posterior elaboração de um relatório de resultados, bem como para divulgação dos mesmos. A realização do Seminário “Experiências em Monitoramento na Assistência Social” em dezembro de 2008, com a participação de 120 (cento e vinte) gestores e técnicos de todas as unidades da federação, aponta para a estruturação de uma rede nacional de monitoramento da assistência social, a partir do compartilhamento de experiências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), a SAGI iniciou o desenho e a construção do processo de monitoramento dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional: restaurantes populares e bancos de alimentos. Como na área de assistência social, optou-se pelo monitoramento inicial dos equipamentos das dimensões relacionadas a infra-estrutura. O monitoramento se encontra na fase de redefinição da especificação dos aplicativos, uma vez que a SESAN conta com uma rede estruturada de relacionamento com os gestores desses equipamentos, que estão sendo consultados para a validação das ferramentas eletrônicas. Espera-se que em 2009 seja possível a consolidação do monitoramento.

A SAGI também contribuiu com o monitoramento das atividades do Projeto de Inclusão Produtiva de Jovens. Esse Projeto é realizado em cooperação entre o MDS e o PNUD e tem como diretriz o enfrentamento às situações de pobreza da população jovem, preferencialmente beneficiária de programas de transferência de renda. Na implantação piloto do Projeto, que transcorreu entre 2004 e 2007, a SAGI participou de todo o processo de monitoramento, incluindo a análise das informações coletadas. Para o novo ciclo do Projeto, que será implementado a partir de 2009, a SAGI propôs e desenvolveu um aplicativo de coleta de dados que facilitará o processo de monitoramento. Tal aplicativo divide-se em três seções: planejamento, execução e relatórios. Na parte de planejamento é registrada a informação essencial de organização do projeto. Na parte de execução é feito o acompanhamento das metas físicas, financeiras e resultados alcançados.

No monitoramento das atividades do Programa de Inclusão Produtiva de Jovens do MDS, a SAGI participou de todo o processo, incluindo a avaliação das informações coletadas na primeira fase do Programa. Para a segunda fase, a realizar-se em 2009, a SAGI já desenvolveu o aplicativo de coleta de dados.

A SAGI também participou de três outras iniciativas de monitoramento nas quais não era responsável pelo processo como um todo. No âmbito do Programa Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), para o Programa Produção Agroecologia Sustentável (PAS), participou no desenho do processo de monitoramento e da especificação do instrumento a ser desenvolvido; já para o Programa Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (GERAR), participou na comissão de avaliação e acompanhamento do programa. Ainda com papel de apoiador, a SAGI participa do Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), contribuindo na concepção da proposta de monitoramento comum aos projetos.

Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos

Com o objetivo de dar suporte para as atividades de avaliação, monitoramento, capacitação e disseminação, diferentes tipos de ferramentas foram construídas pela SAGI em 2008: coletores de dados, visualizadores, gestores de processos, gestores de informações, entre outros

Adicionalmente, a principal ferramenta de gestão e acompanhamento de informações gerenciais dos programas do MDS, a Matriz de Informação Social (MI Social) foi aprimorada.

Além da diversificação das opções de visualização das informações disponíveis, avanços significativos foram efetivados no processo de atualização e validação das informações publicadas nessa ferramenta.

Esse conjunto de ferramentas tem sido utilizado não só para a gestão interna, mas também por gestores estaduais e municipais, pesquisadores, órgãos de controle, imprensa, entre outros. Vale destacar que esses recursos tecnológicos, baseados em software livre, têm sido disponibilizados tanto para o MDS, quanto para os estados e municípios.

A tabela 5 sintetiza as ferramentas desenvolvidas no ano de 2008.

Tabela 5 - Ferramentas desenvolvidas em 2008

Nº	Demanda	Objeto	Recursos Tecnológicos
01	SESAN	Restaurantes Populares	Coletor de dados
02		Banco de Alimentos	Coletor de dados
03	SNAS	CRAS	Coletor de dados (questionário eletrônico) dos equipamentos em todo o país em termos de infra-estrutura, recursos humanos, funcionamento e atendimento
04			Visualizador dos dados coletados
05			Analizador de dados que permite o acompanhamento dos CRAS considerados inadequados, detectados com o CENSO 2007 em conjunto com os estados
06			Analizador de dados que permite o acompanhamento dos CRAS inadequados detectados no CENSO 2008 (coleta)
07			Coletor de dados dos equipamentos em todo o país em termos de infra-estrutura, pessoal, funcionamento e atendimento para a Expansão do CRAS
08	SNAS	CREAS	Coletor de dados dos equipamentos em todo o país em termos de infra-estrutura, pessoal, funcionamento e atendimento
09			Visualizador dos dados coletados
10	SNAS/SAIP	Inclusão Produtiva	Coletor de dados para iniciar o processo de monitoramento dos projetos de inclusão produtiva
11	DAM/SAGI	PRONINC	Questionário para coleta de dados para o PRONINC
12	SESAN	Prêmio Josué de Castro	Ficha eletrônica de inscrição para os candidatos do prêmio Josué de Castro
13	SESAN	Editais	Aplicativo para entrada e seleção de propostas para os editais da SESAN
14	DFAPS/SAGI	Questionário Capacitação	Entrada de Dados do Questionário da Capacitação de Gestores realizado pela SAGI
15	SENARC	Mapas CadÚnico	Módulo de Mapas para o Sistema desenvolvido para o CadÚnico pela SENARC
16	DGIRT/SAGI	SAGI News	Aplicativo para informar sobre as atualizações do MI Social
17	DGIRT/SAGI	MDS em Mapas	Novo sistema de apresentação de informações geográficas
18	DGIRT/SAGI	GESAC	Visualizador de informações do GESAC
19	SAGI	SAGI Doc	Aplicativo para armazenar e recuperar documentos da SAGI
20	DGIRT/SAGI	Visicon	Visualizador de Convênios
21	DGIRT/SA	SISGED	Sistema de Gestão de Dados do MI Social

	GI		
22	DGIRT/SAGI	Áreas Especiais	Desenvolvimento da interface de entrada de dados para as Áreas Especiais contidas na MI SOCIAL
23	DGIRT/SAGI	Entrada de Dados do DICIVIP	Coletor de dados para a ferramenta DICI VIP (programa, fonte, variáveis e indicadores)

Fonte: SAGI, 2009

2.3.1.2. 6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Ampliar a capacidade dos agentes públicos e sociais para monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, visando ao aperfeiçoamento da gestão dessas políticas à luz dos resultados obtidos e ao aumento da transparência da ação governamental.
Descrição	Realização de oficinas, cursos e eventos, contemplando: implementação e gestão de políticas públicas, sistemas/ferramentas de monitoramento e avaliação, tipos de avaliações (quantitativa, qualitativa, participativa, interna, externa) e informações requeridas, metodologias disponíveis, análise/gestão/disseminação de resultados e retroalimentação para o desenho das políticas e para aumento da transparência destas, bem como a elaboração e publicação de materiais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Aíla Vanessa David de Oliveira Cançado – Diretora
Unidades Executoras	Não disponível no Sigplan
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	Não disponível no Sigplan
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005, art. 21, Incisos II e III.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREVISÃO
Financeira	R\$ 7.625.486,00	R\$ 7.372.800,00	96,69%
Física	1.600 (agentes capacitados)	1.651 (agentes capacitados)	103,19%

A boa execução das metas ocorreu devido a conclusão do Curso de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais, que capacitou 1.531 gestores de 573 municípios brasileiros, de 25 estados e do Distrito Federal, em 16 lotes de capacitação distribuídos por todo o território nacional. O Curso teve início em Março/2008 e término em Julho/2008.

Em dezembro de 2008, dando início à estruturação de uma rede nacional de monitoramento da assistência social, a partir do compartilhamento de experiências no âmbito do SUAS, foi realizado o Seminário Experiências em Monitoramento na Assistência Social, com a participação de 120 gestores e técnicos de todas as unidades da federação.

Tabela 7 – Atividades de capacitação (2008)

Ação	Descrição	Pessoas Capacitadas
Implementação do Curso de Capacitação para Gerentes Sociais	A Rede Nacional de Capacitação, constituída por dez instituições de ensino, capacitou 1.531 gerentes sociais em 573 municípios e 25 estados. O curso foi composto por duas semanas presenciais e um módulo a distância, perfazendo um total de 160 horas-aula. No total, foram formadas 40 turmas nos 16 pólos onde foram realizados os cursos.	1.531
Seminário Experiências em Monitoramento na Assistência Social	O Seminário realizado em dezembro de 2008 teve por objetivo produzir elementos para a estruturação de uma rede nacional de monitoramento da assistência social, a partir do compartilhamento de experiências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O evento contou com a participação total de 120 gestores e técnicos de todas as unidades da federação que trabalham com a política de assistência social, com a ação de monitoramento e que foram capacitados para utilização do moodle, ferramenta de ensino à distância.	120

Fonte: SAGI, 2009

Capacitação

O Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais (DFAPS) foi responsável pela gestão e pela implementação da Capacitação de Gestores Sociais que visa ampliar as competências profissionais das áreas de assistência social e transferência de renda, a partir da disseminação de conceitos e metodologias de intervenção, demandados por políticas e programas de proteção social, e de instrumentos de planejamento, gerenciamento e operacionalização de serviços e benefícios, vinculados à proteção social não contributiva.

Para adequada viabilização do Projeto de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais, o MDS firmou parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por possuir excelência amplamente reconhecida na formação de agentes públicos. A Portaria Ministerial nº. 160, de 10 de maio de 2007, aprovou Plano de Trabalho no qual a ENAP assumiu o papel de co-executora do Projeto, com a atribuição de coordenar a Rede Nacional de Capacitação Descentralizada e realizar a formação de multiplicadores.

O Curso de Formação de Multiplicadores, realizado em Brasília em dezembro de 2007, foi ministrado por especialistas da área, para profissionais indicados pelas dez instituições contratadas pelo MDS em outubro de 2007, para realizar, a partir de março de 2008, a capacitação descentralizada.

As instituições contratadas, denominadas Agências Capacitadoras Estaduais (ACEs) foram selecionadas mediante concorrência pública conduzida pelo PNUD (Processo nº 40-10553/2007), observados os procedimentos de contratação estabelecidos pelo BID.

Para execução da Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais, o território nacional foi dividido em 16 lotes de capacitação, de acordo com a proximidade geográfica e a identidade regional do conjunto dos 629 municípios selecionados a partir dos seguintes critérios de elegibilidade: capitais de estado, municípios com população superior a 100 mil habitantes, municípios com menos de 100 mil habitantes localizados em regiões metropolitanas e municípios em condição de gestão plena do SUAS em 31/03/06.

Além dos 629 municípios, foram ofertadas vagas para os 26 estados e para o Distrito Federal.

Um total de 1617 vagas foram ofertadas para 629 municípios, 26 estados e Distrito Federal. Participaram da capacitação, 1531 profissionais de 573 municípios, 25 estados e do Distrito Federal, representando um percentual de 94,68% de adesão.

Entre março e julho de 2008 os Cursos de Formação de Gerentes Sociais, compostos por duas semanas presenciais intermediadas por um módulo a distância, num total de 160 horas-aula, foram ministrados em quarenta turmas distribuídas nos dezesseis lotes de capacitação.

Durante os cursos, visitas de monitoramento foram feitas por técnicos do MDS e consultores contratados. No início da primeira fase presencial e ao final da segunda fase presencial, questionários destinados a verificar três dimensões dos efeitos da capacitação (conhecimento, habilidade e postura) foram aplicados por técnicos da SAGI a todos os alunos da capacitação em todas as turmas. As respostas aos dois questionários compuseram uma base de dados construída pela SAGI para subsidiar a avaliação externa da capacitação.

Em agosto de 2008 foi realizado o Seminário de Avaliação Pedagógica do Projeto de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais. A partir da avaliação das Agências Capacitadoras Estaduais (ACEs), do comitê acadêmico constituído pelo MDS para realizar a supervisão técnica e pedagógica dos cursos e da ENAP, foram discutidos os aspectos pedagógicos dos resultados alcançados na capacitação. Além das ACEs, do comitê acadêmico e da ENAP, o evento contou com a participação de representantes dos alunos de todas as turmas, representantes do BID e do MDS.

Quanto aos resultados quantitativos dessa ação, mais relacionadas às metas estabelecidas, são apresentados os totais relativos às vagas oferecidas, ao número de inscritos e de participantes, por lote de capacitação.

Tabela 8 – Resultados quantitativos de alunos participantes por lote de capacitação de gerentes sociais (2008)

<i>Lote</i>	<i>Total de Vagas (a)</i>	<i>Total de Inscritos (b)</i>	<i>Total de participantes (c)</i>	<i>% de participantes (c/a)</i>
1	122	142	123	100,81
2	63	81	61	96,82
3	44	47	43	97,72
4	110	136	90	81,81
5	92	90	72	78,26
6	45	66	52	115,55
7	43	54	41	95,34
8	173	187	173	100,00
9	152	193	130	85,52
10	153	178	149	97,38
11	92	103	87	94,56

12	92	93	92	100
13	158	180	153	96,83
14	184	229	169	91,84
15	38	40	39	102,63
16	56	60	57	101,78
Total	1.617	1.879	1.531	94,68

Fonte: SAGI, 2008

A capacitação descentralizada de gerentes sociais, conforme destacado acima, foi executada por um conjunto de dez organizações de ensino, selecionadas em processo licitatório, coordenadas pela ENAP e pela equipe do DFAPS da SAGI. Adotou-se o modelo descentralizado, por dois motivos. Em primeiro lugar, o MDS considera importante incentivar a formação de uma rede descentralizada de organizações de ensino com presença em vários estados para responder a possíveis demandas de estados e municípios no treinamento de profissionais necessários, no âmbito local, para implementar o SUAS, o Bolsa Família e outros programas sociais. Em segundo lugar, não se considera desejável capacitações descontextualizadas ou sem referência aos contextos regionais. A escolha da ENAP como co-executora decorreu de sua reconhecida competência como organização governamental dedicada à formação de agentes públicos. A descentralização de recursos orçamentários decorreu da aprovação do Plano de Trabalho, objeto da Portaria Ministerial nº. 160/2007.

A fim de discutir e aferir os resultados de outros aspectos da capacitação foram previstas duas ações de avaliação: 1) Seminário de Avaliação Pedagógica do Projeto de Capacitação Descentralizada para gerentes sociais, realizada em agosto de 2008 e 2) Avaliação externa dos resultados da capacitação, realizada sob coordenação do Setor de Knowledge and Learning do BID, com apoio do MDS na formulação e aplicação de questionários, contratação de consultores e estruturação de grupos focais. A avaliação externa será finalizada em abril de 2009 e os resultados respectivos serão apresentados em uma oficina programada para maio de 2009.

Disseminação

Os ciclos gerenciais de atividades da SAGI compreendem desde o processo de definição da atividade a ser realizada, passando por várias etapas que envolvem o desenho, a contratação e o acompanhamento dos trabalhos até a divulgação dos resultados, recorrendo a diversas estratégias, dentre elas, a produção e disseminação de publicações. Portanto, o esforço de edição do conjunto de publicações sobre avaliação, monitoramento e capacitação promovidos pela SAGI, representa um dos componentes deste ciclo.

A disseminação do conhecimento produzido pelas ações de avaliação, monitoramento e capacitação, cumpre a dupla função, a de contribuir para a transparência da gestão pública e a de sistematizar e registrar as informações fundamentais para a retroalimentação dos programas.

Para a consecução desse componente são envidados recursos que compreendem a contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços gráficos, contratação de pessoas físicas para a execução de serviços de revisão, tradução, diagramação, criação e outros. As referidas contratações são realizadas por meio de licitações e seleções públicas conduzidas pela Diretoria de Programas da Secretaria Executiva do MDS que gerencia os Acordos de Cooperação Técnica com organismos internacionais, a exemplo do PNUD, UNESCO e FAO, e também, através da SPOA que mantém contrato para impressão de material gráfico. No processo de disseminação também são

destinados recursos para o deslocamento de servidores na representação do MDS em eventos externos afetos à política de avaliação e monitoramento desenvolvida pela SAGI.

Entre as ações realizadas para alcançar esses objetivos, destacam-se: publicação de folders, periódicos e livros; realização de seminários; atendimento a gestores nacionais da área social e; participação em missões internacionais.

Foram lançadas 14 novas publicações em 2008, entre livros, cadernos de estudos, revistas, folders e sumários executivos de pesquisas, totalizando mais de 26 mil exemplares impressos e disponibilizados em meio eletrônico (www.mds.gov.br).

Os temas abordados nas publicações priorizam os resultados de pesquisas e das ações de monitoramento e de capacitação e abrangem as três áreas de atuação do MDS – Renda de Cidadania, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. A partir de 2009, a quarta área (Inclusão Produtiva) será incorporada. A distribuição dos materiais contemplou órgãos de todas as esferas do governo, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica, institutos de pesquisas e organismos internacionais.

Os recursos financeiros utilizados nestas atividades, excetuando o de serviços gráficos e deslocamentos para participação em eventos internacionais realizados, encontram-se no relatório da Diretoria de Programas (7 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos).

A ação de divulgação constitui-se em ferramenta para a retroalimentação dos gestores responsáveis pelos programas, subsidia estudos e pesquisas conduzidos por instituições acadêmicas, e atividades de fiscalização e de controle social. Assim, a transparência e a consolidação das políticas públicas são fortalecidas.

Tabela 9 - Relação das publicações editadas em 2008

Item	Publicação	Descrição
Livros	Linha de base do monitoramento dos CRAS	Resultado da coleta de dados, realizada em 2007, sobre a situação de funcionamento dos equipamentos, enfocando aspectos como financiamento, estrutura física, recursos humanos e atendimento.
	Linha de base do monitoramento dos CRAS - Versão revisada	Resultado da coleta de dados, realizada em 2007, sobre a situação de funcionamento dos equipamentos, enfocando aspectos como financiamento, estrutura física, recursos humanos e atendimento. Essa edição revisada agrega os resultados das discussões do Encontro Nacional sobre Monitoramento dos CRAS, realizado em Brasília nos dias 28 e 29 de maio de 2008.
	<i>Research methodologies and instruments used to evaluate programs of the MDS: Bolsa Família, Social Assistance, Food and Nutrition Security.</i> Organizadores: Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vaitsman.	Versão em inglês da publicação que apresenta as metodologias aplicadas em 18 pesquisas de avaliação dos programas e políticas do MDS coordenadas pela SAGI.
Cadernos de Estudos	Nº 7 – Programa Cisternas: Um estudo sobre a demanda, cobertura e focalização	Analisa o programa Cisternas do MDS e propõe um índice para priorizar o atendimento com cisternas.
	Nº 8 – Projeto Agente Jovem: Avaliação de	Relata os resultados da avaliação do Projeto

	seus impactos	Agente Jovem realizada em 2007 pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense.
	Nº 9 – Políticas Sociais e Chamada Nutricional Quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças	Traz os resultados da Chamada Nutricional Quilombola e uma análise das políticas sociais direcionadas às comunidades quilombolas.
	Nº 10 – Povos indígenas: um registro das ações de desenvolvimento social	Apresenta as principais ações executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e seus parceiros voltadas para a proteção social e segurança alimentar de comunidades indígenas no Brasil.
Revistas	Indicadores MDS – Uma análise do BPC (versão eletrônica)	Analisa um conjunto selecionado de indicadores referentes ao segundo semestre de 2007 do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
Folder	Folder dados 2006	Apresenta os dados físico/financeiros dos principais programas do MDS durante o ano de 2006. Destaque para a implantação dos CRAS.
	Folder dados evolução 2004-2007	Apresenta a evolução da execução dos principais programas do MDS com dados físico/financeiros durante o período de 2004 a 2007. Destaque para a implementação do BPC.
Sumários Executivos de Pesquisas	Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	
	Avaliação do Programa de Atendimento Emergencial Distribuição de Cestas de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos em Situação de Insegurança Alimentar	
	Sistematização dos Resultados da I Oficina de Trabalho: Re(Composição) da Cesta de Alimentos	
	Sistematização dos Resultados da II Oficina de Trabalho: Re(Composição) da Cesta de Alimentos	

Fonte: SAGI, 2009

Com o intuito de compartilhar experiências e tecnologias, o MDS por meio da SAGI participou de ações do MDS previstas nos tratados de cooperação com atividades em missões internacionais para os seguintes países: México, Argentina, Colômbia, Canadá, Egito e E.U.A., com o objetivo de apresentar os trabalhos de avaliação e monitoramento dos programas sociais em funcionamento no Brasil, de disseminar novos conceitos e metodologias, além de discutir alternativas para os desafios de gestão enfrentados na área de desenvolvimento social.

Cabe destacar que em relação ao MERCOSUL Social, a SAGI é responsável pela representação brasileira na Comissão do Sistema Estatístico de Indicadores Sociais (S.E.I.S.) no âmbito da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados (RMADS) que acontece a cada seis meses em um dos países membros. No primeiro semestre de 2008 a representante da SAGI participou da XIV reunião do Grupo Técnico da XIV RMADS realizada na Argentina. Já no segundo semestre, com a presidência pro tempore brasileira do MERCOSUL e a consequente responsabilidade do MDS na realização da XV RMADS, a SAGI ficou responsável pela realização da reunião da Comissão S.E.I.S., durante a XV reunião do Grupo Técnico da XV RMADS.

As principais demandas das missões internacionais em 2008 estavam relacionadas ao desenvolvimento e utilização das ferramentas de gestão da informação e a experiência bem sucedida do Brasil no trabalho de erradicação da pobreza.

Tabela 10 – Relação das missões internacionais recepcionadas pela SAGI (2008)

Missão	Participantes da SAGI	Local de Origem/Data	Descrição
Projeto de Cooperação técnica MDS/MIES	Departamento de Avaliação e Monitoramento	Delegação Equatoriana/ De 22 a 30.04.2008	Apresentação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do MDS
Missão da FAO Colômbia ao Brasil	Departamento de Avaliação e Monitoramento Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos	Delegação Colombiana/ De 23.06.2008 até 27.06.2008	Apresentação do Sistema de Monitoramento e Avaliação e do Sistema de Gestão da Informação
Projeto Brasil/África de Cooperação em Promoção e Proteção Social	Departamento de Avaliação e Monitoramento Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos	Angola, Moçambique, Gana, Namíbia, Quênia e Tanzânia/ 25.08.2008	Apresentação do Sistema de Monitoramento e Avaliação e do Sistema de Gestão da Informação
Missão Boliviana	Departamento de Avaliação e Monitoramento Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos	Bolívia/ De 06.01.2008 até 08.01.2008	Apresentação sobre a Matriz de Informação Social

Fonte: SAGI, 2009

Tabela 11 – Eventos promovidos pela SAGI e/ou em parceria com outras secretarias (2008)

Evento	Descrição	Número de participantes*
Pesquisa Nacional sobre População de Rua	Divulgação dos resultados da pesquisa	120
Encontro Nacional sobre Monitoramento dos CRAS	O seminário ocorreu em maio de 2008, fruto de uma parceria entre a SNAS e a SAGI, cujo objetivo foi discutir os parâmetros adotados para o monitoramento dos CRAS a partir dos resultados da primeira coleta de dados e das experiências locais.	150
Seminário de Avaliação Pedagógica do Projeto de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais	Apresentação e discussão dos resultados alcançados na capacitação descentralizada para gerentes sociais no que se refere aos aspectos pedagógicos, a partir da avaliação das Agências Capacitadoras Estaduais, do comitê acadêmico e da ENAP	110
1ª Oficina de Trabalho: (Re)composição da Cesta de Alimentos	Discussão sobre a ação de distribuição de cesta de alimentos com os representantes dos segmentos sociais atendidos e parceiros governamentais envolvidos na implementação da ação.	50
2ª oficina de Trabalho: (Re) Composição da	Discussão sobre a ação de distribuição de cesta de alimentos com os representantes dos segmentos sociais atendidos e parceiros	50

Cesta de Alimentos	governamentais envolvidos na implementação da ação.	
Organização de grupos focais com alunos egressos dos cursos	Metodologia de grupos focais, realizado em novembro/2008, para discutir e avaliar os resultados da capacitação a partir das impressões de representantes de alunos de todas as turmas, sob a condução de consultores contratados pelo MDS, trabalhando sob a coordenação do Setor de Knowledge and Learning (KNL) do BID, responsável pela avaliação externa do Projeto de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais.	XX
Seminário de Experiências em Monitoramento na AS	Discussão e produção de elementos para a estruturação de uma rede nacional de monitoramento da Assistência Social a partir do compartilhamento das experiências estaduais no âmbito do SUAS.	120

Fonte: SAGI, 2009

* Público estimado, uma vez que se tratavam de eventos abertos ou que sua organização não era de responsabilidade direta da SAGI/MDS.

Dificuldades na execução das ações da SAGI

A SAGI tem um quadro bastante reduzido de servidores, muitos deles vinculados a contratos terceirizados. Ao longo de 2008, a equipe da SAGI oscilou entre 60 a 50 profissionais, incluindo os cargos comissionados. Independentemente do tamanho reduzido da equipe técnica, o MDS considera que pesquisas de avaliação, para garantir a credibilidade e a imparcialidade, devem ser externas e independentes. Por isso, a estratégia adotada foi o estabelecimento de um sistema de avaliação e de disseminação de resultados, iniciativa premiada pela ENAP no Prêmio de Inovação e Gestão Pública, em 2007. Neste sistema, foi previsto o ciclo completo que abrange os fluxos internos (acolhimento e processamento das demandas internas, elaboração dos termos de referências para a contratação, disseminação interna dos resultados) e externos (acompanhamento dos processos de contratação e de execução das pesquisas, lastreado em uma forte e constante interlocução com os organismos internacionais e as empresas contratadas - análise dos instrumentos de coleta de dados e dos relatórios intermediários e finais, verificação das bases de dados geradas - além das atividades de disseminação dos resultados a partir das publicações e eventos).

Como já mencionado, o desenvolvimento de pesquisas e estudos para avaliação recorre à contratação de institutos de pesquisas e consultores individuais, selecionados em processos licitatórios que obedecem à legislação brasileira e aos procedimentos estabelecidos pelas agências multilaterais a que o governo brasileiro recorreu para empréstimos (BID e BIRD) e pelos manuais de convergência dos organismos internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) que administram os recursos. A maioria é composta por pesquisas de grande porte que requerem equipes de especialistas e um amplo quadro de entrevistadores que, como não poderia ser diferente, não está disponível nos quadros do MDS.

Um dos problemas enfrentados é a morosidade nos processos de contratação de serviços e pesquisas que dificulta o planejamento, a programação financeira, sobrecarrega a equipe da SAGI e impede a obtenção de resultados das pesquisas no tempo desejado. O prazo de contratação de pesquisas mais caras tem oscilado entre 18 a 30 meses, depois da elaboração do Termo de Referência. A SAGI, com o apoio da SPOA e da CONJUR, investiu na modalidade pregão para contratação da pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada. O segundo teste será realizado para a contratação da capacitação de conselheiros municipais prevista para 2009.

A área de desenvolvimento de aplicativos tem sido particularmente afetada pela redução da equipe técnica ou instabilidade nos contratos de funcionários terceirizados. As atividades da SAGI

exigem uma equipe pequena, mas estável e qualificada. O recrutamento de profissionais inexperientes via concurso e a demora da aprovação da reestruturação do MDS têm dificultado a preservação da equipe e a reposição das perdas.

Da mesma forma, a equipe encarregada de publicações e de organização de eventos de disseminação ou de capacitação é extremamente reduzida e não conta com profissionais de editoração e revisão, demandados para a produção de qualquer publicação de boa qualidade. Para a contratação de consultores individuais, gráficas, empresas para apoiar eventos, a SAGI adotou procedimentos, pautados em mérito, preço e impessoalidade, requeridos pela legislação brasileira e pelos organismos internacionais. Similarmente ao que ocorre em todas as contratações, a equipe interna manteve estreitas conexões com os profissionais ou empresas contratadas para garantir uma execução de serviços de qualidade.

2.4. Desempenho Operacional

Em 2008, diante das informações contidas no Plano de Providências referentes às recomendações da CGU, a SAGI redesenhou o indicador de eficácia e elaborou os de eficiência e efetividade da Ação 4923 – Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, passando a apurar sistematicamente esses indicadores de desempenho para que venham a servir como elementos de gestão.

2.4.1. 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Indicador

Os indicadores propostos estão baseados nas iniciativas de avaliação e monitoramento (IAeM) do conjunto de programas ou ações (CPA), que estão contempladas no PPA 2008-2011, de três políticas do MDS: Política Nacional de Assistência Social (SNAS), Política Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

Indicador de Eficácia

a) Utilidade

O indicador de nível de Eficácia Global (Efg) é dado pela relação entre as IAeM concluídas e o CPA do ano base e mede o grau de completude de programas ou ações que foram avaliadas no ano base e reflete o fluxo das iniciativas. Como indicadores coadjuvantes propõem-se: (1.) os indicadores de Eficácia Específicos (Efs) por política, cujo conjunto mede a distribuição das IAeMs pelas três políticas e fornecerá indicativos de correção no planejamento para se evitar concentração de projetos e (2.) indicador de Nível de Eficácia Total (Eft) que é dada pela relação entre as IAeM concluídas e em andamento e o CPA do ano base e mede o nível do estoque das iniciativas refletindo o grau de atividades exercidas no ano base. Numa situação ideal a relação Eft e Efg deverá estar próxima de um, indicando equilíbrio entre as iniciativas concluídas e em andamento.

b) Tipo

Eficácia

c) Fórmula de cálculo

Indicador Global de Eficácia

$$Efg = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pj_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Pj_{s,x}$ = Iniciativas x: {1..m} de avaliação e monitoramento das ações ou programas da política s: {PNAS, PENARC, PESAN}, concluídas no ano base.

$Pg_{s,y}$ = Ações ou programas y: {1..n} da política s: {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

Indicador Específico de Eficácia por Políticas

$$Ef_s = \frac{\sum_{x=1}^m Pj_{s,x}}{\sum_{y=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Pj_{s,x}$ = Iniciativas de avaliação e monitoramento (x x: 1..m) das ações ou programas da Política (s), concluídas no ano base;

$Pg_{s,y}$ = Programas ou ações y: {1..n} da Política s: {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

Indicador de Eficácia Total

$$Eft = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Ptot_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Ptot_{s,x}$ = Iniciativas de avaliação e monitoramento concluídas e em andamento (x: 1..m) no ano base, das ações ou programas da Política (s)

$Pg_{s,y}$ = Ações ou programas y : {1..n} da Política s : {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

d) Método de Aferição

Efg = Muito bom, se	$Efg \geq 0,5$
Bom, se	$0,4 \leq Efg < 0,5$
Regular, se	$0,3 \leq Efg < 0,4$
Ruim, se	$0,2 \leq Efg < 0,3$
Muito ruim, se	$Efg < 0,2$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DAM

f) Resultado do indicador no exercício: $Efg = 0,41$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Eficiência

a) Utilidade

O indicador de eficiência pondera os indicadores específicos de eficácia pela relação custo das iniciativas de avaliação e monitoramento dos programas ou ações pelo custo global do conjunto de programas e ações das políticas sociais do MDS:

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de cálculo

$$FC_s = \frac{\sum_{x=1}^m Cj_{s,x}}{\sum_{x=1}^m Cg_{s,x}}$$

Onde:

$Cj_{s,x}$ = custo total das iniciativas de avaliação e monitoramento das ações e programas

$Cg_{s,x}$ = custo total das destas ações e programas das políticas

s: {política nacional de assistência social, política nacional de transferência de renda de cidadania e política nacional de segurança alimentar e nutricional}:

e considerando as categorias de FCs, o indicador de relação de custos(FCA) será dado por:

$$FCA_s = \begin{array}{ll} 1, & \text{se } FC_s \geq 0,05 \\ 2, & \text{se } 0,01 \leq FC_s < 0,05 \\ 3, & \text{se } FC_s < 0,01 \end{array}$$

O indicador de eficiência Ec será medido pela ponderação dos indicadores de eficácia específicos (Ef_s) pelos FCA_s

$$Ec = \sum_{s=1}^3 Ef_s * FCA_s$$

d) Método de Aferição

$$Ec = \begin{array}{ll} \text{Muito bom, se} & Ec \geq 4,5 \\ \text{Bom, se} & 3,5 \leq Ec < 4,5 \\ \text{Regular, se} & 2,5 \leq Ec < 3,5 \\ \text{Ruim, se} & 1,5 \leq Ec < 2,5 \\ \text{Muito ruim, se} & Ec < 1,5 \end{array}$$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DAM

f) Resultado do indicador no exercício: $Ec = 3,83$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Efetividade

a) Utilidade

O indicador de efetividade será mensurado pela relação entre o número de iniciativas concluídas com repasse dos resultados (devolutiva) para as Secretarias responsáveis pelas políticas sociais no sentido de instrumentá-las nas ações de ajustes necessários e o total da demanda de iniciativas que incluem aquelas concluídas e aquelas não executadas, por cancelamento ou interrupção.

b) Tipo: Efetividade

c) Fórmula de cálculo

$$Et = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pc_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pd_{s,y}}$$

Onde

$Pc_{s,x}$ = Iniciativas (x) de avaliação e monitoramento das ações e programas das políticas (s) sociais do MDS com repasse de resultados às Secretarias responsáveis, no ano base

$Pd_{s,y}$ = Demanda (y) realizada (concluída) de avaliação e monitoramento das ações ou programas das políticas sociais (s) acrescidas das iniciativas que por algum motivo tenha sido cancelada ou interrompida.

d) Método de Aferição

$Et =$ Muito bom, se	$Et \geq 0,75$
Bom, se	$0,65 \leq Et < 0,75$
Regular, se	$0,55 \leq Et < 0,65$
Ruim, se	$0,45 \leq Et < 0,55$
Muito ruim, se	$Et < 0,45$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DAM

f) Resultado do indicador no exercício: $E_t = 0,75$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

2.4.2. 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Indicador de eficácia

a) Utilidade

Medir o grau de interesse (mobilização), o nível de participação e a taxa de conclusão de um projeto de capacitação.

b) Tipo

Eficácia

c) Fórmula de Cálculo

$$\text{Ind}_1 = \alpha * I_{\text{Matr}} + \beta * I_{\text{Part}} + \gamma * I_{\text{Concl}}$$

Onde:

α , β e γ representam os fatores de ponderação de cada um dos índices que compõem o indicador Ind_1 , podem variar de um projeto para outro e obedecem à seguinte relação: $\alpha + \beta + \gamma = 1$.

Todos os índices I_{Matr} , I_{Part} , e I_{Concl} têm valores compreendidos entre 0 e 1.

Índice de Matrícula I_{Matr}

$$I_{\text{Matr}} = \text{Matr} / V$$

Onde:

Matr é o número de matrículas alcançado pelo projeto de capacitação e V é o número de vagas ofertadas pelo mesmo projeto. Caso $\text{Matr} > V$, o Índice de Matrícula será igual a 1: esta situação sinaliza a existência de uma demanda maior do que o número de vagas ofertadas e enseja a possibilidade de criação de um “cadastro de reservas” para suprir eventuais desistências e possibilitar o remanejamento das vagas assim liberadas.

Índice de Participação I_{Part}

$$I_{\text{Part}} = \text{Part} / M$$

Onde:

Part é o número de participantes efetivos do projeto de capacitação e M representa a meta quantitativa do projeto, qual seja o número de participantes a ser alcançado e que não poderá ser inferior a 70% das vagas ofertadas. Se $Part > M$, terá havido superação da meta e o Índice de Participação será igual a 1.

Índice de Conclusão I_{Concl}

$$I_{Concl} = Concl / Part$$

Onde:

Concl é o número de participantes concluintes (ou aprovados) segundo critérios de avaliação de aprendizagem especificados pelo projeto de capacitação e Part é o número de participantes efetivos mencionados anteriormente. O Índice de Conclusão nunca poderá ser superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores de V (vagas ofertadas) e M (resultado a ser alcançado pelo projeto de capacitação) deverão constar do Termo de Referência do respectivo projeto.

Os fatores de ponderação α , β e γ serão determinados para cada projeto de capacitação em função das suas características.

O valor de Matr (número de matrículas) será apurado a partir da constituição de um cadastro contendo as informações de perfil dos agentes público ou sociais que constituem o público alvo do projeto de capacitação e que, ao preencher o cadastro, manifestarão o desejo de participar do projeto. A montagem e atualização deste cadastro serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução do projeto de capacitação, de acordo com modelo estabelecido pela SAGI.

O valor de Part (número de participantes efetivos do projeto de capacitação) será apurado a partir de registros de frequência estabelecidos para o projeto. Tratando-se de capacitação presencial, o registro será feito em folha de frequência assinada pelos participantes de acordo com os critérios fixados (por aula, por expediente, etc.). No caso de capacitação a distância, a frequência será registrada a partir da medição de tempo de conexão feita pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No caso de capacitação mista (envolvendo as duas modalidades) poderá ser utilizado Os registros de frequência serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução do projeto de capacitação, de acordo com modelo e procedimentos estabelecidos pela SAGI.

O valor de Concl (número de concluintes) será apurado a partir dos critérios definidos no projeto de capacitação para o processo de avaliação de aprendizagem. A avaliação de aprendizagem será de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução do projeto de capacitação, de acordo com o estabelecido pelo Termo de Referência, pelo Edital de Licitação e pela(s) proposta(s), aprovada(s) pela SAGI, da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução do projeto de capacitação.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

A SAGI será responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados coletados e dos registros efetuados pela(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução do projeto de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind1 para o projeto de Capacitação Descentralizada de Gerentes Sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados e em função de parâmetros, alguns estabelecidos nos instrumentos contratuais com as Agências Capacitadoras Estaduais (ACE) responsáveis pela execução do projeto e outros definidos pela SAGI.

$$V = M = 1.617$$

$$A = 0,3; \beta = 0,5 \text{ e } \gamma = 0,2$$

$$\text{Matr} = 1.879$$

$$\text{Part} = 1.531$$

$$\text{Concl} = 1.326$$

$$\text{Ind}_1 = 0,3 * 1,00 + 0,5 * 1.531/1.617 + 0,2 * 1.326 / 1.531 = 0,9332$$

Ou 93,32% de eficácia

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

i) Observação

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficácia dos projetos de capacitação da SAGI.

$\text{Ind}_1 \geq 80\%$ - muito bom

$60\% \leq \text{Ind}_1 < 80\%$ - bom

$40\% \leq \text{Ind}_1 < 60\%$ - regular

$20\% \leq \text{Ind}_1 < 40\%$ - ruim

$\text{Ind}_1 < 20\%$ - muito ruim

A meta da SAGI é de que todos os projetos de capacitação atinjam, no mínimo, o conceito “bom” em eficácia.

Indicador de eficiência

a) Utilidade

Medir o custo por participante e por mês de um projeto de capacitação

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de Cálculo

$$\text{Ind}_2 = \text{CP}_{\text{Realizado}} / \text{CP}_{\text{Planejado}} * \text{T}_{\text{Realizado}} / \text{T}_{\text{Planejado}}$$

Onde:

$\text{CP}_{\text{Planejado}}$ é o custo por participante que foi orçado

$\text{CP}_{\text{Realizado}}$ é o custo efetivo por participante

$\text{T}_{\text{Planejado}}$ é o prazo de execução do projeto de capacitação tal como foi planejado

$\text{T}_{\text{Realizado}}$ é o prazo efetivo de execução do projeto de capacitação

CP é o custo total CT (planejado ou realizado) dividido pelo quantitativo de participantes Part (planejado ou realizado)

O valor de Ind_2 igual a 1 significa que os recursos utilizados e o prazo despendido corresponderam ao planejado. A eficiência será tanto maior quanto o indicador Ind_2 for menor, sendo inferior a 1 e a eficiência será tanto menor quanto o indicador Ind_2 for maior, sendo superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores planejados para CP e T serão parte do planejamento da SAGI, ao passo que os valores realizados para as mesmas variáveis serão aferidos no final da execução do projeto de capacitação.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

A SAGI será responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados planejados e dos registros efetuados ao final da execução do projeto de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind_2 para o projeto de Capacitação Descentralizada de Gerentes Sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados.

$$\text{CT}_{\text{Planejado}} = 10.131.074,50$$

$$\text{Part}_{\text{Planejado}} = 1.617$$

$$\text{CP}_{\text{Planejado}} = 10.131.074,50 / 1.617 = 6.265,35$$

$$\text{T}_{\text{Planejado}} = 11 \text{ meses}$$

$$\text{CT}_{\text{Realizado}} = 9.369.086,46$$

$$\text{Part}_{\text{Realizado}} = 1.531$$

$$\text{CP}_{\text{Realizado}} = 9.369.086,46 / 1.531 = 6.119,59$$

$$\text{T}_{\text{Realizado}} = 12 \text{ meses}$$

$$\text{Ind}_2 = 6.119,59 / 6.265,35 * 12 / 11 = 1,0655$$

Este indicador mostra que o realizado quase correspondeu ao planejado (valor próximo de 1), sendo que o custo por participante realizado foi menor que o planejado e o prazo de execução real passou de um mês o planejado em função de um aditamento de prazo aos contratos das ACE para permitir a entrega do último produto no limite dos prazos contratuais.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Observação

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficiência dos projetos de capacitação da SAGI.

$0,9 < \text{Ind}_2 < 1,1$ – muito bom

$\text{Ind}_2 < 0,9$ ou $\text{Ind}_2 > 1,1$ - bom

$\text{Ind}_2 < 0,8$ ou $\text{Ind}_2 > 1,2$ - regular

$\text{Ind}_2 < 0,7$ ou $\text{Ind}_2 > 1,3$ - ruim

$\text{Ind}_2 < 0,6$ ou $\text{Ind}_2 > 1,4$ – muito ruim

A meta da SAGI é de que todos os projetos de capacitação atinjam, no mínimo, o conceito “bom” em eficiência.

Indicador de efetividade

Devido à natureza da ação de capacitação executada, a SAGI não considera pertinente a formulação de um indicador de efetividade. Para a construção de tal indicador, seria necessário contar com resultados de uma pesquisa que pudesse avaliar os efeitos dos conteúdos apreendidos pelos capacitandos, na execução local de suas atividades de gestão.

Uma pesquisa com este objetivo teria que ter um desenho extremamente complexo, além de ser longitudinal. Por um lado, seria necessário diagnosticar a situação dos serviços de assistência social e o de transferência de renda antes da capacitação, a importância relativa desse profissional selecionado na operacionalização dos serviços; acompanhar mudanças político-administrativas nos estados e municípios; procurar captar, após um período de tempo, as alterações ocorridas e separar os efeitos da capacitação de três ou quatro gerentes ou coordenadores na execução dos serviços. Portanto, seria necessário contratar uma pesquisa para cada município para o qual se realizou a capacitação.

CONCLUSÃO

Para o ano de 2008, podem-se destacar os seguintes avanços:

1. Aumento da cooperação entre a SAGI e SNAS no desenvolvimento de atividades e capacidades para apoio aos entes federados na consolidação do SUAS (censo CRAS de 2007 e 2008 consolidados e censo CREAS 2008), refletido em: (a) construção conjunta do processo de monitoramento dos CRAS e início do monitoramento do CREAS, com envolvimento de técnicos estaduais e municipais, definição de indicadores para aferir a adequação de recursos humanos disponíveis e equipamentos; (b) implementação da capacitação descentralizada para gerentes

sociais para disseminar o paradigma de direitos, a necessária articulação entre benefícios e serviços e metodologias de trabalho com famílias, que lastreiam a PNAS e PBF; sensibilização de gerências estaduais e municipais no uso de ferramentas informacionais e de bases de dados disponíveis no MDS; (c) publicação de textos para orientar o trabalho dos profissionais nos estados e municípios.

2. Aumento da cooperação entre SAGI, SNAS e SENARC para o aprimoramento das atividades de controle social no âmbito dos estados e municípios a partir da capacitação de conselheiros, negociação em 2008 e execução prevista para 2009-2010.
3. Estabelecimento de processos de negociação das agendas de pesquisas mais complexas de avaliação e de estudos rápidos com as secretarias finalísticas (agendas de pesquisas BIRD e BID; realização de estudos conjuntos: SAGI/ SESAN composição da cesta de alimentos, SAGI/GM/SE/ASCOM: elenco de questões das pesquisas de opinião).
4. Busca de alternativas para acelerar a contratação de pesquisas envolvendo CONJUR, SPOA, SNAS e SAGI: pregão para a contratação da pesquisa de avaliação de impacto do BPC, realizado com sucesso em novembro de 2008.
5. Melhoria dos fluxos de informação entre as secretarias e a SAGI para alimentar a MI Social, permanecendo algumas dificuldades com a SESAN.
6. Melhoria da rotina para liberação de dados de pesquisas a partir da publicação da Portaria 255/2008, padronizando e formalizando o fluxo interno no que concerne à liberação de dados das pesquisas contratadas pelo MDS.

2.5. Evolução de Gastos Gerais

Tabela 12 – Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		
	2006 (R\$)	2007 (R\$)	2008 (R\$)
1. PASSAGENS	173.579,88	102.906,96	133.160,83
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS (GM, SE, SAIP)	71.215,00	52.561,00	39.825,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	Dados Consolidados na Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva		
3.1. Publicidade			
3.2. Vigilância e Limpeza			
3.3. Cooperagem			

3.4. Tecnologia da informação			
3.5. Apoio Administrativo	R\$ 752.654,32	R\$ 759.654,20	R\$ 625.321,26
3.6. Suprimento de fundos	Dados Consolidados na Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva		
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAIS	997.449,20	915.122,16	798.307,09

Fonte: CGRH/SPOA/MDS

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrência.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ 1,00

Ano de Inscrição	RP Processados				RP Não-Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0	0	0
2007	29.417	0	29.112	305	72.885	-3.622	69.263	0
Total	29.417	0	29.112	305	72.885	-3.622	69.263	0

Para a captação dos dados referentes aos Restos a Pagar se utilizou o SIAFI Gerencial. Neste sentido, foi selecionado o Grupo de Itens “RP PROC N PROC CCONT” e se restringiu às ações orçamentárias 4923 – Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e 6877 – Capacitação de Agentes Públicos em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cabe destacar que em 2007 somente R\$ 304,80 dos Restos a Pagar inscritos não foram pagos no exercício. Este valor é de responsabilidade da Unidade Gestora 114702 – Fundação Escola Nacional de Administração Pública e foi inteiramente saldado no mês de março de 2009.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não houve ocorrência.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não houve ocorrência.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

As informações financeiras desta execução está a cargo da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica.

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não se aplica.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não houve recomendação da CGU para além do Plano de Providências.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve ocorrência.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Tabela 13 – Dados e informações relativos aos atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadoria

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	8	8
Desligamento	1	1
Aposentadoria	0	0
Pensão	0	0

Fonte: CGRH/SPOA/MDS

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE ETCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO

Em atendimento à Decisão Normativa, TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008, anexo II, item 15, alterada pela Decisão Normativa, TCU nº 96, de 04 de março de 2009, e Decisão Normativa, TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008, alterada pela Decisão Normativa, TCU nº 97, de 18 de março de 2009, declaro que na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, agregada a Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, com base no inciso I a IVº do § 1º do artigo 5º da Instrução Normativa TCU nº 56, de 05 de dezembro de 2007, não houve ocorrências no exercício de 2008.

Brasília, 31 de março de 2009.

Hudson Magno de Rezende
Coordenador da Contabilidade
CRC-DF nº 008409/O-3

De acordo.

Caio Luiz Davali Brandão
Coordenador Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

R\$ 1,00

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	0	0	7	227.500	14	655.200
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	*	*	*	*	*	*
Total Pessoal Próprio	0	0	7	227.500	14	655.200

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	13	508.131	17	1.096.061	16	1.120.238

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	7	406.900	9	544.700	9	1.025.960

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	Dados Consolidados no Relatório Secretaria Executiva					
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo - Contrato nº 03/2005 - Patrimonial Serviços Especializados Ltda.	11	752.654	10	759.654	10	625.321
Pessoal Terceirizado Coperagem	Dados Consolidados no Relatório Secretaria Executiva					
Estagiários	3	10.695	3	5.734	2	6.804
Total Pessoal Terceirizado + Estagiários	14	763.349	13	765.389	12	632.125

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	13	598.597	7	406.455	5	349.038
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	13	598.597	7	406.455	5	349.038

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal cedido pela Unidade	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	44	3.150.436
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	12	632.125
Total Geral	56	3.782.561

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

Não houve ocorrência.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não houve ocorrência.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

AGREGADO II

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregadas	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza



Brasília - 2009

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	210
1.1. Nome Completo da Unidade e Sigla	210
1.2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ	210
1.3. Natureza Jurídica.....	210
1.4. Vinculação Ministerial	210
1.5. Endereço Completo da Sede	210
1.6. Endereço da Página Institucional na Internet.....	210
1.7. Normas de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional, Regimento Interno ou Estatuto da Unidade que Trata o Relatório de Gestão e Respectiva Data de Publicação no Diário Oficial da União	210
1.7.1. Legislação Constitutiva	211
1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto No 5.550/05.....	212
1.7.3. Competências Previstas na Lei Complementar Nº 111/01.....	212
1.7.4. Competências Previstas no Decreto No 5.550/05	213
1.7.5. Competências Previstas no Decreto Nº 4.564/03.....	213
1.8. Código da UJ Titular do Relatório	214
1.9. Códigos das UJs Abrangidas.....	214
1.10. Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	214
1.11. Função de Governo Predominante	214
1.12. Tipo de Atividade.....	214
1.13. Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI.....	214
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	215
2.1. Responsabilidades Institucionais.....	215
2.2. Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	216
2.3. Programas.....	216
2.3.1. Evolução dos Gastos Gerais.....	217
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	217
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	217
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	217
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	217
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	217

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	217
9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	218
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	218
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	218
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	218
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	218
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	218
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	219
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	220
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	220
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	220

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Nome Completo da Unidade e Sigla**

FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FCEP

1.2. **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**

Não há

1.3. **Natureza Jurídica**

Fundo Constitucional

1.4. **Vinculação Ministerial**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

1.5. **Endereço Completo da Sede**

Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 6º Andar, Sala 600

CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)

Fones: (61) 3433 1084 e 3433 1086

Fax: (61) 3433 1129

1.6. **Endereço da Página Institucional na Internet**

www.mds.gov.br

1.7. **Normas de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional, Regimento Interno ou Estatuto da Unidade que Trata o Relatório de Gestão e Respectiva Data de Publicação no Diário Oficial da União**

O FCEP foi instituído por intermédio da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001. Até o início de 2003 a gestão FCEP ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, sendo que o Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, que definiu o extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA como órgão gestor e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, convertida na Lei nº

10.869, de 13 de maio de 2004, designou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

1.7.1. Legislação Constitutiva

- **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, de 14 de dezembro de 2000 (DOU 18.12.2000):** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 julho de 2001 (DOU 09.07.2001):** Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- **LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003):** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004):** Altera a Lei No 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004):** Altera a Lei No 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 de Julho de 2001 (09.07.2001):** Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- **DECRETO Nº 4.564, DE 1º JANEIRO DE 2003 (01.01.2003):** Define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **DECRETO Nº 5.997, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006 (DOU 22.12.2006):** Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2006, e dá outras providências.
- **DECRETO DE 6 DE MARÇO DE 2007 (DOU 07.03.2007):** Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2007, e dá outras providências.

- **DECRETO Nº 6.636, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 (DOU 06.11.2008):** Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2008.
- **PORTARIA MDS No 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005):** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **PORTARIA MDS No 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006):** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto No 5.550/05

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

.....

II - órgãos específicos singulares:

.....

III - órgãos colegiados:

a)

b) Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;

c); e

d)

1.7.3. Competências Previstas na Lei Complementar Nº 111/01

Art. 5º Compete ao órgão gestor do Fundo, a ser designado pelo Presidente da República:

I – coordenar a formulação das políticas e diretrizes gerais que orientarão as aplicações do Fundo;

II – selecionar programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo;

III – coordenar, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, a elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao órgão central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamento, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual, bem como em suas alterações;

IV – acompanhar os resultados da execução dos programas e das ações financiados com recursos do Fundo;

V – prestar apoio técnico-administrativo para o funcionamento do Conselho Consultivo de que trata o art. 4o; e

VI – dar publicidade, com periodicidade estabelecida, dos critérios de alocação e de uso dos recursos do Fundo.

1.7.4. Competências Previstas no Decreto No 5.550/05

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

.....

VII - planejar, coordenar, executar e controlar a utilização dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sob orientação do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 29. Ao Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, cabe exercer as competências estabelecidas em regulamento específico.

1.7.5. Competências Previstas no Decreto Nº 4.564/03

Art. 3º Cabe ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades do Fundo;

II - sugerir áreas de atuação onde devem ser utilizados recursos do Fundo;

III - propor o montante total de recursos a ser aplicado em cada área de atuação;

IV - apresentar proposta de metodologia de definição da linha de pobreza e área geográfica onde as ações financiadas pelo Fundo devam ser concentradas;

V - acompanhar, com periodicidade a ser definida pelo próprio Conselho, a aplicação dos recursos; e

VI - acompanhar, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo, as ações financiadas com recursos do Fundo em cada um dos órgãos responsáveis pela execução.

1.8. Código da UJ Titular do Relatório

SECRETARIA EXECUTIVA :

UG: 550003 ÓRGÃO: 55000/55801 GESTÃO: Tesouro – 00001

1.9. Códigos das UJs Abrangidas

Não consolida outras unidades.

1.10. Situação da Unidade quanto ao Funcionamento

Em funcionamento

1.11. Função de Governo Predominante

Função 08 – Assistência Social

1.12. Tipo de Atividade

Atividade finalística, com a possibilidade de percentual máximo de sete por cento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas.

1.13. Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI

Nome	Código
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	257001
Setorial de Finanças / MDS	550002
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania	550007
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	550008

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades Institucionais

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP, que foi criado em 2001 e previsto para existir até 2010, visa proporcionar aos brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, sendo que os recursos devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou de relevante interesse social voltados à melhoria da qualidade de vida.

Deve-se ressaltar que quase a totalidade da receita do FCEP era proveniente da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, nos termos do inciso I do art. 80 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Entretanto, a cobrança da CPMF foi extinta em 31 de dezembro de 2007, acarretando em significativa queda nos recursos vinculados a este fundo.

No exercício de 2008 foram arrecadados, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, o montante de R\$ 211.382.460,00 (duzentos e onze milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais), referentes a receitas que tiveram seu fato gerador em 2007 e só foram arrecadadas no exercício seguinte, e R\$ 959.321,00 (novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais), provenientes de doações ao Programa Fome Zero.

Em 2008 também foram incorporados ao FCEP os valores de R\$ 2.016.457.000,00 (dois bilhões, dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil reais) e R\$ 3.182.000,00 (três milhões, cento e oitenta mil reais), originados de superávit de exercícios anteriores apurados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, nos termos do Quadro 18 da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 165, de 27 de março de 2008.

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP no exercício de 2008, em que se pode constatar que a execução total das fontes de recursos 79 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, 45 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e 94 – Doações para o Combate à Fome foi de 100,0% dos recursos disponibilizados.

Órgão / Programa / Ação	Dotação Final		Empenhado		Liquidado / Pago	
	(a)	(e=a/total)	(b)	(c=b/a)	(d)	(e=d/a)
<i>Ministério da Saúde</i>	1.600,0	72,71%	1.600,0	100,0%	1.600,0	100,0%
Atenção Básica em Saúde	1.600,0	72,71%	1.600,0	100,0%	1.600,0	100,0%
Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	800,0	36,36%	800,0	100,0%	800,0	100,0%
Piso de Atenção Básica Fixo	800,0	36,36%	800,0	100,0%	800,0	100,0%
<i>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</i>	600,5	27,29%	600,5	100,0%	600,5	100,0%
Acesso à Alimentação	0,6	0,03%	0,6	100,0%	0,6	100,0%
Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	0,6	0,03%	0,6	100,0%	0,6	100,0%
Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família	599,9	27,26%	599,9	100,0%	599,9	100,0%
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	599,9	27,26%	599,9	100,0%	599,9	100,0%
Total	2.200,5	100,00%	2.200,5	100,0%	2.200,5	100,0%

R\$ milhões

Por intermédio do próximo quadro pode-se perceber que 91,8% dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza alocados na Lei Orçamentária Anual foram oriundos de superávit de exercícios anteriores:

		R\$ milhões					
Fonte de Recursos		Dotação Final		Empenhado		Liquidado / Pago	
		(a)	(e=a/total)	(b)	(c=b/a)	(d)	(e=d/a)
0179	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	180,2	8,19%	180,2	100,0%	180,2	100,0%
0194	Doações para Combate à Fome	0,6	0,03%	0,6	100,0%	0,6	100,0%
0345	Superávit do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Financeiro	3,2	0,14%	3,2	100,0%	3,2	100,0%
0379	Superávit do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	2.016,5	91,64%	2.016,5	100,0%	2.016,5	100,0%
Total		2.200,5	100,00%	2.200,5	100,0%	2.200,5	100,0%

Quanto aos gastos com despesas administrativas realizadas com recursos do Fundo, a Lei Complementar nº 111, de 2001, determina que o percentual máximo destinado a este tipo de despesa será definido a cada ano, pelo Poder Executivo. Assim, em 2008, foi publicado o Decreto nº 6.636, de 5 de novembro de 2008, que determinou que o percentual máximo de recursos do FCEP a serem destinados a despesas administrativas seria de 7,0%. Entretanto observa-se que não houve aplicação dos recursos do FCEP em atividades administrativas no exercício de 2008.

Finalmente, deve-se ressaltar que a execução das ações orçamentárias beneficiadas com recursos do FCEP constam dos demais relatórios de gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Saúde

2.2. Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

O FCEP não se constitui como uma Unidade Orçamentária, sendo aplicado sob a forma de Fonte de Recursos. Com a criação do MDS procurou-se implementar instrumentos que facilitassem o acompanhamento das metas e gestão dos recursos do Fundo. Observa-se que o volume de recursos previstos para o combate à pobreza nos orçamentos anuais vem excedendo em quantitativo os valores arrecadados pelo FCEP. Dessa forma, a partir do exercício de 2005, procurou-se centralizar todos os recursos do citado Fundo em um número restrito de ações orçamentárias de maior monta, facilitando o acompanhamento de sua aplicação.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União. Dessas diligências foi aprovado o Acórdão no 2203/2006-TCU-Plenário, que considerou as despesas realizadas com recursos do FCEP, no período de 2001 a 2005, “atendem às exigências estipuladas pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e pela Lei Complementar no 111/2001”.

2.3. Programas

Não há gestão direta de programas e ações orçamentárias, uma vez que as próprias Unidades Gestoras que recebem recursos do FCEP são diretamente responsáveis pela execução.

2.3.1. Evolução dos Gastos Gerais

Não se aplica.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não se aplica.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não se aplica.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica.

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não se aplica.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não tem.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não tem.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Não se aplica.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO

Em atendimento à Decisão Normativa, TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008, anexo II, item 15, alterada pela Decisão Normativa, TCU nº 96, de 04 de março de 2009, e Decisão Normativa, TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008, alterada pela Decisão Normativa, TCU nº 97, de 18 de março de 2009, declaro que no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, agregada a Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, com base no inciso I a IVº do § 1º do artigo 5º da Instrução Normativa TCU nº 56, de 05 de dezembro de 2007, não houve ocorrências no exercício de 2008.

Brasília, 31 de março de 2009.

Hudson Magno de Rezende
Coordenador da Contabilidade
CRC-DF nº 008409/O-3

De acordo.

Caio Luiz Davoli Brandão
Coordenador Geral de Orçamento, Finanças
e Contabilidade.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Não se aplica

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

Não tem.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não tem.